

sem pauta

n. 47, v. 19 – 1º Semestre de 2021

ISSN 2238-3786 (Versão Online)

MOVIMENTO DE MULHERES, FEMINISMOS E ESTUDOS DE GÊNERO



Teoria Social e Realidade Contemporânea

Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2021 – n. 47, v. 19, p. 1-342

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Lodi Ribeiro

Reitor

Mário Sérgio Alves Carneiro

Vice-reitor

Lincoln Tavares Silva

Pró-reitoria de Graduação – PR1

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PR3

Cátia Antonia da Silva

Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantis – PR4

Dirce Eleonora Nigro Solis

Diretora do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Juliana Fiuza Cislighi – Diretora

Paulo Roberto Mello de Carvalho – Vice-diretor

Maurílio Castro de Matos – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)

Renato Santos Veloso – Coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)

Equipe Editorial (FSS/UERJ – Rio de Janeiro/RJ, Brasil): *Carla Cristina Lima de Almeida, Ana Paula Procópio da Silva, Elaine Marlova Venzon Francisco, Marilda Villela Iamamoto,*

Mônica Cesar e Mônica Maria Torres de Alencar

Editora Responsável: *Carla Cristina Lima de Almeida*

Assessoria técnica e administrativa: *Patrícia Trajano*

Revisão de texto: *Klein Editora*

Tradução/revisão de inglês: *Klein Editora*

Projeto gráfico, editoração e capa: *Márcia Carnaval*

Fotografias: *Nana Moraes*

Agradecimentos: *Ana Caroline Gimenes Machado, Ana Cristina Santos, Ana Lole, Ana Paula Vosne Martins, Carla Cristina Lima de Almeida, Cláudia Domingues Guimarães, Guilherme Almeida, Luciene Medeiros, Nana Moraes, Nívia Valença Barros, Mara Pieri, Milena Carlos de Lacerda e Rita Freitas.*

AGÊNCIA FINANCIADORA: PROEX-CAPES



Endereço para correspondência

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001

Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ – Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: 2334-0299; 2334-0291 – ramal 221

Fax: (21) 2334-0572 – ramal: 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

E55

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.

– vol. 19, n. 47 (2021) –

– Rio de Janeiro

UERJ /Faculdade de Serviço Social, 2021 –

v. : il.

Semestral.

Inclui bibliografia.

ISSN 1414 – 8609

1. Serviço social – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos 3.
Políticas públicas – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Serviço Social



ISSN 2238-3786 (Versão online)
1º Semestre de 2021 – n. 47, v. 19

Equipe Editorial

Carla Cristina Lima de Almeida
Ana Paula Procópio da Silva
Elaine Marlova Venzon Francisco
Marilda Villela Iamamoto
Monica de Jesus Cesar
Mônica Maria Torres de Alencar

Editoras Responsáveis: *Ana Lole, Rita de Cássia Santos Freitas e Carla Cristina Lima de Almeida*

Assessoria Técnica e Administrativa: *Patrícia Trajano*

Indexação: a Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download. Está também indexada e/ou resumida em:

- DOAJ - Directory of Open Access Journals
- DIADORIM
- EBSCO
- CAPES - Portal de Periódicos
- CENGAGE Learning
- LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
- OAJI - Open Academic Journals Index
- SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Conselho Editorial Científico: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atílio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP- Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). **Nacionais:** Alba Zaluar (UERJ); Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montañó (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); Laura Tavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Sílvia Gerschman (ENSP/FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).



Sumário

	Editorial
8	Movimento de Mulheres, Feminismos e Estudos de Gênero
	Uma análise decolonial sobre três interpretações do movimento feminista no Brasil: redefinindo as fronteiras do mapa (1970-1980)
18	 <i>Leticia Alves Maione</i>
	A trabalhadora no Brasil Mulher: análise das capas do 8 de março...
35	 <i>Larissa Shayanna Ferreira Costa e Verônica Soares da Costa</i>
	Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985
50	 <i>Maria Elaene Rodrigues Alves</i>
	Mujeres campesinas de Inzá - Tierradentro, Cauca: una mirada desde los feminismos decoloniales
66	 <i>Jazmin Yulieth Cuellar Diaz e Juano Zuluaga Garcia</i>
	Recolocando a autodeterminação na equação? Uma análise da ação coletiva feminista na Europa do Sul
82	 <i>Ana Cristina Santos e Mara Pieri</i>
	Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades
103	 <i>Nilza Rogéria de Andrade Nunes</i>
	Sobre “ser mulher e mãe” em situação de rua: invisibilidade na sociedade brasileira
121	 <i>Tabita Aija Silva Moreira, Carmem Plácida Sousa Cavalcante, Deyze da Silva Ferreira e Ilana Lemos de Paiva</i>
	A atuação dos Movimentos de Doulas em Florianópolis/SC: conflitos pelo protagonismo feminino no parto
138	 <i>Carla Klitzke Espíndola e Luciana Patrícia Zucco</i>
	Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras
154	 <i>Jussara Francisca de Assis dos Santos</i>
	E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, Interseccionalidade e Silêncio Racial
170	 <i>Giovana de Carvalho Castro</i>

184	As mulheres católicas e as origens do Serviço Social: o caso do Instituto Social do Rio de Janeiro (1937-1947) <i>Ana Paula Vosne Martins</i>
202	Os modos de vida das musicistas no Rio de Janeiro oitocentista <i>Alexandro Henrique Paixão e Patricia Amorim de Paula</i>
217	Mulheres na Teoria Geral da Administração: por uma educação não sexista <i>Susane Petinelli Souza e Isabel Gomes Covre</i>
232	Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans <i>Milena Carlos de Lacerda e Guilherme Almeida</i>
248	Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação <i>Silvana Marinho</i>
265	Notas sobre o feminismo e gênero: compreendendo a relação das categorias com as Políticas Públicas no Brasil <i>Bianca Gonçalves Santos Lima e Maria Helena Santana Cruz</i>
280	Mostra Fotográfica DesAmadas <i>Nana Moraes</i>
301	Entrevista Movimento de Mulheres e Ativismo – uma vida de luta: Entrevista com Ivanete Silva <i>Luciene Medeiros e Nívia Valença Barros</i>
309	Homenagem de Vida Serviço Social e prática política feminista: o protagonismo de Suely Gomes Costa <i>Ana Lole</i>
323	Resenhas Criminalização da resistência em <i>Calibã e a bruxa</i> <i>Ana Caroline Gimenes Machado</i>
328	Masculinidades “nossamericanas” em perspectiva interseccional <i>Cláudia Domingues Guimarães</i>
333	Normas Editoriais



Contents

Editorial

- 13 Women's Movement, Feminisms and Gender Studies**
- A decolonial analysis about three interpretations of women's movement in Brazil: redefining the borders of the map (1970-1980) *Leticia Alves Maione*
- 18**
- The female worker in Brasil Mulher: analysis of covers from March 8th *Larissa Shayanna Ferreira Costa and Verônica Soares da Costa*
- 35**
- Feminism and women in the resistance to the Brazilian dictatorship of 1964-1985 *Maria Elaene Rodrigues Alves*
- 50**
- Peasant women from Inzá-Tierradentro, Cauca: a view from decolonial feminisms *Jazmin Yulieth Cuellar Diaz and Juano Zuluaga Garcia*
- 66**
- Putting self-determination back into the equation? An analysis of feminist collective action in Southern Europe *Ana Cristina Santos e Mara Pieri*
- 82**
- Favela woman: intersectionalities and territories *Nilza Rogéria de Andrade Nunes*
- 103**
- On being a homeless 'woman and mother': invisibility in Brazilian society *Tabita Aija Silva Moreira, Carmem Plácida Sousa Cavalcante, Deyze da Silva Ferreira and Ilana Lemos de Paiva*
- 121**
- Actions of the doula movements in Florianópolis, Santa Catarina: conflicts for female agency in childbirth *Carla Klitzke Espindola and Luciana Patrícia Zucco*
- 138**
- Confronting obstetric violence: contributions from the black Brazilian women's movement *Jussara Francisca de Assis dos Santos*
- 154**
- Am I (still) not a woman? Gender, intersectionality and racial silence *Giovana de Carvalho Castro*
- 170**

184	Catholic women and the origins of social work: the case of the Rio de Janeiro's Instituto Social (1937-1947) <i>Ana Paula Vosne Martins</i>
202	The ways of life of 19th-century female musicians in Rio de Janeiro <i>Alexandro Henrique Paixão and Patricia Amorim de Paula</i>
217	Women in the General Theory of Administration: for a non-sexist education <i>Susane Petinelli Souza and Isabel Gomes Covre</i>
232	Exclusion "from" and "in" higher education: challenges on access and continuance for the transexual population <i>Milena Carlos de Lacerda and Guilherme Almeida</i>
248	Oppression-exploitation relationships in colonial modernity: notes on trans citizenship and emancipation <i>Silvana Marinho</i>
265	Notes on feminism and gender: understanding the relationship of the categories with public policies in Brazil <i>Bianca Gonçalves Santos Lima and Maria Helena Santana Cruz</i>
280	Photography Exhibition DesAmadas <i>Nana Moraes</i>
301	Interview Women Movement and Activism - a life of struggle: Interview with Ivanete Silva <i>Luciene Medeiros and Nivia Valença Barros</i>
309	Homage Social Work and feminist political practice: the protagonism of Suely Gomes Costa <i>Ana Lole</i>
323	Reviews Criminalization of resistance in <i>Caliban and the Witch</i> <i>Ana Caroline Gimenès Machado</i>
328	"Nossamericanas" masculinities in intersectional perspective <i>Cláudia Domingues Guimarães</i>
338	Editorial Norms

Editorial

Se há um aprendizado que o ano de 2020 nos deixou é o de que as mulheres estão no centro das desigualdades que estruturam e continuam a dar vida à sociedade capitalista moderna. As relações sociais regidas pelo capital, racializadas, coloniais, cisheteronormativas e patriarcais atravessam as mulheres em muitos sentidos e continuam a nos convocar ao fino trato das muitas camadas históricas que compõem a sua presença no mundo.

Os artigos apresentados no número 47 da Revista *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* foram escritos antes mesmo que a pandemia da COVID-19, que sacudiu e virou ao avesso a sociedade mundial, impusesse novas regras de convivência, a exemplo da quarentena, do isolamento e do distanciamento social com suas implicações políticas e econômicas, sem mencionar as afetivas e existenciais.

Em artigo publicado na coletânea *Para Além da Quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*¹ (FREITAS; ALMEIDA; LOLE, 2020) escrevemos: “é no isolamento que emana das casas que encontramos o eco possível das reivindicações por garantias da vida humana. São casas de mulheres dos morros, das favelas, dos subúrbios, dos asfaltos, de papelão nas calçadas das cidades”, das áreas rurais... “o eco é pela não banalização das mortes”. E continuamos: “As mulheres sempre foram transgressoras nas lutas pela sobrevivência, pela visibilidade, pela saúde e pelos direitos sexuais e reprodutivos”. Insistimos que a pandemia que assolou o ano de 2020 nos mostrou que, de um jeito ou de outro, temos que “falar de conceitos como, cuidado, proteção social, interdependência e saúde. Mas estamos vivendo um duro aprendizado”. Passado um ano desde que o vírus SARS-COV-2, ou Novo Coronavírus, foi detectado na China, reconhecemos, um tanto perplexas, a persistência do desprezo a vidas consideradas de menor valor, como aquelas protagonizadas por corpos negros, indígenas, pobres, LGBTQIA+, de mulheres.

Se há um aprendizado que a epistemologia feminista nos revelou é que não há como fazer a revolução sem as mulheres. Aliás, são elas que cotidianamente nos mais distintos territórios testemunham as profundas contradições sociais que, junto com os seus, precisam enfrentar o *corre* da vida, como se diz. E sempre o fizeram. Nesta direção, nosso projeto de pesquisa *Por uma História do Gênero e Feminismos no Serviço Social*² busca trazer à baila as memórias das pioneiras do debate de gênero/feminismos no campo profissional e acadêmico do Serviço Social, narrando a

¹ FREITAS, R. de C. S.; ALMEIDA, C. C. L. de; LOLE, A. As mulheres e a pandemia da COVID-19 na encruzilhada do cuidado. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (Org.). *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 214-220. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

² Essa pesquisa integra um projeto interinstitucional que envolve a Faculdade de Serviço Social da UERJ, o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e a Escola de Serviço Social da UFF, sob a coordenação das professoras Carla Almeida, Ana Lole e Rita Freitas.

história que a história não conta. Foi das preocupações e reflexões desse projeto que surgiu a ideia para este dossiê.

Estudos feministas ajudam a reconhecer estratégias cotidianas que, embora situadas em amplos regimes de dominação masculina, revelam muitas resistências e poderes que atravessam esses sistemas. Mulheres que lutaram denunciando as mortes de seus filhos, por creche, saneamento básico, alimentação, entre outras questões da manutenção da vida e do bem-viver. Ou que de um modo menos evidente empreenderam muitas formas de contornarem as ausências ou falências de proteção social, a exemplo da “maternidade transferida”³ (COSTA, 2002) e das redes informais de apoio a suas existências e de suas famílias. Michelle Perrot⁴ (2001, p. 23) chamará de feminismo informal “essa maneira de atuação, privada, secreta, mas suscetível de por em xeque a dominação”, e Angus McLaren⁵ (1997) designará por feminismo popular as inúmeras estratégias realizadas pelas mulheres para escaparem dos poderes dos médicos e dos maridos.

A partir das leituras de autoras feministas negras brasileiras como Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e outras aprendemos que mulheres negras na diáspora africana realizaram ao longo do tempo um conjunto de organizações e lutas em torno de seus interesses e disputaram as narrativas de si, num movimento que envolveu a descoberta dos processos violentos e dolorosos pelos quais passaram. Alguns exemplos são: as irmandades femininas negras; as associações em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas desde a década de 1930; as organizações de mulheres negras com as pautas de saúde, educação, direito ao trabalho entre outras na década de 1970; as lutas contra a objetificação de seus corpos; a defesa da vida de seus filhos mortos ou encarcerados. Contestaram, firmemente, a atribuição que lhes foi dada de objetos da política ou de passividade.

O *Dossiê Movimento de Mulheres, Feminismos e Estudos de Gênero* que integra o nº 47 da Revista Em Pauta buscou trazer visibilidade a histórias que não são contadas, estimulando novos olhares para narrativas consagradas em torno da participação social de mulheres e das dinâmicas de gênero em diferentes campos de estudo. A história das mulheres surgiu exatamente para pôr em evidência esses sujeitos e uma perspectiva outra da história onde os chamados pequenos eventos, o cotidiano e outros agentes sociais ganham importante dimensão de análise. E, neste sentido, é fundamental destacar as mulheres, principalmente as mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais e pobres como o “outro” numa história oficial que não as contempla.

Além de narrar a diversidade das movimentações no “campo discursivo de ações feministas”, em sentido amplo, este número da Revista

³ COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, 2002.

⁴ PERROT, M. A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Revista Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2º sem. 2001.

⁵ McLAREN, A. *História da contracepção: da Antiguidade à Actualidade*. Lisboa: Terramar, 1997.

Em Pauta buscou analisar a complexidade de suas relações e de que maneira jogam novas luzes sobre concepções estáveis e essencializadas da “mulher”.

O primeiro conjunto de artigos versa sobre a abordagem histórica do feminismo no Brasil, a partir de alguns elementos marcantes como o dia internacional da mulher e a ditadura militar brasileira, explorando novos ângulos sobre a trajetória das mobilizações políticas das mulheres. Em *Uma análise decolonial sobre três interpretações do movimento feminista no Brasil: redefinindo as fronteiras do mapa (1970-1980)*, Leticia Alves Maione propõe abordagem a partir do pensamento social feminista crítico na América Latina, explorando de que modo certas interpretações repercutem politicamente no tempo presente, marcado pelo histórico colonial do sistema moderno capitalista. O artigo de Larissa Shayanna Ferreira Costa e Verônica Soares da Costa, *A trabalhadora no Brasil Mulher: análise das capas do 8 de março*, recupera imagens e manchetes das capas da importante revista feminista socialista da década de 1970, para situar o lugar das trabalhadoras nas narrativas das lutas por direitos das mulheres em plena ditadura civil-militar. *Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985*, de Maria Elaene Rodrigues Alves, dando continuidade ao cenário do período repressivo brasileiro, expõe algo silenciado na história, a participação política de mulheres e de que modo se efetuou uma aliança entre violência de Estado e violência patriarcal contra as mulheres em suas diversas formas de engajamento e resistências.

Em diálogo com as análises propostas sobre o campo feminista no Brasil, seguem dois trabalhos internacionais, o primeiro *Mujeres campesinas de Inzá-Tierradentro, Cauca: uma mirada desde los feminismos decoloniales*, de autoria de Jazmin Yulieth Cuellar Díaz e Juano Zuluaga Garcia, apresenta uma reflexão em perspectiva decolonial da experiência do Comitê de Mulheres da Associação Campesinas de Inzá Tierradentro, na Colômbia, demonstrando suas dinâmicas de territorialização e práticas cotidianas, articulações com um feminismo de base popular em busca de alternativas aos discursos hegemônicos de modernidade, desenvolvimento e colonialidade. O segundo, *Recolocando a autodeterminação na equação? Uma análise da ação coletiva feminista na Europa do Sul*, de Ana Cristina Santos e Mara Pieri, explora a ação coletiva feminista na Itália e em Portugal no século XXI, propondo a autodeterminação como conceito-chave para a superação de importantes desafios políticos e teóricos emergentes.

O segundo grupo de artigos remete a um mapeamento de movimentos e histórias de mulheres em vários cenários de resistência. *Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades*, de autoria de Nilza Rogéria de Andrade Nunes, aborda sob a categoria política “mulher de favela” histórias de lideranças femininas em territórios segregados socioespacialmente na cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender a feminização do poder nos espaços populares. *Sobre “ser mulher e mãe” em situação de rua: invisibilidade na sociedade brasileira*, escrito por Tabita Aija Silva Mo-

reira, Carmem Plácida Sousa Cavalcante, Deyze da Silva Ferreira e Ilana Lemos de Paiva, apresenta o debate sobre mulheres que são invisibilizadas e de que modo encontram nas suas redes, movimentos sociais e famílias as condições para o direito à maternidade. Os dois artigos seguintes dialogam em torno da análise da tensão entre protagonismo/violência no evento do parto, expondo relações de poder baseadas nas desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam essa experiência. Nos referimos aos textos *A atuação dos Movimentos de Doulas em Florianópolis/SC: conflitos pelo protagonismo feminino no parto*, de Carla Klitzke Espíndola e Luciana Patrícia Zucco; e *Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras*, de Jussara Francisca de Assis dos Santos. Finalizando esse grupo de artigos, Giovana de Carvalho Castro apresenta um provocativo questionamento no texto *E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, Interseccionalidade e Silêncio Racial*, questionando a própria epistemologia feminista da história das mulheres e seu apagamento em torno do protagonismo das mulheres negras.

Os três artigos seguintes, *As mulheres católicas e as origens do Serviço Social: o caso do Instituto Social do Rio de Janeiro (1937-1947)*, de Ana Paula Vosne Martins; *Os modos de vida das musicistas no Rio de Janeiro oitocentista*, de Alexandro Henrique Paixão e Patricia Amorim de Paula; e *Mulheres na Teoria Geral da Administração: por uma educação não sexista*, de Susane Petinelli Souza e Isabel Gomes Covre, abrem um debate em torno da história da presença de mulheres em carreiras distintas. No caso do Serviço Social, uma profissão socialmente esperada para as mulheres, Martins explora dois importantes aspectos: a religião e a agência feminina conservadora, lançando luz sobre contradições e efeitos não imaginados da atuação feminina mesmo em contexto fortemente conservador. No campo da Música, o artigo de Paixão e Paula permite uma releitura da cena musical no Rio de Janeiro oitocentista ao detectar modos não convencionais de participação da mulher nas lutas por sobrevivência. No que diz respeito à participação das mulheres na produção de conhecimentos na Administração, o artigo de Souza e Covre corrobora com os estudos sobre a sub-representação das mulheres na ciência, destacando dinâmicas de gênero e raça atreladas à linguagem sexista no campo científico.

O quarto grupo de estudos apresenta importantes implicações do debate de gênero e dos feminismos no campo das políticas públicas e da garantia de direitos. É o que mostram Milena Carlos de Lacerda e Guilherme Almeida no artigo *Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans* ao abordarem que o direito à universidade ainda está a exigir o agenciamento político em torno da visibilidade das questões de gênero e sexualidade no espaço público. Também Silvana Marinho em *Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação* adensa as reflexões em torno da conquista da cidadania trans, a partir das lentes da emancipação

política e humana, denunciando o falso dilema entre lutas gerais e lutas específicas. Bianca Gonçalves Santos Lima e Maria Helena Santana Cruz fecham o dossiê com o texto *Notas sobre o feminismo e gênero: compreendendo a relação das categorias com as Políticas Públicas no Brasil*, explorando o percurso das ações feministas e sua importância na consecução de políticas públicas baseadas no gênero.

A Revista traz ainda as seções Entrevista com Ivanete Silva, importante liderança feminista da Baixada Fluminense e Homenagem de vida à Suely Gomes Costa, assistente social e intelectual feminista que atuou no campo político e acadêmico contribuindo para a formação de gerações de profissionais e pesquisadores/as no campo de estudos feministas e de gênero. A Mostra fotográfica *DesAmadas*, de Nana Moraes, traz mulheres invisibilizadas no trabalho do sexo e nas políticas de encarceramento, evidenciando nas belíssimas imagens suas dores, resistências e invenções. O periódico finaliza com duas resenhas: uma escrita por Ana Caroline Gimenès Machado para o livro de Silvia Federici, *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*; e a outra, por Cláudia Domingues Guimarães para o livro de Mara Vigoya Viveros, *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*.

A editoria deste número, ao revisitar as histórias de mulheres, feministas e das dinâmicas da produção do saber expressa o compromisso com a descolonização do ser, do saber e do poder, e com a busca de perspectivas emancipatórias. Uma última recomendação importante, instigadas por Sonia Álvarez⁶ (2014, p.19), é a de que os campos feministas são campos de formação política, nos quais, como afirma a autora “[...] a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados”.

Desejamos uma leitura com olhares feministas, decoloniais e interseccionais para esse dossiê!

Carla Almeida (UERJ)

Ana Lole (PUC-Rio)

Rita Freitas (UFF)

⁶ ÁLVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, Campinas, p. 13-56, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200013&script=sci_arttext. Acesso em 16 nov. 2020.

DOI: 10.12957/rep.2021.56091



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Editorial

If there is one thing that 2020 has taught us is that women are at the center of the inequalities that structure and continue to give life to modern capitalist society. Racialized, colonial, cisheteronormative, patriarchal social relations that are governed by capital affect women in many ways and continue to call us to the fine treatment of the many historical layers that make up their presence in the world.

The articles presented in issue 47 of Revista Em Pauta: social theory and contemporary reality were written even before the COVID-19 pandemic shook and turned society upside down the world over. It imposed new rules of coexistence, such as quarantine, isolation, and social distance, with its political and economic implications, not to mention the affective and existential ones.

In an article published in the collection *Para Além da Quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*¹ (FREITAS; ALMEIDA; LOLE, 2020) we wrote: "It is in the isolation emanating from the houses that we can find the possible echo of demands for safeguarding human lives. These are houses of women from the slums, favelas, suburbs, streets, made of cardboard on the sidewalks of cities", from rural areas... "the echo is for the non-trivialization of deaths." And we continue: "Women have always been transgressors in the struggles for survival, visibility, health, and sexual and reproductive rights." We insist that the pandemic that devastated the year 2020 showed us that, in one way or another, we have to "talk about concepts such as care, social protection, interdependence and health. But it is a hard lesson." A year after the SARS-CoV-2 virus, or New Coronavirus, was detected in China, we recognize, somewhat perplexed, the persistence of contempt for lives considered of lesser value, such as those belonging to black, indigenous, poor, LGBTQIA+, and female bodies.

If there is a lesson that feminist epistemology has brought us, it is that there is no revolution without women. In fact, they are the ones who bear witness on a daily basis, in the most different territories, to the profound social contradictions and, along with those close to them, need to face the hardships of life. And they always have. In this direction, our research project *For a History of Gender and Feminisms in Social Work*² seeks to recover the memories of pioneers of the gender/feminism debate in the professional and academic field of social work, narrating *the story that history does not*

¹ FREITAS, R. de C. S.; ALMEIDA, C. C. L. de; LOLE, A. As mulheres e a pandemia da COVID-19 na encruzilhada do cuidado. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (Org.). *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 214-220. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

² Essa pesquisa integra um projeto interinstitucional que envolve a Faculdade de Serviço Social da UERJ, o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e a Escola de Serviço Social da UFF, sob a coordenação das professoras Carla Almeida, Ana Lole e Rita Freitas.

tell. It was from the concerns and reflections of this project that the idea for this dossier arose.

Feminist studies help to recognize day-to-day strategies that, although located in broad male-dominated regimes, reveal many struggles and forces that run through these systems. Women who fought denouncing the deaths of their children, for daycare, basic sanitation, food, among other issues for maintaining life and well-being. Or women that, in a less evident way, created many ways of circumventing absences or failures in social protection, such as the “transferred maternity”³ (COSTA, 2002) and the informal support networks for their lives and their families. Michelle Perrot⁴ (2001, p. 23) will call informal feminism “this way of acting, private, secret, but susceptible to putting domination in check”, and Angus McLaren⁵ (1997) will designate by popular feminism the countless strategies carried out by women to escape the powers of physicians and husbands.

From the readings of Brazilian black feminist authors such as Ju-remá Werneck, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez and others, we learned that black women in the African diaspora have, over time, organized themselves and carried out struggles around their interests and disputed narratives on themselves, in a movement that involved the discovery of the violent and painful processes they went through. Some examples are: black sisterhoods; associations in defense of the rights of domestic workers since the 1930s; black women’s organizations fighting for health, education, the right to work, among others in the 1970s; the struggles against the objectification of their bodies; and the defense of the lives of their dead or imprisoned children. They firmly contested their characterization as objects of politics or passivity.

The dossier *Women’s Movements, Feminisms, and Gender Studies* that is part of Revista Em Pauta’s 47th issue sought to bring visibility to stories that are not told, stimulating new perspectives on consecrated narratives around the social participation of women and gender dynamics in different fields of study. The history of women emerged exactly to highlight these subjects and an alternative perspective of history in which so-called small events, daily life, and other social agents gain an important dimension of analysis. And, in this sense, it is essential to highlight women, especially black women, indigenous women, rural workers and the poor as the “other” in the official history that does not contemplate them.

Besides narrating the diversity of movements in the “discursive field of feminist actions” in a broad sense, this issue of Revista Em Pauta sought to analyze the complexity of their relationships and how they shed new light on stable and essentialized conceptions of “women.”

³ COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n.2, p. 301-324, 2002.

⁴ PERROT, M. A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Revista Gênero*, Niterói, v.2, n.1, p.7-30, 2º sem. 2001.

⁵ McLAREN, A. *História da contracepção: da Antiguidade à Actualidade*. Lisboa: Terramar, 1997.

The first set of articles deals with the historical approach to feminism in Brazil, based on some striking elements such as International Women's Day and the Brazilian military dictatorship, exploring new angles on the trajectory of women's political mobilizations. In *A decolonial analysis about three interpretations of women's movement in Brazil: redefining the borders of the map (1970-1980)*, Leticia Alves Maione proposes an approach based on critical feminist social thought in Latin America, exploring how certain interpretations have a political impact on present time, marked by the colonial history of the modern capitalist system. The article by Larissa Shayanna Ferreira Costa and Verônica Soares da Costa, *The female worker in Brasil Mulher: analysis of covers from March 8th*, retrieves images and headlines from the covers of *Brasil Mulher*, an important socialist feminist magazine of the 1970s, to situate the place of female workers in narratives of the struggles for women's rights in the midst of the civil-military dictatorship. *Feminism and women in the resistance to the Brazilian dictatorship of 1964-1985*, by Maria Elaene Rodrigues Alves, also in the scenario of the Brazilian period of dictatorial repression, exposes something silenced in history, the political participation of women and how an alliance between state violence and patriarchal violence against women in their various forms of engagement and struggle.

In dialogue with the proposed analyzes on the feminist field in Brazil, two international works follow, the first *Peasant women from Inzá-Tierradentro, Cauca: a view from decolonial feminisms*, by Jazmin Yulieth Cuellar Diaz and Juano Zuluaga Garcia, presents a reflection in a decolonial perspective of the experience of the Women's Committee of the Peasant Association of Inzá Tierradentro, in Colombia, demonstrating its dynamics of territorialization and daily practices, articulations with a feminism of popular basis in search of alternatives to the hegemonic discourses of modernity, development, and coloniality. The second, *Putting self-determination back into the equation? An analysis of feminist collective action in Southern Europe*, by Ana Cristina Santos and Mara Pieri, explores feminist collective action in Italy and Portugal in the 21st century, proposing self-determination as a key concept for overcoming important emerging political and theoretical challenges.

The second group of articles refers to a mapping of women's movements and stories in various scenarios of struggle. *Favela woman: intersectionalities and territories*, authored by Nilza Rogéria de Andrade Nunes, addresses, under the political category of "favela woman", stories of female leaders in socio-spatially segregated territories in the city of Rio de Janeiro, seeking to understand the feminization of power in popular spaces. *On being a homeless "woman and mother:" invisibility in Brazilian society*, written by Tabita Aija Silva Moreira, Carmem Plácida Sousa Cavalcante, Deyze da Silva Ferreira and Ilana Lemos de Paiva, presents the debate about women who are invisible and how they find the conditions for the right to

maternity in their networks, social movements, and families. The next two articles analyse the tension between protagonism and violence in childbirth, exposing power relations based on the inequalities of gender, race, and class that permeate this experience. We refer to the texts *Actions of the Doula Movements in Florianópolis, Santa Catarina: conflicts for female agency in childbirth*, by Carla Klitzke Espíndola and Luciana Patrícia Zucco; and *Confronting obstetric violence: contributions from the black Brazilian women's movement*, by Jussara Francisca de Assis dos Santos. Concluding this group of articles, Giovana de Carvalho Castro presents a provocative question in the text *Am I (still) not a woman? Gender, intersectionality and racial silence*, questioning the feminist epistemology of women's history and the erasure of the role of black women in it.

The following three articles, *Catholic women and the origins of social work: the case of the Rio de Janeiro's Instituto Social (1937-1947)*, by Ana Paula Vosne Martins; *The ways of life of 19th-century female musicians in Rio de Janeiro*, by Alexandro Henrique Paixão and Patricia Amorim de Paula; and *Women in the General Theory of Administration: for a non-sexist education*, by Susane Petinelli Souza and Isabel Gomes Covre, start a debate around the history of the presence of women in different careers. In the case of Social Work, a profession socially expected for women, Martins explores two important aspects: religion and the conservative female agency, shedding light on contradictions and unforeseen effects of female performance even in a strongly conservative context. In the field of Music, the article by Paixão and Paula allows for a reinterpretation of the music scene in Rio de Janeiro in the 19th century by detecting unconventional ways of women's participation in struggles for survival. Regarding the participation of women in the production of knowledge in Business, the article by Souza and Covre corroborates the studies on the under-representation of women in science, highlighting gender and race dynamics linked to sexist language in the scientific field.

The fourth group of studies has important implications for the debate on gender and feminisms in the field of public policies and the guarantee of rights. This is what Milena Carlos de Lacerda and Guilherme Almeida show in the article *Exclusion "from" and "in" higher education: challenges on access and continuance for the transexual population* when addressing that the right to university is still demanding political agency around visibility of gender and sexuality issues in the public space. Also Silvana Marinho in *Oppression-exploitation relationships in colonial modernity: notes on trans citizenship and emancipation* focus its reflections around the conquest of trans citizenship, through the lens of political and human emancipation, denouncing the false dilemma between general and specific struggles. Bianca Gonçalves Santos Lima and Maria Helena Santana Cruz close the dossier with the text *Notes on feminism and gender: understanding the relationship of the categories with public policies in Brazil*, exploring

the path of feminist actions and their importance in achieving public policies based on gender.

The journal also features the sections Interview with Ivanete Silva, an important feminist leader from Baixada Fluminense and Life Homage to Suely Gomes Costa, a feminist intellectual and social worker who worked in the political and academic fields, contributing to the formation of several generations of professionals and researchers in the field of feminist and gender studies. The *DesAmadas* photographic exhibition, by Nana Moraes, brings invisible women in sex work and in incarceration policies, showing in their beautiful images their pains, struggles, and inventions. The journal closes with two reviews: one written by Ana Caroline Gimenes Machado for the book by Silvia Federici, *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*; and the other, by Cláudia Domingues Guimarães for Mara Vigoya Viveros's book, *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*.

The publishing of this issue, by revisiting stories of women, feminists, and the dynamics of knowledge production, expresses the commitment to the decolonization of being, knowledge, and power, and to the search for emancipatory perspectives. One last important recommendation, instigated by Sonia Álvarez⁶ (2014, p.19), is that feminist fields are fields of political formation, in which, as the author states "[...] citizenship is built and exercised, rights are imagined, not just demanded, identities and needs are forged and powers and principles are negotiated and disputed."

We wish for this dossier a reading with feminist, decolonial, and intersectional views!

Carla Almeida (UERJ)
Ana Lole (PUC-Rio)
Rita Freitas (UFF)

⁶ ÁLVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, Campinas, p. 13-56, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200013&script=sci_arttext. Acesso em 16 nov. 2020.

DOI: 10.12957/rep.2021.56091



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Uma análise decolonial sobre três interpretações do movimento feminista no Brasil: redefinindo as fronteiras do mapa (1970-1980)

A decolonial analysis about three interpretations of women's movement in Brazil: redefining the borders of the map (1970-1980)

Letícia Alves Maione*

Resumo – O trabalho consiste em uma análise crítica que coloca em debate três interpretações sobre a formação do campo feminista no Brasil durante os anos de 1970-1980. Buscando apoio no aparato conceitual de feministas decoloniais, meu interesse foi revelar e relacionar parte da heterogeneidade feminista do período. Ademais, a estratégia de conceber o campo como formado por ideias e discursos vívidos, praticados e corporificados em uma espacialidade (SEABRA; ASSIS, 2016) me permitiu ir além das expressões feministas que centralizam seu discurso, memória, fundação e identificações. Proveu-me também a observação de operações de silenciamento e falsas dicotomias que não explicariam todas as participações no campo, enquanto viabilizou o mapeamento de posições sociais e políticas que foram invisibilizadas. Ao me deparar com categorias que rechaçam as definições eurocêntricas às Américas (GONZALEZ, 1988; 2011), concluo que estas trazem: a ampliação das fronteiras do(s) campo(s) feminista(s) no Brasil, bem como a radicalização deste(s).

Palavras-chave: movimento feminista; anos de 1970-1980; feminismo anti/decolonial.

Abstract – This article consists of a critical analysis that debates three interpretations on the formation of the feminist field in Brazil between 1970 and 1980. Seeking support in the conceptual apparatus of decolonial feminists, my interest was revealing and relating part of the feminist heterogeneity in this period. Furthermore, the strategy of conceiving the field as formed by ideas and discourses which are lived, practiced, and embodied in a spatiality (SEABRA E ASSIS, 2016), encouraged me to exceed feminist expressions that centralize its discourse, memory, foundation, and identifications. It also provided me the observation of silencing operations and false dichotomies that do not explain all participations in the field; while it made possible to map social and political positions made invisible. Coming across cate-

*Educadora e pesquisadora. Mestra em Estudos de Gêneros e das Mulheres pela Universidade de Bologna/Universidade de Oviedo. Mestranda em Ciências Sociais e Humanas (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN). E-mail: leticialvesmaione@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0676-4514>.

gories that reject Eurocentric definitions for the Americas (GONZALEZ, 1988; 2011), I realize that these bring the expansion of borders of the feminist field(s) in Brazil, as well as its radicalization.

Keywords: feminist movement; 1970-1980; decolonial feminism.

Introdução

O presente artigo corresponde a um capítulo de dissertação defendida para conclusão de mestrado e, portanto, busca compartilhar parte dos resultados da análise crítica e do mapeamento realizado de três (contra)narrativas produzidas sobre a formação do(s) movimento(s) feminista(s) nas décadas de 1970-1980, com foco no eixo dos grandes centros urbanos Rio de Janeiro e São Paulo¹. Meu objetivo principal com o trabalho foi o de ampliar as percepções sobre as presenças no(s) campo(s) feminista(s) e, ao mesmo tempo, buscar o reconhecimento da heterogeneidade epistemológica que contribui para suas práticas políticas e teóricas.

Ao enfatizar a existência de uma pluralidade de matrizes, a justificativa deste estudo repousa na relevância de trazer à tona as relações entre as formas heterogêneas de ser/saber. Dessa forma, afirmo também uma relação entre produção de conhecimento, poder e luta de diferentes campos e genealogias políticas pela justiça social em termos epistemológicos, fazendo referência a como uma parte das correntes feministas da América Latina influencia e, por sua vez, é constituída por esse debate. Este é um debate extremamente necessário na medida em que se estabelece, no cenário da academia feminista brasileira e latino-americana, o paradigma de uma pluralidade constitutiva do feminismo. Acredita-se, portanto, ter o feminismo decolonial gestado robusta contribuição que permite apontar e examinar as relações acima descritas, no contexto brasileiro.

Por esse motivo, o arcabouço teórico-metodológico de intelectuais – em grande parte, militantes – desta escola aparece como uma de minhas principais referências para a crítica dos três textos aqui analisados. Os trabalhos de Cynthia Sarti (1988, 2004), Joana Maria Pedro (2006) e Lélia Gonzalez (2011)² surgem em meu caminho investigativo como reveladores de (contra)memória e enquanto estudos de relevância utilizados pelos movi-

¹ O curso de mestrado mencionado pertence ao GEMMA – Erasmus Mundus Master's Degree in Women's and Gender Studies, ministrados pela Universidade de Bologna e Universidade de Oviedo. Gostaria de agradecer à María del Rosario González Arias e Hans Van Den Broek, ambos do Departamento de Sociologia desta última, pela orientação desta dissertação. No mais, agradeço também às amigas e companheiras Ana Carolina Brandão e Jéssica Mara Raul pela leitura e sugestões feitas ao trabalho nesta sua segunda etapa.

² O trabalho de Gonzalez foi originalmente publicado em 1988. A versão que tive acesso, porém, foi a do ano de 2011, publicada pelo Círculo Palmarino, conforme consta nas referências deste artigo.

mentos feministas por proporem explicações e traduções sobre as práticas políticas e de construção de conhecimento daquele período³.

No entanto, apesar de serem consideradas como notáveis interpretações da formação feminista e do grande fluxo de citações recebidas por essas obras, estas raramente são apresentadas uma em relação a outra, justificando assim minha primeira estratégia de ler as autoras realizando uma comparação entre suas diferentes análises. Uma vez confrontadas, destacam-se as diferentes categorias utilizadas para a compreensão constitutiva do movimento onde, por vezes, estas coincidem, discordam ou se sobrepõem umas às outras, dificultando a identificação de alguns sujeitos coletivos, bem como de suas posições e narrativas enquanto integrantes do campo.

Foi então que visualizar a constituição política e social do feminismo como “campos” proporcionou a devida coerência teórico-metodológica ao trabalho, lidando com a complexidade que exige a ampliação da percepção sobre os sujeitos coletivos envolvidos na formação feminista no Brasil. Ao reconhecer que um “emaranhado de interlocuções” tem sido parte crucial de sua constituição (ALVAREZ, 2014b, p. 19), a imagem de “campo(s)” proporciona uma ferramenta metodológica para localizar os lugares sociais e políticos de enunciação (SEABRA; ASSIS, 2016) que estão fora das definições categóricas de outrora. O aparato conceitual advindo da noção de “campo discursivo de ação” desenvolvido por Sonia Alvarez (2014b), bem como elementos da cartografia social expostos por Ana Clara Torres, foram apresentados por Joana E. Seabra e Mariana P. Assis (2016) como uma forma de tratar metodologicamente e mapear o pensamento social feminista crítico na América Latina.

As elaborações das autoras orientam a análise neste trabalho sobre as possibilidades que emergem da identificação das (contra)narrativas que, para além de suas articulações com o “lugar”, são providas também por sua relação com o “contexto”⁴. Nesta ocasião, me concentro na narrativa como material de mapeamento e, seguindo suas orientações, exploro como estas são construídas com o apoio em dimensões e categorias coconstruídas, bem como suas implicações para a “crítica e proposição de paradoxos transformadores”⁵ (SEABRA; ASSIS, 2016, p. 488).

Sarti (1988, 2004), por exemplo, chamará a atenção para os setores das mulheres organizadas em partidos políticos da esquerda, em con-

³ Com base na discussão promovida por Miñoso (2010b), Seabra e Assis (2016, p. 477) destacam o caráter do pensamento social crítico feminista latino-americano integrado por uma relação intrínseca entre produção teórica e prática, que tem como consequências: 1) contrastar com a visão hegemônica de conhecimento; 2) orientar seu trabalho na academia desde o ponto de vista das lutas coletivas das quais tais intelectuais militantes fazem parte.

⁴ Se o contexto opera como identificação da experiência de vida, do corpo e do território como espaços fundamentais para a produção de conhecimento, o “lugar” aponta para os caminhos de escolhas políticas e epistemológicas (SEABRA; ASSIS, 2016) que servirão para trilhar contestações às identidades opressoras.

⁵ Paradoxos transformativos são definidos nas descobertas de Alvarez (2014a, p. 64) como transformações significativas nos engajamentos feministas que produzem efeitos paradoxais. Eles parecem fortalecer a dinâmica do campo, mas ao mesmo tempo definem sua natureza e abrangência, disciplinando discursos e práticas feministas.

dição de clandestinidade, e as mulheres dos movimentos populares urbanos. A autora oferece uma análise crítica do processo de modernização e desenvolvimento, de seu impacto nas distintas e desiguais posições sociais das mulheres, assim como da universalização presente na perspectiva feminista ocidental. Porém, sua proposta de caracterização do movimento feminista irá se restringir a um caráter interclassista. Os trabalhos de Sarti que analisei principalmente foram: *Feminismo no Brasil: uma história particular* (1988) e *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória* (2004).

Por sua vez, Joana Maria Pedro (2006) tem o interesse em evidenciar como a narrativa fundacional do feminismo no Brasil é resultado de invenções e lutas de poder entre as diferentes forças sociais e políticas do período. O foco principal de Pedro é direcionado às mulheres de partidos e organizações políticas de esquerda, assim como Sarti, mas também ao que a autora identifica como uma corrente feminista anterior aos anos de 1970-1980. Esta corrente será retratada em seu trabalho através de mulheres brancas, de classe média, intelectualizadas e com experiências políticas e acadêmicas nos Estados Unidos e Europa. Seu principal trabalho analisado nesta pesquisa foi: *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)* (PEDRO, 2006).

Por último, Lélia Gonzalez (2011) denuncia o racismo estrutural nas sociedades e movimentos sociais da América Latina e, mais especificamente, no Brasil. A autora enfatiza o surgimento dos movimentos de amefricanas e ameríndias, reivindicando uma nova perspectiva com a qual abordar os movimentos de mulheres na região. Para a autora, as categorias debruçadas até então sobre a experiência e a participação no movimento de mulheres ignoram a trajetória das mulheres amefricanas e ameríndias nos movimentos étnico-raciais. O trabalho de Gonzalez (2011) no qual me concentrei, principalmente, foi: *Por um feminismo Afrolatinoamericano*.

É possível antecipar que, quando confrontadas, por um lado, essas narrativas demonstram relações de desigualdade, operações de silenciamento e revelam a colonialidade de gênero (LUGONES, 2007). Por outro, elas manifestam também a radicalização do(s) campo(s) feminista(s). Os trabalhos de Sarti (1988, 2004) e Pedro (2006) são exemplos de narrativas que ainda encontram dificuldades para superar interpretações dicotômicas sobre as participações no campo feminista. No entanto, o trabalho de Gonzalez (2011) oferece a possibilidade de reinterpretar as fronteiras do campo de maneira que não apenas as categorias propostas por ela possam ser localizadas. Chego ao final deste trabalho com a conclusão de que, uma vez que as fronteiras de um mapa são reimaginadas, podemos questionar como e por quem esse mapa foi conceitualizado. Não obstante, é igualmente indispensável enxergar não apenas a produção de ausências e silenciamentos, mas também a produção de presenças e conhecimentos insurgentes, que possibilitam contra-arrestar verdades universais impostas sobre os con-

textos e experiências de sujeitos sociais e históricos nas lutas feministas e de outros campos políticos.

***A história particular do feminismo no Brasil, por Cynthia Sarti:
o caráter interclassista como explicação do movimento
de mulheres durante os anos de 1970-1980***

Desde a década de 1980, Cynthia Sarti optou por fazer uma análise do ressurgimento do movimento feminista organizado no Brasil através do contexto histórico da ditadura militar (1964-1984), do modelo de modernização excludente da década de 1970 e da desigualdade histórica que marca a sociedade brasileira. Igualmente interessante foi descobrir, nos trabalhos de Sarti, como sua participação na militância feminista ajudou a moldar sua pesquisa sobre mulheres trabalhadoras que viviam nas periferias de São Paulo. Um sentimento de desconfiança a um discurso feminista universal a levou ao desenvolvimento de trabalhos sobre as condições sociais de mulheres que escapavam de seu próprio grupo social de referência⁶. As elaborações de Sarti cumpriram, assim, um papel importante ao indicar as diferentes posições que mulheres negras e brancas, das classes média e trabalhadora, ocupavam e como isso influenciou nas diferentes perspectivas políticas dentro dos movimentos de mulheres e feminista.

Um ponto importante que desenvolve a autora sobre o contexto brasileiro é o encontro entre modernização excludente e o que foi sendo constituído como “a questão das mulheres”. A seu ver, a modernização excludente deve ser vista como um processo de continuidade e incremento das desigualdades históricas referentes à distribuição e concentração de recursos e riquezas nesta sociedade (SARTI, 1988, p. 40). O setor privilegiado pela política econômica de desenvolvimento, segundo Sarti, é mais propício à adesão aos ideais modernos nos grandes centros urbanos, enquanto que nas periferias e áreas rurais, a exclusão da maior parte da população dos benefícios do crescimento econômico é traduzida, principalmente, em condições precárias de trabalho e falta de acesso à moradia, terra, educação e serviços de infraestrutura.

Nesse sentido, se destaca a lucidez da crítica da autora em relação a uma compreensão, muito difundida na época, de que a repressão do regime ditatorial era o principal inviabilizador ideológico do feminismo, minimizando as objeções colocadas, em nosso contexto, à importação de categorias, bem como de marcos teóricos explicativos e práticos vindos dos Estados Unidos e da Europa. Esse é o panorama dado pela autora para cri-

⁶ Esta declaração é feita especialmente na introdução de sua tese de doutorado, intitulada *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo* (1994). Além deste, Sarti (1985) desenvolveu uma série de trabalhos tratando do tema, dos quais também se destaca sua dissertação de mestrado: *É sina que a gente traz: ser mulher na periferia urbana*.

ticar o ideário ocidental universalizante e individualista por trás do feminismo hegemônico ocidental, que experimentou uma maior adesão, no Brasil, em tal época.

Se, por um lado, Sarti apresenta o problema do feminismo ter centrado e generalizado uma noção moderna da pessoa com base no indivíduo, o que não acontece em todos os contextos (SARTI, 2004, p. 45), por outro lado, a autora afirma ser este investido com demandas específicas que não fornecem uma identificação para vastos setores de mulheres, pois, como afirma: “A independência feminina tem a marca de sua classe e de sua cor” (SARTI, 1988, p. 39-40). Sarti aborda também as experiências muito distintas em termos de trabalho remunerado e universo familiar. A presença da trabalhadora doméstica nos lares da classe alta e média, por exemplo, possibilitando o processo de libertação de algumas poucas mulheres brancas, é atribuída por Sarti (1988) à história da escravidão na sociedade brasileira.

O seu conjunto de críticas, no entanto, não impedirá que Sarti, ao apresentar os setores que integram os movimentos feminista e de mulheres no Brasil, o faça de forma reduzida, atendo-se a ressaltar o seu caráter interclassista como parte de seu aspecto particular. Sarti defende que o Ano Internacional das Mulheres, declarado pela Organização das Nações Unidas em 1975, dará um pretexto para a criação de um movimento de mulheres chamado, principalmente, por mulheres organizadas em partidos da esquerda e pertencentes às camadas médias, quando estas buscavam burlar a condição de clandestinidade para se organizar politicamente (SARTI, 1988). O evento e as organizações que foram criadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, através de um processo de mobilização voltado para a agenda internacional, irão concentrar, por parte de Sarti, a identificação da corrente feminista do movimento. Além da autora, circula pela produção de conhecimento sobre a atuação feminista na época, a tese da motivação central das militantes partidárias ser a defesa da democratização diante de um cenário de completa erradicação das forças políticas revolucionárias (COSTA, 1988).

Como contrapartida a essa categoria, a autora argumenta que as partidárias se articularam às mulheres dos movimentos populares, vindas das classes mais empobrecidas, que, pertencentes às associações de bairros e comunidades eclesiais de base (CEBs), levam demandas desde seus cotidianos nas periferias urbanas. Basta ver que a aliança feminismo e marxismo já descreveu casos semelhantes em outras paisagens para concluirmos que a referência feminista em ditas forças políticas e intelectualidades é de longa data⁷. O que nos levaria a crer, então, que o salto analítico da proposta de

⁷ Pisa e Boscatto (2012) são somente um exemplo, entre tantos, que conta o caso italiano em um contexto de forte disputa entre as doutrinas marxista e católica, o *Curso das 150 horas somente para mulheres*. A experiência de formação política das operárias foi um ponto de inflexão na atuação feminista sindical na região do norte da Itália.

Sarti (2004) habitaria na observação sobre o feminismo enquanto experiência histórica no Brasil, faltando explorar, no entanto, como certos encontros historicamente proporcionados não são de todo inéditos e tampouco destacados das identidades políticas forjadas no contexto maior da América Latina⁸.

O que gostaria de chamar a atenção é para a centralidade do elemento interclassista na tese de Sarti para explicar o movimento feminista da época. Sua principal evidência é apresentada pela autora que aponta como a “mulher trabalhadora”, à princípio, foi o sujeito de representação estrategicamente escolhido para a união do movimento por se encontrar entre o campo de incidência do marxismo e a concepção liberal do trabalho remunerado como instrumento de emancipação da dona de casa (SARTI, 1988, p. 42).

O avanço da corrente feminista em seguida, no entanto, mostra novos contornos da conformação do movimento. Sonia Alvarez (2014b, p. 22) registra um “conflito constitutivo” do feminismo nos anos de 1970-1980 que demarca uma tendência autônoma em relação a um suposto espaço político exterior formado por diversos setores. Entre estes podem ser listados as organizações da esquerda que colocavam a pauta feminista como contradição menor, as militantes de tais organizações, as mulheres de organizações populares e, por último, os movimentos do Norte identificados pelo imperialismo e *status* burguês. A autora recupera, através de testemunhos, como a definição de autonomia deste campo implicou a neutralização da heteronormatividade e das questões de classe, mas, sobretudo, de uma posição racial negada (ALVAREZ, 2014b, p. 23).

Tal qual a “mulher trabalhadora” teve seu histórico de construção enquanto sujeito do feminismo brasileiro, paralelamente, houve uma trama no cerne da identidade feminista, tanto no Brasil quanto no restante da região, que buscou se distinguir da identidade de outros setores do movimento de mulheres (ALVAREZ, 2014a, p. 61). É convicção deste trabalho que tal feito teve um custo para o programa emancipatório feminista. Ainda que sob a contestação dos setores à margem da “autonomia” conformada, foi reservado um papel residual à dimensão interracial e ao regime sexual, ainda que de formas distintas. Nota-se que Sarti não rompe com essa prática, e não obstante as categorias ensaiadas pela autora demonstrando a construção de diferentes posições e os arranjos negociados para a operação articulada entre os distintos setores do movimento, esta chama a atenção para como é a heterogeneidade colocada pelos movimentos lésbico e de mulheres negras que desponta na “unidade desfeita” (SARTI, 1988, p. 44).

As experiências e discursos que são articulados através de categorias como raça e sexualidade para enunciar esses sujeitos no campo polí-

⁸ É também em Alvarez (2014b, p. 22) que encontramos que o conflito entre “luta geral – militância política” e “luta específica – militância autônoma” não se ateve aos espaços locais e nacionais, mas também à nível regional, nos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe (Eflac), durante os anos de 1980.

tico feminista não ocupam a mesma legitimidade que as articulações entre gênero e classe, neutralizadas em seu status de articulação de origem do feminismo no Brasil.⁹ Infelizmente, Sarti estende o seu diagnóstico sobre as noções de um feminismo abstrato a todas as expressões feministas. Reproduzindo a mesma generalização à qual ela acusa o(s) feminismo(s) ocidental(is), a autora subordina todo o movimento à lógica feminista moderna e é incapaz de localizar presenças dissonantes em seu diagnóstico do movimento.

A narrativa fundacional do feminismo por Joana Maria Pedro: entre o Ano Internacional da Mulher e outras categorias de matriz eurocêntrica

Em uma entrevista recente, Joana Maria Pedro conta que, oriunda de uma família de classe média baixa que via a educação dos homens como um investimento, a sua trajetória inicia ainda como uma jovem trabalhadora que vê na ocupação de educadora uma oportunidade de trabalho estável, na década de 1970 (CAVALCANTI *et al.*, 2018). O interesse em estudos de gênero surgiu de sua discussão com uma colega de departamento sobre julgamentos morais envolvendo outra professora. O resultado foi sua tese de doutorado sobre o papel do comportamento feminino na construção da diferenciação por classe social e a legitimação de desigualdades na história local de Desterro, uma pequena cidade de Santa Catarina. Aqui é importante chamar a atenção para como, segundo seu relato, o tema proposto por Pedro para seu doutorado fez com que ela fosse identificada subitamente como feminista, revelando-nos mais uma vez gênero e classe como os eixos interpretativos de maior visibilidade do campo feminista na época.

Pedro, sobre a primeira revisão de sua proposta de projeto feita pela orientadora no doutorado: ‘A Maria Odila leu, olhou para mim, e disse assim: ‘é, tem algumas coisas aqui que ainda precisam revisar; talvez deixar mais claro os objetivos e talvez ter algumas outras leituras, mas o bom é que você é feminista. Olhei para ela assim: ‘eu?’ [risos] Mas se a Maria Odila diz que eu sou feminista, quem sou para dizer que não?’ (CAVALCANTI *et al.*, 2018, p. 245).

Em Sarti (1988), já abordei as limitações produzidas ao apontar as categorias de classe e gênero para expressar as únicas contradições e antagonismos sentidos na época (pois as demais – segundo esta versão – teriam vindo depois). Apesar de se envolver em um diálogo crítico com os principais elementos do trabalho de Sarti, na análise de Pedro (2006) a

⁹ Aqui é importante apontar que o amplo campo partidário marxista foi integrado por distintas vertentes, passando pelo stalinismo-leninismo, maoísmo e trotskismo.

obstrução de entendimentos sobre a constituição racial, hétero-sexista e colonial de gênero emerge novamente quando a autora mergulha seus leitores no impasse trazido pelas dicotomias “luta geral *versus* luta específica” como sendo resultado dos conflitos e lutas de poder no cenário de disputa pelas origens do(s) feminismo(s) no Brasil. A autora estará empenhada em trazer a invenção de um marco fundador do movimento de mulheres brasileiras durante a declaração do Ano Internacional da Mulher pelas Nações Unidas. Assim, meu interesse principal foi ver como Pedro (2006), ao questionar o que ela chama de “narrativa de origem”, irá propor uma interpretação alternativa, bem como observar quais setores a autora irá localizar para contextualizar o(s) feminismo(s) no Brasil.

Em primeiro lugar, Pedro (2006) expõe como a narrativa que constrói o Ano Internacional da Mulher enquanto advento de criação do movimento feminista é responsável por fixar as mobilizações das mulheres em um espaço e tempo específicos. As “primeiras” aparições feministas viriam a ser identificadas no grande centro urbano do Rio de Janeiro para que só então aparecessem espaços do movimento em outros lugares do Brasil, impondo um papel subalterno à realidade das mulheres em outros territórios (PEDRO, 2006, p. 252). A fim de apreender a edificação desse evento como marco fundacional do feminismo, é possível igualmente encontrar orientações em autoras latino-americanas como Andrea D’Atri (2004). A autora lança luz sobre os antecedentes dos processos revolucionários que vão de 1968 até o início dos anos 1980 em diferentes partes do mundo. Segundo D’Atri (2004, p. 115-116), a América Latina testemunhou a produção de:

‘transições democráticas’ ao final desse período, onde ‘a ‘democracia’ passou a ser a política privilegiada do imperialismo estadunidense para com o nosso continente, como resposta defensiva ao surgimento da mobilização independente das massas contra esses mesmos regimes ditatoriais, que já se encontravam profundamente desprestigiados’¹⁰.

Para grande parte dos movimentos feministas da região, resultou a transformação da ação “insurreccional” para “institucional”, uma vez que fazia parte da agenda conquistar novos lugares dentro do regime político, das instituições do Estado, da Universidade e até mesmo das agências financeiras multilaterais (CAVALCANTI *et al.*, 2018, p. 116). O cenário, portanto, deve ser contemplado para entender tal momento em que a ocupação feminista das instituições produziu a invisibilização de gerações quanto às experiências, ações e saberes de setores feministas que não atendiam às mesmas estratégias e agendas.

¹⁰ Tradução feita por mim do espanhol para o português.

De volta às investidas de Pedro (2006) que são mais contidas para reconstruir a façanha feminista, podemos apontar duas principais operações. A primeira diz respeito à tentativa de contradizer o monopólio da agência no Ano Internacional da Mulher como sendo das mulheres partidárias ligadas a correntes marxistas, e ressaltar a existência e participação das correntes do feminismo radical e liberal. Pedro (CAVALCANTI *et al.*, 2018) realiza entrevistas com militantes sobre suas experiências de identificação com o feminismo, investigando como elas chegaram ao “evento de inauguração” e expondo os conflitos e influências mútuas entre as diferentes correntes. Contudo, os testemunhos recolhidos por Pedro não desafiam um nexo da experiência feminista estabelecida dentro de um universo restrito às participações de mulheres no movimento estudantil e partidário, em circuitos de ativismo transnacional e nas organizações de mulheres formadas no grande centro urbano de São Paulo e Rio de Janeiro.

A segunda operação da autora é buscar comprovar que algumas participantes das correntes radical e liberal estavam envolvidas em círculos feministas antes das ações do Ano Internacional da Mulher. Nesta fase, Pedro (2006) reivindica uma genealogia feminista que contemple as atividades feministas dentro dos grupos de autoconsciência, por exemplo. Mas também através das traduções de livros feministas dos Estados Unidos e da Europa por mulheres intelectualizadas de classe média e alta, a maioria delas com experiência política e acadêmica no exterior. Nesse sentido, observe as limitações de seu trabalho, que não busca entender como caminhos feministas foram forjados, tendo como base conhecimentos e experiências localizadas no contexto social, cultural e histórico brasileiro.

Por causa das considerações estreitas de Pedro sobre quem compõe o campo feminista, a autora observa os efeitos que a dicotomia apontada acima trouxe como parte dos conflitos entre os setores do feminismo radical, liberal e marxista em suas investidas nas categorias de gênero e classe. Contudo, houve efeitos mais amplos nos feminismos da América Latina, incluindo a dicotomia que nós, enquanto feministas, temos criado em torno do que são consideradas ou não questões específicas da mulher, e a negação persistente das agendas das mulheres que não se identificam como feministas. E mais uma vez, se observada criticamente a produção de conhecimento que aqui se discute, é possível emitir um alerta para que se as práticas feministas, por um lado, sofrem ingerência da lógica partidária marxista (LOBO, 1999), a reclamada autonomia da “corrente feminista”, por outro, não está livre de um legado conceitual e político de caráter colonial moderno, formado igualmente dentro de doutrinas do pensamento político que definem o programa emancipatório feminista.

A combinação das lutas de classe e de sexos ensaiadas no exílio por brasileiras remete a uma noção de patriarcado que, como brilhantemente registrado por Albertina de O. Costa (1988, p. 66), irá até mesmo

fazer “delirar que as mulheres constituiriam a nova classe universal”¹¹. A autora consegue se aproximar da avaliação que aqui faço sobre os achados de Sarti (1988, 2004) e Pedro (2006) em relação ao arranjo feito pelo movimento feminista brasileiro em sua relação com o movimento de mulheres ao se inspirar no feminismo materialista francês. Costa (1988, p. 69) preconiza que não se trata de buscar reproduzir ortodoxias, mas apontar o enorme fosso que separa diversos movimentos de rebeldia e tomar a tarefa de procurar uma explicação convincente sobre a natureza híbrida dessas manifestações que aqui tiveram lugar. Por causa das estreitas considerações de Pedro sobre quem compõe o campo feminista, a autora é virtualmente obrigada a limitar-se à dinâmica que o “paradoxo constitutivo” representou aos conflitos desses mesmos dois setores, quando na realidade, gerou efeitos mais amplos nos feminismos latino-americanos. Minha sugestão é que isso aconteça porque a autora não considera o movimento feminista em suas articulações com campos políticos além daqueles observados em sua obra. Procedimento este que não deixa de ir de mãos dadas com as suas práticas teóricas.

Por um feminismo afrolatinamericano: a contribuição de Lélia Gonzalez para expandir as fronteiras do(s) campo(s) feminista(s)

Após mais de 25 anos do legado deixado por Lélia Gonzalez através de sua trajetória política, cultural e intelectual, esta tem sido ainda bastante negligenciada por parte de diversos campos do feminismo, principalmente de feministas brancas. Mas não somente, visto que seu trabalho ainda pouco circula nos demais campos políticos da esquerda e do pensamento crítico, apesar do crescente debate promovido por intelectuais afrobrasileirxs sobre a perspectiva negra, diaspórica, anti-racista, anti/decolonial, dentro e fora do Brasil. Não fosse assim, aqueles setores poderiam aprender muitas das lições passadas por Gonzalez sobre a realidade histórico-cultural e política da sociedade brasileira e seus movimentos sociais, que a intelectual tratou de definir como fortemente atravessada pelo mito da democracia racial. Da denúncia feita pela autora irão se desprender boa parte de suas elaborações, como é o caso da sua análise sobre as categorias do movimento feminista e de mulheres no Brasil durante os anos de 1980.

Em *Por um feminismo afrolatinoamericano*, a autora introduz o itinerário político e epistemológico de mulheres negras e indígenas, identificando as questões raciais e étnicas presentes na realidade brasileira e

¹¹ Um exemplo de crítica que se destaca nesse sentido tem sido desenvolvida por Breny Mendoza (2010) em seus diversos artigos sobre feminismo transnacional em que a autora trata a colonialidade do pacto social democrático liberal como uma resposta à elaboração de Carole Pateman, em *O contrato sexual*.

latino-americana (GONZALEZ, 2011). A autora elabora sua crítica a partir das categorias sistematizadas por Virgínia Vargas para explicar as correntes dos movimentos de mulheres através: 1) dos movimentos populares, 2) partidos políticos e 3) da corrente feminista. Para Gonzalez (2011), grande parte das mulheres identificadas como pertencente aos movimentos populares se mobiliza e organiza em torno da precarização e informalidade no trabalho e, portanto, também de sua sobrevivência familiar. São elas também, segundo a autora, as principais afetadas pelo modelo conservador e de modernização excludente vigente em tais décadas. Suas condições econômicas, sociais e históricas explicariam sua escassa identificação nos outros dois setores de mulheres.

No entanto, Gonzalez (2011) adverte sobre as limitações da categoria popular para retratar a participação e experiência das mulheres, pois ela ocultaria a dimensão racial vivenciada pela sua maioria, sendo diluída na perspectiva de classe. A crença de que o setor popular não é capaz de contemplar a luta de mulheres nos movimentos étnicos leva Gonzalez a conceber e chamar a atenção para a presença das amefricanas e ameríndias nos movimentos da região. Esta participação vai sendo tecida por Gonzalez conforme a autora esmiúça como a experiência histórica da escravidão uniu a população afrobrasileira: mulheres, homens, idosos e crianças, na construção de comunidades de resistência nas quais compartilharam os efeitos dolorosos em suas vidas, mas também as formas políticas e culturais para combater a supremacia branca (GONZALEZ, 2011).

Essas comunidades atravessaram os séculos e foram reinventadas em diálogo com os diferentes contextos, assumindo diferentes formas de luta. Os anos desde os quais Lélia Gonzalez escreve são de crescimento dos movimentos indígenas e negros na região. No entanto, a autora revela que práticas sexistas dentro desses espaços levam as mulheres a buscar uma aliança em espaços dos movimentos feministas, onde encontram outras práticas opressoras, desta vez através do racismo. No conjunto da obra de Gonzalez (2018) são vários os relatos fundamentando seu trabalho, baseados em momentos de enfrentamento nesses espaços que a própria autora viveu desde sua posição como mulher negra acadêmica, participando da política partidária de esquerda, no movimento negro, feminista e de mulheres negras. Sua conclusão é de que o caminho encontrado pelas mulheres amefricanas é integrar o movimento de mulheres enquanto movimento étnico.

Enquanto isso, esta categoria merece maior atenção aqui pela oportunidade que ela oferece para desbancar a assimilação através da imposição da matriz político-cultural eurocêntrica no subcontinente americano. Muitas vezes definida em termos de uma identidade “latina”, que é utilizada até mesmo para reivindicar insubordinação ao imperialismo, esse processo centraliza o sujeito branco e ocidental nas experiências da região. É assim que ainda em 1988, *A categoria política cultural de amefricanidade*

foi amadurecida em um artigo escrito por Gonzalez (1988), inti-tulado da mesma maneira.

Inspirada em discussões da psicanálise e análise histórica, Gonzalez (1988) cunha essa noção para advogar pela participação negra na formação histórico-cultural das Américas. A autora ressalta esses termos, principalmente, para a formação das sociedades brasileira e caribenhas, mas que se estende, igualmente, a todo o continente. Ela pode ser exemplificada de diversas maneiras como acontece no caso da transformação da língua portuguesa por línguas africanas como o Bantu, dando origem ao que a autora chama de Pretuguês – a oralidade presente na língua falada e vivida no Brasil. Essa explicação, segundo a autora, dá conta das realidades histórica, geográfica e cultural da região, respondendo à historicidade específica da comunidade afro-diaspórica que aqui se estabelece, diferentemente da que formada nos Estados Unidos, e que tampouco se encontra como era nas nações africanas.

Para concluir a discussão sobre a contribuição de Gonzalez, faço espaço para as elaborações de Cláudia Pons Cardoso (2014), que alega que a autora disponibilizou possibilidades teórico-políticas a uma formulação original e contextualizada sobre a contribuição amefricana à descolonização da produção de conhecimento e à historicidade da experiência negra, sendo esse também o caso de seu aporte para os movimentos feminista e de mulheres no Brasil.

Conclusão

Pensando em termos de uma periodização própria das práticas e conhecimentos feministas no Brasil e em diálogo com sua formação social, o mapeamento e análise de narrativas aqui expostas informam que o histórico colonial do sistema moderno capitalista, no Brasil, faz com que o conflito esteja presente desde os primeiros preparativos do campo feminista que puderam ser localizados. Isso se opõe a uma perspectiva sobre a formação feminista que afirma que as experiências que politizaram as estruturas de classe, raça e sexualidade alcançaram os debates feministas de acordo com uma noção moderna progressiva de tempo e história. Tal confronto tem sido historicamente interpretado por grande parte do conhecimento feminista no Brasil através de um tipo de releitura marxista que é capaz unicamente de repensar as relações de um sistema patriarcal em relação ao capitalismo e vice-versa. Nesse sentido, é importante assinalar que o contato das narrativas proporcionadas por Sarti e Pedro se revelou muito mais próximo em seus dilemas ao campo feminista da época do que em relação à Gonzalez. Esta dialoga com as correntes apontadas pelas demais para promover sua crítica sem, porém, receber o mesmo tratamento.

É através da colonialidade de gênero (LUGONES, 2007), que conceitualmente me ajudou a ler as narrativas mapeadas, que a denúncia de Gonzalez (2011) sobre o mito da democracia racial assume um potencial de redefinir as fronteiras geopolíticas do conhecimento na elaboração de práticas de mapeamento teórico-político feminista nos anos de 1970-1980. A partir deste estudo, confirma-se a proximidade da relação da proposta amefricana de Gonzalez, anunciando o feminismo negro no Brasil, à trajetória do feminismo decolonial na América Latina. Bebendo nas epistemes negra e indígenas, mas também nas tradições terceiro-mundista, pós-colonial e dependentista de um tempo, acredito que estas alimentam, de alguma forma, leituras complexificadas do sistema capitalista global desde a diferença colonial de gênero nas periferias.

A análise das narrativas também contribuiu ao expor a interação entre as identidades políticas que distinguem o movimento feminista do movimento de mulheres no Brasil e na região. Esta relação tem pressuposto que, embora este último deva ser consciente e aberto para articular agendas diferentes, os entendimentos feitos das opressões das mulheres pelo feminismo continuarão intactos para o mesmo, não sofrendo transformações orientadas por visões de mundo e experiências que concebem que o processo de (hetero)sexualização e generização não se impõe às mulheres pelo gênero, mas pela racialização e classe. Esta relação, a duras penas, externa possibilidades de radicalização do feminismo, quando o mesmo sofre um questionamento sobre a primazia do gênero para explicar as experiências das mulheres.

Deparar-me com as dimensões e categorias manipuladas pelos distintos campos feministas me fez estabelecer pontes com o seu atual estado de arte e apropriações. É possível observar como certas interpretações deste passado recente produzem genealogias e consequências políticas para o tempo presente. Através do processo instituidor do 8M e a convocação de uma greve geral de mulheres, é mobilizada uma memória amnésica e racista, tal qual denunciava Gonzalez em sua época, sobre a origem escravocrata do trabalho doméstico em nossas sociedades de histórico colonial capitalista. As articulações entre algumas organizações partidárias e o feminismo de inspiração materialista retomam a centralização do discurso, onde muito pouco ou nada pode ser questionado em termos de interesses e relações de poder no(s) movimento(s) feminista(s).

E ainda, é possível continuar indagando acerca das repercussões de uma interpretação do movimento feminista enquanto um movimento interclassista: o que significa dizer que o feminismo é um movimento composto por diferentes classes sociais? Haverá uma implicação, explícita ou implicitamente declarada, para seu programa político de emancipação? Como é praticada essa composição interclassista? Esta reflexão tem sido estopim para pensar a continuidade de meu argumento contextualizado na

atualidade, em um ir e vir de um movimento dialético entre os dois períodos históricos.

Por último, é importante ressaltar que o trabalho representa um processo chave em minha formação enquanto militante pesquisadora. Derivado de um período na academia feminista do Norte geopolítico, este foi um momento de traçar escolhas políticas e epistemológicas que refletissem a minha experiência enquanto educadora e integrante do movimento social em um espaço de intensa oferta de teorias feministas eurocêntricas burguesas e de forte demanda pela matéria prima da experiência “outra” latino-americana. Assim, perguntei-me acerca da tarefa de uma bolsista racializada como branca, com um passaporte obtido através de sua avó italiana, em um programa que convoca feministas “de fora” da União Europeia, sob a promessa multicultural neoliberal. É uma pergunta que irá repercutir, espero, por muitos anos em meu trabalho.

Referências

ALVAREZ, S. E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. *Revista Feminismos*, v. 2, n. 1, jan./abr. 2014a.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, jan./jun. 2014b.

CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.

CAVALCANTI, E.; CABRAL, G.; DAMASCENO, J. L. Entre histórias, gênero e política: fragmentos da trajetória de Joana Maria Pedro. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 20, n. 35, jun. 2018.

COSTA, A. O. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 66, ago. 1988.

D'ATRI, A. Diferencia de mujer, diferencias de mujeres. In: D'ATRI, A. *Pão e rosas: pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones Las armas de la crítica, 2004.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, 1988.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Caderno de formação política do Círculo Palmarino*, v.1, n. 1, 2011.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: UCPA, 2018.

LOBO, E. S. A classe operária tem dois sexos. In: LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUGONES, M. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, v. 22, n. 1, 2007.

MENDOZA, B. Los desafíos de los feminismos transnacionales en la nueva era del genocidio. *Cadernos de Sociología*, n. 10, 2010.

MIÑOSO, Y. E. Los cuerpos políticos del feminismo. In: ENCUESTRO LÉSBICO FEMINISTA DE LATINOAMÉRICA Y DEL CARIBE, 9, Guatemala, 2010a.

MIÑOSO, Y. E. Prólogo. In: MIÑOSO, Y. E. (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En la Frontera, 2010b.

MIÑOSO, Y. E. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El cotidiano*, Ciudad de México, v. 184, mar./abr. 2014.

MIÑOSO, Y. E. Hacia la construcción de la historia de un (des)encuentro: la razón feminista y la agencia antiracista y decolonial en Abya Yala. *Praxis*, Rio de Janeiro, v. 76, n. 2, jul./dez. 2017.

PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n.52, 2006.

PISA, B.; BOSCATO, S. *Donne negli anni Settanta*. Voci, esperienze, lotte. Milano: Franco Angeli, 2012.

SARTI, C. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, fev. 1988.

SARTI, C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, n. 16, 2001.

SEABRA, J. E.; ASSIS, M. P. Transformando desde as margens: uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2016.

DOI: 10.12957/rep.2021.56083

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 05 de setembro de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A trabalhadora no *Brasil Mulher*: análise das capas do 8 de março*

**The female worker in *Brasil Mulher*:
analysis of covers from March 8th**

Larissa Shayanna Ferreira Costa
Verônica Soares da Costa*****

Resumo – O *Brasil Mulher* é um jornal feminista que surgiu em 1975, no bojo da resistência à ditadura militar. Posicionado à esquerda, se propõe a dialogar com mulheres da classe trabalhadora, na perspectiva de fortalecer a auto-organização e ampliar a consciência feminista. A pergunta central deste trabalho passa por como o jornal se apresenta a esse público e, na tentativa de sugerir respostas, faz-se uma análise das capas de duas edições que abordam o 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. Mobilizando o método de análises de textos verbo-visuais sistematizado por Gonzalo Abril, as textualidades das capas são analisadas a partir das categorias de visualidade, mirada e imagem. Conclui-se que as capas selecionadas conformam textos verbo-visuais que representam um perfil da mulher trabalhadora brasileira que foge a estereótipos e que é capaz de disputar o imaginário do que é ser mulher na sociedade capitalista e patriarcal da década de 1970.

Palavras-chave: imprensa; feminismo; textualidades; *Brasil Mulher*.

Abstract – *Brasil Mulher* is a feminist newspaper founded in 1975 as part of the resistance movement against the military dictatorship. The liberal publication's stated purpose was to establish a dialogue among working-class women to strengthen self-organization and increase awareness of feminist ideology. This article aims to examine how the newspaper communicated with its audience through the analysis of two front covers published on March 8th, International Women's Day. Using analysis methods developed by Gonzalo Abril, a textual analysis was undertaken considering visual elements, perspective, and image. The selected front pages are visual texts which break from the stereotypical representations of working-class Brazilian women and challenge the idea of what it was to be a woman in the capitalist, patriarchal society of the 1970s.

Keywords: press; feminism; textual analysis; *Brasil Mulher*.

.....
* Artigo derivado do trabalho de conclusão de curso intitulado *Imprensa e Feminismo: uma análise das capas do jornal Brasil Mulher* e aprimorado para fins de publicação.

** Jornalista formada pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-graduação em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: larissa.sfcosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-1853>.

*** Jornalista do Programa de Comunicação Científica, Tecnológica e de Inovação da Fapemig. Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV, doutora em Comunicação Social pela UFMG. Professora na PUC Minas. E-mail: ve.scosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1324-0535>.

Introdução

O movimento de mulheres no Brasil vem sendo construído, desde o início do século XIX, com muitos embates, disputas, ganhos e perdas (VENTURI; GODINHO, 2013). Pautas feministas, como participação política, condições melhores e igualitárias de trabalho, autonomia em relação ao próprio corpo e combate à violência, caminham junto no país às reivindicações por direitos democráticos, humanos e trabalhistas.

Entender a trajetória do feminismo brasileiro é também passar pela história da relação das mulheres com a imprensa, pois, além da organização e das lutas de enfrentamento à opressão patriarcal, a propagação de ideias libertárias via jornais impressos foi, historicamente, uma tática adotada para a formação política e divulgação de novos valores e princípios de vida. Tanto a história das mulheres quanto a sua relação com a imprensa são temas ainda pouco debatidos na sociedade. Para Constância Lima Duarte (2003), a história do feminismo – e, pode-se acrescentar, a história da imprensa feminista – não é muito conhecida pelo fato de também não ser muito contada. A autora afirma que a bibliografia ainda é limitada, além de abordar de forma fragmentada os anos 1930 e a luta pelo voto, ou os anos 1970 e as conquistas mais recentes.

O jornal *Brasil Mulher* foi a primeira experiência de jornalismo feminista Pós-Golpe Militar de 1964. O tabloide de 16 páginas, construído e dirigido por mulheres militantes com experiência em partidos de esquerda, muitos deles clandestinos naquele período, circulou em diversos estados brasileiros até o ano de 1980, totalizando 20 edições, com periodicidade de dois meses ou mais. Além de informar e expor um ponto de vista feminista sobre a realidade da classe trabalhadora, o jornal cumpria com a função de ser instrumento de auto-organização das mulheres, de ampliação da consciência feminista e de fortalecimento da resistência à Ditadura Militar.

Inserido na segunda onda¹ do movimento feminista internacional, que trouxe elaborações e práticas que colocaram a luta por direitos iguais em outro patamar, pode-se dizer que o *Brasil Mulher* se associou a uma vertente revolucionária do feminismo. Com a compreensão de que a emancipação das mulheres só é possível conjugada com a luta pelo fim da sociedade de classes, o jornal se destinava especificamente às mulheres trabalhadoras, em sua diversidade: negras, operárias, moradoras de periferia etc.

Havia, portanto, uma abordagem de conteúdo que dialogava com a realidade dessas mulheres trabalhadoras. Eram comuns temas ligados ao sindicalismo, ao trabalho doméstico e de cuidados, a direitos sexuais e

¹ O termo “segunda onda” é utilizado neste trabalho para designar o feminismo que emerge, sobretudo, após a década de 1960 nos Estados Unidos e Europa, reverberando para outros países do mundo. Não interessa para esta discussão o debate sobre a existência ou não de outras ondas posteriores à segunda, o que é objeto de debate de algumas autoras brasileiras.

reprodutivos, direitos trabalhistas e creches. A construção visual do jornal indicava escolhas por uma estética que fugisse da lógica dos jornais e revistas empresariais, da manutenção de estereótipos, padrões de beleza e comportamentais. Nesse contexto, surge a questão que este trabalho pretende discutir: que estratégias textuais o jornal *Brasil Mulher* utiliza em suas capas para se apresentar ao seu público? Na perspectiva de sugerir respostas para essa questão, foram utilizadas, como metodologia de análise e fundamentação teórica, as discussões em torno do conceito de textualidades (LEAL *et al.*, 2018) e das dimensões das verbo-visualidades (visualidade, mirada e imagem) elaboradas por Gonzalo Abril (2007, 2012) para a análise de duas capas do jornal.

Para fins de análise, a variedade de conteúdos publicados nas capas do jornal (textos, fotos, imagens variadas) é entendida como “não apenas um artefato semiótico (verbal, na maioria das vezes) encontrado no cotidiano, mas um composto necessariamente heterogêneo de signos, fortemente vinculado a uma dada situação comunicativa” (LEAL *et al.*, 2018, p. 18). Ainda segundo o autor, “textualidade” é um conceito que passa a se referir tanto ao que faz “de um texto um texto” como aos modos de investigá-lo.

Já a metodologia de análise crítica de textos visuais de Gonzalo Abril (2007, p. 21) postula que “[...] da mesma forma que o silêncio do não-dito sempre age sobre o significado do que é dito, o invisível e o invisibilizado determinam o significado do que o texto visual dá a ver”². Gonzalo Abril (2007) destaca ainda que a visualidade é como um espaço de pensamento cuja extensão do visual considera também a experiência de leitores e escritores de textos visuais. Para o autor, tais textos devem ser considerados formas fluentes e mutáveis no tempo da história e nos espaços da cultura, de modo que as observações de quem analisa são também carregadas por pressupostos de uma cultura visual, de um imaginário, de formas históricas de olhar. Essas categorias permitem observar, a partir do que é sensível e palpável, mas também do que é invisível, as relações de poder que sustentam a disputa de imaginários relacionados ao que é ser mulher na sociedade capitalista e patriarcal em uma data simbólica para a luta das mulheres: o 8 de março.

Movimento de mulheres e resistência à Ditadura Militar

No Brasil, o Golpe Militar de 1964 assassinou e sumiu com diversos militantes, jornalistas e guerrilheiros que ousaram criticar o regime totalitário. Mais de cinco décadas depois, muitos torturadores não foram punidos

² No original: “[...] del mismo modo que el silencio de lo no dicho actúa siempre sobre el sentido de lo que se dice, lo no visto y lo invisibilizado determinan el sentido de lo que el texto visual da a ver” (ABRIL, 2007, p. 21).

e muitos corpos estão desaparecidos. É nesse contexto de resistência que surge o *Brasil Mulher*, influenciado não somente pelas ideias e conflitos do movimento feminista internacional, mas também pelas experiências latino-americanas, como a Revolução Cubana, em 1959.

Durante os anos 1970, as feministas brasileiras atuaram em movimentos auto-organizados de mulheres, em movimentos de luta pela terra ou por moradia, em partidos políticos, sindicatos, organizações clandestinas e grupos guerrilheiros. Nesse período, as mulheres das classes populares protagonizaram lutas que se referiam, conforme aponta Pedro Jacobi (1987), à defesa dos direitos mínimos de cidadania, às demandas em torno de carências de meios de consumo coletivo e à precariedade das condições reprodutivas cotidianas.

Nos bairros operários e com o apoio de paróquias progressistas, surgiram, nos anos de 1972 e 1973, os clubes de mães e associações de donas de casa, que lançaram o abaixo-assinado contra o custo de vida, movimento que, mais tarde, ficaria conhecido como *Movimento do Custo de Vida*. Esse foi considerado o primeiro movimento popular e de massas que ousou ir às ruas após o Ato Institucional nº 5 (TELES; LEITE, 2013).

Por sua vez, algumas mulheres de classe média organizaram o *Movimento Feminino pela Anistia*, em 1975, que abrangia aquelas que também sofriam com os horrores da ditadura. A organização era liderada por Terezinha Zerbini, militante que havia sido presa política por apoiar o movimento estudantil e abrigar em sua casa políticos clandestinos. As mulheres que faziam parte do *Movimento Feminino pela Anistia* visitavam instituições, gabinetes de parlamentares, bem como personalidades do meio artístico e religioso para coletar assinaturas em favor da anistia. Nesse terreno nasceu o jornal *Brasil Mulher*, ideia da jornalista Joana Lopes, convidada por Terezinha Zerbini para participar do movimento.

Joana Maria Pedro (2006) destaca que o ano de 1975 foi um marco na história do movimento feminista brasileiro, uma vez que este retomou sua trajetória pública e pôde ampliar seu campo político de atuação. Esse ano foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. Como parte das comemorações, no Brasil, foi realizada uma reunião de mulheres na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Em São Paulo, aconteceu o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista – evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana –, liderado por mulheres do Partido Comunista Brasileiro ou próximas a ele (TELES; LEITE, 2013).

A intensificação do movimento de mulheres nesse período construiu um cenário de disputa sobre o que é ser mulher na sociedade e como resistir à Ditadura Militar. Os jornais feministas criados, inclusive o *Brasil Mulher*, passaram a ser porta-vozes desse movimento, divulgando agendas, conquistas e pautas, ao mesmo tempo em que serviam como ferramenta para organizar e aproximar mulheres.

Brasil Mulher: imprensa alternativa e feminista

Segundo o projeto *Memórias da Ditadura*³, uma das primeiras ações do Golpe de 1964 foi o sufocamento da imprensa de esquerda, comunista, socialista e nacionalista. Jornais e revistas como *Novos rumos*, *Semanário*, *A classe operária*, *Política operária*, *Ação popular* e *Movimento* deixaram de circular imediatamente depois da tomada do poder pelos militares. No entanto, mesmo com todas as dificuldades, a esquerda brasileira manteve a imprensa clandestina e independente durante todo o período da Ditadura.

A imprensa independente pode ser incluída no conceito de Bernardo Kucinski (2003) de imprensa alternativa, incluindo inúmeros jornais que circularam durante os anos de Ditadura Militar no Brasil e se caracterizavam por noticiar os graves crimes praticados no país, como as mortes de presos políticos, as torturas, a violação de direitos humanos, além de pautas contra a censura e o regime autoritário. De acordo com Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013), a “questão da mulher” não era mencionada pela imprensa, uma vez que a repressão política era tanta que não havia “tempo nem espaço suficientes” para esse assunto.

O surgimento de jornais alternativos, em formato tabloide, que era um modelo mais barato, tornou-se um fenômeno incontornável. Segundo o *Memórias da Ditadura*, mais de 150 publicações espalharam-se por todo o país. Além desses, diversos jornais, revistas, boletins, panfletos e cartazes eram produzidos por brasileiros exilados em países como França, Itália, Portugal e Estados Unidos. Os jornais, que muitas vezes tinham tiragem irregular e circulação restrita, eram expressão de oposição ao regime militar. Eram vendidos em bancas e, prioritariamente, comercializados mão a mão pelos próprios militantes em eventos ou nas sedes das organizações (LEITE, 2003).

O jornal *Brasil Mulher* teve a sua edição número zero publicada em 9 de outubro de 1975. Esse jornal foi o primeiro dirigido às mulheres e elaborado por mulheres no período pós-guerrilhas, entre o ano de 1975 e 1980. Afirmar que os jornais são feitos por mulheres significa dizer que são elas que compõem os conselhos editoriais, além de serem as responsáveis pela direção política, linha editorial e redação das principais reportagens. Isso não quer dizer que havia uma exclusão da colaboração masculina, o que pode ser visto, por exemplo, nas capas das primeiras edições, que contaram com fotos de Chico Resende (LEITE, 2003).

³ O portal *Memórias da Ditadura*, lançado em dezembro de 2014, tem o objetivo de divulgar a história brasileira durante o período dos governos militares compreendidos entre 1964 e 1985. A iniciativa foi realizada pelo Instituto Vladimir Herzog em resposta a uma demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Pode ser visitado em www.memoriasdadtadura.org.br. Acesso em: 6 mar. 2020.

Até 1980, foram 17 edições regulares e mais três denominadas “extras”. Com tiragem de 5 mil, mas que chegou a 10 mil exemplares em algumas edições, o *Brasil Mulher* era distribuído, em diversos estados brasileiros, de forma voluntária pelas próprias mulheres que escreviam os textos e faziam as edições e por militantes apoiadores da iniciativa. O primeiro exemplar do *Brasil Mulher* foi editado em Londrina, no Paraná, e transportado para São Paulo. A avaliação, na época, era que a capital paulista permitia maior divulgação e, conseqüentemente, poderia ampliar a adesão ao movimento pela anistia. Em novembro de 1975, a sede do jornal já havia mudado para a capital paulista, onde vivia Terezinha Zerbini. Em sua casa, ela chegou a abrigar as primeiras reuniões para discussão e elaboração das pautas.

O *Brasil Mulher*, assim como outras publicações da imprensa alternativa, não possuía patrocínio ou publicidade, o que causou uma situação financeira precária durante toda a sua existência. A manutenção da publicação dependia da contribuição mensal das mulheres que faziam parte da equipe. Em várias edições, havia um apelo aos leitores para que também contribuíssem financeiramente e divulgassem o jornal.

A estrutura básica do *Brasil Mulher* contava com quatro editorias principais que foram, em sua maioria, fixas durante toda a existência do jornal. O *editorial* trazia textos opinativos sobre a condição das mulheres na sociedade, na maioria das vezes, vinculada a outros temas políticos. A editoria *anistia* contava com entrevistas, reportagens, textos e notícias sobre o tema e a campanha pelo perdão a presos e perseguidos políticos. *Os fatos estão aí* era uma seção composta, geralmente, ou por uma entrevista sobre questões conjunturais de interesse das mulheres, ou por pequenas notas sobre o movimento feminista. Por último, a editoria denominada *arte comunicação; educação; rosa dos ventos* era composta por matérias e notícias sobre acontecimentos internacionais de interesse das mulheres.

O *Brasil Mulher*, assim como outros jornais feministas da época, reunia em sua equipe mulheres de esquerda, muitas egressas de prisões políticas. Pode-se dizer que o jornal era uma ferramenta de trabalho de base com as mulheres e de divulgação do feminismo, uma vez que grande parte da distribuição era realizada nas periferias. As militantes iam para os bairros, liam e debatiam as matérias junto com as mulheres e transformavam esses momentos de “construção de um feminismo popular, contra a ditadura e comprometido com a luta de classes” (TELES; LEITE, 2013, p. 67).

As mulheres nas capas do *Brasil Mulher*

Das 20 edições do *Brasil Mulher*⁴, 13 capas apresentam fotos⁵ de mulheres em primeiro plano, duas demonstram somente silhuetas⁶, três capas têm montagens ou desenhos⁷ e duas capas possuem fotos de manifestações mistas⁸, mostrando homens e mulheres. Para este trabalho, optou-se por descrever as duas capas (Figura 1 e Figura 2) das edições especiais do *Brasil Mulher*, uma de abril de 1977 e a outra de março de 1980, que têm em comum, além das fotografias, o tema sobre o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres.

Metodologicamente, este trabalho compreende a capa como um texto visual culturalmente inserido, a partir das concepções de cultura visual desenvolvidas por Gonzalo Abril (2012). Para Vanessa Costa Trindade (2016), a abordagem do texto visual proposta por Abril permite que as capas sejam lidas contextualmente e interpretadas reflexiva e discursivamente. Assim, é possível dar conta das instituições e dimensões técnicas que influenciaram a produção do jornal, bem como discutir o produto – no caso, o *Brasil Mulher*, a partir de seus efeitos no contexto histórico e dos discursos produzidos aos seus possíveis destinatários.

As capas do jornal, entendidas também como porta de entrada para o conteúdo do miolo, mediam processos comunicativos, que, como reforça Bruno Leal *et al.* (2018), são textualidades que emergem com relações amplas e diversas, capazes de conectar passado e expectativas de futuro. Tal abordagem é relevante, considerando que se busca uma análise cultural e historicamente situada em relação à publicação e circulação desses jornais no contexto na ditadura brasileira, conforme já apresentado. Essa perspectiva permite considerar também uma noção de texto em que o visual é tão importante quanto o verbal. Assim, as capas têm a capacidade de convocar o público pelas fotografias, pelas chamadas das matérias e reportagens, pelo design e pelas cores (TRINDADE, 2015).

Gonzalo Abril (2012) propõe a análise do texto visual a partir de três dimensões: a visualidade, que envolve as qualidades sensíveis e variáveis perceptíveis; a imagem, que evoca a representação de imaginários; e a mirada, que aponta para os sujeitos, o espaço e o tempo do discurso. É importante destacar que essa diferenciação é uma maneira didática, uma vez que estão em constante diálogo, se misturando em uma relação complexa.

Do aspecto da visualidade, que envolve a “trama visual”, o conjunto de significantes visuais, que conformam o texto visual e constroem

⁴ Para este trabalho, as edições digitalizadas do *Brasil Mulher* foram cedidas, gentilmente, pelo Instituto Vladimir Herzog. Algumas edições podem ser visualizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em <http://bdn.digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 mar. 2020.

⁵ As edições regulares 0, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 16 e as edições extras de abril de 1977 e de 8 de março de 1980.

⁶ As edições de número 4 e 13.

⁷ As edições regulares 10 e 11 e a edição extra de março de 1979.

⁸ As edições regulares 12 e 14.

sua coerência, inclui características como cor, textura, forma e composição. Além disso, para Gonzalo Abril (2012), a visualidade é também composta pelo invisível, por aquilo que foi reprimido ou tido como pressuposto. Para o autor, visual, que é o “o que se vê”, relaciona-se sempre com aquilo que não se vê, “com distintos fenômenos que não pertencem propriamente ao reino do visível, mas sem os quais seríamos cegos à imagem, não veríamos nada, ou veríamos sem ver” (ABRIL, 2012, p. 21 – tradução livre)⁹. Ou seja, o visível engloba dimensões não mostradas, mas que têm efeitos diretos e tornam o que se vê cheio de sentido.

Do ponto de vista da visualidade, as fotografias estampadas nas duas capas do *Brasil Mulher* estão em preto e branco e apresentam fotos de mulheres com características de quem pertence à classe trabalhadora: vestem roupas simples; têm o cabelo preso, que parece algo prático; e não estão maquiadas (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Capa da edição extra de 1977 do Brasil Mulher



Fonte: Instituto Vladimir Herzog

Aparentemente, as mulheres fotografadas não se prepararam para as fotos e não fazem poses, mas foram clicadas em afazeres cotidianos, uma delas em um discurso (Figura 1) e outra no local de trabalho (Figura 2). Sobre a impressão em preto e branco, possivelmente há relação com o custo, uma vez que o jornal passou por desafios financeiros e a impressão colorida é mais cara.

⁹ “Lo visual, ‘lo que se ve’, se relaciona siempre con lo que no se ve, con distintos fenómenos que no pertenecen propiamente al reino de lo visible, pero sin los cuales seríamos ciegos a la imagen, no veríamos nada, o veríamos sin ver. Así que no hablamos de la relación de lo visible con lo invisible sin más, sino con ciertos fenómenos que no siendo propiamente visibles tienen efectos en lo que se ve, es decir, en el sentido de lo que se ve” (ABRIL, 2012, p. 21).

A capa da edição de 1977 (Figura 1) apresenta uma mulher de meia idade, com rugas aparentes, que parece falar algo. Abaixo da foto, a chamada principal está entre aspas “Ou lutamos unidas ou morremos de fome”, título da matéria principal da edição que narra uma atividade realizada pelos movimentos de mulheres no 8 de março daquele ano, em São Paulo. Nessa reunião, cerca de 600 mulheres de bairros periféricos, operárias e representantes de clubes de mães, deram depoimentos sobre suas condições de vida.

A frase escolhida para a manchete é de dona Olga, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis, que, em seu depoimento, conta que trabalha em casa seis horas por dia, além das oito horas da jornada na fábrica e mais duas horas que perde dentro do ônibus. O que chama a atenção é a convocação que o jornal faz às mulheres a se organizarem como única saída para a transformação da realidade. Essa edição é apresentada como um documento que reúne depoimentos, reportagens e manifestos de diversas mulheres brasileiras.

Já a edição de 1980 (Figura 2) apresenta somente uma fotografia, que ocupa a página inteira. É uma mulher jovem que manuseia um tear, indicando que é uma operária de alguma indústria da tecelagem. Sem chamadas ou textos para além da logomarca do Brasil Mulher, a capa inova e apresenta o símbolo do feminismo, no canto inferior direito, o que demarca o posicionamento político da edição. O símbolo do feminismo é utilizado até hoje como representação do movimento, dos ideais políticos e da necessidade de pautar a igualdade entre homens e mulheres na sociedade.

Ainda que não seja objetivo deste artigo estender a análise para as textualidades internas ao jornal, cabe indicar que, além do símbolo do

Figura 2 – Capa do especial 8 de março de 1980 do Brasil Mulher



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

feminismo, a edição de 1980 traz na segunda página uma matéria sobre o aborto como um direito das mulheres, assunto até hoje travado com tabu na sociedade brasileira. Outros temas, que ainda são pautas do movimento feminista contemporâneo, como creches, participação sindical, auto-organização e trabalho doméstico e de cuidados, são abordados ao longo do jornal, demonstrando que a mulher da capa expressa a trabalhadora brasileira, que assume diversas funções ao mesmo tempo e que possui seus direitos negados.

Do ponto de vista da mirada, os textos visuais existem porque alguém os olha em um lugar e tempo determinados, no contexto de uma prática discursiva, como aponta Abril (2012). O sujeito que olha para o texto visual recebe e processa o conteúdo a partir de sua experiência e concepções criadas de dentro de sua cultura, inclusive considerando relações de dominação, exploração e poder.

Analisar as capas sob essa perspectiva envolve entender o que há de relações de poder no contexto daquela sociedade, mas, sobretudo, busca compreender o que há de construção de resistência imersa no texto visual. Como já mencionado, o jornal *Brasil Mulher* foi ferramenta de construção do feminismo, numa perspectiva de resistência à Ditadura Militar. Esse feminismo se alinha à luta das mulheres que, historicamente, enfrentam o sistema capitalista e o patriarcado como forma de construir uma sociedade mais igualitária para homens e para mulheres.

A abordagem das trabalhadoras nas capas que tratam do Dia Internacional de Luta das Mulheres indica que o protagonismo da luta deve ser daquelas que têm seus direitos negados, sejam trabalhistas, sexuais ou reprodutivos. É possível deduzir, por meio das capas, que o 8 de março é uma proposta organizativa concreta que possibilita a transformação da vida das mulheres.

Em sua análise, Juliana Segato Tamião (2009) afirma que, para as militantes do jornal *Brasil Mulher*, as bases teóricas para compreender a opressão feminina deveriam seguir as categorias e ferramentas marxistas. Assim, não fazia sentido analisar a condição das mulheres desvinculadas do modo de produção capitalista e suas relações de exploração. Esse elemento colocado pela autora é interessante para reforçar a ideia de que o jornal construía um feminismo com projeto estratégico de transformação da realidade. A perspectiva, portanto, de que a emancipação feminina é inseparável da emancipação humana – e da construção de uma sociedade justa e igualitária – aparece como elemento constituinte do texto visual das capas analisadas do jornal (Figuras 1 e 2).

Além disso, tal aspecto se reforça porque o *Brasil Mulher* se preocupa em expor sua perspectiva ideológica com a visibilidade das demandas das “mulheres reais”, nos termos de Rachel Moreno (2013). Para essa autora, a mídia empresarial não se preocupa, até os dias de hoje, em divulgar as mobilizações, as datas importantes para as mulheres, pelo contrário, há um processo de criminalização e ridicularização. Na mídia comercial, “fal-

tam a problemática e a realidade atuais. Faltam a diversidade e o contraditório” (MORENO, 2013, p. 103).

Apesar de as capas analisadas neste artigo trazerem mulheres brancas¹⁰, é importante dizer que outras edições possuem fotografias de mulheres negras em destaque. Elas aparecem em situações cotidianas, inclusive em espaços organizativos do feminismo, como o caso da edição 15. A foto dessa edição é uma mulher do povo, com pano na cabeça, que faz um discurso no 1º Congresso da Mulher Paulista, evento que marcou o movimento feminista da década de 1970. As mulheres das capas extras sobre o 8 de março são brancas e operárias, o que possibilita a reflexão sobre o fato de as mulheres negras, ainda hoje, mas, principalmente, à época da circulação do jornal, serem maioria das desempregadas e no trabalho informal.

Em relação à construção de imaginários, cabe apontar alguns elementos sobre a representação das mulheres na mídia, uma vez que isso está relacionada com a construção histórica de imaginários sociais sobre a figura da mulher e seu lugar na sociedade. A imagem, conforme Gonzalo Abril (2012), não é algo obrigatoriamente visual, mas também o que é da ordem do experimentável, que faz das imagens parte e resultado da construção de imaginários sociais. Vanessa Costa Trindade (2016) sintetiza que as imagens atuam na criação de algum sentido de realidade, de algo compartilhado.

A mídia contribui diretamente na construção do que é ser mulher na sociedade, o que, obviamente, evoca e reproduz relações de poder intrínsecas ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo. As representações de beleza, felicidade e comportamentos valorizados em uma sociedade desigual são veiculadas por meio de propagandas, seleção de ícones que viram celebridades, de heroínas e vilãs das novelas e até de brinquedos femininos, como a boneca *Barbie*. Para Rachel Moreno (2013), todo esse conteúdo vai sendo introjetado nas mulheres como um modelo aspiracional, que influencia fortemente a formação da subjetividade feminina.

Pesquisa desenvolvida em 2010, pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc, denominada *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* investigou, entre outras temáticas, a representação das mulheres na mídia. A amostra era composta de 2.365 mulheres urbanas e rurais, com mais de 15 anos, distribuídas em 25 estados brasileiros. Entre os resultados que interessam para este trabalho, Heloisa Buarque de Almeida (2013) aponta que é notável como, no geral, as mulheres não gostam da forma como são retratadas pela mídia, principalmente a televisão.

Esse assunto do padrão de beleza pode estar relacionado com o nível de insatisfação das mulheres com seu próprio corpo. Conforme dados

¹⁰ O processo de construção e identificação de cor e raça no Brasil é complexo e exige considerar questões de auto-identificação e fatores fenotípicos. Opta-se aqui por afirmar que as imagens das capas analisadas representam mulheres brancas. No entanto, é importante ressaltar que, a depender de quem olha, as fotografias também podem representar mulheres pardas.

apresentados nessa pesquisa, 47% não estão satisfeitas com sua aparência e 29% não estão felizes com seu peso ou com sua barriga, o que mostra a influência do padrão de magreza como sendo considerado o que é bonito.

Outra pesquisa citada por Rachel Moreno (2013), que responde ao que as brasileiras declaram ver quando estão diante do espelho, apresenta resultados semelhantes: 100% das mulheres declaram ver “uma pessoa nada sexy”; 98%, “uma imagem pouco bonita”; 91% vê uma “pessoa estressada”; e 51% afirma que é “alguém que precisa de plástica”. Além disso, dois terços das mulheres no mundo, de 15 a 60 anos, evitam atividades cotidianas porque se sentem mal com sua aparência.

Os dados mostram que o imaginário do que é ser mulher na sociedade é algo impossível para a maior parte da população e que as mulheres consideram tal retrato nocivo ao seu reconhecimento. Quem se beneficia com isso é a indústria de cosméticos, que disponibiliza no mercado uma parafernália de produtos e procedimentos cada vez mais invasivos, como lipoaspiração, cirurgias plásticas etc. Essa discussão de como a mídia trata as mulheres não é nova, inclusive, foi tema abordado pelo jornal *Brasil Mulher* em texto denominado *A mulher nos jornais*, publicado na edição n. 9, de 1977. Esse texto apresenta uma pesquisa realizada por um grupo de sete jornalistas de Brasília que, durante um mês, analisaram a frequência com que as mulheres apareciam no noticiário de oito jornais brasileiros e o tipo de tratamento que lhes era oferecido.

Considerações finais

O jornal *Brasil Mulher* se associa ao feminismo socialista, que, historicamente, começa a ser construído pelas mulheres europeias no final do século XIX e início do XX. O que garante essa afirmação é que o jornal defende um feminismo baseado na formação política, uma vez que o conteúdo era utilizado pelas militantes como material de estudo junto com as mulheres das periferias; baseado na organização popular, não só porque as militantes jornalistas participavam de partidos clandestinos de esquerda, mas porque havia um incentivo à organização das mulheres em sindicatos, clubes de mães, associações de bairros etc.

Um terceiro aspecto que aponta para um feminismo socialista é a existência de um projeto político para sociedade, que envolve a destruição das diversas formas de opressão e exploração. De imediato, o feminismo que emergiu (no *Brasil Mulher* e também em outros jornais feministas) sentiu necessidade de manter um vínculo orgânico com o movimento de mulheres trabalhadoras da cidade e do campo.

O público do jornal, portanto, são as mulheres trabalhadoras. Não por acaso, o conteúdo da publicação trazia, prioritariamente, reflexões

sobre o cotidiano desses sujeitos, como a sua subordinação aos homens na casa, no trabalho e na política.

Sem a pretensão de exaurir o debate, mas de sugerir uma resposta à pergunta inicial deste trabalho, que passa pela forma como o *Brasil Mulher* se apresenta por meio de suas capas, indo ao público em que pretende chegar, pode-se dizer que é através da representação da mulher trabalhadora, capaz de disputar o imaginário do que é ser mulher na sociedade brasileira. Há uma fuga aos estereótipos e aos padrões de beleza reproduzidos pela mídia empresarial, hegemônica na sociedade, ao mesmo tempo em que se estimula a discussão da necessidade da organização das mulheres.

A imprensa feminista teve papel fundamental na construção de um feminismo brasileiro com cara própria. Os jornais, como o *Brasil Mulher*, impulsionaram a criação de diversos espaços autônomos organizativos nos anos iniciais da década de 1980. De acordo com levantamento apresentado por Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013), nessa época havia mais de 150 grupos de mulheres no país.

Nesse sentido, compreender a história da imprensa feminista é importante para entender a história do feminismo brasileiro, suas conquistas, seus avanços e recuos. Resgatar a história das mulheres, por sua vez, é imprescindível para qualquer um que se propõe a entender, de fato, a história do Brasil. Sobre tudo, para aquelas pessoas que buscam a transformação da realidade rumo a uma sociedade justa e igualitária, em que as mulheres gozem plenamente sua liberdade.

Referências

ABRIL, G. *Análisis crítico de textos visuales: mirar lo que nos mira*. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

ABRIL, G. Tres dimensiones del texto y de la cultura visual. *Revista Científica de Información y Comunicación*. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/kHxTpn>. Acesso em: 1 mar. 2020.

ALMEIDA, H. B. de. As mulheres e as imagens da televisão. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudança na opinião pública*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/fUxtK6>. Acesso em: 1 mar. 2020.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 23, 1987.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

LEAL, B. et al. (Org.). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018.

LEITE, R. de S. C. Brasil mulher e Nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/m9h8iG>. Acesso em: 7 mar. 2020.

MORENO, R. A mulher e a mídia. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudança na opinião pública*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, dez. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/ufaEQx>. Acesso em: 7 mar. 2020.

TAMIÃO, J. S. *Escritas feministas: os jornais Brasil mulher, Nós mulheres, e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TELES, A.; LEITE, R. de S. C. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TRINDADE, V. C. O aborto na revista feminina: o tratamento do tema nas capas da Tpm em 2005 e 2014. In: JURNO, A. C. et al. (Org.). *Disputas e alteridades: diálogos possíveis na mídia contemporânea*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2016.

VENTURI, G.; GODINHO, T. Igualdade de gênero: avanços, estagnações e recuos. In. VENTURI, G.; GODINHO, T. (Org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudança na opinião pública*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

DOI: 10.12957/rep.2021.56074

Recebido em 08 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 10 de abril de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985

Feminism and women in the resistance to the Brazilian dictatorship of 1964-1985

Maria Elaene Rodrigues Alves*

Resumo – Este artigo tem o objetivo de explicitar a participação política das mulheres na ditadura civil-militar no Brasil, tendo como referência a história do feminismo em seus vários períodos, leitura particular para se abordar a luta do movimento de mulheres no contexto ditatorial. As ações políticas das mulheres foram marcadas por recortes de classes, perspectivas teóricas distintas e formas diversas de engajamento. Este artigo é resultado de uma pesquisa cujo estudo se pautou em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil de 1964-1985 – Arquivo Nacional do Estado do Rio de Janeiro, e entrevistas com mulheres que viveram as resistências e violências na ditadura brasileira de 1964-1985.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; política; feminismo; movimento de mulheres; relações patriarcais.

Abstract – This article aims to explain the political participation of women during the civic-military dictatorship in Brazil, having as reference the history of feminism in its various periods, particular reading to address the struggle of the women's movement in the dictatorial context. Women's political actions were marked by class, different theoretical perspectives, and diverse forms of engagement. This article is the result of a research whose study was based on bibliographic research, documentary research at the Reference Center of Political Struggles in Brazil from 1964-1985–Brazilian National Archives, and interviews with women who lived the resistance and experienced violence during the Brazilian dictatorship of 1964-1985.

Keywords: civic-military dictatorship; politics; feminism; women's movement; patriarchy.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: elaene@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8233-9558>.

Introdução

Na história da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), as mulheres estiveram presentes em movimentos de contestação às perdas de direitos e às inúmeras violências do Estado, organizando-se em partidos e movimentos sociais, atuando junto às massas. Por sua vez, também se registram ações das que saíram às ruas para pedir a deposição do presidente João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964). Neste caso, eram mulheres de classe média, de perfil conservador e temerosas com o que era construído pela grande imprensa e por outras instituições do “perigo comunista”, que, juntamente com setores do clero e das elites rurais e urbanas, tiveram papel estratégico na instalação do período ditatorial.

Existia uma estratégia discursiva de generalizar o rótulo comunista para aumentar a gravidade ou a sensação de perigo em relação a certas mudanças sociais que incomodam a opinião conservadora. A discussão desse período se intercala com a história do movimento feminista e sua expressão na sociedade brasileira, um movimento que produz sua reflexão crítica e sua própria teoria. Nessa análise, reconhece-se a existência de várias concepções de feminismos e vertentes teóricas que direcionam as ações das feministas, como as liberais, a teoria *queer* (*queer theory*), as estruturalistas, as pós-coloniais, as pós-modernas, o feminismo e marxismo, o feminismo negro, o feminismo comunitário, o eco-feminismo etc. Por sua vez, deve-se pressupor que nem todas as organizações do movimento de mulheres se definem como parte do movimento feminista.

Este artigo é subsidiado pelo marxismo feminista, cuja especificidade está na preocupação de um debate teórico que resgate e elabore categorias voltadas “[...] para a compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades que marcam a vida das mulheres, como de se instrumentalizar para intervir politicamente na reversão dessa condição” (CISNE, 2012, p. 59). O texto está dividido em duas seções principais. A primeira trata de analisar uma parte da história do feminismo e, na segunda seção, abordaremos a participação política das mulheres no enfrentamento à ditadura brasileira de 1964-1985.

Feminismo e as lutas das mulheres na ditadura brasileira

Compreende-se movimento feminista como de caráter social, uma práxis que é tanto teórica quanto política voltada à superação de realidade, sendo marcada por dominação/exploração de caráter patriarcal-racista-capitalista. Sua pauta propõe a igualdade e a liberdade para mulheres que só pode estar voltada à emancipação humana. Isto implica superar a dicotomia de mundo público como privilégio e domínio masculinos, enquanto se delega às mulheres a esfera privada.

As mulheres, para a sociedade patriarcal, têm sido importantes no processo da reprodução social, cujo formato subjetivo e organizador do cotidiano as transformam nas principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Já os homens, por sua vez, são considerados a “mola mestra do processo produtivo” e, portanto, “provedores” econômicos da família (ALVES; VIANA, 2008, p. 18). A divisão sexual do trabalho se constituiu historicamente como longo e crescente processo de apropriação de instrumentos de trabalho pelos homens, em seguida, da propriedade e das riquezas. É processo anterior à sociedade capitalista, embora nesta relação social desenvolva sua forma amadurecida e, conseqüentemente, consolide a dominação patriarcal.

A despeito da dinâmica histórica, a divisão sexual do trabalho se reproduziu ideologicamente como se fora um estado “natural” e imutável, o que não é. A separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo instala-se com a chegada da ordem social capitalista. Do ponto de vista histórico, é possível observar que a “estruturação atual da divisão sexual do trabalho surgiu simultaneamente ao capitalismo” e que a relação do trabalho assalariado não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. Mesmo partindo do pressuposto de que houve, anteriores ao capitalismo, outras formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres, essa divisão estava marcada por outra relação entre produção e reprodução, pois a divisão que se expressa nesse sistema está diretamente relacionada à formação social capitalista, na qual a força de trabalho é vendida como uma mercadoria e o espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva (ÁVILA, 2015, p. 19).

Essa divisão entre homens e mulheres na formação capitalista cria várias formas de exploração e subordinação do trabalho doméstico, em geral não o reconhecendo como trabalho, ademais de estar intimamente interligado ao domínio patriarcal. Na tentativa de contribuir com esse debate, as feministas materialistas afirmam que uma das bases de sustentação do modo capitalista de produção está na exploração do trabalho da mulher. Tal processo se dá na esfera produtiva – ocupando cargos desvalorizados e recebendo baixos salários – como também na esfera reprodutiva – materializada na família, através do trabalho doméstico, das tarefas reprodutivas e de cuidado não remuneradas (CISNE, 2012). Essa divisão se apresenta como determinante para a compreensão de como se organizam as hierarquias sociais com predominância dos homens em relação às mulheres, o que se observa nas formas de exploração, opressão e autoridade.

Nestes termos são produzidas relações de subordinação das mulheres a partir de uma moral sexual, a tolerância à violência que as atinge diretamente, dada a sua condição feminina, os limites legais e ideológicos que permitem o controle da sua capacidade reprodutiva. Pateman (1993) estabelece três grandes momentos do debate sobre o patriarcado: o primeiro,

forma clássica no século XVII, incorpora todas as relações de poder ao regime patriarcal, inclusive justificando o absolutismo a partir do argumento de que “os reis eram pais e os pais eram reis”. Com o desenvolvimento de elaborações teóricas modernas, de 1861 até o século XX, expande-se essa ideia de domínio paterno para a teoria do direito e da obediência, fazendo-se no modo “fraternal, contratual e estrutural à sociedade civil capitalista” (PATEMAN, 1993, p. 44-45).

O terceiro momento do debate ocorre com o nascimento do movimento feminista organizado, ainda em curso atualmente. Compreende-se que o patriarcado está presente em várias sociedades, mas na capitalista/racista torna-se mais complexo porque diferentes concepções ideológicas, culturais e políticas se entrelaçam. Passam a ser observadas não mais apenas nos limites do espaço doméstico, mas também no trabalho, na política e em outros espaços públicos. Com isso, as mulheres sofrem as relações de opressão e de violência que se estendem para além da casa para diferentes espaços públicos, sejam os do ambiente urbano ou rural.

Em situações de violência do Estado, a exemplo das ditaduras na América Latina nas décadas de 1960 a 1980, as mulheres registraram a brutalidade das torturas de seus corpos na forma de estupros e outras violências de caráter sexual. Por sua vez, estudantes presas por suas participações no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP), em 1968, indicaram que as forças policiais mostravam caixas de pílulas apreendidas, sugerindo outros motivos para estarem no evento, tal como no estudo de Ventura (1988, p. 35).

A polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis. Portanto, os discursos de militares e outros agentes do governo aliavam aspectos morais à política para dissipar argumentos dos que faziam oposição à ditadura.

Em casos como estes, a violência efetuada pelo Estado contra as mulheres se legitimaria não apenas através de uma suposta política de segurança nacional, mas também por meio da violência patriarcal.

No que se refere à especificidade do patriarcado, Saffioti (1992) analisa a abordagem weberiana da categoria, fazendo crítica ao autor por apresentar o patriarcado unicamente como dominação centrada na família. A dominação-exploração do sistema patriarcal se inscreve tanto no espaço familiar quanto na esfera política, sendo intrínseco às relações sociais. Assim, “nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado. A legitimidade atribui sua naturalização” (SAFFIOTI, 2004, p. 101), o que pode ser acionado, inclusive, por mulheres. Em síntese, para a autora, o sistema patriarcal tem quatro características essenciais: 1. Não se trata de uma relação apenas privada, mas civil; 2. Tem uma base material;

3. Corporifica-se; e 4. Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência.

Camurça (2007) reitera o pensamento de Saffioti (2004) ao apontar mecanismos que dão sustentabilidade ao sistema de dominação patriarcal. Este, sistematicamente, se reinventa e se reproduz através da “prática de violência para subjugar-las; pelo controle sobre o corpo, sua sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres; a manutenção de dependência econômica e interdição à participação política das mulheres” (CAMURÇA, 2007, p. 20).

A violência contra a mulher, uma das práticas mais antigas e usuais da dominação patriarcal, caracteriza-se como ameaça constante às suas vidas quando ousam contrariar dado padrão de comportamento feminino, violência recorrente nos espaços públicos e privados. Se essa violência se expressa como relação de opressão, exploração e dominação que atinge todas as mulheres, no caso do Brasil volta-se, principalmente, para as pobres e negras. Isto é revelado pelos dados do feminicídio no país, levantados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, [2020]): entre as mulheres assassinadas entre 2001 e 2011, 61% eram negras e se concentraram principalmente nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%).

O segundo mecanismo apresentado por Camurça (2007) diz respeito à dominação sobre o corpo das mulheres. Isto é evidente nos contextos de ditadura e de regimes autoritários na forma como as mulheres são tratadas na prisão, momentos em que a violência psicológica e sexual expressam marcas de poder e dominação política. Outro mecanismo apontado pela autora se fundamenta na manutenção da dependência econômica das mulheres que disputam de modo desigual o espaço no mercado de trabalho.

Por último, Camurça (2007) lembra a restrição de participação das mulheres na esfera político-institucional (partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais diversos), sempre em menor número e, em geral, distantes dos postos de comando e direção, o que foi evidenciado na ditadura civil-militar.

A participação política das mulheres na ditadura brasileira de 1964-1985

Compreende-se o feminismo como ação política das mulheres visando à transformação de sua própria condição social, ação voltada a “transformar a si mesmas e ao mundo” (SOARES, 2004). O marco do seu surgimento foi a Revolução Francesa (1789), ao revelar a importância das mulheres que participaram massivamente daquela e de outras lutas. Ao se insurgirem, as mulheres questionaram a ordem vigente, a Igreja e a monarquia e reivindicaram direitos políticos. Abria-se uma era em que as mu-

Iheres começaram a lutar pelo direito de participar ativamente da vida pública, considerando aspectos do trabalho, da educação e da representatividade política, o que foi melhor expresso na Comuna de Paris, quando assumiram “compromisso de classe com a luta socialista” (GURGEL, 2011, p. 33). Em linhas gerais, ao expressarem reivindicações por direitos civis e políticos, buscavam apoio para seus próprios interesses, que implicavam igualdade e liberdade para todos e todas.

Daquele momento em diante, em diferentes conjunturas, o feminismo ocupa a cena pública, com suas bandeiras e estratégias em direção ao questionamento e superação das bases da exploração-dominação que demarcam a experiência das mulheres ao longo da história patriarcal. O “feminismo trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas ao interesse das mulheres, mas também confrontavam diretamente os mecanismos de exploração do capital (GURGEL, 2011, p. 126).

A partir da segunda metade do século XIX, surge o “movimento sufragista”, que se convencionou denominar como “primeira onda” do feminismo, “quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto” (PINTO, 2003, p. 16). Essa luta sufragista, presente em vários países do mundo, não foi processo fácil e segue como necessário para se alcançar a paridade nas instituições políticas, atualizando a importância da decisão política coletiva.

No caso brasileiro, embora o direito ao voto tenha sido conquistado em 1932, a participação da mulher na política continua limitada, na medida em que o modelo patriarcal encara as mulheres como cuidadoras da família e ainda não as considera como sujeitos políticos plenos. Não é natural, por exemplo, que apenas 9% dos parlamentares sejam mulheres (FARIA; NOBRE, 2014).

Portanto, a história do feminismo seguiu com avanços e desafios entrelaçada à história da construção de projeto coletivo que confrontasse a própria desigualdade capitalista, como fizeram mulheres anarquistas e comunistas, deflagrando “a luta contra a jornada intensa e extensa de trabalho, a desigualdade salarial e a exploração capitalista de uma maneira geral” (CISNE, 2012, p. 134).

Uma segunda onda do feminismo situa-se entre os anos 1960 e 1980 e corresponde ao processo mundial bastante intempestivo, momento em que os Estados Unidos entravam com todo o seu poderio na Guerra do Vietnã. Esse segundo movimento recebeu o slogan “O pessoal é político”, com lutas voltadas a combater estruturas sexistas de poder (PINTO, 2003).

No contexto nacional, a primeira autora a sistematizar os estudos feministas de gênero foi Saffioti, com a obra *A mulher na sociedade de classes*, de 1969, em que tratou das condições de vida e de trabalho das operárias têxteis da cidade de São Paulo (SP). Na Europa, por sua vez,

aconteceu o “Maio de 68”, quando, em Paris, estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos.

Durante [aquela] década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força e as mulheres, pela primeira vez, falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. [...] no Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo. O país, nos primeiros anos da década, teve grande efervescência. Já no ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador. (PINTO, 2003, p. 16).

A participação política das mulheres brasileiras nos anos de 1960 e 1970 foi diferenciada, como já referida. Em parte, deu sustentação à ditadura civil-militar, enquanto outras resistiram ao regime opressivo articulado pelo grande capital para ampliar seus níveis de exploração do trabalho. Esta resistência não ocorreu por um viés explicitamente feminista. As mulheres assumiram a condição de militantes das organizações de esquerda mais pela convicção política do que pelo fato de serem mulheres.

[...] poucas [...] ocupavam postos de direção nas organizações de esquerda. Outro fator importante é que a condição da mulher não tinha relevância na vida das organizações de esquerda, pois não era tratada política ou teoricamente. Somente após a reorganização da esquerda brasileira, no final dos anos 1970, a questão da mulher passa a ser debatida. (COLLING, 1997, p. 67).

Por sua vez, naquele momento, surgiu um movimento de mulheres de massa e com enraizamento popular que foi caracterizando por Sarti (1998) como uma “trajetória particular do feminismo”. Assim, o movimento de mulheres no Brasil, nesse período, formou-se a partir de duas vertentes principais que se cruzaram: militantes feministas vinculadas ou originárias das organizações e partidos de esquerda e mulheres organizadas nos movimentos populares, em comunidades eclesiais de base, nos clubes

de mães, em movimentos reivindicativos, de saúde, de creches etc. Tais vertentes, por sua vez, comportavam uma multiplicidade de inserções, de níveis de organização, de priorização de áreas de luta e reivindicações e, obviamente, de visões do que é, ou deveria ser, o movimento de mulheres.

Com o tempo, parte das mulheres vinculadas às organizações e partidos de esquerda passou a atuar politicamente articulada ao conjunto das lutas e mobilizações dos direitos das mulheres, dando à sua atuação um tom próprio. Influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, reportando-se também às mudanças em várias lutas no sentido de propor garantia dos direitos particulares das mulheres. Em meio à ditadura civil-militar, esse movimento chegou a ser considerado como um desvio pequeno-burguês por parte de segmentos da esquerda, como adverte Ventura (1988, p. 36): “Eram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares, e com o interno – as organizações de esquerda, que olhavam para aquele movimento com a impaciência”.

De fato, as bandeiras consideradas “específicas das mulheres” – as que se referem ao combate à violência contra a mulher, demandas por creches e mesmo a própria participação feminina nas organizações – representavam risco para a luta central, na concepção de dirigentes de partidos e organizações, que era exclusivamente contra a ditadura civil-militar. Pateman (1993) adverte que a posição de igualdade entre homens e mulheres tem que ser aceita como expressão de liberdade das mulheres, o que não significa igualá-las aos homens. Entretanto, as militantes de esquerda se engajaram na luta de resistência à ditadura negando sua própria condição de mulher, enquanto as próprias organizações, espaços eminentemente masculinos, “impunham” às mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral.

Muitas barreiras começaram a ser rompidas na metade dos anos de 1970 e iriam marcar uma reviravolta do movimento feminista, colocando no centro das discussões a relação homem-mulher. A produção teórica sobre a condição feminista aparece com força neste período. Em 1971, em plena vigência do AI-5, a feminista Betty Friedan foi convidada para o lançamento de seu livro da mística feminina. Betty e um grupo de feministas americanas haviam escandalizado o mundo inteiro com a queima do sutiã em praça pública, simbolizando a liberdade da mulher (COLLING, 1997).

Assim, desenrolam-se debates feministas e lutas pela anistia e liberdades democráticas – todas como símbolos da oposição à ditadura civil-militar. Além disso, incluíam matérias específicas, tais como violência doméstica, condições de trabalho das mulheres, direitos reprodutivos, aborto e sexualidade, demandas pelas creches e outros direitos sociais. Antes tímidos, esses debates passaram a ser mais explícitos, especialmente em veículos de caráter militante: os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Essa

imprensa feminista alternativa, surgida em São Paulo na metade dos anos 1970, “[...] se tornou um espaço de expressão de uma linha política intimamente vinculada ao despertar das mulheres para as ideias feministas do período posterior à luta armada contra a ditadura no Brasil” (LEITE, 2003, p. 78.).

O movimento feminista brasileiro, incipiente e em consonância com o feminismo latino-americano, se consolidou e se ampliou em meados da década de 1970, no contexto da luta contra a ditadura civil-militar (1964-1985). Foi o momento em que apareceram os sinais de aguda crise econômica – elevação das taxas de desemprego e subemprego, arrocho salarial e corte de gastos sociais – e que emergiram lutas pertinentes ao cotidiano de mulheres populares como o Movimento contra a Carestia. Ao mesmo tempo, foi um contexto de ebulição política, social e cultural, de efervescência em torno das liberdades civis e de igualdade de direitos. Nestas lutas as mulheres foram assumindo papel importante, atuando no campo da política em geral e, especificamente, no que se refere às relações patriarcais, como o caso da luta pelo direito ao divórcio. Isso rompia radicalmente com códigos e imposições da época.

Se o movimento feminista surgiu e se fortaleceu no Brasil durante os anos de 1970 e 1980, tornou-se mais forte no processo de redemocratização do país. No território brasileiro, conforme já exposto, a história da participação das mulheres na cena política e social, naquele período, nem sempre esteve marcada pelo viés explicitamente feminista, embora se constituísse em uma novidade. Era o tempo em que o movimento operário se organizava para intervir como “ator mais importante neste cenário” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 269).

No final dos anos 1970, diversos setores sociais liderados pelas mulheres se uniram em torno da campanha contra a intensificação das torturas e das medidas ditatoriais. Muitas mulheres tiveram um papel fundamental na luta pelo movimento da anistia política e, nos anos 1980, uniram esforços em torno da campanha pelas “Diretas-Já”.

Enfim, as mulheres tiveram um papel de extrema importância no combate ao regime militar implantado no Brasil, saíram às ruas, muitas vezes, em passeatas exclusivamente femininas, esconderam armas, foram à luta armada, abrigaram militantes, traduziram jornais comunistas estrangeiros e organizaram sequestros. Além disso, romperam com estereótipos do ser mulher em relação à vida pública e privada (CARVALHO, 1992).

Enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, as exiladas, principalmente em Paris, na França, entravam em contato com o feminismo europeu e começavam a se reunir e conhecer os debates naquele cenário. Tal processo se deu apesar da grande oposição dos homens exilados, seus companheiros na maioria, que viam o feminismo como um “desvio” na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo. Um exemplo dessa organização é o Círculo de Mulheres Brasileiras, que foi

constituído por 20 militantes, sob influência do feminismo francês, em abril de 1976, na cidade de Paris. O círculo chegou a contar com 100 mulheres (GOLDENBERG, 1997).

Uma carta política lançada pelo Círculo da Mulher dá uma boa medida da difícil situação em que estas mulheres se encontravam.

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós, mulheres organizadas autonomamente, podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista. (PINTO, 2003, p. 54).

Trata-se, de fato, de análise sobre o pensamento político de mulheres que romperam laços autoritários de dominação e que, de várias formas, contribuíram para mudar a história do Brasil. Esta é a história particular das mulheres, cuja importância exige que seja contada e registrada pelo pensamento crítico, mesmo que em oposição a determinado tempo histórico da esquerda masculina brasileira.

O slogan do Movimento Feminista dos anos 1970, *Nosso corpo nos pertence*, alerta para a problemática da autonomia das mulheres em relação a decidir sobre seu próprio corpo, afirmando que através do corpo é que se expressa a vivência da sexualidade, não podendo, desta forma, ser considerado como um simples invólucro de reprodução dos seres humanos por meio da maternidade. O movimento feminista, naquele momento de repressão, traduzia a rebeldia das mulheres ao identificarem sua situação subordinada e ausência de igualdade. Elas procuraram construir proposta ideológica que revertere a desigualdade e opressão. Isto só poderia se concretizar construindo um fazer político que negasse os mecanismos impeditivos do desenvolvimento de uma consciência como seres autônomos, superando a negação de as mulheres participarem da vida pública e privada.

As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central e, a partir dessa realidade, se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres, pois a luta era por liberdade, democracia e justiça social. Pode-se afirmar, portanto, que a presença das mulheres na cena social brasileira nas últimas décadas tem sido inquestionável. A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 1960, sendo um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político; além disso, mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações de sociedade civil e partidos políticos de oposição que,

com êxito, desafiaram regras autoritárias durante os anos 1970 e início dos 1980 (ALVAREZ, 1998).

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil avança com a organização de inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões, com objetivo de tratar sobre amplos temas: debate e lutas sobre aborto, violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, orientação sexual, entre outros. Os grupos se organizavam, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres que estavam nos bairros pobres e favelas. Estes movimentos particulares lutavam por educação, saneamento, habitação e saúde e eram fortemente influenciados pelas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica.

Outras mulheres, por sua vez, ampliaram a militância no espaço partidário e foram se construindo e se desenvolvendo no campo do pensamento de esquerda. Neste campo, o feminismo enfrentava o tensionamento com a própria esquerda e, para manter a convivência, exigia-se uma visão crítica da própria relação. De fato, é possível afirmar que a resistência política na luta específica das mulheres desafiou e continua a desafiar as organizações de feministas no interior dos partidos de esquerda. Isto é, a construção de um programa estratégico que considere não apenas a classe, mas também as relações patriarcais, divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, raça/etnia, participação da mulher na política, é importante porque, em realidade, é constitutiva das lutas mais amplas pela igualdade e liberdade.

[...] O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003, p. 45).

Abordar essa questão requer entender a categoria patriarcado, reconhecendo-a como histórica e em relação à qual se pode estabelecer, também, uma periodização. Além disto, este conceito é importante para compreender as relações de opressão dos homens em relação às mulheres em várias sociedades e em períodos diferentes. Segundo Saffioti (2004, p. 136), o patriarcado é um sistema de dominação anterior ao capitalismo e “[...] refere-se a milênios da história mais próxima, período no qual se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina”.

No sistema capitalista, esta hierarquia é mantida e estruturada a partir da coexistência entre capitalismo-patriarcado-racismo e por meio da relação exploração/dominação das mulheres. Esses elementos se modificam em diferentes processos do desenvolvimento deste sistema, mas permanecem como fundantes à sua reprodução e, em relação às desigual-

dades entre homens e mulheres, contribuem cotidianamente para a opressão das mulheres nessa sociedade.

Para compreender os efeitos conjugados dessas categorias sociais, Kergoat (2010) propõe a utilização dos conceitos de consubstancialidade e coextensividade para envolver, de maneira não mecânica, as práticas sociais de homens e mulheres. As relações sociais de classe, patriarcais e de raça são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica. Essas também são coextensivas, pois, ao se desenvolverem, as relações sociais se reproduzem e se coproduzem mutuamente. Nos termos de Safiotti (1987, p. 60), “[...] na realidade concreta, essas variáveis são inseparáveis, pois se transformaram, através desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado: patriarcado-racismo-capitalismo”.

De fato, o processo de exploração-dominação legitima a hierarquização masculina na sociedade ao estabelecer a liberdade para os homens e a submissão às mulheres. Ao entender esse sistema de poder masculino, observam-se múltiplas faces da dominação-opressão e exploração sobre as mulheres: econômica, política e sexual. Isto se evidenciou, principalmente, no período de ditadura civil-militar com as várias violações enfrentadas por essas mulheres. Nessa direção, é possível utilizar a categoria patriarcado como foi empregada pelo feminismo dos anos de 1970. Isto é, “[...] indica uma formação social onde os homens detêm o poder, ou ainda, simplesmente: o poder dos homens” (DELPHY, 2000, p. 141).

É importante lembrar a expressão crítica de Elizabeth Souza-Lobo (1991), “a classe operária tem dois sexos”, que dá título ao seu livro (1991). Aqui se desenvolve uma crítica aos clássicos da teoria crítica e ao discurso sindical, que, segundo ela, sugerem a existência de apenas um sexo como constituinte da classe trabalhadora. Cabe, no entanto, ampliar a análise da autora, conferindo sua expressão crítica não só ao discurso sindical, mas às organizações políticas da esquerda, às profissões, à família, à igreja, aos partidos. Essa relação ainda é muito contemporânea em nossa sociedade quando mantém diferenças e hierarquias entre mulheres e homens com base no chamado sistema patriarcal-racista e capitalista.

Isso significa que os processos históricos travados pela classe trabalhadora – processos em que homens e mulheres almejam a transformação radical das relações de opressão, lutam pela liberdade e justiça – devem atentar para o enfrentamento e o combate ao patriarcado enquanto modo de vida que subalterniza as mulheres. Em outros termos, exige postura crítica quanto ao modo de vida que supervaloriza o papel do homem, dando poder a este sobre a própria vida das mulheres.

No caso particular da ditadura civil-militar, constituíram-se governos comandados por militares, quer dizer, feito para homens e comandados por homens. Nessa cultura autoritária e machista, quando as mulheres

apareciam era como “objetos decorativos” em jornais, em inaugurações, mulheres e crianças que apoiavam a figura do patriarca. A sociedade civil à época tinha a concepção da mulher como figura ligada ao espaço doméstico, ao cuidado da casa, o que era muito comum. Estranha que ainda hoje se mantenha esse papel subordinado da mulher na política, mesmo em setores de pensamento à esquerda.

Nessa concepção que liga a mulher ao papel restrito à maternidade, encontramos o reforço da divisão sexual do trabalho, que penaliza as mulheres, responsabilizando-as pelo cuidado com os demais membros da estrutura familiar. Um cuidado que oculta o trabalho doméstico não remunerado e a reprodução social das desigualdades sociais imposta ao feminino.

Neste sentido, cabe recorrer às contribuições de Safiotti (2004), uma referência singular nos estudos que articulam feminismo, patriarcado e capitalismo. Segundo relato de Heleieth Safiotti no documentário *Um X na questão*, o Estado brasileiro e seus aparelhos de repressão viam as mulheres como tolas, bobas, incapazes de se incorporar à luta política naquele momento. Esse preconceito acabou por fazer com que elas pudessem transitar mais facilmente na cena política, atuando na transmissão de informações e absorvendo tarefas que os homens tinham mais dificuldade de realizar. Isso, no entanto, não significou que tenham ficado dentro dos “aparelhos”, varrendo o chão ou fazendo café.

Elas estiveram em todas as frentes da resistência. Foram muitas as que optaram pela luta armada e, sem que se julgue aqui o mérito de suas escolhas ideológicas e políticas, empunharam armas e foram literalmente à luta. Outras muitas, ainda que sem armas, colocaram em risco suas vidas e as de seus filhos e maridos ao estabelecerem também as suas estratégias de luta. Outras tantas já não estão entre nós para contar suas histórias. Ousadas demais, foram silenciadas (MERLINO; OJEDA, 2010).

A autora considera o patriarcado um regime atual, que orienta as relações homem/mulher, por ser uma expressão de poder político que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Isso se configura como um tipo de hierarquia que contamina todos os espaços da sociedade, possuindo uma base material que representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência. De fato, o processo de exploração-dominação legitima a hierarquização masculina na sociedade ao estabelecer a liberdade para os homens e a submissão às mulheres.

Considerações finais

A ditadura civil-militar de 1964-1985 ainda não foi amplamente discutida e analisada, tanto em relação ao momento histórico em si quanto em suas consequências na contemporaneidade, mas este artigo ousa tocar

em aspecto até recentemente silenciado, que ficava na memória subterrânea de algumas protagonistas daquele doloroso processo histórico. Assim, trata-se, aqui, da análise da experiência de mulheres que resistiram à ditadura, que lutaram e sofreram a dor indizível das várias violências exercidas pelos agentes públicos do Estado.

Nesse sentido, permanece como desafio explicitar as resistências vivenciadas pelas mulheres em um período no qual a política de repressão é praticada e levada ao extremo pelo poder do Estado – político, policial e militar, quando lhe foi outorgado direito sobre o corpo, a mente, a vida e a morte das pessoas e, em particular das mulheres, na forma de estupro e outras violências extrema, autoritarismo e violação de seus direitos.

Durante a ditadura, as mulheres que militaram nas lutas de resistência não somente foram vítimas de uma violência estatal extrema; foram também vítimas do silenciamento de sua condição de mulher no ambiente de militância política. Engajadas na luta política de resistência à ditadura, as militantes de esquerda lutaram e resistiram aos vários preconceitos no âmbito público e privado. Uma reviravolta ocorre somente nos anos 1970, em especial, a partir da organização das que estavam no exílio e foram influenciadas pelo feminismo europeu. Elas procuraram construir proposta ideológica que reverteresse a desigualdade e opressão masculina, a própria eliminação das hierarquias sexuais.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil avança com a organização de inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões, articulando pautas sociais de caráter mais amplo, porém sem descuidar de suas bandeiras particulares e voltadas à emancipação, à igualdade e à superação da violência. Com esses parâmetros segue a luta das mulheres cotidianamente na perspectiva de um futuro em novas condições.

Referências

- ALVAREZ, S. Feminismos latino-americanos. *Revistas de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 2, 1998.
- ALVES, M. E. R.; VIANA, R. (Org.). *Política para as mulheres em Fortaleza: desafios para as desigualdades*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.
- ÁVILA, M. B. Feminismos, pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: TEIXEIRA, M.; ALVES, M. E. R. (Org.). *Feminismo, gênero e sexualidade: desafios para o Serviço Social*. Brasília: Editorial Abaré, 2015.
- CAMURÇA, S. Nós Mulheres e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano I, dez. 2007.
- BELTRÁN, E. et al. *Feminismos: debates teóricos contemporâneos*. Madrid: Alianza Editorial, 2
- CARVALHO, L. M. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1992.
- CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.
- COLLING, A. M. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.
- DELPHY, C. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- FARIA, N.; NOBRE, M. N. (Org.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 2014.
- GOLDENBERG, M. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997.
- GURGEL, T. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. *Cadernos da Crítica Feminista*, ano V, n. 4, dez. 2011.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (Ipea). [2020]. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 10 out. 2013.
- KERGOAT, D. Dinâmica da consubstancialidade das relações sociais. *Revista Novos Estudos*, n. 86, mar. 2010.
- LEITE, R. de S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun. 2003.
- MERLINO, T.; OJEDA, I. (Org.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.
- PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, C. R. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, C. A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 64, fev. 1998.

SOARES, V. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURINI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA-LOBO, E. de. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VENTURA, Z. *O ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta, 1988.

DOI: 10.12957/rep.2021.56080

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 15 de maio de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mujeres campesinas de Inzá – Tierradentro, Cauca: una mirada desde los feminismos decoloniales

Mulheres camponesas de Inzá – Tierradentro, Cauca: um olhar dos feminismos decoloniais

Peasant women from Inzá-Tierradentro, Cauca: a view from decolonial feminisms

Jazmin Yulieth Cuellar Diaz*

Juano Zuluaga Garcia**

Resumen – Los feminismos decoloniales son el resultado de un desarrollo social, político, histórico y epistemológico de movimientos feministas críticos, como el feminismo negro afroamericano. Lo decolonial implica situar los efectos de la colonialidad y forjar escenarios emancipatorios, dentro de los cuales, el feminismo popular también constituye una herramienta importante para consolidar alternativas epistémicas que reconozcan y potencien las subjetividades y procesos socio-organizativos de lo subalterno. Motivo por el cual, este artículo tiene como objetivo interpretar y visibilizar el proceso del Comité de Mujeres de la Asociación Campesinas de Inzá Tierradentro (Cauca-Colombia) desde la perspectiva de los feminismos decoloniales, teniendo presente que sus dinámicas de resistencia, territorialización, defensa del territorio, reconstrucción del tejido social y fortalecimiento del modelo comunitario, autónomo y popular, constituyen un aporte significativo para la construcción de alternativas a los discursos hegemónicos de la colonialidad del poder, el saber y el ser.

Palabras claves: colonialidad; feminismo decolonial; feminismo popular; Comité de Mujeres.

Resumo – Os feminismos decoloniais são o resultado do desenvolvimento social, político, histórico e epistemológico de movimentos feministas críticos, como o feminismo negro afro-americano. O decolonial implica situar os efeitos de colonialidade e forjar cenários emancipatórios, dentro dos quais o feminismo popular também é uma ferramenta importante para consolidar alternativas epistêmicas que reconheçam e aprimorem as subjetividades e processos sócio-organizacionais do subalterno. Motivo pelo qual este artigo tem como

* Polítóloga de la Universidad Surcolombiana-Colombia e investigadora del Centro de Investigación e Inter-Acción Social del Sur Colombiano. E-mail: yuliethcuellard@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3562-1088>.

** Estudiante de último semestre del pregrado de Ciencia Política de la Universidad Surcolombiana e investigador del Centro de Investigación e Inter-Acción Social del Sur Colombiano. E-mail: juano.zuluaga@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5179-2875>.

objetivo interpretar e tornar visível o processo do Comitê de Mulheres da Associação Campesina de Inzá Tierradentro (Cauca – Colômbia), do ponto de vista dos feminismos decoloniais, tendo em vista que suas dinâmicas de resistência, territorialização, defesa do território, reconstrução do tecido social e fortalecimento do modelo de comunidade autônoma e popular constituem uma contribuição significativa para a construção de alternativas aos discursos hegemônicos da colonialidade do poder, conhecimento e ser.

Palavras-chave: colonialidade; feminismo decolonial; feminismo popular; Comitê de Mulheres.

Abstract – Decolonial feminisms are the result of a social, political, historical, and epistemological development of critical feminist movements, such as black African-American feminism. The decolonial implies situating the effects of coloniality and forging emancipatory scenarios, within which popular feminism also constitutes an important tool to consolidate epistemic alternatives that recognize and enhance the subjectivities and socio-organizational processes of subalternity. Therefore, this article aims to interpret and make visible the process of the Women's Committee of the Peasant Association of Inzá Tierradentro (Cauca, Colombia) from the perspective of decolonial feminisms, bearing in mind that their dynamics of resistance, territorialization, defense of the territory, reconstruction of the social fabric, and strengthening of the community, autonomous, and popular model constitute a significant contribution to the construction of alternatives to the hegemonic discourses of the coloniality of power, knowledge, and being.

Keywords: coloniality; decolonial feminism; popular feminism; women's committee.

Introducción

Uno de los factores determinantes en la consolidación del sistema capitalista, el cual es de carácter homogeneizante, globalizado, heteropatriarcal y colonial, es la invasión de “América” el 12 de octubre de 1492. Esta invasión y la imposición de las colonias, basadas en una división centro (Europa) y periferia (América), le permitió al sistema predominante desarrollar sus fuerzas productivas, obtener materias primas, saquear el oro y demás riquezas del continente y expandir su proyecto de dominación a escala global a partir de un proceso de despojo, aniquilamiento de pueblos indígenas y violencia epistémica. Pese a la pretensión de universalizar la historia oficial del continente americano, que niega los procesos sociales, políticos y organizativos de las comunidades que habitaron este continente antes de la llegada de los europeos, los pueblos originarios han creado procesos de resistencia al eurocentrismo y al proyecto de occidente que van desde la disputa de las prácticas discursivas y la recuperación de sus lenguas nativas hasta el reconocimiento del continente como *Abya Yala*¹; siendo este un término propio que han venido tejiendo los pueblos

¹ Abya Yala quiere decir en la lengua del pueblo kuna “tierra madura”, “tierra viva” o “tierra que florece”, se usa para hacer referencia a América.

originarios en contraposición a la expresión “América” impuesta por occidente, la cual se constituye como una apuesta contrahegemónica que reivindica la construcción y reconstrucción social e histórica del sentido político e identitario de las comunidades y los territorios, en donde las prácticas discursivas son pieza fundamental de la decolonización del pensamiento (PORTO-GONÇALVES, 2016).

Las dinámicas y formas de dominación y opresión expuestas anteriormente, son concebidas por las corrientes feministas latinoamericanas a partir de la relación intrínseca entre capitalismo, colonialidad y heteropatriarcado, que tiene repercusiones directas y diferenciadas sobre los cuerpos de las mujeres y beneficia los mercados económicos y capitalistas con la explotación de su trabajo (SUÁREZ, 2017, p. 7). Lo anterior conlleva a dinámicas de resistencia y construcción de otros mundos posibles por parte de los movimientos feministas a lo largo de la historia de la humanidad.

De esta manera, desde el reconocimiento de diferentes cosmovisiones y realidades, resulta pertinente hablar de feminismos en tanto existe una variedad de corrientes y perspectivas que lo diversifican. Así pues, los movimientos feministas han tenido un desarrollo histórico a saber: tras la abolición de la esclavitud en Estados Unidos, se creó el movimiento sufragista a finales del siglo XIX, dentro del cual se generó una división entre las mujeres blancas y negras a raíz de que las primeras no reconocían como sujeto político a las segundas, es decir, a través del racismo y el sexismo se generaron lógicas de exclusión, que pusieron en evidencia la existencia de patrones de colonialidad con perspectivas hegemónicas y pretensiones universalistas dentro de los mismos movimientos feministas. Como respuesta, surge el feminismo negro afroamericano, que logró vislumbrar las diferentes formas de opresión de la mujer, creando así la matriz de dominación plasmada en la teoría de la interseccionalidad, que considera género, etnia, raza, clase y orientación sexual en sus prácticas y reflexiones.

Los aportes epistémicos del feminismo negro y su apuesta por decolonizar el feminismo blanco, eurocéntrico, hegemónico y racista, sirvió de base para otros feminismos críticos, como los feminismos decoloniales, los cuales, según Yuderkys Espinosa Miñoso (2012, p. 151) son herederos del feminismo negro. Los feminismos decoloniales, tal como se argumentará en el artículo, son una apuesta epistémica y teórica importante para hacerle frente al eurocentrismo y a la colonialidad del ser, el saber y el poder, así como también para generar articulación desde sectores y campos subalternos para construir alternativas de emancipación. Cabe mencionar que dentro de los feminismos decoloniales convergen diferentes corrientes y formas de expresión, siendo el feminismo popular una de ellas.

Si bien el feminismo popular es una categoría de análisis, que se enmarca dentro de los feminismos decoloniales, este no es una perspectiva abstracta. Contrario a esto, su esencia recae en expresiones concretas desde abajo, desde dinámicas subalternas que de una manera u otra aportan a

subvertir las lógicas de poder. De esta manera, el feminismo popular no existe de manera per se, sino que dialoga, retoma y se retroalimenta de los sentires, saberes y pensares autónomos, comunitarios, campesinos, indígenas, afros y populares urbanos, que tienen lugar en las organizaciones y procesos territoriales de resistencias y luchas contra las distintas formas de dominación y en pro de la construcción de proyectos epistémicos de carácter emancipatorios. Un claro ejemplo de lo anterior es la experiencia del Comité de Mujeres de la Asociación Campesinas de Inzá Tierradentro (en adelante, ACIT), en la medida que sus dinámicas de territorialización y sus prácticas cotidianas están ligadas a la soberanía alimentaria, la defensa del territorio y el fortalecimiento de un modelo comunitario, autónomo y popular con la capacidad política y organizativa de consolidar alternativas que le hagan frente a los discursos hegemónicos de modernidad, desarrollo y colonialidad.

Por tales motivos, el presente artículo tiene como objetivo interpretar y visibilizar la experiencia y el proceso del Comité de Mujeres de la ACIT desde la perspectiva de los feminismos decoloniales, reconociendo su articulación con los postulados del feminismo popular en tanto conciben el trabajo de base, de carácter colectivo, autónomo y comunitario como elementos primordiales para los procesos de transformación social.

El giro decolonial como alternativa epistémica y política a la colonialidad

El giro decolonial como apuesta epistémica y política asevera que las bases de la estructura de las colonias de América del Sur no se modificaron tras el proceso de independencia, sino que se desató una transición del colonialismo a la colonialidad global, el cual -enmarcado en el capitalismo globalizado-, profundiza las exclusiones derivadas de las jerarquías epistémicas, estructurales, raciales/étnicas y de género/sexualidad promovidas por la modernidad (CASTRO-GÓMEZ; GROSGUÉL, 2007; MIGNOLO apud CONTRERAS; TRUJILLO, 2017).

Aníbal Quijano (2000, p. 2009) citado por Contreras y Trujillo (2017, p. 151) tiene unos planteamientos que permiten vislumbrar los efectos de la colonialidad y trazar horizontes teóricos entorno al giro decolonial. A través de bases teóricas sólidas, desentraña las ramificaciones del colonialismo sobre el Abya Ayala, poniendo en evidencia que en este convergieron dos procesos históricos, que a su vez, se consolidaron como elementos relevantes del nuevo patrón de poder: por un lado, las lógicas de superioridad/inferioridad creada en las relaciones entre conquistadores y conquistados con base en la naturaleza biológica; y por otro, la forma en que se articuló el control del trabajo con sus productos en términos de capital.

Este marco de cosas perfiló a Europa como el centro capitalista y a sus colonias como las periferias; conllevando a que Europa centrara en su hegemonía el dominio de toda expresión de control sobre la subjetividad y la cultura, haciendo énfasis en el conocimiento y su construcción (QUIJANO, 2000 apud CONTRERAS; TRUJILLO, 2017, p. 151). Lo anterior, desarrolló y consolidó el eurocentrismo y etnocentrismo acudiendo a la homogeneización del conocimiento a través de la supremacía epistémica que logró perpetuar una geopolítica del conocimiento (CONTRERAS; TRUJILLO, 2017, p. 151).

Un aspecto fundamental para abordar, analizar, criticar y proponer alternativas a la colonialidad, es evidenciar cómo se ha configurado el “paradigma del otro”, como un “pensamiento crítico y utopístico que se articula en todos aquellos lugares en los cuales la expansión imperial/colonial negó la posibilidad de razón, pensamiento y de pensar el futuro” (MIGNOLO, 2003 apud CONTRERAS; TRUJILLO, 2017, p. 150). Desde esta premisa, la otredad, de acuerdo con Contreras y Trujillo (2017, p. 150) tiene lugar como un espacio negado, dada la manera en que el conocimiento se ha ido construyendo desde una perspectiva universal, anulando así las múltiples experiencias e historias locales y su potencial en las diferentes maneras de construir conocimiento; esto, en términos de Zulma Palermo (2010), citado por Contreras y Trujillo (2017, p. 150), “se traduce en una violencia epistémica que de manera silenciosa se impone como pensamiento único”.

Construcción de feminismos decoloniales como proyecto contrahegemónico de emancipación

La apropiación del modelo de pensamiento occidental, patriarcal y colonial sobre el pensamiento, cultura, territorios y procesos de los pueblos del Abya Ayala, limitó y determinó las agendas de los movimientos de mujeres – feministas y no feministas –, a la lucha de derechos enmarcados en las dinámicas del sistema que reproduce unas lógicas, roles, discursos y una cultura sobre los cuales se estructura la sociedad patriarcal. De tal forma, la lucha de las mujeres que se hizo visible desde finales del siglo XIX hasta finales del siglo XX en América Latina no fue más que la lucha de mujeres heterosexuales, blancas y burguesas por ser reconocidas como sujetas autónomas dentro de un sistema económico, político y social que explotaba, subyugaba, y violentaba los derechos de sus semejantes indígenas, campesinas, negras y pobres históricamente invisibilizadas.

No fue sino hasta finales del siglo XX que los feminismos inician a forjar una teoría política feminista enmarcada en el reconocimiento y cuestionamiento de las distintas formas de opresión por parte del sistema económico, político y social. La ampliación política de los movimientos

feministas en la región, ligada a la construcción de nuevas epistemologías enmarcadas en el giro decolonial, permitió repensar las categorías de género y mujer en transversalidad a la raza, clase y sexualidad, entre otros. Esta perspectiva interseccional, nacida de los feminismos negros estadounidenses, reconoce la multiplicidad de cosmovisiones, saberes, luchas, y propuestas emancipatorias como respuesta a ese feminismo blanco, occidental y hegemónico que a lo largo de la historia ha pretendido universalizar la experiencia de todas las mujeres sin concebir el impacto que tiene el contexto social, cultural, y económico en las relaciones de poder entre hombres y mujeres (MARCIALES, 2011, p. 129). Los feminismos decoloniales deconstruyen la categoría universal de mujer, debido a la existencia de jerarquías entre las mismas mujeres por medio de la raza, etnia, clase, sexualidad o nivel de formación (CONTRERAS; TRUJILLO, 2017, p. 153).

Así pues, los feminismos decoloniales se enriquecen, retroalimentan y dialogan con diversas tradiciones críticas frente a la modernidad occidental y heteropatriarcal; y a su vez, se constituyen como una interpelación a la propia teoría feminista de corte eurocéntrica. Un ejemplo de lo anterior es la coloniadalidad que también ha permeado a ciertos movimientos feministas, que reproducen lógicas sexistas, racistas, homóforas y liberales. Precisamente, una fortaleza importante de los feminismos decoloniales es que plantean una crítica hacia dentro, es decir, no solo develan las formas de colonización del poder, el ser y el saber, sino también los mismos discursos hegemónicos que han estructurado ciertos feminismos occidentales, eurocéntricos y coloniales.

En este sentido, se hace preciso recalcar que los feminismos decoloniales reconocen el aporte de las académicas blancas, siempre y cuando estén comprometidas con proyectos subalternos, tanto en el Abya Ayala como en el globo (ESPINOSA, 2012, p. 150). Lo anterior resulta interesante en la medida en que el debate trasciende del color de piel; lo que implica poner en tela de juicio, no su condición de mujer blanca, sino el lugar de enunciación que responde, en algunos casos, a marcos académicos y políticos de dominación política y epistémica.

Este feminismo decolonial, surgido de los pueblos que habitan del Abya Ayala, es el heredero del legado del feminismo negro, de color y tercermundista gestado en Estados Unidos a mediados del siglo XIX, como respuesta a las lógicas racistas y excluyentes de los feminismos blancos, hegemónicos y europeizados (ESPINOSA, 2012). En este sentido, el feminismo negro está cargado de una perspectiva contrahegemónica encaminada a romper con la idea de superioridad/inferioridad del feminismo blanco hegemónico, partiendo del reconocimiento identitario de elementos que son transversales a la condición de ser mujer negra, tales como la raza, el género, la sexualidad y la clase, entre otras. De allí que el feminismo negro construyera la interseccionalidad como una apuesta política y teórica.

Se hace preciso resaltar aquí que el carácter emancipatorio del feminismo negro reside en el contexto histórico-social en el que este se materializó. La abolición de la esclavitud trajo consigo un nuevo proceso de transición social en el que la discriminación racial se convirtió en el “moderno” criterio de desigualdad (JABARDO, 2012, p. 29). Con relación a lo anterior, esa afectación diferenciada, producto de las relaciones de poder que recaen sobre los cuerpos y el hecho de ser mujer negra, fueron elementos constitutivos de las luchas del movimiento feminista negro por ser reconocidas como sujetas políticas activas dentro de las demandas sociales y políticas.

Teniendo como precedente este proceso de mujeres negras en EE.UU., la búsqueda y creación de una identidad propia por parte de los movimientos feministas decoloniales estuvo atravesada por el reconocimiento de su historia: una historia protagonizada por el genocidio indígena, la violencia epistémica, la esclavitud, la negación cultural y la invisibilización del conocimiento. Asimismo, en el camino de consolidación de su identidad, los feminismos decoloniales, al tener un criterio subalterno, han tenido que resistir a los feminismos europeos y norteamericanos, y a su vez al pensamiento político latinoamericano que ha desconocido, o reconoce escasamente, el papel de las mujeres a lo largo de la historia (WIGDOR; ARTAZO, 2017).

Ahora bien, en el marco de la búsqueda de esta identidad por parte de los feminismos decoloniales desarrollados en la región han surgido nuevas expresiones de organización y nuevas propuestas epistemológicas que dan cuenta de las realidades que atraviesan las mujeres del Abya Ayala; entre estas, se encuentra el feminismo popular que sienta sus bases en las necesidad de generar resistencias y alternativas emancipatorias que hagan frente a las distintas formas de dominación que afectan e intervienen sobre los cuerpos, territorios y comunidades, y a su vez, sean capaces de remover los cimientos del sistema capitalista-patriarcal a partir de la creación de subjetividades subalternas que re-piensen y de-construyan las lógicas y realidades en las que se desarrolla el ser mujer (KOROL, 2016). El feminismo popular trasciende de la lucha en contra del patriarcado y sus opresiones, va más allá de la identificación de clase como única condición de dominación y reconoce la heterogeneidad de cosmovisiones, saberes y lugares de enunciación que emanan desde los distintos grupos de mujeres organizadas y no organizadas.

Su esencia reside así, en asumir las condiciones que crean lo popular – como el ser campesina, indígena, obrera o ama de casa – desde un carácter “emancipatorio, de posibilidad, de movilización, no como condicionante o como un determinismo social que imposibilita a los sujetos la transformación de su subjetividad y de su realidad material” (VELOZA apud SUÁREZ, 2017, p. 51-52). En el feminismo popular, gestado desde las bases sociales y sus prácticas autónomas, prima, ante todo, el accionar político y

la creación de identidades individuales y colectivas como respuesta a las dinámicas de opresión diferenciada que recae sobre los cuerpos feminizados. Concebir el cuerpo como un territorio en disputa se convierte en un elemento fundamental de reivindicación y apropiación territorial de luchas encaminadas al reconocimiento como sujetas políticas.

En suma, los feminismos decoloniales, sus precedentes y las corrientes que de este han surgido (como el feminismo popular), son una herramienta teórico-práctica no solo para develar los impactos de la modernidad, la colonialidad y el eurocentrismo, sino también para crear y fortalecer proyectos alternativos de emancipación. Así, los feminismos decoloniales son claves para deconstruir los feminismos europeizados, hegemónicos, con pretensiones universalizantes de categorías como “mujer”, que son excluyentes y reproducen las lógicas coloniales y occidentales. Asimismo, son una apuesta interesante para la deconstrucción de discursos hegemónicos que potencian procesos subalternos de transformación social, generando diálogo con otros saberes, distintas subjetividades y otras formas de construcción de conocimiento situados en el Abya Yala; por tanto, son una apuesta epistémica contrahegemónica para descolonizar el poder, el ser y saber y edificar categorías, metodologías y métodos con los cuales se pueda interpretar y transformar la realidad social.

Aproximación al Comité de Mujeres de la Asociación Campesina de Inzá Tierradentro – Cauca

El Comité de Mujeres de la Asociación Campesina de Inzá – Tierradentro, o también conocida como Asociación de Mujeres por Inzá, es una organización gestada en el año 2001 en el marco de la conmemoración del 8 de Marzo en el municipio de Inzá, departamento del Cauca, una región ubicada al Sur de Colombia caracterizada por ser históricamente un territorio donde coexisten luchas, disputas y resistencias. El Cauca ha sido y es uno de los territorios con mayor nivel de conflictividad armada ocasionada por grupos legales e ilegales en el país. La lucha por el control del territorio y la defensa de intereses estratégicos por parte de grupos paramilitares y guerrillas, como el Ejército de Liberación Nacional (ELN) y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), junto a las acciones del Ejército Nacional, han afectado fuertemente a las poblaciones campesinas, indígenas y afros que habitan este histórico territorio.

Las dinámicas de conflictividad, que todavía persisten, la ausencia de entidades que garanticen las mínimas condiciones de vida y la poca conectividad y accesibilidad del departamento con el resto del país, ha determinado en cierta parte el sistema social y económico de esta región, el cual ha estado ligado a la producción de coca, marihuana y amapola,

como uno de los principales sustentos económicos de las comunidades para mejorar su calidad de vida (DUARTE, 2013, p. 29).

Continuando con la caracterización del territorio en mención, el departamento es un referente nacional de luchas y resistencias por parte de comunidades indígenas y campesinas, quienes han desarrollado y consolidado procesos de organización social para hacerle frente a las dinámicas y flagelos del conflicto armado, político y social interno. Actualmente, existe el Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) como órgano de mayor representación indígena en el departamento, y diversas organizaciones campesinas, entre estas la Asociación Campesina de InzáTierradentro (ACIT) que confluyen a nivel departamental y nacional para adelantar sus agendas conjuntas.

La creación de la ACIT se remonta al año de 1997, teniendo como principal bandera de lucha el reconocimiento de los campesinos como sujetos de derechos y la defensa del territorio. En el esfuerzo por consolidar su ejercicio organizativo, político y social a nivel municipal, se crearon 6 comités, entre estos el Comité de Mujeres, que nace como una iniciativa de mujeres campesinas para hacerle frente a las dinámicas del conflicto armado, social y político que las ha afectado de forma diferenciada, directa o indirectamente, con acciones como la violencia sexual, reclutamiento forzado, homicidios o señalamiento; en otras palabras, este proceso fue creado con el fin de

visibilizar y reconocer las consecuencias diferenciadas de la implementación de políticas neoliberales y su coexistencia con el sistema patriarcal sobre sus vidas y cuerpos, y específicamente el contexto de conflicto armado interno y la violencia que prevalecen en el país. (ASOCIACIÓN DE MUJERES POR INZÁ, 2019, p. 65-69).

En esta medida, la creación del Comité de Mujeres dentro de la ACIT surge como una apuesta por parte de mujeres campesinas para llevar a cabo la reivindicación de sus derechos, la defensa del territorio y la construcción de un buen vivir en las comunidades campesinas. Desde su creación han forjado y consolidado el comité entorno a los valores de solidaridad, colectividad, compañerismo y ayuda mutua. Sus apuestas políticas aportan al fortalecimiento de los feminismos decoloniales, dentro de los cuales converge el feminismo popular, teniendo en cuenta que enfocan su trabajo en un modelo comunitario y autónomo, fundamentado en el enfoque de género, ecología social y popular y construcción de paz.

Las apuestas desarrolladas en su trayectoria organizativa, enfocadas en la soberanía alimentaria como principal eje de trabajo, les ha permitido obtener un reconocimiento a nivel local, regional y nacional en términos de su capacidad organizativa. Además, han logrado ampliar su agenda a temas de formación, autonomía económica y empoderamiento político. Es preciso resaltar que, aunque son parte de la ACIT como comité,

estas poseen una personería jurídica como Asociación de Mujeres por Inzá, lo cual les brinda autonomía para la ejecución de recursos y proyectos. Es mediante esta figura que han logrado tejer redes de apoyo y solidaridad con organizaciones e iniciativas de mujeres como Ruta Pacífica, Red de Educación Popular para Mujeres de América Latina (REPEM), Espacio Femenino Internacional (EFI) o la Universidad del Cauca (CAMPRUBÍ, s. f.).

Soberanía alimentaria y territorio

“el territorio es nuestro cuerpo, es el lugar donde habitamos, con el que nos identificamos, es donde están nuestros recuerdos y donde proyectamos nuestros sueños...El que nos despierta emociones y sentimientos. Donde construimos relaciones con la naturaleza, con la comunidad y con nosotras mismas. Porque el territorio es memoria y la memoria somos nosotras”². (Comité de Mujeres de la Asociación Campesina de Inzá Tierradentro, 2019).

El mandato social que ha relegado históricamente el papel de la mujer a la esfera privada y que ha impuesto una serie de roles y valores sobre estas, ha sido fundamental para la creación e implementación del orden político y social sobre el cual se ha estructurado la sociedad colombiana, la cual violenta, segrega e invisibiliza a la mujer como sujeta política autónoma, deliberante, militante y forjadora de alternativas de emancipación. El sistema patriarcal se hace presente en todos los escenarios de la vida cotidiana de las mujeres, y, por tanto, los derechos ganados en las últimas décadas no son suficientes frente a la violencia social y cultural que las afecta. Como respuesta a todas estas formas de dominación ejercidas por el sistema capitalista patriarcal, heteronormativo, moderno y colonial sobre los territorios, cuerpos y comunidades, se han creado procesos y propuestas de emancipación y resistencia por parte de distintas organizaciones y movimientos de mujeres. xEstos procesos y propuestas se han centrado en la consolidación y formación de una base social sólida, capaz de generar conmociones en el sistema a partir de la creación de subjetividades, individuales y colectivas, encaminadas a transformar y construir realidades que respondan de una forma integral a las necesidades de los pueblos (KOROL, 2016).

En consecuencia de lo anterior, las mujeres del Comité han decidido llevar a cabo proyectos de soberanía alimentaria como una alternativa de defensa del territorio y de sustento económico en su intento de contrarrestar las lógicas del sistema de mercado global que predomina en la sociedad contemporánea e impone prácticas de consumo a los territorios.

² Concepto de territorio construido en un escenario asambleario del Comité de Mujeres. Este fue expuesto en el “Encuentro de Pensamiento Crítico y Construcción de Paz en la Región Surcolombiana. Tejiendo diálogos desde el sur” por la representante de la Asociación Stefany Robles.

En este mismo sentido, han optado por priorizar el trabajo colectivo y desarrollar dinámicas de intercambio o bien conocido “trueque” como prácticas propias del buen vivir y formas de habitar el Abya Ayala desde lógicas de cooperación, solidaridad y ayuda mutua, rompiendo así con el individualismo y la acumulación de riquezas características propios del liberalismo y el capitalismo.

Esta apuesta es el resultado de un proceso de reconocimiento del entorno, la historia, el contexto, y la realidad del territorio que en su momento las rodeaba. El déficit de alimentos, la falta de espacios donde confluir y la dependencia económica fueron las principales motivaciones para materializar esta propuesta, la cual inició con la construcción de huertas comunitarias para el consumo familiar y el mercado local; siguió con la preservación de semillas al reconocer el significado material y simbólico de esta en la esencia del ser campesino; y, posteriormente, ha venido trascendiendo a la necesidad generar espacios de formación y capacitación de las mujeres del Comité en temas relacionados con las formas de producción posibles, recursos naturales o identidad campesina, todo esto sin desconocer las prácticas, saberes y costumbres locales (MORALES, 2011, p. 337).

Ahora bien, entendiendo las realidades que atraviesan el ser campesina y campesino, se concibe aquí la soberanía alimentaria como un proceso que permite la construcción de movimientos sociales, la creación de nuevos relacionamientos sociales y el empoderamiento político, social y económico de las comunidades en tanto hacen frente a la visión neoliberal que mercantiliza todos los aspectos de la vida cotidiana; así, la soberanía alimentaria no solo es una alternativa de sustento para estas mujeres, sino que se ha convertido en una respuesta política y económica a las cadenas de producción y mercado de un sistema que prioriza el capital y la acumulación de riquezas sobre el bienestar humano, el buen vivir y la sostenibilidad ambiental (COORDINACIÓN EUROPEA VÍA CAMPESINA, 2018, p. 7).

Reconstruir las relaciones existentes entre el ser humano y la naturaleza, caracterizadas actualmente por la sobreexplotación de los primeros sobre lo segundo, supone ser uno de los ejes centrales de la soberanía alimentaria, y así mismo del Comité de Mujeres de Inzá – Cauca, quienes han logrado resignificar las relaciones sociales de la comunidad con su entorno, al desarrollar un proceso basado en la solidaridad y el buen vivir, respetando, reconociendo y reivindicando el territorio de la siguiente manera: por un lado, han logrado forjar redes afectivas basadas en la amistad, el respeto, la cooperación y la ayuda mutua entre ellas, y la reconstrucción del tejido social, lo cual se ve reflejado en el proceso de acompañamiento a la hora de sembrar y cuidar los productos en tanto reconocen y entienden los tiempos, capacidades y conocimientos de sus compañeras; y por otro lado, transforman la relación que estas poseen con el territorio, considerando que este

No es solamente una porción de tierra delimitada con su complejidad biofísica (relieve, condiciones ambientales, biodiversidad [...]) es sobre todo, un espacio construido socialmente, es decir, histórica, económica, social, cultural y políticamente. (SOSA, 2012, p. 7).

La apropiación del territorio mediante la soberanía alimentaria y la reivindicación de la identidad campesina, reflejada en el cuidado de las semillas nativas por parte las mujeres del Comité, han permitido y brindado condiciones para la creación de escenarios y espacios de formación y participación con enfoque de género encaminados a la reconfiguración de roles, que le ha permitido a estas superar las barreras impuestas por el sistema patriarcal. Este marco de cosas ha posibilitado la plena participación de las mujeres del Comité de la ACIT en la esfera de lo público, debido a que han promovido y convergido en dinámicas de transformación socio-territorial y participación política de su municipio y de la sociedad en general. Todo esto supone un empoderamiento político y organizativo de las mujeres del Comité llevando a cabo propuestas y proyectos que, de una u otra forma, aportan a la decolonialidad del poder, el ser y el saber y a la construcción de horizontes utópicos emancipatorios, emanado de bases populares, comunitarias y autónomas.

Conclusiones

El etnocentrismo, como resultado del proyecto de modernidad y colonialidad desarrollado por occidente, ha obtenido respuestas por parte de movimientos sociales y académicos y académicas del Abya Ayala, quienes desde perspectivas críticas han aportado a la decolonización del poder, el ser y el saber a partir de la creación de teorías alternativas a la visión de modernidad, progreso y desarrollo. Entre estos podríamos nombrar a María Lugones, Rita Segato, Silvia Cusicanqui, Yuderlys Espinoza, Arturo Escobar, Aníbal Quijano, entre otros.

Este giro decolonial, junto al legado del feminismo negro estadounidense, han brindado las herramientas teóricas y prácticas para sentar las bases de los feminismos decoloniales, siendo estos un vehículo que permite construir horizontes utópicos alternativos a la modernidad y a la colonialidad. Es así como resulta imperante reconocer y articular diferentes campos de luchas como respuesta a los discursos de racismo, desarrollo, progreso y civilización que históricamente han invisibilizado reivindicaciones locales en el Abya Ayala.

Con base en lo anterior, el proceso adelantado por el Comité de Mujeres de la Asociación Campesinas de Inzá Tierradentro (Cauca –Colombia), constituye una experiencia interesante, ya que si bien desde el plano teórico estas no se reconocen como feministas, resulta pertinente abordarlas desde los feminismos decoloniales, debido a que: por un lado,

este constituye una respuesta a la invisibilización por parte de este sistema capitalista, patriarcal, eurocéntrico y colonial hacia las identidades individuales y colectivas que históricamente han forjado mujeres campesinas, indígenas y afros que habitan el territorio; y que por otro lado, las teorías decoloniales trascienden de la descolonización, proponiendo alternativas “otras” con miras a subvertir el poder hegemónico, lo que posibilita poner en evidencia los efectos desatados por la colonización y la colonialidad del poder, el saber y el ser, deconstruyendo así estas subjetividades y generando condiciones epistémicas de emancipación (GÓMEZ *et al.*, 2017, p. 51-52).

En esta medida, el proceso de las mujeres campesinas en Inzá (soberanía alimentaria, defensa del territorio, reconstrucción del tejido social y fortalecimiento del modelo comunitario, autónomo y popular) es, además de una propuesta de resistencia a las dinámicas de globalización y colonialidad, un proyecto emancipatorio que rompe, de una manera u otra, con la imposición del mercado transnacional y globalizante, que desterritorializa a los campesinos de sus actividades productivas, los despoja de sus identidades y desconoce y elimina las formas alternativas de producción y comercialización enmarcadas en lógicas populares y comunitarias.

Estos procesos permiten recuperar las identidades y prácticas socio-productivas de campesinas, las cuales han intentado extinguir los discursos dominantes de la modernidad, el progreso, la globalización y la civilización. Asimismo, promueven iniciativas encaminadas a la creación de relaciones amenas entre las comunidades y el medio ambiente, lo cual subvierte la premisa del capitalismo salvaje que concibe que los recursos naturales del entorno deben estar al servicio de la humanidad con fines acumulativos.

Así pues, se puede establecer que la experiencia de organización y confluencia de las mujeres de Inzá – Cauca en un escenario como el Comité, ha aportado indiscutiblemente al proceso de despatriarcalización y transformación de sus condiciones de vida como mujer (pobre, campesina, habitante de un territorio considerado periférico y con alto impacto del conflicto armado interno) en tanto, no solo subvirtieron el orden social impuesto por el juego de roles sexistas, machistas y patriarcales que las relega a las actividades de la esfera de lo privado (como el cuidado del hogar) y que las ubica en un lugar inferior respecto a los hombres, sino que lograron trascender a la esfera de lo público, constituyéndose como sujetas políticas, críticas y transformadoras, con la capacidad de intervenir e interpelar a sus semejantes y contrapartes en escenario de carácter social, cultural, político y económico.

Para finalizar, es preciso señalar que esta no es la única experiencia existente en Colombia ni en el Abya Ayala, sino que hay diferentes procesos de mujeres desde diversos sectores sociales, que deben ser visibilizadas, reconocidas y fortalecidas a través de la creación de redes de solidaridad, construcción de agendas comunes y concreción de utopías colectivas que

converjan en un bloque histórico contrahegemónico con capacidad nacional, regional y global para abolir este retrógrada sistema capitalista, colonial, patriarcal y heteronormativo.

Referencias

ASOCIACIÓN DE MUJERES POR INZÁ. Mujeres campesinas de Inzá en junta por la soberanía alimentaria. *Revista Semillas*, Bogotá, dic. 2019.

CAMPRUBI, B. *Comité de mujeres de la Acit*: a través de la mujer, todo. Colombia. Disponible en: <https://porlatierra.org/casos/173/linea>. Acceso en: 6 nov. 2020.

CONTRERAS, P.; TRUJILLO, M. *Desde las epistemologías feministas a los feminismos decoloniales*: aportes a los estudios sobre migraciones. Barcelona: Athenea Digital, 2017. Disponible en: <https://atheneadigital.net/article/view/v17-n1-trujillo-contreras/1765-pdf-es>. Acceso en: 6 nov. 2020.

COORDINACIÓN EUROPEA VÍA CAMPESINA. Una guía por la soberanía alimentaria. Bruselas, 2018. Disponible en: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/Food-Sovereignty-a-guide-ES-version-low-res.pdf>. Acceso en: 6 nov. 2020.

DUARTE, C. *Análisis de la posesión territorial y situaciones de tensión interétnica e intercultural en el departamento del Cauca*. Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2013.

ESPINOSA, Y. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Revista Solar*, 2016, año 12, v. 12, n. 1. Disponible en: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/9-De-por-qu%C3%A9-es-necesario-un-feminismo-descolonial...Yuderks-Espinosa-Mi%C3%B1oso.pdf>. Acceso en: 6 nov. 2020.

GÓMEZ *et al.* Estudios decoloniales y poscoloniales. Posturas acerca de la modernidad/colonialidad y el eurocentrismo. *Revista Ratio Juris*, Medellín, v. 12, n. 24, 2017.

JABARDO, M. *Feminismos negros*: una antología. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

KOROL, C. *Feminismos populares – Las brujas necesarias en los tiempos de cólera*. Buenos Aires: Nuestra Sociedad, 2016. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/feminismos-populares/>. Acceso en: 6 nov. 2020.

MORALES, A. *Du grain à moudre*: genre, développement rural et alimentation. Genève: Graduate Institute Publications, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. *Abya Ayala*. São Paulo: Latinoamericana, 2016. Disponible en: <http://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/a/abya-yala>. Acceso en: 6 nov. 2020.

SOSA, M. *¿Cómo entender el territorio?* Guatemala: Universidad Rafael Landiva, 2012.

WIGDOR, G.; ARTAZO, G. Pensamiento feminista latinoamericano: reflexiones sobre la colonialidad del saber/poder y la sexualidad. *Cultura y representaciones sociales*, v. 11, n. 22. México, 2017. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-81102017000100193. Acceso en: 6 nov. 2020.

DOI: 10.12957/rep.2021.56084

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 18 de abril de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Recolocando a autodeterminação na equação? Uma análise da ação coletiva feminista na Europa do Sul*

Putting self-determination back into the equation?
An analysis of feminist collective action in Southern Europe

Ana Cristina Santos*

Mara Pieri**

Resumo – No contexto da Europa do Sul, os direitos das mulheres têm-se confrontado com resistências históricas decorrentes de um legado cumulativo de ditadura, fascismo e catolicismo. Processos mais amplos de modernização desafiaram gradualmente esse legado, com um impacto significativo na mobilização pelos direitos das mulheres. Este artigo examina a ação coletiva feminista na Itália e em Portugal no século XXI, incluindo lutas pró-escolha ligadas ao aborto em Portugal e as mobilizações contra a violência de gênero na Itália. Em cada contexto, examinamos temas e repertórios dominantes da ação coletiva, mas também fontes de dissidência interna, como as questões da gestação de substituição e do trabalho sexual. Na última seção, sugerimos que a autodeterminação constitui um conceito-chave através do qual os movimentos feministas contemporâneos podem encontrar formas de superar importantes desafios políticos e teóricos emergentes.

Palavras-chave: ação coletiva feminista; Europa do Sul; auto-determinação.

Abstract – In the context of Southern Europe, women's rights have been facing historical resistance linked to a legacy of dictatorships, fascism, and Catholicism. Wider processes of modernization have gradually challenged this legacy, causing a significant impact on the mobilization for women's rights. This article explores feminist collective action in Italy and Portugal in the 21st century, including pro-choice struggles connected to abortion in Portugal and the mobilizations against gender-based violence in Italy. In each country dominant themes and repertoires of collective action will be studied,

* Uma primeira versão deste artigo foi publicada em inglês no livro *The Routledge Handbook of Contemporary European Social Movements. Protest in turbulent times*, organizado por Cristina Flesher Fominaya e Ramón A. Feenstra (2020). Para esta versão, Santos deseja reconhecer o apoio de duas entidades financiadoras: o European Research Council, no âmbito do 7.º Programa-Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) // ERC Grant Agreement "Intimate—Citizenship, Care and Choice: The Micropolitics of Intimacy in Southern Europe" (ref. 338452); e a Comissão Europeia ao abrigo do Programa Rights, Equality and Citizenship (ref. 856680), através da agência europeia Norface, via FCT (ref. NORFACE/0001/2016). Pieri deseja reconhecer o apoio concedido pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PD/BD/114078/2015).

** Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. E-mail: cristina@ces.uc.pt. ORCID: orcid.org/0000-0002-9597-7150.

*** Doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. E-mail: marapieri@ces.uc.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5864-7972

as well as sources of internal conflict that include surrogacy and sex work. In the last section of the paper, we suggest that self-determination is a key concept through which contemporary feminist movements may overcome emerging political and theoretical challenges.

Keywords: collective feminist action; Southern Europe; self-determination.

Introdução

Este artigo examina a ação coletiva feminista na Itália e em Portugal no século XXI. A escolha dos países baseia-se parcialmente na literatura sociológica existente que constrói o sul da Europa como um contexto geopolítico com características distintas relativamente a regimes de bem-estar e regimes de gênero, quando comparado a outros países europeus (FERREIRA, 2005; TRIFILETTI, 1999; WALBY, 2001). A Europa dos Sul é frequentemente apresentada na literatura como patriarcal, católica, conservadora e familista (FERREIRA, 2005), o que contribui para reforçar uma imagem um tanto homogênea de países como Portugal, Espanha e Itália.

Também na esfera da prestação de cuidado e dos serviços públicos, os países da Europa do Sul são descritos como dispendiosos de uma forte “sociedade-providência” (SANTOS, 1993), em contraste com a baixa provisão assegurada pelo Estado-providência, característica decorrente da sua posição semiperiférica no sistema mundial, bem como do legado de ditaduras que constam de boa parte da história desses países. Nesse contexto, as mulheres são consideradas um elemento principal da chamada “sociedade-providência” (PORTUGAL, 1998; SANTOS, 1993).

Independentemente de semelhanças sociais e políticas entre países da Europa do Sul, defendemos que uma imagem generalizada desses contextos corre o risco de reforçar estereótipos em vez de os submeter a um questionamento crítico adequado. De fato, a literatura sociológica sobre o sul da Europa tende a descurar diferenças importantes entre países, contribuindo para um imaginário homogêneo, embora precário, acerca do outro. Conscientes dos riscos, neste artigo reconhecemos pontos em comum, ao mesmo tempo que exploramos características específicas da ação coletiva feminista em Itália e em Portugal. Nesse desiderato, serão considerados os contextos históricos, legais e políticos diversos em cada país relativamente à autodeterminação e aos direitos das mulheres. Esse esforço será informado por uma análise sócio-histórica, visando uma melhor compreensão de diferenças e semelhanças entre os dois países.

Esperamos que este artigo contribua para questionar, repensar e reconfigurar teorias contemporâneas sobre regimes de gênero em cada contexto, bem como na Europa do Sul em geral. Ao analisarmos objetivos,

estratégias e resultados dos movimentos de mulheres em Itália e em Portugal, pretendemos ainda contribuir para um conhecimento mais amplo sobre a ação coletiva no século XXI.

Desigualdade de gênero ao longo dos tempos

Itália e Portugal foram atravessados por longos períodos de ditadura. Em Itália, o regime de Mussolini durou 20 anos (1922-1943); em Portugal, primeiro Salazar e mais tarde Caetano governaram durante 48 anos (1926-1974). A ausência de liberdade e direitos atingia, com maior incidência, setores específicos da população, sendo que as mulheres se encontravam entre os grupos mais penalizados. Em Portugal, as mulheres não tinham permissão para viajar para fora do país ou manter uma conta bancária sem a autorização por escrito do marido, e as mulheres casadas estavam legalmente proibidas de exercer uma profissão que implicasse trabalho noturno.

Essas restrições, entre outras, formaram a espinha dorsal de um regime que considerava “Deus, pátria e família” o modelo tríplice de governação, confundindo religião e política de maneiras que abrangiam todas as dimensões da experiência pública e privada. Durante esse período, expressões de dissidência foram alvo de perseguição e prisão, e comícios ou qualquer outra forma de “reunião de mais de duas pessoas” foram proibidos. Sob tal regime, as únicas formas de ação coletiva não apenas permitidas, mas ativamente encorajadas, eram reuniões com fins caritativos ou assembleias religiosas que favoreciam a doutrinação moral incentivada pelo ditador Salazar.

O cenário italiano não é muito diferente nesse sentido. Embora Itália seja uma democracia desde 1946 e, no mesmo, ano o direito universal ao voto também tenha sido concedido, os efeitos das regulamentações fascistas duraram muito tempo. Por exemplo, somente em 1996 a violação deixou de ser crime contra a moralidade pública (como sucedia durante o fascismo) para passar a ser definida por crime contra indivíduos (Lei nº 66, de 15 de fevereiro de 1996). Como em Portugal, em Itália o regime fascista também operava em estreita ligação com instituições católicas, promovendo ideias de mulheres como figuras submissas, cuidadoras e sujeitas aos poderes masculinos da família.

Tal contexto sociocultural restritivo teve um forte impacto nas condições de emergência dos movimentos sociais após a transição democrática. Em Portugal, a pobreza e a raiva foram acompanhadas por elevados níveis de analfabetismo, combatido pelo Poder Executivo eleito. Os movimentos de mulheres, em particular, herdaram as dificuldades cumulativas decorrentes da repressão política e do patriarcado, colocando o sexismo no centro dos problemas socioculturais. A nova Constituição promulgada

em 1976 – a primeira após a mudança para a democracia em 1974 – estabeleceu a igualdade entre mulheres e homens como um princípio central. Esse documento foi celebrado internacionalmente como uma das constituições mais inclusivas do seu tempo.

Estas e outras mudanças legais significativas não apagaram a desigualdade que continuou a caracterizar as vivências íntimas. Por exemplo, a expectativa de que as mulheres sejam as principais prestadoras de cuidados a crianças e pessoas idosas é ainda constitutiva da cultura dominante de prestação de cuidados na Europa do Sul. Essa expectativa decorre de uma cultura de familismo que atribui maiores responsabilidades às famílias nucleares no apoio emocional e financeiro (GONZÁLEZ-LÓPEZ, 2002).

Portanto, já que a igualdade formal não se traduz necessariamente em igualdade de fato, as mulheres e outros grupos identitários cedo se aperceberam da necessidade de ação coletiva, visando denunciar práticas discriminatórias e exigir justiça genuína. Essa transição feminista – que aconteceu em momentos e em ritmos diferentes em Itália e em Portugal – foi acompanhada e apoiada pela entrada na União Europeia (em 1957 como Estado fundador e em 1986, respectivamente). De fato, as políticas de gênero produzidas no nível da UE colocaram pressão no sentido de avanços institucionais para a igualdade de gênero no nível local (estatal), consubstanciando as reivindicações apresentadas pelos movimentos de mulheres.

Itália e Portugal hoje

Verificam-se elementos recorrentes nos dois países que permitem identificar semelhanças sem ignorar as particularidades de cada contexto. No entanto, a compreensão de aspectos históricos e sociais específicos dos contextos português e italiano é fundamental para situar os movimentos feministas contemporâneos não apenas como experiências especificamente localizadas, mas também em relação às vagas internacionais de ativismo.

Uma característica primordial do contexto contemporâneo é o fato de a Igreja Católica reter um monopólio quase inquestionável em ambos os países. Segundo o Projeto de Futuros Religiosos Globais da Pew-Templeton, 91,9% das pessoas portuguesas e 83,3% das pessoas italianas definiram-se em 2017 como católicas¹. No entanto, os processos de secularização reduziram consistentemente o número de praticantes reais e aumentaram a distância entre a religião católica e uma cultura católica. Segundo o Istat, o Instituto Nacional Italiano de Estatística, em 2016 apenas 29% da população era católica praticante.

Portanto, se, por um lado, a participação em serviços religiosos diminui a cada ano, a influência das instituições católicas ainda permeia a

¹ Informações disponíveis em: www.globalreligiousfutures.org/. Acesso em: 7 nov. 2020.

vida social, política e econômica, principalmente no que diz respeito à regulamentação da cidadania sexual (SANTOS; TOLDY, 2016). A interferência do Vaticano nos debates políticos sobre aborto, direitos LGBT e questões de gênero é consistente e, especialmente em Itália, exerce efetivamente uma influência sobre as políticas internas (GRIGOLO; JORGENS, 2010).

A influência católica em todos os aspectos da vida social estende-se também a pessoas não praticantes ou que não são batizadas: em ambos os países há um grande número de escolas e universidades católicas, bancos, fundações, hospitais e casas de repouso. Nos últimos anos, as instituições católicas e movimentos antifeministas canalizaram uma pressão crescente contra a suposta disseminação do que designam por “ideologia de gênero”: os movimentos feministas são hoje em dia também confrontados com a acusação de promover uma ideologia perigosa que prejudica crianças e famílias (MAGARAGGIA; VINGELLI, 2015).

Nesse contexto, o sexismo estrutural e a violência contra as mulheres são dois elementos que caracterizam a Itália e o Portugal contemporâneos. De fato, de acordo com o relatório mais recente do Eige – Instituto Europeu para a Igualdade de Gênero² – a disparidade entre mulheres e homens é ainda significativa nos dois países: enquanto as posições de poder são ocupadas principalmente por homens, as mulheres são relegadas a papéis relacionados com cuidado, reprodução e dependência econômica. Por exemplo, as atividades de prestação de cuidado e assistência são desempenhadas principalmente por mulheres, enquanto os níveis de recursos econômicos permanecem fortemente diferenciados. Além disso, o relatório sinaliza que, em 2015, 27% das italianas e 25% das portuguesas entrevistadas afirmaram ter sido vítimas de violência sexual, confirmando o sexismo como uma das pragas das sociedades italiana e portuguesa contemporâneas. Não é de surpreender que a maioria das mulheres seja vítima de atos violentos por parte de parceiros, pais, ex-parceiros ou amigos (BETTAGLIO *et al.*, 2018).

Acresce que ambos os países enfrentaram consequências devastadoras da crise econômica global iniciada em 2008. Nos últimos dez anos, as taxas de desemprego, o custo de vida e a insegurança aumentaram, provocando efeitos em cascata entre os grupos mais vulneráveis, em particular as mulheres. Dada a centralidade da família nas culturas portuguesa e italiana, um dos efeitos imprevisíveis da crise foi o regresso de pessoas jovens e jovens famílias à casa parental e, conseqüentemente, o crescente peso da prestação de cuidados para as mulheres. Ao mesmo tempo, movimentos antiausteridade proliferaram nos dois países.

As duas próximas seções concentrar-se-ão nos movimentos de mulheres em Itália e Portugal, com um enfoque duplo nos temas agre-

² Disponível em: <https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2015/domain/violence>. Acesso em: 7 nov. 2020.

gadores, por um lado, e nos tópicos de dissidência, por outro. Ambas as lentes informarão a nossa leitura acerca do papel da autodeterminação como uma demanda política por parte dos movimentos de mulheres.

Ação coletiva feminista no século XXI: temas e repertórios dominantes

Ação coletiva feminista em Portugal

Os estudos sobre a ação coletiva feminista em Portugal são unânimes em reconhecer a dificuldade histórica na mobilização social e no *lobby* político (CAMPOS; AMÂNCIO, 2007; MONTEIRO; FERREIRA, 2012; TAVARES, 2011). Conforme descrito na seção anterior, a ausência de um movimento forte de mulheres pode ser explicada por uma combinação de fatores que incluem pobreza, analfabetismo e sexismo generalizado, ancorados em normas culturais conservadoras. Esses fatores devem ser entendidos no contexto de uma democracia relativamente recente que surgiu após 48 anos de ditadura.

Esta tendência dominante de desmobilização é compensada por momentos de intensa mobilização em torno de tópicos específicos, fato que constitui mais uma exceção do que regra. Apesar de seu caráter excepcional, alguns momentos de intensa mobilização provocaram resultados importantes, principalmente no campo da cidadania reprodutiva. Com efeito, o tema agregador mais significativo da ação coletiva feminista em Portugal é o aborto.

A reivindicação de descriminalização do aborto a pedido da mulher estava na agenda feminista desde os anos 1980, mas o enquadramento jurídico permaneceu restritivo até os anos 2000. No século XXI, a mobilização em torno do aborto pode ser agregada em torno de três momentos principais – o referendo de 1998; a campanha Making Waves em 2004; e o referendo de 2007. Depois de perder o primeiro referendo da história da democracia portuguesa, em 1998, as e os ativistas pró-escolha diversificaram os seus repertórios de ação com forte internacionalização, *lobby* e ação direta.

Entre 2001 e 2007, registaram-se impressionantes momentos de mobilização de mulheres e pessoas aliadas em protesto à porta de tribunais onde mulheres e profissionais de saúde eram julgados (TAVARES; COVA, 2007). Essas ações atraíram a atenção política e da comunicação social, mas nunca da mesma forma que sucedeu durante a Campanha Fazendo Ondas, em 2004. Essa campanha foi coorganizada por quatro associações locais – a Ação Jovens pela Paz, o Clube Safo, a Não Te Prives e a Umar (União de Mulheres Alternativa e Resposta) – que convidaram a organização holandesa Women on Waves a trazer a Portugal a sua clínica de aborto

instalada num barco. Uma vez dentro do barco, em águas internacionais, as mulheres que desejassem interromper uma gravidez indesejada receberiam a pílula abortiva que o Estado português lhes recusava. Essa iniciativa despertou uma extraordinária atenção política e midiática a nível nacional e internacional, certamente superior ao impacto sobre o reduzido número de mulheres que a pílula teria sido capaz de ajudar (SANTOS *et al.*, 2010).

A campanha Fazendo Ondas teve dois resultados principais – um deles foi a capacitação de uma nova geração de ativistas que ingressaram na política feminista como jovens voluntárias/os na iniciativa; o segundo resultado foi o fato de a campanha ter conseguido recolocar o aborto na agenda política. Como consequência dessas ações, as leis sobre o aborto mudaram e, desde 2007, as mulheres podem interromper uma gravidez indesejada no serviço nacional de saúde até dez semanas após a gravidez. Esta mudança histórica ocorreu devido à mobilização sem precedentes de mulheres em Portugal em torno de uma única questão.

Entre os temas que despertaram o interesse feminista no século XXI contam-se ainda a violência doméstica, o tráfico de seres humanos e a igualdade formal entre mulheres e homens, incluindo a paridade de gênero e a disparidade salarial. Por mais importantes que sejam no cenário geral da política feminista, esses temas que provocaram mudanças jurídicas e atenção midiática apresentam uma diferença significativa quando comparados ao tema do aborto – a sua construção como um problema social que afetou as mulheres foi conduzida de cima para baixo, através de diretrizes provenientes de organismos europeus e do governo, em vez de emergir de baixo para cima enquanto demanda coletiva. Por outras palavras, os tópicos geraram atenção, mas falharam em tornar-se questões verdadeiramente mobilizadoras equiparáveis ao aborto.

No caso da violência doméstica, apesar da atenção regular da comunicação social, motivada por eventos particularmente chocantes ou sentenças de tribunal sexistas, dois fatos parecem ter contribuído ainda mais para a centralidade do tema. São eles: o financiamento existente para pesquisas sobre violência doméstica no início dos anos 2000 e o Observatório das Mulheres Assassinadas, uma iniciativa da ONG feminista Umar. Em 2004, a organização não governamental começou a coletar anualmente notícias publicadas em jornais nacionais³ sobre mulheres assassinadas em Portugal.

Em 2018, um conjunto de protocolos foram assinados entre as autoridades locais e o Estado, reunindo municípios e outros agentes que trabalham contra a violência doméstica. Um dos principais objetivos desses protocolos é desenvolver e consolidar instalações que protegem as mulheres de seus agressores e outros serviços para obter informações, relatórios e aconselhamento jurídico. Com poucas exceções, entre 2000 e 2018, a

³ Os relatórios anuais podem ser consultados em: www.umarfeminismos.org/index.php/observatorio-de-mulheres-assassinadas. Acesso em: 7 nov. 2020.

questão da violência doméstica permaneceu confinada ao feminismo de Estado e aos serviços de prestação de cuidados, não constituindo um forte mobilizador de baixo para cima para movimentos sociais feministas.

Dito isto, a partir de 2019 o tema adquiriu maior transversalidade social, em paralelo com mobilizações internacionais como o movimento MeToo e Ni Una de Menos. Nas primeiras semanas de 2019, notícias acerca de doze mulheres assassinadas pelos seus companheiros ou ex-companheiros, juntamente com sentenças chocantes e sexistas proferidas pelo juiz Neto de Moura, provocaram um debate social e político intenso, gerando uma onda notável de comoção e uma mobilização de baixo para cima sem precedentes em torno da violência doméstica⁴. O tópico foi importante nas marchas feministas de 8 de março de 2019 que, pela primeira vez na história portuguesa, reuniram centenas de participantes em dez cidades do país, exigindo respeito pelos direitos das mulheres.

Um segundo tema agregador tem sido o tráfico de pessoas, que assumiu grande relevo nos anos 2000, especialmente para o feminismo acadêmico, com vários projetos de investigação financiados para pesquisar no que era até então um campo desconhecido. O feminismo de Estado, especialmente a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero, tem investido na disseminação do conhecimento acadêmico sobre tráfico de pessoas (ALBANO, 2013; SANTOS *et al.*, 2008). O tópico agregou trabalhos acadêmicos numa área ainda pouco desenvolvida dos Estudos de Gênero no contexto português e, conseqüentemente, motivou intervenções públicas do feminismo de Estado, constituindo uma parte significativa da política feminista no século XXI (OLIVEIRA, 2017). No entanto, não teve um impacto substancial na agenda ou nas práticas dos movimentos de mulheres de base.

O terceiro conjunto de políticas feministas gira em torno da igualdade formal entre mulheres e homens, um dos principais focos da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade. A pasta promulgou uma série de medidas legislativas significativas para combater as disparidades salariais entre mulheres e homens e conciliar a vida profissional e a vida pessoal e familiar, especialmente em 2018. Antes disso, as iniciativas mais importantes sobre gênero foram: os Planos Nacionais para a Igualdade, lançados em 1997 e replicados a cada três anos, e a Lei da Paridade, aprovada em 2006 e destinada a garantir níveis equilibrados de participação na vida parlamentar para mulheres e homens. Essas mudanças exemplificam os resultados da intervenção estatal, com órgãos políticos formais como a Secretaria de Estado e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero a identificar e adotar medidas específicas. Mais uma vez, apesar de fundamentais na vida das mulheres, os empenhos não resultaram de uma ação coletiva de

⁴ Ver, por exemplo: www.eurotopics.net/en/216182/portugal-judge-protects-wife-beaters. Acesso em: 7 nov. 2020.

base, mas sim da mobilização do que tem sido reconhecido como feminismo de Estado (MONTEIRO; FERREIRA, 2012).

Repertórios feministas em Itália

A partir dos anos 2000, os movimentos feministas italianos apresentam um ritmo desigual, alternando picos de mobilização em torno de questões específicas com períodos de menor visibilidade. No entanto, estudos sobre mobilização coletiva revelam também um acentuado nível de fragmentação de experiências, tanto geográfica quanto politicamente (BONOMI ROMAGNOLI, 2016).

O século XXI começou de maneira dramática para todos os movimentos coletivos em Itália. Durante o Fórum Social Global e a reunião do G8 em Génova, em 2001, movimentos, coletivos, organizações e indivíduos, inclusive feministas, uniram forças para protestar contra a virada econômica global (DELLA PORTA; REITER, 2006). Todavia, a direção violenta que tomou conta dos eventos, com a morte do ativista Carlo Giuliani e a brutal violência policial contra ativistas em Bolzaneto, teve um impacto em todas as áreas de ativismo. Para o movimento feminista italiano, significou um regresso às práticas separatistas e a ações locais (BONOMI ROMAGNOLI, 2016).

Como no caso de Portugal, a violência de gênero e a proteção do direito ao aborto constituem as questões agregadoras mais relevantes para os movimentos feministas italianos. Estes temas ganharam visibilidade política a partir de 2006, quando a primeira marcha nacional foi organizada em Milão com o nome *Usciamo Dal Silenzio* (Fora Do Silêncio). Após esse evento, a luta política contra o sexismo institucional e cultural foi propagada e fragmentada em várias experiências que ocuparam o cenário local e nacional com visibilidade quase ininterrupta (BETTAGLIO *et al.*, 2018).

Em 2007, ocorreu outro protesto nacional de massa sob o lema comum *Non In Mio Nome* (Não Em Meu Nome), para protestar contra a cobertura da imprensa pela violação e assassinato de Patrizia Reggiani por um migrante, no qual o foco político e midiático foi enquadrado em termos de retórica racista em vez do ato de violência de gênero. A questão da representação está de fato consistentemente presente nas demandas nacionais dos movimentos feministas: violência sexual, agressão e sexismo estão ligados à representação decrescente das mulheres nos meios de comunicação social, especialmente na televisão, onde são frequentemente mostradas através de uma lente de objetificação (GRIBALDO; ZAPPERI, 2012).

O vínculo entre a violência simbólica da representação e a mobilização feminista tornou-se particularmente forte durante os anos em que Silvio Berlusconi foi primeiro-ministro (2001–2006 e 2008–2011). A sua dupla posição de chefe de governo e de três canais públicos de televisão, a

frequente objetificação das mulheres nos seus programas de televisão (ZANARDO, 2014), as piadas sexistas nos seus discursos públicos diários e os numerosos escândalos sexuais nos quais estava envolvido, tudo contribuiu para o crescimento do descontentamento coletivo. Durante esses anos, a narrativa dominante em torno das mulheres foi polarizada entre o papel das mães – e uma celebração de sua função reprodutiva – e o papel da beleza, funcional para o desejo masculino. Contudo, a mobilização nesse sentido falhou em incluir interseções com raça e classe, sugerindo uma crítica feminista enraizada numa ideia de normalidade implicitamente branca e de classe média (BONFIGLIOLI, 2010).

O descontentamento atingiu um ponto crítico em 2011, com a mobilização do movimento autoproclamado *Se Non Ora Quando?* (Quando, Se Não For Agora?). A mobilização produziu um protesto acompanhado por mais de um milhão de pessoas em Roma. Embora os *slogans* feministas tenham sido diluídos numa forma mais geral de descontentamento público e reivindicações contraditórias de diferentes correntes de ativistas, o protesto produziu consequências relevantes, encorajando uma mudança paradigmática na linguagem usada para definir a violência de gênero.

Graças ao trabalho capilar de jornalistas, figuras públicas de destaque, acadêmicas/os e ativistas, as expressões “tragédia amorosa”, “loucura” e “crime passionai” foram lentamente substituídas pelas palavras “feminicídio” e “violência de gênero” (BETTAGLIO *et al.*, 2018). No entanto, o movimento também propôs uma visão dicotômica das mulheres entre boas ou más, e as supostamente más, como profissionais do sexo, migrantes e lésbicas, foram excluídas de uma só vez. Essa visão estava de acordo com o retorno neoliberal ao essencialismo de gênero por meio de uma radicalização de conceitos opostos de masculinidade e feminilidade inscritos em discursos de autoempoderamento e agência feminina (GRIBALDO; ZAPPERI, 2012; MCROBBIE, 2012).

Curiosamente, durante esses mesmos anos, o festival feminista Ladyfest em Roma recebeu mais de 7.000 feministas de toda a Europa. O sucesso do festival mostrou que, enquanto um movimento feminista mais *mainstream* estava orientado para pressões contra instituições, uma vasta gama de coletivos de menor dimensão estava ativa na promoção do ativismo feminista a um nível mais local e alternativo (BONOMI ROMAGNOLI, 2016).

Convém mencionar o papel dos centros e clínicas antiviolência, geralmente autofinanciados e geridos por ativistas. Suas conexões com a rede internacional Wave (Women Against Violence in Europe) foram particularmente influentes naqueles anos, intervindo em áreas em que a regulamentação estatal era vaga ou lenta, bem como demonstrando eficiência na produção de uma rede capilar de segurança para mulheres vítimas de violência.

Em 2016, após a ascensão do movimento argentino *Ni Una Menos*, que lutava contra o feminicídio no país, o ativismo feminista em Itália teve uma nova onda de participação, através da constituição da rede *Non*

Una Di Meno (Nudm)⁵. O movimento incluiu uma ampla gama de assuntos e abriu um espectro de demandas feministas: não apenas sexismo e violência de gênero, mas também precariedade, autodeterminação para todas as mulheres, incluindo mulheres trans e pessoas não binárias, interseccionalidade e acesso à saúde (PERONI, 2018). A ascensão do movimento Nudm sinaliza a necessidade de ação coletiva em relação a questões que extravasam meras reivindicações por igualdade de gênero ou contra o sexismo.

Embora as/os ativistas da Nudm se tenham declarado não institucionais, trabalharam durante dois anos através de assembleias e comissões auto-organizadas para elaborar um plano nacional contra a violência de gênero que será proposto ao atual governo para enfrentar o problema da violência. Contudo, é digno de nota que o trabalho sobre precariedade foi iniciado anos antes por coletivos interessados nas ligações entre o feminismo e as consequências da crise econômica (BONOMI ROMAGNOLI, 2016; FANTONE, 2007; GALETTO *et al.*, 2007).

O movimento também criou assembleias para discutir questões de educação nas escolas; autodeterminação dos corpos, incluindo questões trans; colaboração com agentes culturais e artísticos; cuidados de saúde; precariedade econômica; cidadania sexual; interseções com as reivindicações das pessoas migrantes; e sexismo dentro dos movimentos sociais, mostrando uma mobilização resiliente e transversal. Talvez seja cedo para entender o impacto do Nudm a nível nacional, mas a natureza multiorientada do movimento sugere que o feminismo italiano está a transformar-se, entrando numa nova fase de ação coletiva.

Parece importante notar que, embora o direito ao aborto tenha sido uma das primeiras conquistas do movimento feminista e esteja garantido pela Lei 194 (aprovada em 1978), a lei tem sido repetidamente visada por diferentes partidos políticos em décadas recentes. A pressão constante do Vaticano e o direito à objeção de consciência de profissionais de saúde criaram um cenário em que o direito ao aborto não é acessível a todas as mulheres em todo o país. Como reação à condição desigual da assistência à saúde, em algumas cidades os coletivos feministas criaram centros clínicos autofinanciados experimentais, chamados de *consultorie*, que prestam assistência médica e psicológica a vários níveis (BUSI; FIORILLI, 2014). Essas experiências refletem a necessidade de trabalhar em novos entendimentos de bem-estar, autodeterminação e interseccionalidade.

“Guerras feministas”: conflitos dentro dos movimentos feministas contemporâneos

Esta quarta seção investiga o modo como questões específicas constituem poderosos gatilhos de dissidência interna entre movimentos

⁵ Vide: <https://nonunadimeno.wordpress.com/>. Acesso em: 7 nov. 2020.

feministas e colocam desafios à autodeterminação enquanto reivindicação feminista fundamental. Abre-se o campo para novas práticas de ativismo. No contexto português de política feminista, houve dois focos principais de discordância interna: trabalho sexual e gestação de substituição.

O trabalho sexual tem sido historicamente considerado como violência contra as mulheres e abordado por organizações que visam proteger e “resgatar” as mulheres da prostituição (OLIVEIRA, 2018). Somente em 2004, após o Congresso Feminista Português, as organizações de mulheres começaram a considerar a possibilidade do trabalho sexual como resultado de uma decisão informada e autodeterminada. A organização feminista Umar teve um papel pioneiro a esse respeito, mas o tópico permanece altamente controverso, liderado por ONGs e coletivos de mulheres com uma perspectiva abolicionista que insiste num discurso salvífico.

É o caso de O Ninho, associação cujo trabalho abolicionista foi endossado pelo feminismo de Estado e formalmente reconhecido pela Presidência da República, concedendo-lhe o Prêmio Direitos Humanos (OLIVEIRA, 2017). Essa visão também foi apoiada por partidos políticos de todo o espectro, incluindo parlamentares de esquerda e, talvez mais importante, pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero (CIG), que definiu a prostituição como uma forma de violência contra as mulheres, uma violação de direitos humanos e uma forma de exploração (CIG, 2014). Na academia portuguesa, o tópico permanece relativamente pouco abordado, talvez como consequência do tabu em torno da autodeterminação das mulheres em relação ao trabalho sexual.

Exceções honrosas podem ser encontradas nas contribuições de Alexandra Oliveira (2004, 2011, 2018), Manuela Ribeiro (2008) e, mais recentemente, Fernanda Belizário (2019). O trabalho das acadêmicas feministas nessa área do conhecimento é essencial para informar o debate. Num livro fundamental publicado em 2007, reunindo contribuições de mais de 30 estudiosas feministas em Portugal, o trabalho sexual – referido como prostituição – foi incluído entre os tópicos da política feminista do futuro, juntamente com a reprodução medicamente assistida e a masculinidade (JOAQUIM, 2007). Aqui ilustra-se quão recente é o debate, apesar de tão profundamente polarizado.

Um tema ainda mais recente é a gestação de substituição, que começou a ser discutida entre os círculos feministas portugueses em 2016. Tal deveu-se a uma proposta de lei apresentada pelo Partido Socialista e apoiada pelo Bloco de Esquerda, os Verdes e o PAN (Partido Pessoas-Animaís-Natureza), que abordou a reprodução medicamente assistida e a gestação de substituição como direitos reprodutivos. Um dia após a lei ter sido aprovada no Parlamento, em maio de 2016, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres emitiu uma declaração na qual expressava sérias preocupações sobre o potencial presumivelmente explorador e violento de gestação de substituição nos corpos e na autonomia das mulheres:

Que apoio podemos dar à gestação de substituição considerando que os riscos da institucionalização e mercantilização desta prática são reais e constituem uma violação dos direitos humanos de todas as mulheres? A exploração dos corpos das mulheres em geral – por via da prostituição, da pornografia, da exploração sexual, de representações híper-sexualizadas dos corpos das mulheres e da objetivação sexual, da sexualização precoce, etc. – e dos seus órgãos reprodutivos em particular, não pode ser tolerada, legalizada nem regulamentada em Estados que se proclamam democráticos e defensores dos direitos humanos! (PPDM, 2016).

A gestação de substituição é uma das raras questões em que os partidos de direita e de esquerda no Parlamento português parecem concordar unanimemente. Curiosamente, o Partido Comunista Português (2016) – um aliado histórico dos direitos das mulheres em Portugal – votou por unanimidade contra a gestação de substituição. Convém mencionar aqui o enriquecedor trabalho de Pérez Navarro (2018) sobre gestação de substituição no contexto do sul da Europa, em particular na Espanha.

Como é o caso noutros contextos, particularmente na Europa do Sul a partir de 2016, as posições feministas contra a gestação de substituição assemelham-se ao discurso abolicionista, na medida em que se recusam a respeitar as mulheres – gestantes e profissionais do sexo, respectivamente – e suas demandas em torno da autodeterminação e do direito à escolha. Voltaremos a esse ponto mais adiante neste artigo. Mas, por enquanto, parece importante notar que as divisões dentro dos movimentos de mulheres em Portugal não seguem um padrão regular e linear baseado em diferenças geracionais; pelo contrário, a controvérsia, mas também os momentos de intensa mobilização são animados por mulheres ao longo de todo o espectro geracional, desde coletivos informais de jovens às militantes mais experientes que representam a resistência à opressão fascista e foram pioneiras na ação coletiva feminista em Portugal. As políticas partidárias que informam a militância feminista parecem desempenhar um papel mais decisivo quando se trata de enquadrar o trabalho sexual e a gestação de substituição enquanto exploração neoliberal ou enquanto trabalho (sexual ou reprodutivo) escolhido.

Ao contrário de Portugal, em Itália a grande diferença entre gerações de feminismo – as chamadas “guerras feministas” (CRISPINO, 2018) – representa a principal fonte de conflitos internos dentro dos movimentos. De um lado, a presença de uma geração mais antiga de feminismo, ligada à segunda vaga do movimento, ainda é relevante (BRACKE, 2014). Essa geração envolveu-se em lutas pelo direito ao divórcio, aborto e reconhecimento da violação como crime durante os anos 1970, 1980 e parte dos anos 1990. Partindo da teoria da diferença sexual (IRIGARAY, 1984), essa corrente de ativismo estava ligada a uma visão essencialista de gênero, reivindicações sobre a especificidade das mulheres e práticas separatistas.

Além disso, foi caracterizada pela fragmentação em vários grupos locais de menor dimensão, com base em práticas de autorreflexão (FANTONE, 2007). Hoje, um grande número de ativistas (especialmente as mais velhas) ainda está conectado a essas reivindicações e práticas. As suas posições essencialistas são contra o trabalho sexual, transfóbicas e críticas a práticas como a gestação de substituição. Por outro lado, as gerações mais jovens, muitas vezes identificadas por “a terceira vaga do feminismo”, cresceram num contexto de feminismo difuso, no qual alguns direitos básicos estavam já garantidos (MAGARAGGIA; VINGELLI, 2015).

Graças ao encontro com teorias *queer* nos contextos acadêmicos e no ativismo, prevaleceram as abordagens transfeministas e descoloniais da ação coletiva, com interesse em subverter categorias estáveis e normalizadas em favor de interpretações fluidas e interseccionais de gênero e identidade. A terceira vaga demonstrou um compromisso com a prática do feminismo de maneira interseccional, em estreita conexão com questões de precariedade, sexualidade e racismo. Além disso, a familiaridade com as novas tecnologias e a ligação a redes internacionais incentivaram estratégias de ação que envolvem redes sociais, performatividade e um uso subversivo das tecnologias de comunicação (PERONI, 2018).

Como no caso de Portugal, a questão do trabalho sexual permanece altamente conflitual nos movimentos feministas italianos. Enquanto as feministas da segunda vaga viam tradicionalmente o trabalho sexual como uma extensão da dominação patriarcal sobre os corpos das mulheres, em tempos recentes as feministas apoiaram posições que distinguem entre trabalho sexual como uma escolha livre e tráfico ou exploração (PERONI, 2012; SERUGHETTI, 2017). Além disso, o ativismo *queer* e o transfeminismo contribuíram para lançar uma nova luz sobre a/o profissional do sexo como pessoa autodeterminada e incluí-la na mesma figuração política de lésbicas, gays, *queers* e pessoas trans. No processo de reivindicar a centralidade da autodeterminação e a importância de subverter as representações normativas, as transfeministas também se engajaram numa crítica da indústria pornô normativa, incentivando diferentes representações através de festivais e workshops em pós-pornografia (BETTAGLIO *et al.*, 2018).

O conflito geracional dentro dos feminismos também parecia bastante severo no que diz respeito à gestação de substituição. Em Itália, embora exista uma lei que proíbe a gestação de substituição desde 2004, o debate alcançou um novo pico de visibilidade pública entre 2015 e 2016, quando a Lei Cirinnà foi discutida no Parlamento (COSSUTTA, 2018; MOTTERLE; GUERZONI, 2018). Essa lei destinava-se a regular as uniões civis do mesmo sexo e continha um parágrafo referente à possibilidade de coadoção. Pela identificação da maternidade com a gravidez, as feministas da segunda vaga classificaram as gestantes como vítimas da exploração neoliberal e da exploração do corpo das mulheres pelos homens (MURARO, 2016).

Essas posições geraram alianças inesperadas entre essa parte dos movimentos feministas e grupos radicais de direita e ultracatólicos. A principal organização nacional de lésbicas, Arcilesbica, endossou essa perspectiva, abrindo uma profunda crise no movimento LGBT. No lado oposto, transfeministas e coletivos *queer* apoiaram a necessidade de um debate sobre a gestação de substituição que garantiria que casais não heterossexuais tivessem acesso à parentalidade sem discriminação.

No entanto, o debate foi tão polarizado que, mesmo após a aprovação da Lei Cirinnà em fevereiro de 2016 (e a parte da coadoção removida da versão final), a fratura não sarou e a questão da gestação de substituição ainda gera divisões dentro e fora dos movimentos feministas. O conflito geracional, que opõe diferentes maneiras de pensar e praticar o feminismo, mais do que apenas gerações baseadas no gênero, parece estar destinado a criar conflitos dentro dos movimentos sempre que diferentes compreensões de autodeterminação, ação coletiva e, finalmente, o significado de mulher são postas em causa por razões políticas.

Recolocando a autodeterminação na equação: notas finais sobre os desafios aos movimentos feministas hoje

A autodeterminação sempre foi uma reivindicação feminista central. O que se perde quando a autodeterminação é questionada e o feminismo dominante (de Estado) obscurece tudo o que é matizado e potencialmente perturbador? Onde está o lugar para a ação nos modelos de ação coletiva autorizada pelo feminismo de Estado? Uma das lições que o feminismo retirou da sua experiência política é que o gênero e a sexualidade foram sempre tratados como secundários por outros militantes que não tardam em produzir hierarquias de prioridade que invariavelmente empurram as demandas feministas para o fim da agenda.

Foi necessário esforço e muito conflito interno para que as mulheres recusassem o paternalismo e outras formas de minorização em fóruns de discussão e construção de políticas para inclusão, igualdade e diversidade. Na Europa do Sul, como noutros contextos, é necessário um esforço diário para garantir o respeito por direitos já alcançados (ainda que precariamente) e para evitar reações adversas em tópicos tão básicos quanto a linguagem inclusiva e o combate à cultura da violação. Foi através da política feminista que aprendemos a enquadrar a agência enquanto “meu corpo, minhas regras” e que, portanto, a autodefinição era primordial – “não é não”, como diria hoje qualquer militante contra o assédio e outras formas de violência de gênero.

Dada essa premissa fundamental, reconhecer que os limites à autodeterminação que colocam em causa reivindicações das mulheres acerca do seu próprio corpo e experiência estão a ser promovidos por movimentos de mulheres, apresenta enormes desafios ao trabalho acadêmico

feminista no momento atual. A contradição está instalada entre os movimentos das mulheres, com expressões crescentes em todo o mundo: mulheres contra o trabalho sexual, mulheres contra a gestação de substituição, mulheres contra mulheres que denunciam seus agressores, mulheres cisgênero contra mulheres trans, para citar apenas alguns casos.

Estes e outros exemplos de dissidência dentro da política feminista sublinham os limites à autodeterminação que são impostos não a partir do exterior, por parte de partidos conservadores ou outros agentes patriarcais, mas por autodesignados movimentos feministas no século XXI. Isso coloca um novo conjunto de perguntas, convidando as acadêmicas a encontrar novas maneiras de teorizar e praticar a política feminista.

Diante de velhos e novos desafios para mobilizar mulheres através de temas unificadores, paralelamente ao aumento de divisões dentro de um movimento social já vulnerável, a política feminista nos dois países desenvolveu estratégias ajustadas para a sobrevivência. Um aspecto mais significativo da política feminista da Europa do Sul no século XXI é a interseccionalidade. A pertença múltipla corporizada – ainda que parcial e insuficiente – tornou-se o fundamento legítimo para exigir visibilidade e justiça. Em Portugal, a virada interseccional feminista remonta a 2015 e agregou mulheres negras lutando contra o heterossexismo, racismo e precariedade. Exemplos de intervenção por parte do feminismo negro incluem o blog *Queering Style* (2015), o Coletivo Zanele Muholi de Lésbicas e Bissexuais Negras (2016), a Femafro – Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes (2016) e o Imune – Instituto da Mulher Negra (2018) (ROLDÃO, 2019).

Além disso, o feminismo de Estado tem assumido cada vez mais a necessidade de pensar e agir transversalmente sobre as identidades, e as iniciativas da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade de Gênero desde 2015 denotam preocupações interseccionais, agregando questões feministas e LGBTQI+ em documentos oficiais como a Estratégia Nacional para Igualdade e Não Discriminação 2018–2030 (o documento completo pode ser obtido no site oficial do governo português). Paralelamente às questões LGBTQI+, o feminismo de Estado em Portugal está a dar os primeiros passos para colmatar uma histórica lacuna racial, reconhecendo, por exemplo, o papel das mulheres ciganas como agentes-chave no empoderamento e na mudança. É necessário investir muito mais nesse campo para garantir um desenvolvimento sustentado de expectativas e avanços.

Outra característica importante do ajuste estratégico do ativismo feminista nos dois países tem sido a internacionalização. O trabalho em torno da Greve Feminista Internacional demonstra o modo como a solidariedade além-fronteiras se vem desenvolvendo em tempos recentes. Certamente não será o único exemplo de trocas e aprendizagens recíprocas internacionais que ultrapassam com sucesso a distância entre países e continentes, com ênfase na ligação entre o sul da Europa e a América Latina. O

transfeminismo, por exemplo, é em grande parte resultado do trabalho realizado por mulheres em trânsito, frequentemente desenvolvido em coletivos informais dinamizados por estudantes internacionais que carregam consigo debates, preocupações e práticas que não são específicas de um determinado contexto. Nesse sentido, quanto mais amplo for a situação, mais rica ela se torna.

Evidentemente, ajustes estratégicos que colocam a autodeterminação de volta à equação concederam aos movimentos das mulheres italiano e português a oportunidade de prosperar em circunstâncias históricas difíceis, conforme procuramos explorar neste artigo. No entanto, os movimentos enfrentam hoje desafios que requerem atenção política e acadêmica. Para concluir, identificamos alguns desses desafios.

Primeiro, o caminho para descolonizar o feminismo e promover a interseccionalidade, incluindo, por exemplo, a capacidade física, o envelhecimento e as vozes das pessoas migrantes (BERNACCHI, 2017), ainda é longo. Em segundo lugar, reconhecemos o perigo do que poderia ser rotulado como uma versão *pop* do feminismo, esvaziada de seu conteúdo político e poder coletivo, ligada a uma imagem glamorosa e neoliberal de *self-made*. Finalmente, e porventura mais premente, regista-se o risco de retrocesso associado à ascensão da direita e do populismo.

Um efeito já observável nos movimentos antigênero, especialmente na área da educação, cujas ações têm vindo a ocupar debates locais e nacionais desde o início do século, tendo atingido um pico nos últimos cinco anos. As autoridades do Vaticano, primeiro com o Papa Bento XVI, depois com o Papa Francisco I, referem-se repetidamente à alegada existência de uma ideologia de gênero, que constituiria um poderoso instrumento de subversão da ordem natural entre homens e mulheres.

A cruzada antigênero assumiu várias formas, desde a mobilização dos chamados “sentinelas em pé” até o cancelamento de programas de educação sexual nas escolas. Com base em noções inadequadas e confusas de orientação sexual, gênero e sexualidade, as ideias antigênero foram prontamente apropriadas por partidos populistas, resultando numa onda de violência sexista e homofóbica a partir de 2017.

As experiências como Progetto Alice⁶ em Itália, por exemplo, mostram que é necessário trabalhar na construção de um paradigma cultural diferente, almejando criar novas gerações de feministas (homens e mulheres), abertas a diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, e conscientes das múltiplas interseções de discriminação e violência. Diante dos desafios atuais e os de um futuro próximo, os movimentos feministas necessitam conceber novas práticas e interseções que coloquem a autodeterminação num lugar central, permanecendo assim agentes incontornáveis da luta coletiva por justiça social.

⁶ Para mais detalhes, ver: <https://ilprogettoalice.wordpress.com/>. Acesso em: 7 nov. 2020.

Referências

ALBANO, M. Tráfico de seres humanos: a escravatura dos tempos modernos. *Notícias CIG*, Lisboa, n. 89, 2013.

CAMPOS, A.; AMANCIO, L. *O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007.

BELIZÁRIO, F. *Travestis brasileiras no sul da Europa: subalternidade e reconhecimento nas fronteiras do gênero e sexualidade*. Tese (Doutorado em Poscolonialismos e Cidadania Global) – Feuc, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019.

BERNACCHI, E. Dynamics of identity and otherness within intercultural feminist practices in Italy. *Identities*, n. 24, v. 4, maio 2017.

BETTAGLIO, M.; MANDOLINI, N.; ROSS, S. *Rappresentare la violenza di genere*. Sguardi femministi tra critica, attivismo e scrittura. Milão: Mimesis, 2018.

BONFIGLIOLI, C. Intersections of racism and sexism in contemporary Italy: a critical cartography of recent feminist debate. *Dark Matter*, out. 2010. Disponível em: http://www.darkmatter101.org/site/2010/10/10/intersections-of-racism-and-sexism-in-contemporary-italy-a-critical-cartography-of-recent-feminist-debates/#foot_src_7. Acesso em: 30 maio 2018.

BONOMI ROMAGNOLI, B. *Irriverenti e libere: Femminismi nel nuovo millennio*. Roma: Editori internazionali riuniti, 2016.

BRACKE, M. A. *Women and the reinvention of the political: Feminism in Italy, 1968-1983*. Nova York: Routledge, 2014.

BUSI, B.; FIORILLI, O. Introduzione. Per una prospettiva (trans)feminista sulla salute ai tempi del neoliberalismo. *DWF – Donne Women Femmes*, v. 3-4, n. 103-104, jul. 2014.

CIG. *Igualdade de gênero em Portugal*, 2014. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/03/Igualdade-de-G%C3%A9nero-em-Portugal-2014.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

COSSUTTA, C. Maternal relations, feminism and surrogate motherhood in the Italian context. *Modern Italy*, v. 2, n. 23, 2018.

CRISPINO, A. Introduzione. *Legendaria*, v. 128, 2018.

DELLA PORTA, D.; REITER, H. The policing of global protest: the G8 at Genoa and its aftermath. In: DELLA PORTA, D.; REITER, H.; PETERSON, A. (Org.). *The policing of transnational protest*. Aldershot: Ashgate, 2006.

FANTONE, L. Precarious changes: gender and generational politics in contemporary Italy. *Feminist Review*, v. 1, n. 87, 2007.

FERREIRA, M. *Welfare state reform in Southern Europe: fighting poverty and social exclusion in Italy, Spain, Portugal and Greece*. Londres: Routledge, 2005.

GALETTO, M.; LASALA, C.; MAGARAGGIA, S.; MARTUCCI, C.; ONORI, E.; POZZI, F. A snapshot of precariousness: Voices, perspectives, dialogues. *Feminist Review*, v. 1, n. 87, 2007.

GONZÁLEZ-LÓPEZ, M. A portrait of western families. New models of intimate relationships and the timing of life events. In: CARLING, A.; DUNCAN, S.; EDWARDS, R. (Org.). *Analysing families morality and rationality in policy and practice*. Londres: Routledge, 2002.

GRIBALDO, A.; ZAPPERI, G. *Lo schermo del potere: femminismo e regime della visibilità*. Verona: Ombre Corte, 2012.

GRIGOLO, M.; JORGENS, F. Italy. In: Stewart, C. (Org.). *LGBT issues worldwide*. Santa Barbara: Greenwood, 2010.

IRIGARAY, L. *An ethics of sexual difference*. Londres: Continuum, 1984.

JOAQUIM, T. Feminismos, estudos sobre as mulheres ou “para onde vai este barco”? In: CAMPOS, A.; AMÂNCIO, L. (Org.). *O longo caminho das mulheres*. Feminismos 80 anos depois. Lisboa: Publicac’oPes Dom Quixote, 2007.

MAGARAGGIA, S.; VINGELLI, G. *Genere e partecipazione politica*. Milão: FrancoAngeli, 2015.

MCROBBIE, A. *The aftermath of feminism: gender, culture and social change*. Londres: Sage, 2012.

MONTEIRO, R.; FERREIRA, V. Metamorfoses das relações entre o Estado e os movimentos de mulheres em Portugal: entre a institucionalização e a autonomia. *Revista Ex Aequo*, n. 25, 2012.

MOTTERLE, T.; GUERZONI, C. Sul corpo delle surrogate. Analisi del discorso pubblico italiano sulla gestazione per altri. *Gender/Sexuality/Italy*, n. 5, 2018.

MURARO, L. *L’anima del corpo: contro l’utero in affitto*. Milão: La Scuola, 2016.

OLIVEIRA, A. História jurídico-legislativa da prostituição em Portugal. *Revista do Ministério Público*, n. 98, 2004.

OLIVEIRA, A. *Andar na vida*. Prostituição de rua e reacção social. Coimbra: Almedina, 2011.

OLIVEIRA, A. Prostituição em Portugal. Uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue. *Bagoas*, n. 17, 2017.

OLIVEIRA, A. Portugal. In: JAHNSEN, S.; WAGENAAR, H. (Org.). *Assessing prostitution policies in Europe*. Londres: Routledge, 2018.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *Projeto de Lei Gestação de Substituição*. 2016. Disponível em: <http://bit.do/fFGmj>. Acesso em: 7 nov. 2020.

PÉREZ NAVARRO, P. Surrogacy Wars: Notes for a Radical Theory of the Politics of Reproduction. *Journal of Homosexuality*, v. 67, n. 5, 2018.

PERONI, C. Violenza di genere e prostituzione. Norme, controllo, sessualità. In: SIMONE, A. (Org.). *Sessismo Democratico*. L'uso strumentale delle donne nel neoliberalismo. Milão: Mimesis, 2012.

PERONI, C. Il #MeToo di Hollywood e il #WeTogether di Non Una di Meno. Dalla denuncia alla pratica collettiva contro le molestie sessuali nel/ del lavoro. In: BETTAGLIO, M.; MANDOLINI, N.; ROSS, S. (Org.). *Rappresentare la violenza di genere*. Sguardi femministi tra critica, attivismo e scrittura. Milão: Mimesis, 2018.

PORTUGAL, S. Women, childcare and social networks. In: FERREIRA, V.; TAVARES, T.; PORTUGAL, S. (Org.). *Shifting bonds, shifting bounds*. Women, mobility and citizenship in Europe. Oeiras: Celta, 1998.

PPDM. *PMA e gestação de substituição e quando a direita e a esquerda partidárias se unem pelos direitos das mulheres*. 14 maio 2016. Disponível em: <https://plataformamulheres.org.pt/pma-e-gestacao-de-substituicao-e-quando-a-direita-e-a-esquerda-partidarias-se-unem-pelos-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 7 nov. 2020.

RIBEIRO, M. *Vidas na raia*. Prostituição feminina em regiões de fronteira. Porto: Afrontamento, 2008.

ROLDÃO, C. *Feminismo negro em Portugal*: falta contar-nos. 18 jan. 2019. Disponível em: www.publico.pt/2019/01/18/culturaipsilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contarnos-1857501. Acesso em: 7 nov. 2020.

SANTOS, A.; TOLDY, T. Religião, gênero e cidadania sexual: uma introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 110, 2016.

SANTOS, B.; SANTOS, A.; DUARTE, M. *Cometi um crime?* Representações sobre a (i)legalidade do aborto. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

SANTOS, B.; GOMES, C.; DUARTE, M.; BAGANHA, I. *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Lisboa: CIG, 2008.

SANTOS, B. O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português. In: SANTOS, B. *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

SERUGHETTI, G. Prostituirsi: scelta o costrizione? *Il Mulino - Rivista bimestrale di cultura e di politica*, n. 4, 2017.

TAVARES, M. *Feminismos: percursos e desafios (1947–2007)*. Texto Editora, 2011.

TAVARES, M.; COVA, A. *Aborto e contracepção em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

TRIFILETTI, R. Southern European welfare regimes and the worsening position of women. *Journal of European Social Policy*, v.1, n. 9, 1999.

WALBY, S. From gendered welfare state to gender regimes: national differences, convergence or re-structuring? *In: GENDER AND SOCIETY GROUP. Artigo*. Estocolmo: Universidade de Estocolmo, 2001. Disponível em: <http://www.sociology.su.se/cgs/Walbypaper.doc>. Acesso em: 30 dez. 2018.

ZANARDO, L. *Il corpo delle donne*. Milão: Feltrinelli, 2014.

DOI: 10.12957/rep.2021.56089

Recebido em 22 de junho de 2020.

Aprovado para publicação em 15 de julho de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades

Favela woman: intersectionalities and territories

Nilza Rogéria de Andrade Nunes*

Resumo – Este artigo tem como objetivo refletir sobre quem são e o que fazem as mulheres publicamente reconhecidas por sua atuação social e política nas favelas do Rio de Janeiro. O estudo assume o ponto de vista histórico de que esta mulher de favela que se expressa e se manifesta como ativista social vem se construindo, principalmente, a partir da década de 1990. Do ponto de vista metodológico, o estudo parte de um mapeamento utilizando entrevistas semiestruturadas com 100 mulheres de diversas favelas, todas identificadas e reconhecidas como lideranças comunitárias. Os resultados apontam que a partir das evidências e sinergias reconhecemos o crescente protagonismo feminino nos territórios segregados socioespacialmente. Esse se dá a partir de sua atuação enquanto sujeito político coletivo, que age no enfrentamento cotidiano das iniquidades que acometem os espaços populares e na afirmação de uma sociedade democrática e participativa.

Palavras-chave: mulher; feminização do poder; favela.

Abstract – This article aims to reflect on women publicly recognized for their social and political performance in the *favelas* of Rio de Janeiro, who they are, and what they do. The study assumes the historical point of view that this *favela* woman who expresses and manifests herself as a social activist has been being built mainly since the 1990s. From a methodological point of view, the study starts with a mapping using semi-structured interviews with 100 women from various *favelas*, all identified and recognized as community leaders. The results indicate, from the evidence and synergies, that the growing female role in the socio-spatially segregated territories can be recognized. This happens from their performance as a collective political subject who acts in the daily confrontation of inequities that affect popular spaces, and in the affirmation of a democratic and participatory society.

Keywords: woman; feminization of power; *favela*.

* Assistente Social; Pós doutoranda em Saúde Coletiva pela UnB; Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio com estágio doutoral subsidiado pela CAPES na Universidade de Dundee – Escócia – Reino Unido. Possui Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ e Graduação em Serviço Social também pela UFRJ. Atualmente é Professora de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail: nr.nunes@puc-rio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2208-1054>.

Introdução

Nos locais onde as desigualdades tornam-se acentuadamente expressões múltiplas de vulnerabilidades sociais, encontramos um sujeito político que vem atuando com estratégias, disponibilidade e ousadia. Estamos falando das (re)conhecidas *lideranças comunitárias*¹ ou o que chamamos “mulher de favela”. Essas protagonistas aqui em cena estão geopoliticamente localizadas nos territórios segregados socioespacialmente a que se nomeia “favelas” no Rio de Janeiro e cujo reconhecimento público veio se construindo a partir dos anos 1980, ganhando impulso e visibilidade a partir da década de 1990.

Num *lôcus* que permeia o tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro, as favelas constituem-se e se expressam num mosaico de violências e violações de direitos. No entanto, ainda que sejam esses locais notadamente demarcados por fronteiras (in)visíveis, as mulheres vêm fazendo existência e resistência. As popularmente nomeadas *lideranças* comunitárias, ou ativistas sociais, vêm construindo e consolidando seu lugar e protagonismo. Com pautas diversas, essas mulheres subvertem a ordem que historicamente as colocou em condições de subalternidade e vêm conquistando espaços de luta em uma escala micro, local, mas que trazem consigo um projeto de cidade e de país.

Este estudo está baseado em uma pesquisa em curso² cujo objetivo é refletir sobre quem são e o que fazem as mulheres publicamente reconhecidas por suas atuações sociais e políticas nas favelas do Rio de Janeiro. Buscamos, ainda, compreender o fenômeno da feminização do poder nos espaços populares a partir de um mapeamento das *lideranças* femininas que articulam suas práticas aos sentidos coletivos amplos. Até o presente, realizamos 100 entrevistas com mulheres que são publicamente reconhecidas como pessoas de referência nos seus territórios. Essas atuam na saúde, na educação, na cultura, no meio ambiente, na segurança pública e onde mais puderem se fazer presentes. Promovem a mobilização comunitária, articulam políticas públicas, participam de espaços de controle social, fazem *advocacy* por seus locais de moradia, entre tantas outras ações.

A construção cotidiana dessa mulher e seu lugar de destaque social e político se conforma através de práticas e atitudes que evidenciam que há um protagonismo dessa mulher em condições de subalternidade. Falar dessas *lideranças* é falar de um corpo estético-político, uma vez que traz experiências singulares de exclusão, a quem homologamos falar da mulher negra em sua grande maioria.

Ser negra e ser mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo sexismo, pelo racismo e

¹ Optamos por utilizar a palavra *liderança* italicizada por se tratar de uma expressão cotidianamente utilizada na linguagem da favela para fazer referência a uma pessoa que se destaca das demais nos termos aqui descritos.

² Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq e da FAPERJ.

pela classe social a coloca na extremidade da condição subalterna, aqui acrescida ainda pela dimensão territorial. Nessa perspectiva interseccional, essas mulheres subvertem a ordem e desenvolvem um modo particular de fazer política. Fazem gestão de territorialidades (redes) que se constroem como teias no interior do território da favela e se engajam na busca de transformação de um coletivo que transcende suas relações pessoais. Em uma escala micro local que nos compete explorar, o exercício do poder dessa mulher, ainda que desempenhado de forma simbólica, produz mudanças efetivas na vida da favela devido à sua capacidade de se articular com as políticas públicas, com os movimentos sociais, com coletivos e com quem mais estiver ao seu alcance.

Elas transcendem o local, acessam a cidade, o estado e muitas vezes o país, num movimento permanente em defesa da cidadania dos moradores de seus territórios e na afirmação de uma sociedade democrática e participativa, nos ensinando que é necessário examinar como as experiências participativas dessas mulheres vêm se construindo como espaços de luta no enfrentamento das desigualdades sociais e em prol da sua cidadania e dos demais moradores das favelas onde vivem.

Para tais reflexões, estamos tratando de um poder que rompe com as fronteiras demarcadas pelo colonialismo e pelo racismo. Estamos falando de mulheres – negras e pobres – que trazem no corpo múltiplas expressões de uma sociedade marcada pela opressão, pelo patriarcado e pela desigualdade. Junto a essas incorporamos as brancas, igualmente pobres e moradoras das favelas, e que também estão subjugadas às tais condições de opressão. Assim, ancoramos nossas reflexões principalmente nos referenciais do feminismo negro, nos estudos decoloniais e na concepção da favela como espaço geopolítico demarcado por uma sociabilidade que se estabelece nas contradições entre suas ausências e violências, mas também pelas presenças que se estabelecem pela solidariedade e laços de vizinhança.

Aprendizados com a interseccionalidade

Vivemos em uma sociedade de classes, que estratifica os acessos aos direitos e à liberdade. Como o tema em questão trata das mulheres, iniciamos nossas reflexões a partir de uma breve explanação acerca do que essa categoria nos revela.

Para as mulheres, se acrescem as desigualdades de gênero e poder, que por vezes são tidas como naturais, atribuídas a uns e outros, conforme sinaliza Piscitelli (2009). No entanto, as relações de poder são determinadas por marcadores sociais que se conformam em construções identitárias. Nesse sentido, destaca Saffioti (2009, p. 82) que “mais do que papéis sociais que se aprende nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero,

raça e etnia, classe) que vão gestando a subordinação, a partir das experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar”.

Angela Davis (2016) e bell hooks (2014) argumentam criticamente a “estabilidade homogeneizante da categoria ‘mulher’ e a necessidade de se atentar igualmente às formas combinadas de diferenciações e desigualdades como ‘raça’ e classe social, entrecortando as experiências de mulheres” (HENNING, 2015, p. 107), o que podemos considerar como um “sistema de opressão interligado (AKOTIRENE, 2019, p. 21). Do ponto de vista das suas pertencências raciais, lembramos com Jurema Werneck, Mendonça e White (2000) que as mulheres negras não são todas iguais, nem são completamente diferentes; mas, conforme destacaram Davis (1981) e hooks (1981), a racialização possibilitou conquista de espaço político e afirmação da identidade dessas mulheres, impulsionando os sentidos de fazerem ecoar suas vozes.

Não cabe aqui reproduzir a historicidade desse processo, mas sim pontuar suas marcas na identidade do povo brasileiro, em especial dessas mulheres. A partir do final do período colonial a configuração do lugar da mulher negra na sociedade brasileira manteve-se no lugar de sempre: na “periferia” da família patriarcal, com seu uniforme, avental e espanador. Não estar nesse lugar de serviçal da família a levou para serviçal nos outros espaços ocupacionais da sociedade capitalista, nos quais estiveram a ela reservados os lugares das condições mais subalternas entre as subalternas reservadas às mulheres até os dias de hoje. Assim, “ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, à prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda o resto de si mesmo” (NASCIMENTO, 1974 apud RATTTS, 2006, p. 98).

Ao homologarmos o sujeito político das mulheres de favela que exercem um papel de liderança, estamos relacionando uma confluência de opressões que recaem sobre essas e as outras mulheres que coabitam o espaço da favela. Para tal, trazemos as dimensões de gênero, raça e classe que nos remetem à noção de interseccionalidade propagada por Kimberlé Crenshaw (2002). Embora muitas vezes seja creditada a ela a triangulação desses termos, esse advém do *black feminism* e dos movimentos abolicionistas do século XIX. Importa-nos refletir, no entanto, acerca da confluência entre ações e políticas específicas que geram essas opressões quando adicionamos a localização geográfica de onde advém, o que potencializa as violências de gênero. Essas estruturas se intensificam, vulnerabilizando-as em uma ou mais categorias simultaneamente. Assim, a interseccionalidade, conforme sinalizada por Akotirene (2019), vai além quando propõe enfrentar questões de violência contra as mulheres, verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia.

Seguindo algumas teóricas do feminismo negro (GONZALEZ, 1982; hooks, 2014; CARNEIRO, 2002; COLLINS, 2016; WERNECK, 2016; AKOTIRENE, 2019; KILOMBA, 2019), podemos afirmar como as opressões estruturais estariam interconectadas numa matriz de dominação que influencia todos os níveis das relações sociais e perpassa os planos individuais e coletivos, e como essas estruturas são visíveis e permeáveis quando nos referimos às mulheres das favelas. No entanto, evidenciamos que elas subvertem essa ordem e rompem com esses limites impostos pela estrutura social vigente.

Suas construções identitárias nos chamam a atenção para o que, segundo Cheryk Gilkes (1981), remete a resistência de mulheres negras à opressão que vivenciam, sendo constantes as ameaças ao *status quo*. Como forma de punição e de controle são construídas diversas imagens negativas e degradantes sobre elas. Segundo Collins (2016), os estereótipos negativos, os corpos hipersexualizados e o mito de que são mais resistentes à dor e às outras formas de exploração – no contraponto das mulheres brancas, associadas à imagem da fragilidade e da docilidade – definem as mulheres negras como “um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos” (COLLINS, 2016, p. 105). Isso corrobora com o que hooks (2014) aponta como a construção da imagem e da identidade da mulher negra a partir da interpretação do outro. “É da mulher negra o coração do conceito da interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

Ao trazermos para o centro da reflexão o devir dessa *mulher de favela*, consideramos que o papel ocupado pelas mulheres negras intelectuais nos discursos sobre racismo e sexismo remete a passos que vêm de longe. A década de 1980 aponta com clareza para o fato de que a inserção da temática racial ganha espaço no debate feminista, uma vez que as implicações dos legados sociais do período escravocrata na vida das mulheres negras eram, até então, ignoradas pelo movimento feminista. Da mesma forma, as práticas machistas decorrentes do modelo patriarcal estavam presentes no interior do próprio Movimento Negro Unificado, o que impedia a inclusão das agendas políticas da mulher negra em ambos os projetos políticos.

Duas iniciativas marcam esse processo de mobilização das mulheres negras e, dentre essas, muitas *mulheres de favela*: o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras –, em 1983, e o Centro de Mulheres de Favelas e Periferias (CEMUFPP), que contava com a atuação de diferentes representações de favelas. Elas atuaram dentro e fora das favelas, dos partidos, do movimento feminista e de mulheres negras, do movimento negro, do movimento de favelas e de associações de moradores (WERNECK, 2011).

No entanto, as dificuldades para o estabelecimento de conexões do movimento de mulheres negras com o movimento feminista, cujas marcas foram reveladas pelas desigualdades estruturais e diferenças políticas, começaram a despontar nos encontros para discussão e construção de uma pauta política. Nesse contexto, cabe destacar o III Encontro Feminista Latino-

Americano e do Caribe, realizado na cidade de Bertioga, em São Paulo, em 1985. Naquele evento, entra em cena outro segmento de mulheres que até então não havia demarcado o seu “lugar de fala” na luta: as mulheres de favela do Rio de Janeiro.

Esse encontro traz uma marca importante para este estudo, uma vez que, segundo Matilde Ribeiro (2008), um ônibus vindo do Rio de Janeiro com mulheres negras de movimentos de bairro (favelas e periferia) e demais setores, como partidos políticos, reivindicavam sua participação no encontro sem realizarem inscrição sob a alegação de não terem recursos para tal. Afirmavam, ainda, terem vindo para ficar. Marcando posição, as negras que estavam no ônibus e outras participantes do evento alegavam o direito de participação frente ao grupo organizador (composto em sua maioria de mulheres brancas). Esse conflito expressou uma marca pelas diferenças raciais, mas também pelas questões de classe.

Ainda que já participantes ativas, enquanto mulheres negras e pobres, dessa vez elas marcam seu lugar como “mulheres de favela”. Essa presença acentuou o debate sobre inclusão e exclusão, fazendo emergir também o debate sobre questões de raça e classe, que de fato até então não ocupavam o mesmo lugar, demarcando um espaço de luta no qual “[...] os privilégios de classe, raça e de orientação sexual hetero estruturaram as relações de poder entre as mulheres na sociedade e dentro do próprio feminismo” (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 548).

Esse episódio teve segmento e, em 1988, as mulheres negras deram impulso à construção de uma agenda própria, intensificando as reflexões acerca das opressões racial e de gênero (RIBEIRO, 2008, p. 450). Foi a partir do surgimento do Coletivo de Mulheres Negras que essa agenda se conformou, afirmando uma pauta política própria. As mulheres negras em seu processo político entenderam que “não nasceram para perpetuar a imagem de ‘mãe preta’ [...] e que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões” (RIBEIRO, 2008, p. 988).

Quando se coloca como questão política outra demanda para as mulheres negras, considera-se o negro não como uma vítima da sociedade, mas como um participante ativo da construção sócio-histórica do país. Nesse sentido, falar dessa mulher é falar de um corpo estético-político, uma vez que o corpo traz experiências singulares de exclusão (CARNEIRO, 2002). A representação da mucama, mãe preta, transportada para a mulata, empregada doméstica e babá, traduzia certas imagens que confinam as mulheres negras a determinados lugares e papéis sociais, restringindo-as ao sexo e ao trabalho manual, em particular das casas de família (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010). Isso gera uma espécie de “asfixia social”, com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma

vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (GONZALEZ, 1982, p. 97).

Essa construção imagética e naturalizada constitui a “[...] dimensão abjeta desses corpos *negros*” e ainda que “[...] não considerados inteligíveis e, portanto, destituídos de legitimidade política e normativa, existem e resistem” (CANTO, 2012, p. 45). Ainda sobre o devir *mulher negra*, Vanessa Santos do Canto (2012) argumenta com Franz Fanon (1983) que a liberdade é o seu destino, uma vez que o corpo que marca o seu processo de identificação o retrai a uma construção orgânica de sua história. Assim, “[...] o mesmo corpo que a torna mulher negra deve ser seu instrumento de subversão” (CANTO, 2012, p. 47), o que traz para o centro do debate uma construção política própria e legítima.

Essa liderança comunitária que, como sinalizado acima, nomeamos *mulheres de favela* é um sujeito político que se constrói a cada dia. Do ponto de vista histórico elas vêm se construindo, principalmente, a partir da década de 1990, e geopoliticamente se inserem nos territórios segregados socioespacialmente. Fazem do seu cotidiano uma história de luta e de tomada de consciência permanentes, reinventando uma *práxis*³ política e trazendo em si a inquietude de uma revolução silenciosa de comportamentos (DEL PRIORI, 2009), cuja liberdade se anuncia todos os dias.

Ao trazermos para o centro do debate a emblemática frase de Gayatri C. Spivak (2014) “pode a subalterna falar?” – e que a autora afirma que não –, somos provocados a refletir sobre as estruturas de poder que silenciam, uma vez que “está confinada à posição de marginalidade e silêncio que o pós colonialismo prescreve” (KILOMBA, 2019, p. 47). Mas esse “silêncio” está alinhado aos “corpos subordinados”, o que sugere “uma dinâmica na qual a negritude significa não somente ‘inferioridade’, mas também *estar fora do lugar*, enquanto a branquitude significa *estar no lugar*” (KILOMBA, 2019, p. 56). Mas é preciso falar, e alto! E é preciso ouvir o que elas têm a dizer. É preciso “desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem a-feto, de si, em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 21-22).

É necessário e urgente romper com a “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005), a cuja dominação centrada na questão da raça e na divisão do trabalho foi estruturalmente associada, reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (QUIJANO, 2005). Assim, é preciso insurgir contra a matriz colonial de poder que faz o controle da economia, da autoridade, do gênero, da sexualidade, do conhecimento e da subjetividade.

³ A filosofia da *práxis* é, para Gramsci, construção de vontades coletivas correspondentes às necessidades que emergem das forças produtivas objetivadas ou em processo de objetivação, bem como da contradição entre estas forças e o grau de cultura e de civilização expresso pelas relações sociais (GRAMSCI, 1987).

Nesse sentido, o conceito de “colonialidade do ser” (MALDONADO-TORRES, 2016) que nos leva a compreender como “relacionado ao processo de desumanização” (LUGONES, 2014, p. 938), aponta que a “a atitude decolonial encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 88).

Estamos atentas às novas representações sobre as favelas que se materializam nas falas, sobretudo quando os sujeitos que falam são considerados – e se consideram – pessoas de referência. Examinar as tensões, representações e práticas das mulheres nesses contextos de exercício, cujas agências as consolidam no poder em âmbito local, nos permite afirmar que há em curso uma “feminização do poder” (FONSECA; PAGNOCELLI; MAGALHÃES, 2008) nesses espaços populares. Isso porque esse pode ser compreendido como um processo histórico da conquista feminina de acesso às estruturas de poder culturais, sociais, econômicas e políticas. Assim, se faz necessário e urgente examinar como e a partir de quais relações específicas, no tempo e no espaço, as experiências participativas da *mulher de favela* se deram e permanecem até hoje nas organizações de base comunitária, nos movimentos, nos coletivos, nas instituições religiosas, em iniciativas individuais, dentre tantas outras formas de inserção, mas que convergem na construção de espaços de luta por políticas públicas que asseguram garantia de direitos em prol da sua cidadania e dos demais moradores.

Mulheres e as suas territorialidades

O *lócus* desse estudo é a favela, muitas vezes também referenciada como comunidade ou território por parte de seus moradores, do poder público e da sociedade em geral. Muito embora nossa compreensão de cidade se dê de forma integral, o recorte socioespacial a que a mesma se refere especifica o que objetivamente pretendemos explorar.

No imaginário social está estabelecida uma relação entre duas cidades distintas: a favela e o asfalto, ou a favela e o restante da cidade. A essa primeira, a representação da desordem, do medo, do local de moradia da “classe perigosa” (VALLADARES, 2000), acompanha o imaginário dos habitantes da cidade desde o final do século XIX até hoje. Ao “asfalto” está associada a imagem do local digno de se viver.

No entanto, a favela exerce um papel essencial para a cidade: geográfico, econômico, social e político. Ela é parte da cidade, embora historicamente tenha tido recusada sua existência devido à imagem negativa, sinônimo de insegurança e violência. Essa visão homogeneizadora, bem como o discurso voltado quase que exclusivamente para as ausências, corrobora com a imagem construída de não reconhecimento do morador de

favela como um agente ativo e atuante, inserido no tempo e no espaço da cidade – portanto, cidadão sujeito de direitos. Demarcada por fronteiras físicas e simbólicas, conformam áreas de separação e contato de “práticas socioespaciais que se desenham na paisagem, que marcam e individualizam lugares e formas de pertencimento e que expressam territorialidades e formas de apropriação do urbano” (FERNANDES, 2012, p. 160).

Buscando um entendimento nosso do que seja “favela”, nos valeremos da sistematização conceitual realizada por Lícia Valladares (2005) e compartilhada por vários autores (TELLES, 2006; FERNANDES, 2012), que lhe confere um diálogo entre a irregularidade da ocupação do espaço urbano, pobreza e violência com manifestações culturais que constroem marcas de identidade. Traz a marca do território urbano dos pobres – uma “cidade dentro da cidade” –, enclave e território da partição, símbolo da segregação socioespacial, mas que traz o sentido de comunidade, onde se evidencia uma realidade plural e multifacetada.

Isso se contrapõe à compreensão estereotipada que o imaginário social do conjunto da cidade reconhece como favela, sempre associada à reprodução do lugar subalterno e ao estigma de hoje da cultura da violência. Há prevalência da representação do que a favela não tem, e pouco se compreende sobre a solidariedade, as relações de vizinhança, a representação cultural e a força do povo, que de fato faz um movimento, ainda que silencioso, de permanente resistência à lógica da “exclusão”.

Quando nos referimos à favela, por vezes também a chamamos “comunidade”, já que essa é uma forma comum de como seus moradores a nomeiam. Chamam também território – nomenclatura essa amplamente utilizada pelas políticas públicas para designar delimitações geográficas. No entanto, quando trazemos a noção de território, o fazemos na perspectiva do vivido, uma vez que em qualquer acepção tem relação com o poder no seu sentido mais concreto, de dominação, mas também no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004).

Em diálogo com Lefebvre (1986), esse estabelece uma distinção entre apropriação e dominação (“posseção”, “propriedade”). A primeira é um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; a segunda, mais concreta, funcional e vinculada ao valor de troca, que para o autor deveriam caminhar juntas. Assim, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Quando nos referimos às territorialidades, nossa compreensão perpassa o território entendido como “um campo de forças que entre as várias articulações possíveis se dá como uma rede de relações sociais que ganha sentido por sua complexidade interna” (NÓBREGA, 2013, p. 12).

Sendo assim, essa é “identificada pelo conjunto de práticas sociais que são definidas pelas relações de poder e pela apropriação simbólica de uma área geográfica por grupos e indivíduos, colocando assim o território como a manifestação dessa territorialidade” (NÓBREGA, 2013, p. 13).

Ao nos referimos às mulheres no exercício de suas territorialidades, buscamos compreendê-las a partir de suas ações e conexões que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede. Esse termo está ligado a “como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p.22).

O poder que buscamos compreender no âmbito deste estudo está relacionado como sendo a “multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda uma relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 54). Contudo, o poder não é único e nem é possível de achá-lo materializado. Está em todo lugar, não a partir de uma lógica universalizante, mas brota de todos os lugares e se manifesta nas relações quando dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. Dessa forma, entendemos o poder como multidimensional, e essa postura incentiva um olhar para as relações cotidianas, para as relações de poder em todas as escalas.

É com um conhecimento acumulado pelas vivências que se interpreta a realidade. Os saberes são elaborados sobre e a partir da experiência concreta por essas mulheres, da mesma forma que se faz necessário reconhecer que cultura popular que vem dos saberes do povo é também a “memória da alternativa [...] uma exigência, sempre postergada e longínqua, da realização de justiça” (CHAUÍ, 1990, p. 63).

Nossa discussão aponta para a necessidade de chamar a atenção sobre a valorização das mulheres nas políticas sociais contemporâneas. Os discursos ancorados na noção de empoderamento e protagonismo feminino requerem amplo debate acerca dos estereótipos que circundam essa visão de gênero, corresponsabilizando as mulheres em diversas circunstâncias. Isso porque, na hierarquia das relações sociais, sempre foram associadas ao patamar inferior e o homem ao superior. Quando relacionamos ao protagonismo que essas mulheres exercem, estamos focando no seu engajamento em lutas por justiça social e cidadania.

Quem são as mulheres de favela?

A pesquisa⁴ em curso traz como intencionalidade ampliar a necessária visibilidade sobre a luta social e política das mulheres que assumem o lugar de liderança diariamente nos territórios populares. Para tal, elegemos identificar essas mulheres a partir da metodologia *snowball sampling*, ou

⁴ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – Parecer nº 44/2018.

“bola de neve” (VELASCO; DÍAZ DE RADA, 1997). No método *snowball* os participantes iniciais indicam novos participantes, e assim por diante (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Esse processo de trabalho pode ser descrito como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa. Essa é uma técnica de amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência, numa espécie de rede (ALBUQUERQUE, 2009).

A busca ativa das *lideranças* femininas das favelas vem se dando a partir de contatos, aproximações, indicações e participação em locais que essas mulheres frequentam (fóruns da sociedade civil, redes de comunidades, entre outros). Assim sendo, a seleção das sujeitas da pesquisa se dá a partir da atuação dessas mulheres como participantes ativas, que se reconhecem e que são publicamente reconhecidas por seu ativismo em suas comunidades há, pelo menos, um ano. Esse reconhecimento e sua atuação sociopolítica é o nosso principal critério de seleção. Não possuímos a delimitação do *lôcus* do estudo, considerando que essa busca nos aponta colaboradoras que advêm de todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro, o que não possibilita prever quem e de onde são ou serão. Também não há recorte espacial previamente definido, uma vez que o convite à participação desse estudo se dá de forma espontânea.

As reflexões aqui apresentadas se baseiam nas 100 primeiras entrevistas que estão registradas em um banco de dados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – um software aplicativo de gerenciamento e análise de dados em pesquisa qualitativa. Essas correspondem a 50% da meta prevista inicialmente. Até este momento do estudo, podemos afirmar que não houve resistência à participação na pesquisa; pelo contrário, há um reconhecimento público e expresso acerca da importância e legitimidade desse.

Um lugar no mapa é também um lugar na história. Citada por Margareth Rago (2013, p. 313), essa frase da escritora, poeta, professora e militante feminista Adrienne Rich nos faz reconhecer que cada uma das colaboradoras que dá vida a este estudo, em seus territórios e com suas territorialidades, construiu e constrói a sua e muitas outras histórias.

As vozes dessas mulheres narram e desenham outra forma de exercitar uma *práxis* política, que transforma suas inquietudes em pontes, articula e conecta diferentes possibilidades de ação, transformando a si e ao seu coletivo em um movimento virtuoso por mudança social (RAGO, 2013). Para descrever tal processo, apresentaremos o perfil dessas mulheres, tomando-as como porta-vozes de uma afirmação individual e coletiva. Elas não são somente as moradoras das favelas. São as mulheres que trazem em si um sentido de luta.

Nossas participantes são majoritariamente negras, correspondendo a 90% das entrevistadas; 80% são mães; 49% casadas; 50% são as principais

responsáveis pela renda familiar. Com relação à religião, 30% declararam-se evangélicas, 25% sem religião, 17% católicas e os 18% restantes distribuem-se entre umbandistas, candomblecistas, budistas, dentre outras. O dado referente à religião nos surpreendeu, uma vez que estudos apontam que a Igreja Católica foi determinante na formação de lideranças em décadas anteriores através das pastorais e da própria atuação nas favelas e periferias.

No Rio de Janeiro, diversas organizações de base comunitária surgiram a partir dos anos de 1990, focalizando o debate sobre a necessidade de reconhecimento social da mulher, enfrentando um desafio para a mobilização de recursos públicos que promovessem melhorias efetivas nas condições de vida de seus territórios. Nesse sentido, 66% estão vinculadas a uma organização e 96% participam de espaços coletivos (movimentos sociais, redes, coletivos, dentre outros). Assim, a atuação em rede (seja ela construída dentro da própria favela ou fora dela) e a participação nos movimentos sociais e na luta por políticas públicas que contemplem as necessidades – individuais e coletivas – remetem para a necessária e importante visibilidade acerca do que essas mulheres vêm fazendo. Essa luta contribuiu diretamente para ampliação de direitos e efetivação da cidadania, cooperando plenamente para o desenvolvimento de aspectos que interferem na autonomia feminina e nos processos de superação das desigualdades. Ao declararem atuar em diversas frentes, hierarquizam em primeiro lugar a assistência, a educação e a saúde.

Elas estão nas favelas, mas também na cidade. Nesse sentido, nos interessa conhecer a participação das ativistas sociais moradoras de favela nessa ação micropolítica de mobilização e negociação com o poder público. Essas mulheres, sujeitas com agências, estão criando determinados repertórios para enfrentar a estrutura desigual a que estão permanentemente submetidas. Reconhecem que o Estado não age para amenizar os conflitos postos pelas desigualdades e para garantir formas de melhor viver nas favelas, mas não se acomodam. Realizam ações de diferentes naturezas: trabalham com educação, saúde, cultura, meio ambiente, violência contra mulher, terapia do riso, educação menstrual, segurança alimentar, entre tantas outras atividades.

É no acesso à qualificação educacional que podemos afirmar isto: 42% possuem nível superior completo, sendo 12% com pós-graduação. Se acrescentarmos as participantes que declaram possuir o ensino superior incompleto, esse percentual alcança 66%. Esse dado é bastante importante, pois se esse processo faz uma curva ascendente a partir dos anos de 1990, com uma culminância na última década, isso é reflexo direto do ingresso às universidades possibilitado a partir das políticas de acesso e permanência, seja por meio das cotas raciais, Prouni ou Fies. Essas informações nos possibilitam construir um perfil acerca dessas mulheres – possuem uma vida dentro e fora da favela. Essa capacidade de circulação na cidade as torna autônomas e com mais liberdade para construir os caminhos que as levam

a resolver a vida: sua, de suas famílias e de suas comunidades – aqui no sentido genuíno que o termo sugere: o lugar de pertencimento, das relações de vizinhança, da solidariedade. Elas estudam ou estudaram, mas não abandonaram seu lugar de pertencimento. Articulam-se e trazem o conhecimento para dentro dos seus locais de atuação e moradia.

Essas ativistas sociais enquadram-se, em sua maioria, em preceitos raciais, culturais ou econômicos de marginalização, o que as têm levado a se organizarem, a fim de modificar suas condições de vida. Participam de redes, coletivos, movimentos sociais, instituições religiosas, conselhos de direitos e, em menor grau, de partidos políticos – ou seja: atuam em rede. Os nós das redes são lugares de conexões que, de acordo com Raffestin (1993), correspondem a lugares de poder e de referência. É através desses pontos que a rede solidariza, mas também exclui. Assim procuram identificar e dar visibilidade às múltiplas formas de enfrentamento das iniquidades sociais a que estão permanentemente submetidas, e que se posicionam, se articulam e atuam utilizando saberes, práticas e estratégias locais, onde são protagonistas quando exercem esse papel de liderança.

Curiosamente, 68% se declaram feministas, mas as 32% que não se identificam com o termo trazem, em sua grande maioria, uma justificativa feminista: “Não sei dizer se eu sou feminista; o feminismo é pouco para mim; luto pelos direitos do povo em geral (homem, mulher, homossexual) sem discriminação de cor, raça, sexo”. Curiosamente a negação traz significados e significâncias cujas práticas e atitudes que preconizam agem no enfrentamento dos problemas que permeiam os seus locais de moradia e que muitas vezes se alinham ao feminismo. No entanto, a justificativa de suas negações está majoritariamente alinhada à crítica aos feminismos radical e liberal, cujas práticas elas identificam e declaram não concordar. Mas essas mulheres subvertem a ordem e desenvolvem um modo particular de uma consciência feminista feminina, considerando o que Lebon (2014) nomeia de “feminismo popular”. Inquieta-nos, ainda, se tais atuações se refletem sobre o campo feminista que se pode compreender como “feminismo em movimento” (ALVAREZ, 2014) ou mesmo o chamado “popular feminismo” (VEILLETTE, 2019). Esses se entrecruzam com as questões relacionadas aos estudos feministas que apontam para novas reflexões no âmbito brasileiro e latino-americano, nos apresentando possibilidades que poderão subsidiar outros estudos.

Elas saem em busca de (re)conhecimento e *diversificação das concepções e práticas políticas*. O que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é, conforme destaca Carneiro (2002, p. 3), “o resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres”.

Considerações finais

Numa breve (in)conclusão, uma vez que este estudo se encontra em andamento, compreendemos que o compromisso com a transformação social está no horizonte dessas mulheres, que se constrói com práticas e atitudes. A interseccionalidade as atravessa e são expressão do gênero, da raça e da classe a que pertencem, associados à dimensão territorial, traduzindo-se nesse grupo como existência e resistência.

A experiência vivida e os diferentes caminhos para enfrentar a realidade que envolve suas vidas pessoais e dos demais moradores de suas comunidades evidencia a luta dessas mulheres em uma esfera que é pública, porém não estatal. Por essas e outras razões expressas até aqui é que podemos afirmar que a “feminização do poder” é, de fato, um movimento que emerge no cenário atual, compreendendo que há um protagonismo da mulher em condições de subalternidade.

Vive a diversidade. Na favela há toda sorte de diferenças de pertencimentos e projetos. Independente das diferenças de atuação onde se consolidam suas práticas, ela busca respeitar o outro, aceitando e/ou valorizando saberes e escolhas. Esse sujeito, com consciência “de si” e “para o outro”, atua a partir da solidariedade horizontal, cujo compromisso caminha por novos trilhos de fazer política na base, ocupando espaços de participação social, seja nos movimentos da sociedade civil, seja através dos conselhos de direitos ou mesmo de suas organizações de base.

Observar seus testemunhos nos remete a olhar a favela pela perspectiva da mulher, que faz desse lugar outro lugar, sob o olhar da moradora que atua como gestora/mediadora/ativista comunitária e que é protagonista de uma nova cena política e social. São histórias e experiências diferenciadas que marcam cada uma delas, mas que convergem no desejo de transformação coletiva de seus lugares de vida e de atuação. Não obedecem às normativas impostas às mulheres desde sempre e estão comprometidas com as lutas comunitárias e populares, inventam e reinventam novas formas de fazer; portanto, transformam o vivido em novos modos de escrever a história – sua e dos outros que as cercam.

E, para finalizar, que fale *Sojourner Truth* (1851), a maneira de uma oferta de quem tem sabedoria para dar conselhos.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente.

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, E. M. de. *Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – ENSP, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

ALVAREZ, S. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2020.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n.43, 2014, pp.13-56. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, n. 2, nov. 1981.

CANTO, V. S. do. *Outras mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

CARNEIRO, S. A. A batalha de Durban. *Revista de Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CHAUÍ, M. Notas sobre cultura popular. In: CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1990.

COLLINS, P. H. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, vol.31, n.1, 2016, pp.99-127. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-6992016000100006>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 fev. 2020.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORI, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

FERNANDES, F. L. Os jovens da favela. Reflexões sobre controle e contenção sócio-espacial dos párias urbanos no Rio de Janeiro. *Convergencia*, v. 19, n. 59, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10521880007>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FONSECA, D.; PAGNOCELLI, D. S. M.; MAGALHÃES, M. L. Feminização do poder: considerações iniciais. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 18, v. 2, 2008.

GILKES, C. From slavery to social welfare: racism and the control of black women. In: SMERDLOW, A.; LESSINGER, H. (Ed.). *Class, race, and sex: the dynamics of control*. Boston: G. K. Hall, 1981.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Dossiê Desigualdades e Interseccionalidades*, v. 20, n. 2, 2015.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (Org.). *Gestão de políticas públicas em gênero e raça: módulo III*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

hooks, b. *Ain't I a woman? Black woman and feminism*. Tradução livre para a Plataforma Gueto, jan. 2014. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em 12 nov. 2020.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobodó, 2019.

LEBON, N. *Social justice feminism at work: redistribution and recognition in the Marcha Mundial das Mulheres in Brazil*. In: *LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION*, Chicago, maio 2014.

LEFEBVRE, H. L'urbain. In: *Le retour de la dialectique: douze mots clefs pour le monde moderne*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, p. 159-173. Tradução de Margarida Maria de Andrade, 1986.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

NÓBREGA, P. R. DA C. Reflexões acerca dos conceitos de território, territorialidades e redes para o ensino de geografia. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia, v. 4, n. 7, jul./dez. 2013.

PISCITELLI, A. G. *A história de um conceito*. In: PISCITELLI, A. G.; ALMEIDA, H. B. de; SZWAKO, J. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, M. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RATTS, A. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista de Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16459/15033>. Acesso em: 17 nov. 2014.

SAFFIOTI, H. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais. FLACSO - Brasil*, jun 2009. Disponível em: http://flacso.rede livre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2014.

TELLES, V. S. Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2020.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, 2000.

VALLADARES, L. *A invenção da favela: do mito de origem a favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEILLETTE, A. Racialized popular feminism: a decolonial analysis of women's struggle with police violence in Rio de Janeiro's favelas. *Latin American Perspective*, 2019. [No prelo].

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. *La lógica de la investigación etnográfica*. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

WERNECK, J. Os resultados do racismo patriarcal sobre a saúde das mulheres negras são devastadores. *Jornal Mulier*, n. 85, fev. 2011. Disponível em: www.jornalmulier.com.br. Acesso em: 12 dez. 2019.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saude e Sciedade*, vol.25, n.3, 2016, pp.535-549. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162610>. Acesso em 12 nov. 2020.

DOI: 10.12957/rep.2021.56073

Recebido em 05 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 18 de maio de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Sobre “ser mulher e mãe” em situação de rua: invisibilidade na sociedade brasileira

On being a homeless ‘woman and mother’:
invisibility in Brazilian society

Tabita Aija Silva Moreira*

Carmem Plácida Sousa Cavalcante**

Deyze da Silva Ferreira***

Ilana Lemos de Paiva****

Resumo – Este estudo apresenta como objetivo averiguar a vivência da gravidez por um casal de mulheres em situação de rua no município de Natal (RN). Trata-se de uma investigação de cunho social, cuja metodologia é definida por um estudo de caso, no qual foi utilizada a entrevista em profundidade. A literatura aponta que estas mulheres são invisibilizadas pelas políticas, sendo vistas apenas quando há associação com drogas ou criminalidade. A vivência da gestação é permeada por estigmas e preconceitos que reforçam a crença da sociedade, na incapacidade delas para exercerem a maternidade. Assim, o Estado, operando sob o modo de produção capitalista, apresenta mais mecanismos para a separação entre mãe e bebês do que de apoio para a superação da situação de rua. Os resultados sugerem que estas mulheres se organizam junto à família, aos movimentos

* Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha de pesquisa Psicologia e Práticas Sociais. Com período de estágio na Universidade de Salamanca (USAL) e bolsa do Programa Institucional de Internacionalização da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES/PrInt). E-mail: tabita.smoreira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6913-4160>.

** Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Psicóloga colaboradora no Centro de Referência em Direitos Humanos (UFRN). Membro do Observatório da População Infanto-juvenil em contextos de violência (OBIJUV) e do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação (GPM&E). Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do RN. Atualmente, docente (substituta) do Departamento de Psicologia da UFRN. E-mail: carmempscavalcante@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8793-900X>.

*** Psicóloga (UFRN). Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN, bolsista CNPq. Especialista em Psicologia da Saúde: Desenvolvimento e Hospitalização pela UFRN. Membro do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação (GPM&E) e do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV). Possui experiência em docência no ensino superior na área da Psicologia da Educação, pelo Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação (DFPE), do Centro de Educação (CE) da UFRN. E-mail: deyze.silfer@gmail.co. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5324-3378>.

**** Professora doutora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN). Pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação (GPM&E). Bolsista de Produtividade do CNPq (nível 2). E-mail: ilanapaiva@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3331-2890>.

sociais e às redes de solidariedade para resistirem à separação de seus filhos.

Palavras-chave: mulheres em situação de rua; maternidade; homo-maternidade; direitos sexuais e reprodutivos; políticas públicas.

Abstract – This study aims to investigate the experience of pregnancy by a same-sex couple of homeless women in the city of Natal, Rio Grande do Norte. This is a social investigation, whose methodology is defined by a case study, in which the in-depth interview was used. The literature points that these women are made invisible by policies, being seen only when associated with drugs or crime. The experience of pregnancy is permeated by stigmas and prejudices that reinforce society's belief in their inability to exercise motherhood. Thus, the State, operating under the capitalist mode of production, presents more mechanisms to separate mother and children than to help them overcome their homelessness. The results suggest that these women organize themselves with family, social movements, and solidarity networks to resist the separation from their children.

Keywords: homeless women; maternity; homomaternity; sexual and reproductive rights; public policy.

Introdução

A forma como se estrutura a sociedade atual é definida pelo domínio do capital. Além disso, é regida pelos princípios do liberalismo econômico, ou seja, pelos ideais de liberdade, igualdade e propriedade, cujo pressuposto é a existência de um mercado no qual aparecem dois personagens na cena social: o trabalhador e o capitalista. Esse último é o detentor dos meios de produção, o proprietário; o primeiro, aquele que vende a sua única fonte de renda, sua força de trabalho (SAVIANI, 2013).

A sociedade capitalista, portanto, é composta por classes com interesses antagônicos. Nela é produzido um exército de reserva, que consiste na população que busca sua sobrevivência no subemprego ou em relações precarizadas de trabalho. A população em situação de rua ocupa os espaços ainda mais segregados no cenário social, pois dela são retirados os direitos de existir, cuja marca principal é a sua invisibilidade. São pessoas que, por não terem garantido o acesso a um trabalho que lhes proveja condições mínimas de dignidade, acabam vivendo da mendicância, ocupando os espaços públicos e, muitas vezes, sendo criminalizadas por não “caberm” no cinturão proposto pelo capitalismo.

Diante disso, as sociedades capitalistas têm enfrentado problemas sociais decorrentes de suas próprias contradições. “Sobram” pessoas num processo de inclusão perversa, pois este sistema as exclui dos bens de produção e de consumo para, em seguida, incluí-las através da escassez ou mesmo ausência total de recursos como princípio de sobrevivência (MARTINS, 1997). A população em situação de rua (Pop Rua/PSR) faz parte do cenário que compõe o fenômeno inerente à produção capitalista das

idades, cujo acesso também lhe é negado. Desse modo, não há espaço para estas pessoas nem mesmo nas ruas, pois estas passam por processos constantes de higienização, estigmatização e interdição (BRASIL, 2009). De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR):

considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, n. p.).

É possível perceber que a população em situação de rua é caracterizada por sua diversidade para a PNPR. Assim, este artigo parte dos pressupostos da teoria social marxiana, segundo a qual o real só pode ser apreendido por meio da primazia da concreticidade. Neste sentido, as mulheres, segmento produtor e, ao mesmo tempo, explorado pelo ciclo capital-trabalho, não são apenas trabalhadoras nas sociedades capitalistas, mas exercem um papel fundamental na reprodução humana como fonte de criação de valor e exploração. Essas sociedades se estabeleceram, em grande parte, devido ao trabalho não remunerado das mulheres como mães responsáveis pela reprodução biológica e social de trabalhadores assalariados para garantir a produtividade do sistema. O desenvolvimento da sociedade capitalista prescinde, então, da ascensão do patriarcado, em concomitância com o aprofundamento das relações sociais de raça, além do cerceamento dos direitos políticos, sexuais e reprodutivos das mulheres. É através da idealização da família burguesa, que a maternidade se constrói associada ao papel da mulher como mãe protetora e totalmente dedicada à família.

Faz-se necessário entender as relações patriarcais de gênero que perpassam a existência da mulher antes mesmo do modo de produção capitalista, mas que com ele se acirram e se aprofundam, associando-se às categorias sociais de raça e classe, uma vez que a construção social da PSR no Brasil tem relação direta com a escravização. Cabe destaque à apropriação do corpo, da vida e da força de trabalho das mulheres pelos homens. O operário só poderia ofertar, trocar e vender ao mercado a sua capacidade de trabalho e produção, haja vista que, segundo Guillaumin (2004, p. 33), “o corpo é reservatório da força de trabalho”. No caso das mulheres, ocorre a exploração de sua força de trabalho por vezes sem remuneração, principalmente no trabalho reprodutivo e doméstico. Nesse caso, não é só a força de trabalho que é explorada, mas a própria “máquina”, a mulher em si, por meio da apropriação física direta (relações de sexo, escravidão e servidão).

Destacamos as mulheres em situação de rua (MSR) por estarem expostas a diversas formas de violência e por travarem constante luta pela sobrevivência. Ao vivenciar a gestação, essas mulheres não encontram condições suficientes para o exercício da maternidade pela falta de políticas públicas que as amparem e protejam da violência. Há uma realidade nacional de casos de retiradas compulsórias de bebês, ainda na maternidade, de mães em situação de rua e/ou usuárias de drogas (CONANDA, 2017; MALHEIRO, 2018). Outrossim, estão expostas a casos como o que ocorreu em Mococa, interior de São Paulo, onde foi deferido judicialmente o procedimento de esterilização de uma mulher por ser classificada como “dependente química” e, assim, incapaz de ser mãe¹. Essas situações evidenciam um recorte de classe na autorização social e jurídica para o exercício da maternidade. Dito isso, faz-se relevante ouvir essas mulheres sobre a vivência da gravidez no contexto da vivência de rua e suas estratégias de enfrentamento aos desafios gestacionais e à violência.

Metodologia

A proposta da presente pesquisa é averiguar a vivência da gravidez por um casal homoafetivo de mulheres em situação de rua (MSR) no município de Natal (RN). Para a construção dos dados da presente pesquisa, utilizamos uma abordagem metodológica que compreendeu uma observação participante e entrevista em profundidade.

Neste sentido, elucidamos questões acerca da sociedade atual que afetam diretamente o empobrecimento das mulheres. Enfatizamos que esta pesquisa reconhece os problemas sociais e pretende proporcionar reflexão sobre eles (GROULX, 2010). Tendo como referencial o materialismo histórico-dialético, compreendemos o objeto pesquisado como parte de uma totalidade complexa, considerando que as contradições do sistema capitalista se colocam como empecilho para a efetiva garantia dos direitos do segmento populacional em questão. Este referencial introduz elementos de análise contextualizados, podendo descortinar a essência dos problemas sociais para além das aparências.

Ao observar o fenômeno da Pop Rua como expressão direta do Estado sobre estes sujeitos, é importante dar vazão a uma discussão dialética dentro do plano de análise. O Estado, como um aparelho central e exclusivo de poder (MACHADO, 1979) expressa visivelmente sua ação sobre a vida em sociedade. Com isso, percebemos a possibilidade de discutir os dados a partir de um ponto de vista que revela as expressões de saber e poder dentro da sociedade, acabando por proporcionar uma desfiliação dos sujeitos dentro do seu próprio meio social.

¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/12/politica/1528827824_974196.html. Acesso em: 6 fev. 2020.

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior sobre gravidez e maternidade de mulheres que estão em situação de rua no município de Natal (RN), cuja ideia central é problematizar as possibilidades de ser família em situação de rua diante de um cenário de criminalização e judicialização da pobreza. Assim, através da observação participante em reuniões e eventos organizados pelo Movimento Nacional População de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN) e por organizações parceiras conhecemos os sujeitos de pesquisa, Mamusca e P1². O casal foi convidado a participar da pesquisa, na qual foi realizada entrevista em profundidade – individual e em conjunto –, gravada com a autorização das mesmas e com anuência do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Após a transcrição da entrevista, foi realizada a análise temática dos resultados de acordo com o proposto por Braun e Clarke (2006).

Resultados e discussão³

“Bom... Mulheres da rua, sim!”

Conhecemos Mamusca em julho de 2018, durante um evento mobilizador proposto pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte (CRP 17/RN) em resposta a denúncias sobre retiradas compulsórias de bebês das suas mães ainda na maternidade. O tema do encontro foi *O ECA e os impactos da integralidade na proteção de famílias em situação de rua* por ser, também, alusivo aos 28 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Participaram desta atividade representantes do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes (SGDCA) secretarias municipais de assistência social e saúde, defensoria pública, universidade e coletivos de defesa dos direitos humanos, como o MNPR/RN.

Os apontamentos indicaram que a garantia do direito à convivência familiar das crianças em situação de rua demanda ações integradas e contínuas que promovam a garantia de direitos como habitação e acesso ao trabalho aos seus pais. Contudo, o atendimento à infância no município parece priorizar a destituição do poder familiar diante da ausência de ações que garantam o atendimento integral a estas famílias.

Neste evento, uma fala de Mamusca chamou a atenção: “por que não faz uma casa pra essas mulheres ficarem com os filhos?”. Este questionamento levanta a reflexão sobre a não autorização das famílias pobres de poderem se constituir como família, pois os instrumentos sociais e jurídicos existentes priorizam a sua separação. Cerca de um ano depois, reencontramo-nos durante o *I Seminário Não somos invisíveis: políticas públicas*

² Nomes fictícios, escolhidos pelas próprias entrevistadas.

³ Os subtítulos desta seção foram retirados do poema *Mulher da rua*, de Luanda Luz (2019), que compõe a liderança do MNPR/RN, disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28193>.

para a população em situação de rua do Rio Grande do Norte, promovido pela Secretaria de Estado das Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos, em parceria com outras instituições, com foco nos trabalhadores e trabalhadoras da assistência social e saúde. A cada fala, o MNPR/RN questionava as autoridades sobre a garantia dos seus direitos, fazendo valer um dos seus lemas: “Nada sobre nós, sem nós!”. Mamusca reivindicava melhores condições para as mães criarem seus filhos junto a outras mulheres em situação de rua (MSR). Na ocasião, P1, sua companheira, estava grávida de quatro meses. Poucos dias depois, realizamos a entrevista aqui discutida.

Mamusca é uma mulher negra de 34 anos, com vivência de rua há dez anos. Atualmente, é uma das líderes do MNPR/RN que tem como base “uma relação orgânica com apoiadores que lutam por direitos humanos, destacando atividades contínuas de formação para a participação política, de geração de trabalho e renda com base na Economia Solidária” (VERGARA, 2019, p. 112). Em sua fala, fica evidente a não dissociação do seu lugar como mulher e líder do movimento, pois esta função, para ela, consiste num modo de existir e de se tornar visível nas ruas, lutando contra as violências da sociedade e do Estado que afeta seus ou seus companheiros/as.

Ela está há um ano em um relacionamento sério com P1, 29 anos, e que se encontra há 11 anos nas ruas devido à dependência química, principalmente após a perda de sua mãe, que ocorreu há seis anos. Elas já se conheciam há cerca de dez anos e há um ano estavam em um relacionamento estável. Mamusca já tinha dois filhos e uma filha de relacionamentos anteriores, com 17, 15 e 14 anos, respectivamente. Os adolescentes são cuidados por familiares e, para ela, foi uma opção melhor do que estarem na rua com ela ou serem adotados, pois assim pode manter o contato com os filhos. “[...] eles vêm me ver, dão cheiro e tal e eu vou lá” (Mamusca). Sobre a adoção, ela é enfática: “Deus me livre! Quando tiver um canto eu vou buscar eles tudinho de novo, é assim” (Mamusca).

Falar sobre os filhos não foi fácil para Mamusca; foi um relato com emoções que ela preferiu não aprofundar. A entrega de um filho/a aos cuidados dos familiares e/ou vizinhos e amigos é uma prática conhecida tanto entre famílias rurais, como em periferias dos grandes centros urbanos. Constitui-se numa estratégia de cuidado e preservação dos laços para evitar a institucionalização. Além disso, pode ser compreendida como uma estratégia das famílias negras brasileiras frente às ações do Estado racista, pois sua origem remonta a tradições africanas em que “a criança não é vista como objeto ou mercadoria, mas sim como um filho de todos os integrantes do grupo familiar” (SARAIVA, 2019, p. 86). Apesar disto, essas famílias nem sempre são reconhecidas pelos poderes públicos, pois não correspondem ao ideal burguês de família nuclear. Além disso, as mães que realizam estes arranjos são comumente taxadas como “aquela que abandonou o filho”, sem que se considere sua intenção de prover cuidado dentro das

suas possibilidades e o seu próprio histórico de abandonos e violências vividas. Os pais dos filhos de Mamusca e P1, por exemplo, não aparecem nos seus relatos.

A gravidez do casal não foi planejada, resultou de uma violência sexual perpetrada enquanto P1 dormia sob efeito de um remédio de uso contínuo com ação sedativa. Na ocasião, elas tinham conseguido alugar um quarto, porém foi invadido pelo abusador em uma noite em que Mamusca estava visitando sua família. De acordo com ela, não foi uma situação isolada para as MSR, exemplificando como a mulher está exposta e como pode ser objetificada e apropriada pela classe dos homens não só nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, mas também na demonstração de força, na coação sexual e no direito usual destinado a esta população (GUILLAUMIN, 2014).

P1 estava na quarta gestação e, a despeito de esta última ser oriunda de violência sexual, o fato de ter perdido três filhas de gestações anteriores a mobiliza a cuidar da filha que estava gestando e de si mesma. Como consequência: "nas outras gestações que eu tive, eu não sentia nada, porque eu tava usando droga... essa não... Porque eu quis o bem da minha nenê, porque as outras faleceu, por conta da droga. Quando nascia, morria, por conta da droga" (P1). Semelhante a Mamusca, P1 encontrou alguém que cuidasse de uma das filhas, porém a criança faleceu aos cinco anos por problemas respiratórios. Por duas vezes, P1 foi internada em comunidades terapêuticas (CTs) com a ajuda da sua mãe e, depois, de um grupo de amigas. Entretanto, a experiência deixou um sentimento de frustração. Sobre esta situação, ela relata:

Eu acho esses negócios de casa de apoio, não dá jeito não. Porque eles querem obrigar a gente a ser uma coisa que nós não somos ainda. É porque lá tem regras, tem que acordar cedo, tem que não sei o quê. Então, acho que casa de recuperação, era pra ser uma casa que nós se habilitasse a fazer as coisas por nossos interesses, não por obrigação de ser todo dia [...] Quando nós volta a sensação de querer fumar mais é maior (P1).

As CTs estão na contramão dos mecanismos da reforma psiquiátrica, mas são consideradas alternativas prioritárias para a Pop Rua, ao lado dos hospitais psiquiátricos. As regras rígidas dos locais, associadas às práticas fundamentadas na abstinência, provocam a fuga após poucas semanas na maioria dos casos, "pois afirmam se sentirem 'presos' ou percebem que os espaços não são eficientes no tratamento" (ARRAES AMORIM *et al.*, 2019, p. 148). Mamusca complementa: "aí só que, o que foi que ela disse: 'você vai pra João Pessoa e você fica aqui!' Então, o que elas queriam: elas querem nos separar, tem um certo preconceito".

Nota-se que as CTs estão pautadas em regras que interferem no direito básico à convivência familiar e comunitária e têm grupos con-

servadores como mantenedores. Tal fato contribui para visões específicas do que é família, não reconhecendo as pluralidades da sua constituição, como aponta P1: “porque o juiz não já assinou, né? O padre (Papa) não já aceita? Por que que as casas de apoio não tão aceitando?”.

A literatura aponta que as MSR revelam que o uso abusivo de substância psicoativas está relacionado a tentativas de esquecer experiências de violência e humilhação (MALHEIRO, 2018). O uso de drogas, entretanto, deixa-as mais suscetíveis a sofrerem algum tipo de violação, duas a cinco vezes mais do que as demais mulheres (DIAS, 2019). Neste cenário, a gravidez demanda maior esforço para garantir sua proteção, cuidados de saúde, dentre outras necessidades deste período.

“Mães, tias e filhas... Sou diferente não, mulher!”

A gestação provoca uma série de transformações na vida da mulher, como as corporais e as de humor. À medida que a gravidez avança, a rotina da mulher vai se modificando, desde a posição para dormir, as relações sexuais e das atividades miccionais. São aspectos que atingem todas as mulheres, mas para aquelas que estão no contexto da rua a gestação pode ser considerada mais um fator de vulnerabilidade social⁴ devido à possível precariedade das condições de vida e à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Por outro lado, pode ampliar as possibilidades de produção de redes de apoio e assistência (COSTA *et al.*, 2015) e resgatar o autocuidado das mulheres, especialmente as que possuem dependência química (KUYAVA, 2013; RIOS, 2017).

A gestação no contexto da situação de rua é considerada vulnerável por expor cada vez mais estas mulheres. A trajetória de ruptura e quebra de vínculos também torna mais difícil sua adesão a tratamentos de saúde e acompanhamentos socioassistenciais (RIOS, 2017). Além disso, a possibilidade real de perder o poder familiar sobre o filho recém-nascido após procurar o serviço de saúde, é outro componente que tende a afastar as gestantes do acompanhamento pré-natal (BORTOLI, 2016). Este cenário revela que, ao engravidar, a vulnerabilidade da mulher em situação de rua pode ser ainda mais amplificada ao ponto de lhe ser negado o direito de ser mãe, ao mesmo tempo em que os direitos dos seus filhos começam a ser violados ainda no ventre, quando sequer a nutrição adequada é garantida.

A gestação de P1 parece contribuir para fortalecer seus vínculos familiares com a companheira, pois desde o falecimento da mãe ela não constituía laços familiares. P1 era filha única e a perda de sua mãe significou, também, a perda do acesso a uma moradia estável, como relata: “porque

⁴ O conceito de vulnerabilidade social engloba situações de precariedade para além da baixa renda, como a fragilização de vínculos afetivos, tanto os relacionais como os de pertencimento, decorrentes também das discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013, p. 19).

quando eu tinha minha mãe, as coisas eram mais fáceis pra mim. Eu tinha casa, eu tinha alimentação, meus negócios, né? Minhas roupinha direitinho, tudo, tudo!” (P1). A fala de P1 desmistifica a ideia de que os jovens vivenciam a rua necessariamente devido à violência intrafamiliar, criminalizando as famílias pobres pelas rotas de vida dos seus filhos/as que não são socialmente aceitáveis.

De acordo com Mamusca: “se a mulher ‘tiver’ na rua, eles tomam na maternidade, não deixam nem a mulher se explicar, se vai pra casa da família, se vai pra casa de um ente familiar. Claro, que nós ‘tamos’ na rua, mas nós temos família. Tem sim como cuidar do seu filho”. Na semana da entrevista, uma companheira havia sido separada do bebê recém-nascido e Mamusca relatou sua preocupação, pois, devido à revolta, a mãe estava usando mais drogas do que o habitual: “revoltada, se drogando, bebendo, por quê? Porque isso aí é muito doloroso. Isso é doloroso, tomar o seu filho da sua própria mãe”. A saúde mental da mulher pode ser prejudicada diante de tantas violações, além das que ela já vivenciava antes da perda do filho. Algumas relatam que a retirada arbitrária do seu bebê pode aumentar o consumo do crack como forma de lidar com o sentimento “de vazio oriundo da retirada do filho/a recém-nascido/a da maternidade” (MALHEIRO, 2018, p. 231).

Caldeira (2019) discute a influência da produção da “verdade médica”, visto que reduz ao uso do crack os problemas de saúde que os filhos das usuárias possam ter, sem considerar outras situações vivenciadas por elas, como a extrema pobreza, a violência, a desnutrição, dentre outras – uma abordagem descontextualizada que culpa unicamente a mulher pela vulnerabilidade da criança e reforça a crença de sua incompetência no exercício da maternidade.

A separação do filho/a é vivenciada como um novo parto e requer a elaboração do luto e de muito apoio para essa mãe ou família. Pode provocar a “gravidez de repetição” na busca por reparar a perda. Esta nova gravidez “pode significar escolha; pode significar perda; pode significar trauma; pode significar repetição; pode significar injustiça; pode significar separação e pode significar elaboração” (RIOS, 2017, p. 70). Na medida em que novas gestações são desenvolvidas e a mulher depara-se novamente com a não garantia de direitos, a destituição do poder familiar reverbera no sentimento de fracasso materno, para si e para a sociedade.

Mamusca e P1 nutrem o desejo de permanecer com o bebê que já tem nome, mas as alternativas de políticas sociais para as MSR em Natal (RN) são restritas. Não há serviços de acolhimento de longa permanência para adultos e famílias em Natal. O único serviço de acolhimento disponível só funciona no período noturno, não sendo suficiente para a quantidade de pessoas que necessitam, além de não dispor de quartos privativos para casais. O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) também não possui recursos para atender às neces-

sidades desta população, estando restrito ao período diurno e dias úteis, enquanto as demandas da Pop Rua são constantes e diferenciadas.

Esse contexto coloca para o casal a iminência de recorrer a outras formas de apoio, como a solidariedade comunitária e a família: “A gente vai ver aí como é que vai fazer, vai manguear, quando tiver bem pertinho a gente mangueia. A gente faz qualquer coisa, mas não ‘vamo deixá’ não. A gente vai pra casa da família antes de nascer, com certeza” (Mamusca). Manguear é pedir dinheiro nos sinais de trânsito como forma de sobrevivência, assim como ir para a casa de parentes, uma saída temporária para evitar a separação da filha. Por outro lado, há consciência de que sua família precisa e tem direito a mais: “então a minha pauta é essa, chega de omissão, queremos educação, trabalho, ou seja, uma casa de acolhimento pra família” (Mamusca).

Na Região Metropolitana de Natal (RN), os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes ficam em locais distantes dos bairros das famílias de origem e de difícil acesso via transporte público. Assim, essas famílias estão vulneráveis à falta de condições para arcar com o transporte para as visitas, bem como compreender as sinuosidades de um processo jurídico, como o local do fórum, o acesso à defensoria pública e a importância da participação nas audiências. Este não saber é interpretado como falta de interesse pela criança, sem que se leve em conta as falhas do Estado em prover suporte às mães e às suas famílias no cuidado dos filhos. Romper este cenário é um desafio que demanda estratégias progressistas de efetivação de políticas públicas afirmativas e emancipadoras que valorizem e respeitem as mulheres em situação de rua, pois é especialmente sobre elas que recaem as implicações sociais e psicológicas da luta por permanecer com os/as filhos/as, ainda que diante das vicissitudes do viver na rua.

“Se sonhavam? Sim. E como sonhavam!”

Nas sociedades capitalistas, o exercício da maternidade é colocado como algo natural e instintivo do gênero feminino. Por outro lado, a experiência da gestação pode ser percebida de forma diferente pelas mulheres, não só por variáveis psíquicas, mas também pelo próprio contexto em que vivenciam a gravidez. Ela pode provocar sentimentos diversos, como revolta e tristeza pelo temor de não conseguir criar a criança diante da pobreza, bem como pela ampliação das dificuldades de sobrevivência e da dependência de serviços públicos (COSTA *et al.*, 2015), ademais do luto por não ter podido permanecer com os filhos de gestações anteriores.

Para P1, a gravidez traz a memória afetiva da mãe, a quem tem como referência para a maternidade e se emociona ao falar: “mãe é tudo. A palavra mãe, não tem explicação não. É uma coisa importantíssima em

nossas vidas, é tudo, mãe é coisa que não tem, não tem como explicar”. Além disso, há a expectativa de ser mãe após tentativas anteriores: “eu ainda não me vejo (como mãe), porque eu não tive criado nenhuma. Essa eu vou criar (P1)”. Ademais, demonstra preocupações concretas sobre o futuro da filha: “ah, uma mãe que tenha responsabilidade, que saiba ensinar, dar educação, porque não é só na escola. É dentro de casa, também é na vida, né? Educação pro filho. É muito complicado, é os estudos, é tudo”.

A literatura aponta que a gravidez pode dar um novo significado à vida das mulheres em situação de rua, assim como poder ter um vínculo genuíno com alguém (GONTIJO; MEDEIROS, 2008), maior autocuidado para proteger a criança e buscar pelo abandono do consumo de substâncias químicas (KUYAVA, 2013; RIOS, 2017). Além disso, durante a gestação, a mulher pode planejar sua vida em termos de futuro, talvez pelo fato de receber mais cuidados e estar menos suscetível à violência (MALHEIRO, 2018). A gestação é, assim, um período ainda mais crítico para a promoção da garantia dos direitos das mulheres em situação de rua. Nas falas de Mamusca sobre o futuro, é perceptível que a luta pelos direitos da sua família se entrelaça com os direitos de outras MSR:

Um futuro, fora das ruas. Quero uma casa, por isso que a minha pauta hoje é: chega de omissão queremos habitação e trabalho pra sair dessa situação! Quero dar uma vida a ela, que eu não dei aos meus filhos [...]. A minha preocupação é mais sobre mulheres como nós que tem família como nós, que têm crianças que são tomadas.

Ela fala com orgulho sobre ser conhecida como “mãe da rua” e sobre seu desejo de “criar com muito carinho e amor, se não tomarem, né? De mim”. A Nota Técnica Conjunta (NTC) MDS n. 001/2016 (BRASIL, 2016) trata de diretrizes, fluxo e fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos/as recém-nascidos/as com o objetivo de estabelecer a primazia do cuidado às mães sobre a judicialização. Prevê que as mães que desejam permanecer com os filhos podem ser incluídas em unidade de acolhimento conjunto.

Estes serviços, ao possibilitarem o convívio da mãe com o/a filho/a, abrem espaço para uma ruptura do círculo de quebras de vínculos que caracterizam a vida delas, bem como criam um espaço seguro para o desenvolvimento da maternidade (GONTIJO; MEDEIROS, 2008). Entretanto, ainda são restritos a alguns municípios ou estados e há falta de vagas suficientes. Além disso, os serviços de acolhimento conjunto ainda carecem de normas horizontais sobre quem será acolhido (GOMES, 2018); assim, há uma priorização no acolhimento de crianças sobre o acolhimento conjunto e manutenção dos vínculos familiares. Desse modo, há uma desconformidade com a excepcionalidade da aplicação da medida protetiva

de acolhimento de crianças previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

O acolhimento conjunto, por outro lado, não pode ser interpretado como a resolução de todas as questões que envolvem as MSR que desejam permanecer com seus bebês. Mesmo nestes espaços, há desafios, a começar por serem espaços coletivos e compartilhados com outras mulheres e profissionais que não fazem parte da família ou necessariamente pertençam à mesma comunidade. Além disso, é possível que as mulheres sejam abordadas de forma infantilizada, sem que se respeite sua autonomia e valorize seu potencial para exercer a maternidade (ROSALES, 2015). Estas mulheres precisam de espaços que ofereçam proteção, sem cercear suas autonomias, especialmente no que concerne às vivências da sexualidade. A vida sexual delas não deve ser subjugada devido às situações nas quais se encontram. É necessária atenção por parte do poder público em relação ao risco de o acolhimento conjunto funcionar como internato fundamentado na higienização social.

Diante da morosidade do município em prover recursos de moradia para a PoP Rua, o próprio MNPR/RN está se articulando junto a parceiros para executar novas propostas. Há um projeto arquitetônico em curso de moradia compartilhada e sob a gestão da própria Pop Rua, como explica Mamusca:

[...] fazer uma casa de acolhimento pra a família pra casal, pra LGBTs, melhor do que ser casa, da Minha Casa Minha Vida, porque, com certeza, a gente desempregado, com a casa, mas sem um emprego, a gente não vai pra frente. [...] Precisa ter primeiro: assistente social, psicólogo. [...] Trabalho, habitação, cursos qualificantes, tudo isso que é pra mãe poder criar seus filhos. Porque primeiro ela tem que se qualificar, pra poder entrar no mercado de trabalho, na sociedade.

O programa do Governo Federal *Minha casa, minha vida* possibilitava que, a partir de alguns critérios, pessoas em situação de rua pudessem adquirir imóveis; entretanto, foi criticado por não atender a outras questões que incidem na permanência das pessoas na rua, em particular, a falta de emprego. Mesmo com os cursos profissionalizantes, os estereótipos que associam a Pop Rua à criminalidade cerceiam suas possibilidades empregatícias, já afetadas pela baixa escolaridade e pela pouca qualificação desta população, ambas ocasionadas pelo histórico de negação em relação ao acesso aos direitos fundamentais pelo qual passa esta população, ainda mais no cenário atual de crescimento do desemprego e precarização do trabalho.

Além disso, as mulheres recebem menores salários – mesmo desempenhando as mesmas funções que os homens – e sofrem mais com o desemprego – mesmo sendo parte do estrato social melhor qualificado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), no quarto

trimestre de 2018, de 52,4% da população em idade de trabalhar, o grupo feminino responde por 45,6% do nível de ocupação, enquanto os homens, 64,3%.

Mas, claro que nós não somos burras, entendeu? A gente só não tem oportunidade, mas a maioria dos moradores de rua sabe fazer alguma coisa sim. Eu pelo menos sei fazer doces, aquela ali sabe fazer artesanato. A Maria* é muito boa na cozinha também, culinária. A maioria sabe fazer as coisas. (Mamusca).

Neste cenário, as alternativas de sobrevivência se centram no trabalho pessoal de vender doces associado ao apoio das redes de solidariedade construídas nas ruas da família ao ir residir com sua irmã: "Aí vai ser um babado só! Eu, minha irmã que é lésbica também, vai ser quatro mulheres, quatro mães ela vai ganhar [...] Vai ser uma história muito linda, então" (Mamusca). A experiência da maternidade é, desta forma, um processo também construído através das interações sociais. É importante que essas mulheres sejam reconhecidas como capazes de serem mães, especialmente em um contexto de maiores possibilidades de aborto espontâneo, possível pressão para entrega do bebê à adoção e iminente destituição do poder familiar.

Considerações finais

A sociedade capitalista produz a desigualdade social e a violência de gênero; logo, as MSR ficam sujeitas a uma gestação não planejada ou não desejada. Esta situação pode interferir na adesão ao pré-natal, potencializar o risco de a mulher desenvolver depressão pós-parto e dificultar o desenvolvimento do vínculo com o bebê. Ademais, mesmo as mulheres que planejam a gravidez ou desejam permanecer com a criança enfrentam dificuldades para exercer a maternidade. Há, assim, uma dupla violência contra as MSR: a gestação compulsória e o risco constante da destituição do poder familiar.

Nota-se que há o desafio de a rede de atendimento do Estado se fazer confiável e segura para as mulheres, diante do histórico de estigmas e de retirada compulsória dos seus filhos. É notável a ausência de políticas públicas que priorizem a maternagem segura e amparada com a manutenção de mães e bebês juntos/as. Por outro lado, Mamusca e P1 são exemplos de que as MSR não estão indiferentes às violações dos seus direitos e se apropriam de recursos para driblar o domínio das suas trajetórias de vida pelo capital. Elas rompem com a heteronormatividade e se utilizam de estratégias informais de proteção para assegurar a convivência com seus filhos, como a circulação de crianças e a solidariedade familiar e comunitária. Elas fazem parte de um segmento populacional que enfrenta e faz movi-

mento de resistência ao sistema capitalista pela união e fortalecimento coletivo, pela conquista de justiça, direitos e dignidade fortalecidos por sua participação no MNPR/RN.

Os serviços de acolhimento e demais instituições protetivas de Natal (RN) acolhem os adultos ou as crianças, prioritariamente em espaços separados em descompasso com o direito à convivência familiar e comunitária. Esta lógica vulnerabiliza e dispersa ainda mais as relações familiares porque é difícil para o SGDCA, em especial, o judiciário, compreender que a vivência das famílias pobres é diferente do modelo burguês. Nesses casos, mães, crianças e possíveis demais membros das famílias são penalizados pela insuficiência quantitativa e qualitativa de políticas públicas transversais que entendam às necessidades particulares de cada caso. É fundamental promover a visibilidade destas mães e seus/as filhos/as e a discussão acerca das formas como seus direitos são garantidos ou eclipsados.

Referências

ARRAES AMORIM, A. K. *et al.* Direitos humanos e população em situação de rua investigando limites e possibilidades de vida. *In*: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C. de; MATOS, A. C. V. (Org.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* Natal: EDUFRN, 2019.

BORTOLI, S. R. *Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vidas, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas*. Tese (Doutorado em Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jul. 1990.

BRASIL. *Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 dez. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Nota técnica conjunta MDS/MSaúde n. 001/2016*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Re-search in Psychology*, v. 3, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.informaworld.com/smpp/content~db=all~content=a795127197~frm=titlelink>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CALDEIRA, Z. F. *O governo dos corpos das “mães do crack”: a produção de um novo inimigo social*. *Revista Episteme Transversalis*, v. 10, n. 1, 2019.

CONANDA. *Nota pública do Conanda de repúdio à retirada compulsória de bebês de mães usuárias de substância psicoativas*, 2017. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/documentos/notas-publicas-dos-conanda>. Acesso em: 8 jan. 2019.

COSTA, S. L. da *et al.* Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 3, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015134769>. Acesso em: 8 jan. 2019.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. *Revista Eletrônica: Informe Eletrônico*, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1267>. Acesso em: 8 jan. 2019.

DIAS, R. T. *Estigma relacionado a usuários de drogas: um estudo das crenças de profissionais de saúde*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFJF, 2019.

GOMES, J. D. G. *Relatório de pesquisa: primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo*, 2018. Disponível em: https://issuu.com/cdh.luiz.gama/docs/relatorio_primeira_infancia. Acesso em: 8 jul. 2019.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. “Tava morta e revivi”: significado de maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 2, 2008.

GROULX, L. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J.; COLS (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M. (Org.) *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Recife: SOS Corpo, 2014.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD Contínua*. Período: quarto trimestre de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KUYAVA, A. C. L. S. *O cotidiano de gestantes usuárias de crack*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MACHADO, R. Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MALHEIRO, L. S. B. *Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de Salvador, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFBA, 2018.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

RIOS, A. G. *O fio de Ariadne: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ROSALES, M. R. *Mujeres invisibilizadas, madres interpeladas: producción de subjetividad en un hogar para mujeres con hijas e hijos en situación de calle*. Tese (Mestrado em Psicologia e Educação) – Universidad de la República, Uruguay, 2015.

SARAIVA, V. C. dos S. Repensando a circulação e a adoção de crianças negras na família brasileira. *Revista Em Pauta*, v. 18, n. 45, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47216>. Acesso em: 8 fev. 2020.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e educação escolar. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b70a/cede43b1572768ecea052d4327253b7e190.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

VERGARA, E. M. Empoderamento político na gestão de direitos sociais. In: NOBRE, M. T. *et al.* (Org.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* Natal: EDUFRN, 2019.

DOI: 10.12957/rep.2021.56078

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 10 de agosto de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A atuação dos movimentos de doulas em Florianópolis (SC): conflitos pelo protagonismo feminino no parto

Actions of the doula movements in Florianópolis, Santa Catarina: conflicts for female agency in childbirth

Carla Klitzke Espíndola*

Luciana Patrícia Zucco**

Resumo – Este artigo tem o objetivo de analisar a dinâmica interna do movimento de doulas em Florianópolis (SC), a partir de suas pautas políticas de promoção ao parto respeitoso e ao protagonismo feminino. A pesquisa é empírica, qualitativa e orientada pelas lentes da epistemologia feminista. Os resultados apontaram conflitos entre as doulas entrevistadas, explicitando disputas de projetos, posições políticas, compreensões sobre a doulagem e diferentes formas de ver e atender mulheres. Há doulas que defendem a doulagem como profissão, um nicho de mercado; outras, como ação transitória na política de saúde pública. Por fim, aquelas que problematizam o acesso à doulagem e a branquitude de quem atende e é atendida. A “*gourmetização*” do parto humanizado foi transversal às narrativas. Ademais, a pluralidade das narrativas nos levou a pensar em “movimentos de doulas”, devido às pautas identificadas. Apesar dos conflitos, elas convergem na compreensão da centralidade e respeito à mulher no parto.

Palavras-Chave: movimentos de doulas; parto; saúde da mulher; feminismos; direitos reprodutivos.

Abstract – This article aims to analyze the internal dynamics of the Doula Movement in Florianópolis, Santa Catarina – Brazil, based on its political guidelines for promoting respectful childbirth and female agency. This empirical, qualitative research is guided by the lens of feminist epistemology. Results pointed out conflicts between interviewed doulas, revealing disputes over projects, political positions, understandings about doulage, and different ways of seeing and

*Possui graduação (2014) e mestrado (2018) em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (2016) através de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS/UFSC). É pesquisadora e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero (NUSSERGE/UFSC) desde 2014. Atualmente atua como assistente social na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC. E-mail: carla.klitzke@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8003-6131>.

** Doutora em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). É professora Associada do Departamento de Serviço Social (DSS/UFSC), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/CSE/UFSC) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/CFH/UFSC). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE/UFSC) e integrante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). E-mail: lpzucco@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2955-1642>.

attending women. There are doulas that defend doulage as a profession, a niche market; others, as a transitory action in public health policy. Finally, there are those who problematize access to doulage, and the whiteness of those who attend and are attended. The topic of “gourmetization” of humanized childbirth was common to most narratives. In addition, the plurality of narratives led us to think in terms of “Doula Movements”, due to the identified agendas. Despite

“Ser feminista é uma premissa para ser doula.”
(D7, doula entrevistada, 2018)

Introdução

Este trabalho é produto de uma caminhada profissional e acadêmica na área da saúde de uma das autoras, particularmente, vinculada à condição de assistente social residente no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (Rims), no Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre 2014 e 2016. A imersão na área da saúde da mulher e da criança proporcionou experiências multiprofissionais relacionadas ao atendimento de mulheres (gestantes, parturientes, puérperas) e de seus familiares/acompanhantes durante o período gravídico-puerperal.

Naquele espaço, emergiram diversos incômodos, dentre eles a subalternidade das mulheres grávidas ou paridas imposta pela cultura hegemônica, assim como o modo de cuidar biomédico, eurocêntrico e machista. Essas e outras inquietações decorridas da vivência profissional foram levadas à pesquisa de mestrado, e parte dos resultados *stricto sensu* são aqui apresentados.

Ao encontro dessas inquietudes, há um grupo de mulheres que questionam e intervêm na contramão da cultura tecnicizada do parto e defendem o protagonismo das mulheres, o qual nos interessou conhecer: as doulas. Portanto, este artigo teve como objetivo analisar a dinâmica interna do movimento de doulas em Florianópolis (SC), especificamente a partir de duas pautas políticas do grupo: a promoção do parto respeitoso e o protagonismo feminino.

Partimos do pressuposto de que as doulas promovem deslocamentos dos saberes coloniais que orientam o parto e que são referendados pela racionalidade médica, assim como os reproduzem. Seus discursos são de promoção do protagonismo das mulheres-parturientes e de construção de um movimento contra-hegemônico ao saber biomédico-machista-

conservador, que sustenta a manutenção de uma assistência obstétrica violenta no Brasil (MENDONÇA, 2015). Geram, com isso, descontinuidades na formação e no modo de assistir, mas, igualmente, reafirmam continuidades ao buscarem institucionalizar suas práticas no campo da saúde.

O referencial teórico incorporou leituras do campo interdisciplinar feminista com aproximações decoloniais. Estas possibilitaram discutir as realidades locais das doulas e problematizar a importação de modelos obstétricos europeus, bem como questionar a formação marcada pela influência norte-americana (LUGONES, 2014). A perspectiva decolonial nos oferece, igualmente, o suporte para recuperar os saberes e práticas locais, bem como a produção de conhecimento de mulheres e doulas da América Latina, muito diferente da realidade do Hemisfério Norte. Com efeito, as contribuições dos estudos feminista e de gênero, assim como da noção dos direitos sexuais e reprodutivos, promovem a descontração da “cegueira de gênero” (DINIZ, 2009), tão naturalizada na sociedade e nos modelos de atendimento obstétrico em disputa no Brasil.

Finalmente, consideramos que as reflexões e proposições aqui apresentadas são contribuições ao debate, à atuação do Serviço Social e aos estudos produzidos no âmbito da pós-graduação. As/os assistentes sociais trabalham diretamente no atendimento às mulheres e suas famílias em maternidades e diversos espaços sócio-ocupacionais, compondo as equipes de saúde. Além disso, essas/es profissionais trabalham considerando as dimensões reflexiva, crítica e socializadora de conhecimentos, em abordagens individuais e coletivas. Desse modo, o olhar atento aos saberes-poderes que atravessam o parto e o puerpério pode contribuir para intervenções críticas que privilegiam a autonomia das mulheres-parturientes, e ações que desconstruam a percepção naturalizada da submissão e o silenciamento histórico das mulheres.

Destacamos que a interlocução com as “sujeitas cognoscentes”¹ da pesquisa possibilitou identificar um conjunto de dissidências e contradições entre as doulas que atuam na capital catarinense, o que nos levou a discutir os “conflitos internos” do movimento a partir dos temas que mais se projetaram durante as entrevistas. Na sequência, situamos conceitualmente as categorias orientadoras da pesquisa, o caminho percorrido para a construção dos dados e a discussão dos resultados, finalizando com as considerações.

Parir no Brasil: ato de coragem

Na conjuntura brasileira, a maioria dos partos ocorre em instituições hospitalares (TESSER *et al.*, 2011), realidade construída por um processo

¹ Categoria sugerida por Salgado (2008) ao defender que todas/os sujeitas/os produzem conhecimento.

histórico médico-científico-europeu. Esse modelo contribuiu para que os corpos das mulheres fossem demarcados pela “razão masculina”, por um sistema obstétrico da desinformação (MÜLLER; RODRIGUES; PIMENTEL, 2015), pela destituição do partear no ambiente doméstico e da participação ativa da(s) mulher(es) nesse processo (MARTINS, 2004; TORNQUIST, 2004).

Somam-se a esse contexto brasileiro os indicadores de saúde sobre parto e nascimento, que apontam que a média de cesarianas realizada no SUS por ano é de 52%, e no setor privado é de 88% (TESSER *et al.*, 2014). Essa taxa está muito acima dos 15% recomendados pela Organização Mundial da Saúde em 2018, que considera que a cesárea representa quatro vezes mais riscos de vida à mulher-gestante e à/ao recém-nascida/o, quando comparada ao parto vaginal (CARNEIRO, 2015; TESSER *et al.*, 2011). Os dados indicam a razão pela qual o Brasil se torna o líder mundial em cesarianas (CAD. SAÚDE PÚBLICA, 2014).

Segundo Müller, Rodrigues e Pimentel (2015), o atendimento aos partos brasileiros se resume a dois padrões: realizado pelo SUS, em que as mulheres atendidas apresentam experiências de parto normal repletas de intervenções ou realizado pela rede suplementar, com cesarianas agendadas previamente. Diante desse panorama provável de violências obstétricas, um conjunto de mulheres tem optado por modalidades de partos “desinstitucionalizados” via partos domiciliares privados, privilégio de uma pequena parcela da população (FEYER; MONTICELLI; KNOBEL, 2013). Para as autoras citadas, um dos pilares de sustentação da realidade adversa do parto e nascimento no Brasil é o discurso biomédico. A validação e aceitação social desse modelo ocorre diante do lugar de poder-saber que a medicina edificou, sustentando suas práticas em nome da veracidade do “conhecimento científico”, no qual as/os sujeitas/os deixam de seguir conselhos para obedecer a ordens dos “doutores do saber” (ROHDEN, 2001).

Contudo, contrariando o discurso biomédico, os modelos obstétricos “mais intervencionistas” não resultaram na redução da mortalidade perinatal (TESSER *et al.*, 2014). No Brasil, a mortalidade materna está para 62 casos de morte a cada 100 mil nascimentos (VARGENS; SILVA; PRO-GIAN, 2017). Por isso, Simone G. Diniz (2009, p. 316) afirma que o país vive um “paradoxo perinatal” na assistência ao parto, visto que convivemos com o pior de dois mundos: “o adoecimento e a morte por falta de tecnologia apropriada, e o adoecimento e a morte por excesso de tecnologia inapropriada”. Nesse cenário, os movimentos de doulas se somam à crítica ao modelo intervencionista e sistematizam práticas menos invasivas como alternativa de prevenção das violências no âmbito do parto e nascimento, bem como de promoção do protagonismo das mulheres-parturientes e de um parto respeitoso.

Doulas – sinônimo de resistência

O termo “doula” tem origem grega e foi resgatado pela antropóloga americana Dana Raphael, estudiosa da prática do aleitamento materno (SIMAS, 2016). Era utilizado para designar as mulheres que ofereciam apoio físico e emocional, bem como suporte cognitivo às mulheres grávidas e sua família em casa após o parto, auxiliando no cuidado com o bebê e em seus afazeres domésticos (FONSECA; FREITAS; RIL, 2017; SIMAS, 2016; SILVA *et al.*, 2012).

Atualmente, o sentido e as ações foram ampliados. As doulas apoiam a mulher e seus familiares/acompanhante(s) durante o período perinatal – gravidez, parto e processo de amamentação –, através de acompanhamento voluntário ou contratação de serviço por mulheres que desejam receber esse suporte ou a serviço de alguma maternidade (SIMAS, 2016). O ideal do trabalho delas é o parto natural e respeitoso, centrado na mulher, com procedimentos humanizados, seja no parto vaginal ou cesariano (FLEISCHER, 2005).

Na cena do parto, as doulas atuam com a mulher-parturiente e seu(s)/sua(s) acompanhante(s), aplicando medidas de assistência física, conforto e proteção, promovendo amparo emocional e disponibilizando informações. As medidas de amparo físico e emocional compreendem técnicas de relaxamento, respiração, massagens, uso de bolsa térmica, orientação acerca das posições mais confortáveis durante as contrações, promoção do encorajamento e tranquilidade durante o período do trabalho de parto. A doulagem, portanto, demanda pouca tecnologia (PORTELLA, 2017) e é, *a priori*, exercida exclusivamente por mulheres que possuem certificação ocupacional em curso para esta finalidade.

Pesquisas apontam que a presença de doulas junto às parturientes diminui significativamente os procedimentos rotineiros e as intervenções medicamentosas desnecessárias, reduz o tempo de trabalho de parto e minimiza as possíveis dores sentidas, tornando o parto mais prazeroso para a mulher (SILVA *et al.*, 2012; LUMLEY; AUSTIN; CREINA, 2004). Por essa razão, a doulagem passa a ser requerida por mulheres que buscam um parto respeitoso, segundo os princípios do Movimento de Humanização do Parto e Nascimento (FERREIRA JR., 2015).

No âmbito legal, em 2013, o Ministério do Trabalho incluiu a atuação das doulas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (FONSECA; FREITAS; RIL, 2017). Todavia, elas encontram dilemas no campo hospitalar por não serem reconhecidas como profissionais de saúde (SANTOS; NUNES, 2009). Por esse motivo, algumas(ns) trabalhadoras(es) dessa área e instituições possuem uma postura de resistência à presença e atuação das doulas no cenário do parto (FERREIRA JR., 2015), inclusive por desconhecerem o seu papel (SANTOS; NUNES, 2009).

Santa Catarina se destaca por ser o primeiro estado a sancionar a lei que autoriza a atuação das doulas, iniciada na cidade de Blumenau, no

ano de 2014, ampliando para todo estado com a Lei n. 16.869, de 15 de janeiro de 2016. Os espaços conquistados foram possíveis por força dos movimentos sociais e, posteriormente, do Estado, após a adoção da Rede Cegonha (FONSECA; FREITAS; RIL, 2017). Santa Catarina também foi pioneira ao sancionar a Lei nº 17.097, de 17 janeiro de 2017, que tipifica a violência obstétrica.

Percurso metodológico

Esta é uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa (MINAYO, 2001), orientada pela Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Foi protocolada no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH/UFSC) e aprovada por ele em março de 2018, sob número do parecer: 2.562.762. Todas as doulas participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram orientadas sobre o objetivo do estudo. As entrevistas foram semiestruturadas² e realizadas no primeiro semestre de 2018.

Tivemos como “sujeitas cognoscentes” doulas cadastradas no HU/UFSC e que atuam/atuaram por um período de no mínimo seis meses com a doulagem. Das 90 doulas cadastradas em um grupo *online* e privativo (*WhatsApp*) da Associação de Doulas de Santa Catarina (Adosc), nove manifestaram interesse em participar da pesquisa, sendo que cinco declinaram posteriormente aos contatos. As quatro entrevistadas responderam aos critérios de inclusão e indicaram outras cinco colegas, conforme a técnica Bola de Neve (VINUTO, 2014). Dessas, duas desistiram da pesquisa.

Durante o contato com as doulas, fomos convidadas a participar de uma reunião para debater atividades de doulagem na atenção básica no SUS, que resultou na incorporação de mais três doulas ao *corpus* – duas não eram associadas à Adosc. Logo, o *corpus* foi composto pela narrativa de dez doulas e respondeu ao critério de saturação teórica e empírica (FON-TANELA *et al.*, 2001). Entendemos, segundo Corinne Squire (2014), que as narrativas são compreendidas como práticas de processamento retrospectivo das próprias experiências de ações narradas oralmente e espontaneamente por um/a entrevistado/a.

Situando as doulas entrevistadas

As doulas entrevistadas tinham entre 28 e 40 anos, sendo que a maioria se declarou casada. Todas se autodeclararam cisgênero³. Nota-se

² O nome das doulas será mantido em sigilo, sendo sua identificação representada pela letra “D” seguida de um número cardinal, que diferencia as participantes.

³ Pessoas cisgênero/cissexuais são aquelas que encontram identificação entre seu sexo biológico e o gênero socialmente designado a elas no nascimento (SOUZA; FERREIRA, 2016).

que as regiões de procedência são diversas, mas predominaram as nascidas no Sul no Brasil; apenas uma era nascida em outro país, no Paraguai (D2).

Dentre as dez entrevistadas, um auto declarou-se negra (D9), uma parda (D7) e uma indígena (D2); as demais se consideram brancas. Segundo a narrativa de D9, ela era a única doula negra atuante em Florianópolis, o que colocou em relevo a branquitude (RIBEIRO, 2016) do segmento na capital catarinense. Referiu, ainda, não se sentir à vontade e pertencente ao Movimento do Parto Humanizado na localidade devido à cor da sua pele e origem social.

Logo, o *corpus* é representado por uma maioria de doulas brancas, heterossexuais, casadas, escolarizadas, residentes em centro urbano e em bairros considerados nobres, muito próximo dos resultados apresentados pela pesquisa de Raquel Simas (2016). Tais características reafirmam o clássico estereótipo das mulheres que integram o Movimento do Parto Humanizado, problematizado por Carmen S. G. Diniz (2009) e Rosamaria G. Carneiro (2015). No âmbito dos movimentos de doulas da cidade, as exclusões raciais e classistas podem reproduzir e apontar para a invisibilidade de posições e representações sobre a doulagem, colocando em xeque as pautas feministas apresentadas por esse grupo.

Quanto à escolaridade, oito doulas possuem ensino superior completo; uma doula possui mestrado. Os cursos que mais se repetiram foram psicologia (três doulas) e administração (duas doulas), logo, as áreas de conhecimento mais representativas foram ciências humanas, sociais aplicadas e saúde. Nesse aspecto, nossos dados se aproximam e corroboram com os encontrados por Antônio R. Ferreira Jr. e Barros (2016), ao constatarem a predominância do ensino superior completo e a formação em psicologia entre as entrevistadas.

A maioria fez a formação de doula a partir de 2011, somente duas realizaram antes desse período. Todas realizaram sua formação pelo Grupo de Apoio da Maternidade Ativa na cidade de São Paulo (Gama). Cinco possuem formações complementares, com referências que se distanciam da América do Norte e Europa, como cursos: “Doula na Tradição”, parteiria tradicional mexicana; aromaterapia; “*Core Energetic*”⁴, yoga, massoterapia holística e *reiki*⁵.

As formações complementares significam “um diferencial” no leque de qualificações das doulas, remetendo a saberes situados e as distinguindo daquelas que não possuem tais acessos. Ademais, a hierarquia curricular é “encorpada” pela quantidade de partos assistidos, alimentando o mercado de serviços do “parto gourmet”. Destacamos que esta expressão

⁴ *Core energetic* é um método de psicoterapia corporal que trabalha a dimensão mental, espiritual, física e emocional da pessoa, sendo essas áreas consideradas como corpos energéticos.

⁵ *Reiki* é um recurso terapêutico que realiza a prática de imposição das mãos ou do toque sobre o corpo da pessoa, com a finalidade de estimular os mecanismos naturais de recuperação da saúde. Essa prática integra a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, conforme Portaria nº 849, de 27 de março de 2017, do Ministério da Saúde.

foi referenciada por D5, ao chamar a atenção para o sentido econômico e mercadológico da doulagem e do parto humanizado.

“Conflitos internos” aos movimentos de doulas de Florianópolis (SC)

Os conflitos internos aos movimentos de doulas são aqui trabalhados *stricto sensu* no campo da saúde, considerando as diferentes abordagens teóricas, terapêuticas e políticas. Eles explicitam as tendências e dinâmicas particulares relacionadas aos movimentos de doulas, situados em um contexto permeado por saberes e poderes. Todavia, não pretendemos cristalizar uma fronteira de demarcação como se fossem dicotomias estanques, visto que são polos fluidos e que interagem. Desse modo, nos reportamos às particularidades intrínsecas à dinâmica relacional entre as sujeitas entrevistadas, às relações próprias desse grupo, de seus saberes e às posições políticas em relação à doulagem. Foram identificados, ainda, os “conflitos externos”, aqueles ligados à dinâmica conjuntural, de resistências de outras categorias profissionais e instituições às doulas; todavia, esse eixo será tratado em outra oportunidade.

Com efeito, dos “conflitos internos”, marcadamente oriundos das leituras e posições diversas sobre a prática da doulagem, identificamos quatro categorias: o serviço de doulagem *pago* versus *o voluntário*; *profissionalização da doulagem* versus *não profissionalização*; *defesa do mercado da humanização* versus *crítica à “gourmetização” do parto*; *“parto domiciliar privado* versus *parto via SUS”*. Destacamos, no entanto, que tais polarizações não dissipam a condição das doulas de “calcanhar de Aquiles” do modelo biomédico tradicional ao compor os “combos das equipes ‘humanizadas’” no serviço privado, embora reproduzam a lógica da sociedade capitalista (BARBOSA *et al.*, 2018, p. 427) e um modelo norte-americano de cuidado, baseado no neoliberalismo.

Quanto ao *serviço de doulagem pago* versus *o voluntário*, identificamos no campo do voluntariado de doulas duas modalidades que causam tensões e controvérsias entre a categoria: os projetos de voluntariado de doulas institucionalizados e criados por maternidades, como o caso do Hospital Sofia Feldman, e o voluntariado por iniciativa da própria doula. Aquelas doulas que se voluntariam por iniciativa própria, segundo algumas das entrevistadas, não são contrárias ao pagamento da doulagem, elas na verdade o desejam. Porém, defendem a doulagem como uma assistência às mulheres usuárias do SUS que não podem pagar pelo serviço, pois significa desembolsar um recurso médio de um salário mínimo, piso estipulado pela Adosc à época da pesquisa. Logo, a ação do voluntariado individual é contingencial entre as entrevistadas, não sendo um consenso, e evidencia

os diferentes saberes e posições políticas que atravessam os movimentos de doulas em Florianópolis.

O desalento encontra-se na questão de considerarem seu trabalho importante e digno de receber um retorno financeiro, assim como acontece com as/os demais profissionais que assistem ao pré-natal, parto, nascimento e puerpério. Segundo Barbosa *et al.* (2018), há uma grande resistência das equipes de saúde em reconhecer a contribuição das doulas no cuidado à parturiente, invisibilizando essas personagens na cena do parto, sendo a questão da desvalorização financeira parte desse contexto.

Outro conflito que gera debates acalorados é a *profissionalização da doulagem* versus a *não profissionalização*. Respondendo a essa questão, está em andamento o Projeto de Lei (PL) n. 8.363/2017, que versa sobre a profissionalização das doulas, proposto pela deputada Erika Kokay, do PT/DF. O intuito é padronizar a formação das doulas e carga-horária mínima de 180 horas, através de cursos livres, que incluam aulas teóricas e práticas supervisionadas. Até o momento da pesquisa, os cursos adotavam a carga de 32 horas, nas quais as doulas eram certificadas sem passar por estágio supervisionado obrigatório.

Nesse sentido, há aquelas que defendem a causa da profissionalização e acreditam que tal reconhecimento e organização garantiria a entrada das doulas nas maternidades públicas e privadas de todo país, além de assegurar um padrão de formação mais completo. Argumentam que a profissionalização naqueles moldes inspiraria mais respeito/confiança das/os profissionais da saúde e instituições, bem como legitimaria um campo de trabalho formal e regulado para mulheres. Porém, a proposta de profissionalização não é apoiada por toda a categoria e associações de doulas, visto que há um discurso de que a doulagem deveria ser uma atuação transitória, por conta do atual momento de destituição das mulheres-parturientes no cenário do parto e respectivas violências obstétricas.

Para algumas entrevistadas, na medida em que se alterem as relações entre as/os sujeitas/os, a lógica institucional e a assistência ao parto e nascimento, as doulas não figurariam mais como profissionais necessárias para um parto respeitoso. Assim, para aquelas que defendem a transitoriedade da doulagem, a doula seria somente um “gatilho de acesso” a esse espaço historicamente feminino que outrora protagonizava o parto. Ademais, para algumas, o saber das doulas deveria ser incorporado por todas as mulheres e sociedade, o que, conseqüentemente, ajudaria a modificar a estrutura de atendimento obstétrico do país.

No entanto, em tal argumento reside um paradoxo caracterizado pela defesa da transitoriedade da doulagem *versus* sua remuneração, uma vez que todas as doulas que defendem o protagonismo feminino e a transitoriedade do serviço cobram pelo acompanhamento prestado. Particularmente, corroboramos com a posição de transitoriedade, pois a institucionalização dessa atuação poderia cristalizar a atual estrutura do parto e nas-

cimento, permanecendo as mulheres-gestantes e parturientes dependentes de mais uma figura de poder-saber profissional. Ou seja, seriam dependentes de outras mulheres, em sua maioria brancas, intelectualizadas, heterossexuais e com poder econômico (SIMAS, 2016), o que não alteraria o sistema histórico de subordinação de um segmento de mulheres negras, camponesas, pobres, sem escolarização e privadas de uma série de privilégios.

Somam-se à defesa pela profissionalização da doulagem *versus* a não profissionalização as discussões em torno do “mercado da humanização *versus* crítica à ‘gourmetização’ do parto”. No rol do mercado da humanização, Raquel Simas (2016) identificou que as doulas, durante seu curso de formação, são estimuladas a oferecer “um diferencial” às mulheres-gestantes. Isto é, outros serviços, como: fotografia; consultoria de amamentação; *belly mapping* (pintura da barriga da grávida para que ela reconheça o posicionamento do bebê no útero); escalda-pés; massagens etc. Segundo a autora, o parto domiciliar, considerado o “ideal de parto”, também é o mais incentivado.

Com efeito, algumas doulas entrevistadas denominam esse modelo de “gourmetização” do parto humanizado, sendo contundentes em suas críticas. A noção “gourmet”⁶ tem o sentido de um serviço exclusivo e arrojado, um bem de consumo desejado e de difícil acesso, diríamos: elitizado. D5 sustenta que a intersecção entre raça/etnia e classe social limita o acesso ao parto humanizado, pois: “[...] tornou-se um mercado elitizado, branco, ‘gourmet’ [...] parece uma coisa muito, muito inatingível para uma parcela da população”. Para algumas entrevistadas, o mercado “gourmet” oportuniza a venda de pacotes de serviços influenciada pela construção de um discurso em torno do parto ideal.

De modo geral, os partos “gourmet” são intermediados por um contrato, reproduzindo a lógica do capital, como indicam outros estudos (BARBOSA *et al.*, 2018). Raquel Simas (2016) afirma que as doulas fazem contratos com as mulheres numa lógica mercadológica, assegurando o serviço por visitas ou pacotes. Constata, igualmente, que as doulas iniciantes eram orientadas a cobrar menos, por volta da metade do preço, ou não cobrar. Entretanto, o piso acordado pelo Núcleo Carioca de Doulas era entre R\$1.500 e R\$5.000, sem teto estipulado.

Soraya Fleischer (2005, p. 19) relata que a relação contratual, copiada do modelo estadunidense⁷, gera polêmicas nos movimentos de doulas, visto que algumas têm manifestado certo constrangimento em introduzir um contrato numa relação que prioriza “afeto, amor, diálogo, apoio, amizade”, enquanto outras o tem utilizado. Logo, esse pacote, que envolve o protagonismo feminino, posse do corpo, respeito, afeto e relações

⁶ No mercado comum, “gourmet” refere-se a produtos com características únicas, sofisticadas, que possuem um forte valor agregado, tendo um nicho de mercado bastante explorado por quem tem condições de o acessar.

⁷ O modelo de doulagem estadunidense absorveu valores neoliberais, tais como a valorização de relações mercadológicas, individualistas, meritocráticas, com destaque para o lucro e serviços privados (SIMAS, 2016).

humanizadas no momento do parir, nascer e amamentar, é acessado mediante pagamento e por um grupo seletivo. Esta associação faz sentido se comparada aos serviços do parto domiciliar, nos quais o valor mínimo cobrado em Florianópolis, em 2018, segundo a entrevistada D9, era de R\$10.000.

Outro ponto de conflito nos movimentos de doulas é a discussão “*parto domiciliar privado versus partos via SUS*”. Todas as doulas entrevistadas se mostraram preocupadas com o acesso das mulheres a um parto humanizado e respeitoso, domiciliar ou hospitalar, sendo esse um ponto comum entre elas. Todavia, as divergências aparecem diante da realidade concreta que não permite a todas as mulheres o acesso ao “parto ideal”, leia-se, “parto domiciliar” (SIMAS, 2016), acentuando, com isso, as fissuras entre as doulas entrevistadas.

As doulas ligadas à defesa do SUS, que pregam a saúde como direito e não como mercadoria, revelam ser silenciadas pela Adosc, pois são a minoria do segmento catarinense e não possuem articulações políticas tão consolidadas. Apresentam muitas críticas à Adosc, por acreditarem que a associação defenda interesses particulares de um grupo privilegiado de mulheres.

Ademais, desejam que o parto domiciliar figure como política pública e direito de todas as mulheres. Inclusive, reúnem-se sistematicamente, à parte da associação, com o objetivo de planejar atividades com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) em bairros da cidade. O conflito “*parto domiciliar privado versus partos via SUS*” sinaliza as tensões entre os saberes, explicitando as relações de poderes e resistência de ambos os lados, bem como os interesses de classe social envolvidos no trabalho e como eles se revelam nos movimentos de doulas.

Além das “dicotomias” identificadas nesta pesquisa, alguns estudos (FLEISCHER, 2005) apontaram outras, a saber: mulher/homem, natureza/cultura, corporal/racional, animal/humano, prática/teoria, espiritual/terreno, sendo que a primeira categoria de cada par – “mulher”, “natureza”, “corpo”, “animal”, “prática” e “espiritual” – passa a ser positivada. Notamos que, apesar das polarizações, há uma certa fluidez entre esses pares.

Considerações finais

A abordagem dos estudos feministas e de gênero para apreensão da ação coletiva da doulagem projetou saberes produzidos por mulheres e para mulheres; saberes situados que se contrapõem aos instituídos na prestação da assistência à saúde, não sem contradições e conflitos, e que atravessam o movimento da doulagem em Florianópolis. Tais saberes explicitam opressões interseccionalizadas no campo da saúde, reproduzidas no âmbito do movimento. Cabe destacar que recorremos ao feminismo interseccional

para ampliar a compreensão dos resultados, o que nos possibilitou revelar como os diferentes marcadores sociais – raça, classe social, gênero, local de moradia – projetam opressões subliminares que atravessam a doulagem e a compreensão da assistência à mulher no momento do parto.

Os resultados explicitaram que o movimento não é monolítico, visto que revelou distintas dinâmicas em disputas, projetos contraditórios para o exercício da doulagem e conflitos em relação à pauta política do movimento. Se, por um lado, há a projeção de determinadas narrativas, que se apresentam como referências no movimento, por outro, há aquelas que atravessam as ações coletivas sem grandes projeções, mas que demarcam outros saberes sobre a assistência ao parto, embora internamente apresentem particularidades. As diferenças se encontram no processo em assistir à mulher, nos saberes mobilizados, na visão do feminino e nas demandas políticas dos segmentos que integram o movimento.

Nesse sentido, sinalizamos principalmente três dinâmicas protagonizadas pelas narrativas das entrevistadas que apontam aproximações e diferenças entre si. Há um conjunto de mulheres que compreende a doulagem como profissão a ser integrada no mercado assistencial do parto e que defende um piso salarial. A assistência é mais uma mercadoria a ser adquirida por mulheres que podem pagar, de determinada cor de pele e moradoras de áreas nobres da cidade de Florianópolis. Com efeito, a “gourmetização” do parto humanizado, com seus pacotes de serviços, catalisa divisões. Nessa ação está implícita a concepção mercadológica de saúde, que é acessível para um grupo privilegiado de mulheres.

A doulagem é, portanto, um novo nicho de mercado construído a partir da crítica à violência obstétrica. Nessa dinâmica, a pauta de luta é de reconhecimento das doulas como profissionais da saúde, que prestam um serviço pago e mobilizam, de modo geral, saberes da formação estadunidense, reportando-se, em certo sentido, à medicina baseada em evidência.

Por sua vez, há outro segmento que partilha da visão da doulagem como ação transitória no âmbito da política pública de saúde, até serem assegurados estruturalmente os princípios do parto humanizado, bem como a superação do autoritarismo e da arbitrariedade das equipes para com as mulheres parturientes. Esse grupo visa deslocamentos estruturais e atua na assistência à mulher através de ação solidária em prol de mulheres que não podem pagar pelo “parto gourmet”. Tal ação nos remete às parteiras regionais, que tinham seu ofício baseado na solidariedade e confiança da comunidade.

Por fim, há um terceiro grupo de mulheres que problematiza a forma de acesso à doulagem, os aspectos relacionados à elitização do parto domiciliar e a branquitude de quem atende e de quem é atendida. O principal argumento nessa dinâmica, assim como o do segundo grupo, é a universalização e a defesa intransigente da política pública e do acesso universal.

No estudo, a “*gourmetização*” do parto humanizado foi hegemônica e liderada pelas integrantes e dirigentes da Adosc. As narrativas demonstraram reconhecimento de que o parto domiciliar e a doulagem atingem apenas um grupo privilegiado de mulheres; entretanto, a discussão parece ser evitada, indicando o “calcanhar de Aquiles” da associação. Desse modo, verificamos que, apesar de a Adosc ser uma instituição feminista, o recorte de classe e de raça/etnia daquelas que a dirigem acaba por influenciar suas ações e pautas.

A despeito das diferenças no âmbito do movimento, este converge para a defesa do protagonismo da mulher, a ser garantido por uma assistência respeitosa e que assegure seus direitos, aqui entendidos como sexuais e reprodutivos, capitaneados pela aproximação aos estudos feministas e, conseqüentemente, por uma visão ampliada do feminino. Porém, tal leitura, de certo modo, ecoa descontextualizada, uma vez que a “luta” da categoria é desprovida da incorporação dos marcadores sociais de classe, raça/etnia e gênero, e revisita o feminismo essencializado, não partilhado por todas.

Os resultados nos possibilitaram questionar se há um movimento de doulas ou movimentos de doulas, no plural, em Florianópolis, e, com isso, avançar nas contribuições asseguradas pela literatura. Essa aponta para as heterogeneidades do grupo, embora não denomine terminologicamente sua pluralidade.

Referências

BARBOSA, M. B. B. *et al.* Doulas como dispositivos para humanização do parto hospitalar: do voluntariado à mercantilização. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, abr./jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 849, de 27 de março de 2017*. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Diário Oficial da União., Brasília, DF, 2017.

CAD. SAÚDE PÚBLICA. Nascer no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, 2014.

CARNEIRO, R. G. *Cenas de parto e políticas do corpo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

DINIZ, C. S. G. Gênero, saúde materna e o paradoxo perinatal. *Rev. Bras. Crescimento Desenvol. Hum.*, v. 19, n. 2, 2009.

FERREIRA JR., A. R. *Profissionalização invisível: formação e trabalho de doulas no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2015.

FERREIRA JR., A. R.; BARROS, N. F. Motivos para atuação e formação profissional: percepção de doulas. *Physis*, v. 26, 2016.

FEYER, I. S. S.; MONTICELLI, M.; KNOBEL, R. Perfil de casais que optam por parto domiciliar assistidos por enfermeiras obstétricas. *Esc. Anna Nery*, v. 17, n. 2, abr./jun. 2013.

FLEISCHER, S. Doulas como “amortecedores afetivos”: notas etnográficas sobre uma nova acompanhante de parto. *Ciências Sociais Unisinas*, v. 41, n. 1, jan./abr. 2005.

FONSECA, I.; FREITAS, R. C. M.; RIL, S. Y. *Movimento de doulas no Brasil: trajetória das atrizes na construção de uma cultura de não violência obstétrica*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2017.

FONTANELLA, B. J. B. *et al.* Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cad. Saúde Pública*, v. 27, n. 2, 2011.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.

LUMLEY, J.; AUSTIN, M. P.; CREINA, M. Intervening to reduce depression after birth: a systematic review of the randomized trials. *Int. J Technol. Assess Health Care*, v. 20, n. 2, 2004.

MARTINS, A. P. V. A ciência obstétrica. In: MARTINS, A. P. V. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MENDONÇA, S. S. Modelos de assistência obstétrica concorrentes e ativismo pela humanização do parto. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, abr./jun. 2015.

MINAYO, M. C. de L. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÜLLER, E.; RODRIGUES, L.; PIMENTEL, C. O tabu do parto. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, abr./jun. 2015.

PORTELLA, M. de O. L. Ciência e costume na assistência ao parto. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 13, n. 24, 2016.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SANTOS, D. S.; NUNES, I. M. Doulas na assistência ao parto: concepção de profissionais de enfermagem. *Esc. Anna Nery*, v. 13, n. 3, jul./set. 2009.

SALGADO, M. P. C. *Metodología de la investigación feminista*. México: Fundación Guatemala, 2008.

SILVA, R. M. da et al. Evidências qualitativas sobre o acompanhamento por doulas no trabalho de parto e no parto. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 17, 2012.

SIMAS, R. *Doulas e o movimento pela humanização do parto* Poder, gênero e a retórica do controle das emoções. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia, 2016.

SOUZA, B. C.; FERREIRA, G. G. Execução penal e população de travestis e mulheres transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 2, n. 1, jan./jul. 2016.

SQUIRE, C. O que é narrativa? *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, maio/ago. 2014.

TESSER, C. D. et al. Os médicos e o excesso de cesária no Brasil. *Saúde e Transformação Social*, Florianópolis, v. 2, n. 1, 2011.

TESSER C. D. *et al.* Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, 2014.

TORNQUIST, C. S. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VARGENS, O. M. da C.; SILVA, A. C. V.; PROGIAN, J. M. Contribuição de enfermeiras obstétricas para consolidação do parto humanizado em maternidades no Rio de Janeiro-Brasil. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2017.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, ago./dez. 2014.

DOI: 10.12957/rep.2021.56079

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 19 de maio de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras

Confronting obstetric violence: contributions from the black Brazilian women's movement

Jussara Francisca de Assis dos Santos*

Resumo – O presente artigo tem por objetivo ressaltar a necessidade de apropriação das contribuições do movimento de mulheres negras por parte de gestoras/es e profissionais de saúde para a efetivação da equidade racial no que se refere à assistência ao parto. A reflexão trazida aqui é motivada pelos resultados da pesquisa realizada no âmbito do doutoramento da autora, cujo objeto foi o enfrentamento à violência obstétrica contra mulheres negras numa maternidade do município do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada pautou-se em 15 entrevistas semiestruturadas entre gestoras e profissionais de saúde das áreas de Serviço Social, enfermagem e medicina. O método de análise teve como base a interpretação dos sentidos atribuídos à violência obstétrica e sua relação com a dimensão racial. Não foram identificadas ações que privilegiassem a articulação com o movimento de mulheres negras, tendo em vista sua importância no combate à violência obstétrica.

Palavras-chave: mulheres negras; violência obstétrica; movimento social; saúde da população negra.

Abstract – This article aims to highlight the need for appropriation of the contributions of the black women's movement by health managers and professionals to the realization of racial equity in regard to childbirth assistance. The ideas presented here are motivated by the results of the research carried out within the scope of the author's doctorate research, whose object was to confront obstetric violence against black women in a maternity hospital in the city of Rio de Janeiro. The methodology used was based on 15 semi-structured interviews between health managers and professionals in the areas of social work, nursing and medicine. The method of analysis was based on the interpretation of the meanings attributed to obstetric violence and its relationship with the racial aspect. No actions were identified that favored articulation with the black women's movement, considering its importance in combating obstetric violence.

Keywords: black women; obstetric violence; social movement; health of the black population.

.....
* Doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói. E-mail: ljussara2015@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4819-775X>.

Introdução

As reflexões trazidas neste artigo resultam de parte da tese de doutorado intitulada *Enfrentamento à violência obstétrica contra mulheres negras numa maternidade pública municipal do Rio de Janeiro na perspectiva de gestoras (es) e profissionais de saúde*. Para tanto, a pesquisa qualitativa, baseada em estudo de caso, contou como método de análise a interpretação de sentidos (GOMES, 2016) em torno do conceito de violência obstétrica atrelado à dimensão racial.

Foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas entre gestoras e profissionais de saúde das áreas de Serviço Social, enfermagem e medicina¹. A escolha da maternidade pesquisada teve como um dos critérios o fato de estar localizada numa área programática (AP) cujo índice de morte materna no ano de 2016 foi o mais elevado do município do Rio de Janeiro. A partir dos sentidos que foram relacionados ao objeto de estudo, atribuíram-se ideias associadas ao entendimento entre violência obstétrica e viés racial. Identificou-se que a maioria das/os entrevistadas/os revelou que mulheres negras e brancas seriam atendidas igualmente e, caso houvesse algum tipo de discriminação, essa se daria pela dimensão meramente socioeconômica.

Ressalta-se que o lócus do estudo é caracterizado por se situar numa área periférica da cidade cuja população prioritária é negra. A superposição da classe em detrimento da raça/cor é comum no Brasil, onde a crença na democracia racial tende a escamotear as profundas desigualdades e discriminações com as quais grande parte da população não branca é obrigada a conviver.

Descortinar o mito da democracia racial a partir da realidade sócio-histórica da população negra e, sobretudo, das mulheres pretas, pardas e indígenas tem se configurado como pauta política do movimento de mulheres negras no Brasil. O objetivo deste artigo é ressaltar a necessidade de apropriação das contribuições do movimento de mulheres negras por parte de gestoras/es e profissionais de saúde para a efetivação da equidade racial no que se refere à assistência ao parto.

A pesquisa de doutorado procurou identificar ações institucionais e individuais que pudessem considerar a articulação entre violência obstétrica e dimensão racial, tendo em vista a necessidade de pontuar as especificidades das mulheres no que tange a suas localizações de classe, raça/cor e gênero. Neste contexto, verifica-se que a violência obstétrica tem impactado, sobremaneira, a vida de mulheres pretas e pardas brasileiras, demonstrando como a interseccionalidade de opressões é capaz de se manifestar e se materializar no período gravídico puerperal, colocando em risco o direito à vida.

¹ A referida pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ, CAAE 88996018.5.0000.5582, e pelo Comitê Coparticipante da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, CAAE 88996018.5.3001.5279.

A violência obstétrica é tida como uma violência de gênero. Tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina o termo é utilizado para demonstrar as formas de desrespeito às mulheres grávidas, parturientes e puérperas ocorridas no âmbito das instituições de saúde, sejam elas públicas ou privadas. Com o objetivo de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, foi instaurada, entre 2011 e 2012, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), do Senado Federal. Em 2013, o relatório final da referida CPMI definiu como atos característicos de violência obstétrica: a negligência, a violência verbal (grosserias, ameaças e humilhações intencionais), violência física (incluindo a não utilização de analgesia quando necessário e a realização de cirurgias desnecessárias e indesejadas) (REDE PARTO DO PRINCÍPIO, 2012).

O fenômeno violência obstétrica promoveu e promove discussões e sentimentos profundos porque impacta idealizações em torno do gestar e parir, colocando em risco o direito à vida das mulheres e de seus bebês. Contraditoriamente, mulheres e, fundamentalmente, mulheres pretas e pardas têm suas humanidades colocadas em xeque quando são desconsideradas suas histórias, opiniões, sentimentos e direitos ao serem alvos da violência obstétrica. O verbo enfrentar guarda os seguintes significados: pôr ou colocar (-se) diante de; defrontar; encarar sem medo (ENFRENTAR, 2020).

Por um lado, cabe o questionamento quanto à capacidade de enfrentar a violência obstétrica, que ganha potencialidade com a dimensão racial por parte de gestoras/es e profissionais de saúde. Será que este grupo tem incorporado as especificidades das mulheres negras em suas formas de atuação profissional? Por outro lado, encarar sem medo tem sido o objetivo do movimento de mulheres negras quando se trata de defesa à vida e ao bem viver. Historicamente, as lutas políticas travadas pelas negras têm pautado o direito à saúde reprodutiva e sexual. Em que medida tais contribuições têm estado presentes na assistência obstétrica às mulheres negras no Brasil, sobretudo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)?

A articulação de mulheres negras enquanto movimento social tem sido fundamental para o enfrentamento das desigualdades com as quais grande parte das mulheres deste grupo se depara nos serviços de saúde. A história das mulheres negras no Brasil é marcada por um processo violento que insiste em permanecer na atualidade. Desde a travessia transatlântica, no interior dos tumbeiros e navios negreiros, as mulheres negras são alvo de violência por terem sido, sumariamente, separadas de seus filhos e violentadas sexualmente, tendo seus partos desconsiderados. De acordo com Almeida (2014), estas raízes remontam à emergência do Estado moderno e colonial, e suas ideologias e práticas discriminatórias são reconfiguradas ao longo do tempo a partir de uma perspectiva capitalista.

Estudo de base nacional realizado por Leal *et al.* (2017) revela que puérperas de cor preta possuíram maior risco de terem um pré-natal inadequado ao se comparar às puérperas brancas. Além disso, foi constatado

também que para as mulheres pretas há maior incidência de falta de vinculação à maternidade, ausência de acompanhante, maior peregrinação para o parto e menos anestesia local para episiotomia. A mesma pesquisa revelou que as puérperas declaradas de cor parda também tiveram maior risco de terem um pré-natal inadequado e falta de acompanhante quando comparadas às brancas.

Ao pesquisar os sentidos atribuídos ao enfrentamento à violência obstétrica contra mulheres negras, verificou-se que o conceito de igualdade de condições, numa perspectiva liberal, colocava as mulheres atendidas naquela maternidade dentro do mesmo universo, ou seja, as pautas relativas às especificidades das mulheres negras, tais como suas condições de trabalho, moradia, saúde, território, religião etc., não faziam parte da concepção de saúde pela qual grande parte das/os gestoras/es e profissionais entrevistadas/os se orientava. Estes aspectos têm sido questionados pelas mulheres negras que contribuem, epistemológica e politicamente, para efetivação do princípio de equidade, tida como uma das diretrizes do SUS.

O movimento de mulheres negras brasileiras e as suas contribuições para a política de saúde

A concepção de direitos sociais e humanos parece não estar concretizada para a população negra no Brasil. Neste contexto, a resistência das mulheres negras sempre esteve presente para a garantia à vida. A articulação feminina negra não é recente. Pode-se considerar que desde a travessia do Continente Africano para as Américas existiram muitas formas de resistência. Werneck (2009, p. 77), ao discorrer sobre a diáspora africana e o papel fundamental das mulheres negras neste processo, afirma que:

Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrica – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos.

A autora afirma que se não fosse a resistência e o imperativo de sobrevivência ao cenário violento possibilitado pela espoliação do povo negro africano talvez não existissem as mulheres negras. A resistência é parte intrínseca à identidade negra feminina, já que as experiências de desfavorecimento social, político, econômico e cultural vêm fazendo parte de seu cotidiano desde a travessia transatlântica. Sendo assim, a categoria mulher negra é histórica e a luta contra as desigualdades que a permeia é secular.

Este fato pode ser exemplificado pela duração e resistência de mitos que atravessaram o Atlântico sob condições desumanas, contestando

o terror racial, a violência e as investidas de conversão euro-cristã. Nanã, Iemanjá, Iansã, Oxum e Obá são algumas das divindades tradicionais de resistência feminina negra existente desde tempos imemoriais. Além delas, existiram e ainda existem as sociedades secretas (Geledé, Eleekó) e as irmandades femininas negras (Boa Morte – BA). Werneck (2009, p. 79) destaca a figura da Ialodé, que se refere à “liderança feminina que, segundo registros historiográficos precários, existiu nas cidades iorubas pré-coloniais”. Quanto ao protagonismo histórico das mulheres negras, Werneck (2009, p. 80) segue argumentando que:

Chamar atenção para Ialodé, para as divindades aqui assinaladas e para as diferentes associações de mulheres, é um modo de destacar exemplos das formas políticas e organizacionais cuja origem precedeu a invasão escravista e colonial. Estes reafirmavam e reafirmam a política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o ocidente. Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível.

O movimento de mulheres negras demonstra que, ao longo de sua trajetória, o direito à saúde é uma de suas prioridades de luta. Nos idos de 1950, a influência do grupo de mulheres organizadas do Teatro Experimental do Negro (TEN) demonstrava a preocupação, mas, ao mesmo tempo, oferecia estratégias para o acesso às maternidades:

A todas nós mulheres negras, compete modificar este quadro sombrio. Como? Nada de desânimo quando uma maternidade, por exemplo, negar o ingresso. Devemos procurar o diretor do estabelecimento, insistir, usar todos os meios e remover as dificuldades, ainda mesmo que sejam motivadas por discriminação de cor [...]. (NASCIMENTO, 2003, p. 303).

Ao tratar a saúde reprodutiva de mulheres negras e a contribuição do movimento social ligado a este grupo, faz-se necessário destacar os esforços e os importantes investimentos do mesmo no que tange à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN – BRASIL, 2013). O cenário para a consolidação da PNSIPN começa a se delinear no final dos anos 1980 e início da década de 1990. Neste momento, duas campanhas importantes foram desenvolvidas pelo movimento negro e pelo movimento de mulheres negras. A primeira delas, chamada *Não matem nossas crianças*, denunciava o extermínio de crianças e jovens negros pelos chamados grupos de extermínio. Posteriormente, tomou corpo a *Campanha nacional contra a esterilização em massa de mulheres negras*, com o slogan *Esterilização*

das mulheres negras: do controle da natalidade ao genocídio do povo negro, liderada pelo Programa de Mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas do Rio de Janeiro (LOPES; WERNECK, 2009). Com isso, segundo Araújo (2001, p. 1):

[...] a esterilização cirúrgica foi o eixo que conseguiu unir e desencadear o processo de trabalho conjunto, que atualmente se estende às outras questões dos direitos reprodutivos, espaço onde o movimento de mulheres tem investido grande parte da sua energia.

O objetivo desta campanha era denunciar o caráter racista das iniciativas de controle populacional encapado pela ideia de planejamento familiar. Nos idos de 1991, o conceito de saúde da população negra ganha nova perspectiva, tendo como protagonistas os grupos religiosos de matrizes africanas, em que as mulheres negras tiveram, e continuam tendo, papel fundamental. Nesse ano há o lançamento do Projeto Odô Yá, no Rio de Janeiro, onde o objetivo era o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids. A partir desta iniciativa destaca-se a importância e a presença da população negra no combate da epidemia, fato que não era considerado no bojo das políticas públicas até então.

Em 1996, o quesito cor foi incluído nas declarações de nascidos vivos e óbito nos sistemas nacionais de informação sobre mortalidade. Além disso, houve o ganho da introdução do quesito cor na identificação daqueles sujeitos que porventura viessem a ser objeto de pesquisa envolvendo seres humanos².

A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban (África do Sul), no ano de 2001, contribuiu para o alargamento da discussão em torno da questão racial, intensificando as discussões sobre as formas de o setor público estabelecer medidas mais sólidas e sustentáveis de combate ao racismo e às desigualdades dele decorrentes. Assim, no mesmo ano realizou-se o Workshop Inter-Agencial de Saúde da População Negra, que contou com a participação de estudiosas sobre desigualdades raciais na saúde, ativas e especialistas do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DIFD). Nessa época, foi elaborado o documento *Política nacional de saúde da população negra: uma questão de equidade*. Este documento teve como base estruturante a produção de conhecimento científico, a capacitação dos profissionais de saúde, a informação da população e a atenção à saúde. Este processo também resultou na criação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI).

Em 21 de março de 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Em novembro do mesmo

² Resolução nº 196/96, que trata sobre as Normas de Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos.

ano, tal secretaria firmava o compromisso com o Ministério da Saúde de reconhecimento do racismo, que devia ser considerado como um dos determinantes sociais das condições de saúde. Essa iniciativa levou em consideração os processos de vulnerabilização a que diferentes segmentos populacionais são submetidos, sobretudo a população negra (LOPES; WERNECK, 2009). Ainda neste ano a participação dos representantes da população negra, sobretudo das mulheres negras organizadas, na 12ª Conferência Nacional de Saúde garantiu a aprovação de cerca de 70 deliberações que contemplavam a questão racial, de gênero e geração que tinham como pano de fundo os princípios de não discriminação relacionada à orientação sexual, à filiação religiosa, ao estado ou à condição de saúde e à posse de alguma deficiência.

No ano de 2003 também ocorreu a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que posteriormente teve sua nomenclatura definida como Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). O objetivo desse órgão foi criar políticas públicas que contribuam para a melhora da qualidade de vida de todas as brasileiras. A partir da relação transversal em todo o governo federal, esta secretaria procurou estabelecer parcerias com diversas instâncias governamentais na intenção de enfrentar as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes.

Essa iniciativa foi considerada uma via importante no enfrentamento das iniquidades vivenciadas pelas mulheres negras, já que apresentou propostas para o combate às múltiplas formas de discriminação social, sobretudo racismo e sexismo, por meio de planos nacionais de políticas para as mulheres. Neste contexto, o segundo plano nacional foi aprovado pela II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007. Um dos eixos norteadores deste plano foi o eixo 9, que recebeu o título de *Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia*.

A instituição do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, formado por militantes, pesquisadoras/es e especialistas em saúde da população negra, além de por representantes do Ministério da Saúde e suas instituições e Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de saúde, se deu através da Portaria n. 2.632, de 15 de dezembro de 2004. Esse comitê teve a função de formular uma proposta de política nacional para essa parcela da população e contemplar ações específicas para as mulheres. A política maior que abarca todas estas ações é a PNSIPN, criada em 2006.

Estabelece-se, a partir deste momento, um novo patamar de atuação política no campo da saúde, uma vez que esta política consolida a responsabilização do SUS em promover ações afirmativas para alcançar a equidade em saúde para a população negra, destacando ações prioritárias, possibilitando interpelação direta e específica de gestores de saúde nos diferentes níveis e seu monitoramento detalhado

por parte das organizações negras, do movimento negro e outros atores estratégicos. (LOPES; WERNECK, 2009, p. 15).

A solidificação da PNSIPN ocorre em 2007 com a realização 13ª Conferência Nacional de Saúde. Neste momento, há a compreensão de que tal política deve ser entendida como um “instrumento de consolidação da unidade do sistema e da consecução dos princípios de integralidade e equidade na promoção e na atenção à saúde” (LOPES; WERNECK, 2009, p. 15). Instituída pela Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, a PNSIPN tem como objetivo geral promover a saúde da população negra integralmente, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.

Tendo em vista a necessidade de garantir os direitos que foram conquistados a partir de fortes lutas e resistências, em 2015 ocorreu em Brasília a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver. O objetivo da manifestação, que reuniu cerca de 50 mil mulheres do Brasil e de algumas partes do mundo, foi reivindicar o direito à vida, à humanidade, bem como o direito a ter direitos, o reconhecimento e a valorização das diferenças.

Além disso, buscavam respostas mais efetivas por parte da sociedade e do Estado, tendo em vista a necessidade de justiça, equidade, solidariedade e bem-estar não só para mulheres negras, mas, também, para todas as mulheres que experimentam os efeitos do racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação (GELEDES, 2015). As necessidades de saúde tiveram destaque e a mortalidade materna, cujos índices atingem 2,7 vezes mais pretas e pardas, foi questionada. Destacou-se a qualidade do atendimento prestado por profissionais de saúde em conjunto à falta de ações e de formação/capacitação para assistência aos riscos que as mulheres negras estão expostas no contexto do período gravídico-puerperal.

Mulheres pretas e pardas têm liderado a luta pela justiça reprodutiva no Brasil ao pontuarem a indissociabilidade entre saúde, direitos sexuais/reprodutivos e justiça social. O *Guia de defesa popular da justiça reprodutiva* organizado pelo Coletivo Margarida Alves Assessoria Popular revela que o termo foi popularizado na década de 1990, e sua definição é: “o direito humano de se manter a autonomia corporal pessoal, de ter filhos e de não ter filhos, e de educar os filhos que temos em comunidades seguras e sustentáveis” (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2020, p. 8). A justiça reprodutiva faz sentido para a realidade na qual as mulheres negras vivem no Brasil, já que defronta violações de direitos, sendo estes garantidos constitucionalmente. O direito à saúde é violado quando mulheres negras sofrem violência obstétrica, uma vez que coloca em risco sua integridade física e psicológica. A intersecção de opressões – gênero, raça/cor e classe – impacta o acesso à saúde e o exercício da sexualidade e da reprodução.

[...] para tomarmos decisões sobre nossos corpos e nossa sexualidade e reprodução, precisamos ter acesso a recursos materiais, sociais e políticos que estão distribuídos desigualmente em nossa sociedade. E essa distribuição desigual e injusta não afeta apenas indivíduos, mas também famílias e comunidades inteiras. Sabe-se, por exemplo, que mulheres pretas possuem maior risco de ter um pré-natal inadequado, ausência de acompanhante e de receber menos orientações sobre o trabalho de parto e possíveis complicações na gravidez. Além disso, a maioria das mulheres que morrem por aborto são pobres, pretas ou pardas e com baixa escolaridade. (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2020, p. 9).

Neste contexto, faz-se necessário compreender as especificidades das mulheres negras a partir de uma perspectiva de totalidade e interseccional. É possível afirmar que o movimento de mulheres negras contribuiu para que o princípio da equidade fosse um dos pilares do SUS. A intenção é pontuar que direitos quanto à redistribuição, autonomia e liberdade reprodutiva, ou seja, com relação à saúde integral, devem ser deveres do Estado. Tal sentido deve ser incorporado na gestão e execução da política de saúde, assim como preconiza a PNSIPN.

Desafios à vista: a incorporação das pautas das mulheres negras na agenda da assistência obstétrica

Para pesquisar o enfrentamento à violência obstétrica contra mulheres negras numa maternidade municipal do Rio de Janeiro privilegiou-se a metodologia da interpretação de sentidos, que, dentro da perspectiva da pesquisa qualitativa, objetiva a exploração do conjunto de opiniões do grupo a ser estudado, considerando sua dimensão sociocultural (GOMES, 2016). Para a reflexão proposta aqui será apresentada uma das ideias associadas ao núcleo de sentido *diversidade*. Este sentido relacionou-se às percepções acerca das particularidades e especificidades das mulheres que acessam os serviços da maternidade investigada. A intenção foi verificar em que medida as contribuições do movimento de mulheres negras perpassavam as concepções construídas acerca do corpo feminino negro, isto é, de que maneira o fato de as mulheres negras estarem mais sujeitas às desigualdades interseccionais de raça/cor, gênero e classe despertavam nas/os entrevistadas/os a atenção para o cuidado a ser dispensado a este grupo de mulheres.

As ideias associadas ao núcleo de sentido *diversidade* foram *corpo* e *classe*. Aqui destacaremos *classe*, que se referiu, por um lado, às características socioeconômicas das usuárias como garantidoras da diversidade e, por outro lado, como características que se sobrepõem ao caráter racial no que tange à assistência prestada às mulheres que acessam à maternidade.

Apresentam diferenças sim! Diferenças na questão socioeconômica, você vê que algumas são bem humildes, outras nem tanto, pelo menos, assim, na aparência, no jeito de falar, um pouco mais instruídas, outras completamente sem instrução alguma. [...] Acho que tem muita diversidade nessa questão socioeconômica. Raça também, a gente atende a qualquer tipo de clientela [...]. Até no Brasil, né? A gente tem todo o tipo de raça... (Profissional 1).

Tem bastante diversidade sim. A gente já fez parto aqui de fisioterapeuta, de professora. Realmente é um público que, com a perda de convênios e a crise que houve, eles estão procurando o serviço público, né? Não é só paciente carente que temos aqui não. (Profissional 7).

Aqui a gente tem essa diversidade. Você vê vários níveis. De pacientes até drogadas, muito consumidoras de [...], até pacientes de classe média que você vê que tem até [...]. Hoje em dia você vê muitas universitárias. (Profissional 8).

Nessa maternidade eu vejo que tem uma diferença muito grande de maternidades onde não é o acesso ao SUS, né? Aqui a gente vê muita paciente com menos de 18 anos em trabalho de parto ou em processo de abortamento, então eu acho que a idade das pacientes desta maternidade é, em média, inferior a maternidades particulares ou maternidades que não tenham acesso vinculado ao SUS. (Gestor/a 2).

A ideia associada à *classe* prevaleceu como aquela responsável pelas desigualdades sociais impostas às mulheres de maneira geral. As respostas se centraram na constatação da diversidade pelo fator socioeconômico. Esta tendência desconsidera as desigualdades estruturais nas quais as mulheres negras são personagens centrais.

Pensar as desigualdades no âmbito estrutural, isto é, socio-histórico, significa pensá-las a partir das formas de conceber, gestar, parir e nascer das pessoas negras. Esses fatores não podem ficar fora das análises sobre o corpo feminino negro e sua dinâmica na assistência à saúde com destaque para o período gravídico puerperal.

O ideário culturalista freyriano contou com o contraponto das teorias que alinham fatores econômicos, sociais, culturais e políticos às assimetrias raciais, nas quais a democracia racial passou a ser classificada como mito que contribuía para a preservação das distâncias sociais entre brancos e negros. Estes estudos (HASENBALG, 1988; VALLE SILVA, 1988) partiam do princípio de que, ao invés de uma harmonia racial, o que se verificava no Brasil era um grande abismo social baseado não só na cor dos sujeitos, mas, também, na engenharia socioeconômica, absolutamente desigual para a população negra.

Neste caminho, destaca-se a contribuição de Lélia Gonzalez, que apontou outra concepção sobre a imagem social das mulheres negras no

Brasil. A neurose cultural brasileira é destrinchada por Gonzalez (1984) através do aprofundamento das formas de cristalização da imagem estereotipada da mulher negra brasileira. Estereótipos condicionados e determinados pela relação racista, patriarcal e patrimonial. A autora questiona a democracia racial e os motivos da forte adesão a este conceito, já que, nitidamente, a articulação entre racismo e sexismo produz efeitos violentos para as mulheres negras.

A intersecção entre gênero, raça/cor e classe é tratada por Gonzalez (1984) através do tripé “mulata, doméstica, mãe-preta”, em que ela procura demonstrar que a perspectiva socioeconômica elucida questões raciais e vice-versa. Nas análises de Gonzalez (1984), a naturalização do racismo coloca o corpo feminino negro em lugares como os de cozinheira, faxineira, servente ou prostituta. Tais figuras indicariam como estes corpos estariam dispostos no mercado de trabalho e no mercado da conjugalidade. Esta última questão liga-se diretamente ao fator sexual e reprodutivo das mulheres negras, recorrentemente identificadas como mulatas.

A reflexão realizada por Gonzalez (1984) há 35 anos se mostra atual ao se pensar a intersecção “mulata, doméstica e mãe-preta”. Tal articulação faz sentido por relacionar-se com as condições de trabalho, reprodução e cuidado às quais estas mulheres estão sujeitas no Brasil, pois é através da perspectiva sócio-histórica, com base na violência da colonização e da escravidão, que será possível verificar seus reflexos concretos na vida destas mulheres. Estes reflexos se apresentam nas unidades de saúde, especialmente nas maternidades, onde as desigualdades de gênero, raça/cor e classe vão se apresentar.

As mulheres negras são, em sua maioria, chefes de suas famílias. São a base da pirâmide social e econômica do país. De acordo com o censo de 2010, realizado pelo IBGE (2010), as mulheres negras representam 55,6 milhões de brasileiras, sendo que a participação das mesmas no mercado de trabalho expõe a desigualdade de gênero e raça que influenciam a capacidade de provimento dos domicílios chefiados por este grupo. O *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (IPEA, 2013) revela que:

No entrecruzamento de raça e gênero, observa-se que há um forte contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, enquanto os homens negros estão fortemente concentrados na indústria tradicional (especialmente indústria da construção) e nos serviços gerais em que há baixos salários e um alto grau de informalidade (IPEA, 2013, p. 67).

Teixeira (2018) revela que o atual contexto de crise econômica atinge de forma mais intensa as mulheres negras e jovens, pois 50% do total de 14,1 milhões de desempregados em 2017 são mulheres, sendo 63,2% delas negras. No primeiro trimestre de 2018 o desemprego atingiu

73% das mulheres. Entre as negras, o percentual foi de 96%. O emprego formal caiu de 39,8% para 36,8% entre as mulheres brancas, e de 32,2% para 30,5% entre as negras.

No que diz respeito à imagem da doméstica, é interessante notar como esta categoria laboral, historicamente representada pelas mulheres negras, se apresenta contemporaneamente: queda do número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada, ao mesmo tempo em que houve aumento de 11,7% no número de domésticas sem registro em carteira. Já o trabalho por conta própria cresceu 17,6% entre as mulheres negras e 10% entre as brancas (TEIXEIRA, 2018).

Lima (2012) argumenta que, embora haja uma reconhecida rigidez de classe no Brasil, estudos apontam que essa ganha aspectos de rigidez racial nas tentativas de aquisição ou manutenção de *status* elevado nas chances de mobilidade, na maior desigualdade racial entre mais escolarizados, em posições ocupacionais de maior *status* e na maior probabilidade de perder posição social. Assim, as desigualdades raciais se manifestam na procura por emprego e também na condição de empregador/a e de proprietários/as, bem como em posições de comando e chefia. Todos estes aspectos têm sido denunciados pelo movimento de mulheres negras ao longo de sua existência.

Na contramão do que é reivindicado pelas mulheres negras, os depoimentos das/os entrevistadas/os ficaram aquém da possibilidade de intersecção dos determinantes socioeconômicos, raciais e políticos que incidem sobre as usuárias “humildes”, “sem instrução alguma”, “menores em abortamento”, “carentes”, “drogadas”. Houve o conforto maior em identificar a diversidade “nivelando-a por cima” ao se verbalizar que fisioterapeutas, professoras e as mais instruídas, destacadas pela aparência e pelo modo de falar, foram ali atendidas, sem ter números que constatem quantas mulheres com este perfil foram assistidas.

Reconhece-se que houve maior procura pelos serviços públicos de saúde diante da radical crise econômica verificada no Brasil a partir de 2014. Muitas famílias perderam poder de consumo; um dos reflexos foi a queda da aquisição da saúde enquanto mercadoria. Além disso, infere-se que há maior possibilidade de realizar o parto normal das unidades do SUS por conta das políticas de valorização do parto humanizado. Tal fato faz com que mulheres que desejem ter este tipo de parto recorram às maternidades com referências e casas de parto.

Diante destes resultados é possível verificar que os desafios que envolvem a incorporação das contribuições do movimento de mulheres negras se apresentam de forma intensa. O alcance da equidade, a partir da assistência isenta de vieses raciais, de gênero e classe, pressupõe aprofundamentos nos significados da diversidade. As iniciativas de combate ao racismo e, em consequência, à violência obstétrica estão presentes em políticas legitimadas pelo Estado, tais como a PNSIPN, que preconiza a garantia do

cuidado à saúde centrada nas mulheres, familiares e comunidade, ampliando as possibilidades da melhor assistência obstétrica. No entanto, o ideário de democracia racial tende a escamotear desigualdades estruturais da sociedade brasileira. A partir do exposto, a importância da luta política, econômica, social e cultural encabeçada pelas mulheres negras deve ser incorporada de maneira urgente e efetiva pela gestão e execução da política de saúde, sobretudo na saúde sexual e reprodutiva baseada na justiça social.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo ressaltar a necessidade de apropriação das contribuições do movimento de mulheres negras por parte de gestoras/es e profissionais de saúde para a efetivação da equidade racial no que se refere à assistência ao parto. Neste contexto, faz sentido referenciar Carneiro (2006, p. 22) quando diz que:

[...] falar de saúde é dar expressão ao corpo. É escutá-lo como corpo expressivo, sensível, vulnerável, transcendente. Falar de saúde da mulher negra é também falar do corpo estético, pois, é do corpo – marcado por experiências pessoais singulares de exclusão, pelos poderes sociais hostis – de onde parte o poder e a ética da mulher negra... Designar a diferença racial como direito afirmado nas lutas das mulheres por acesso a atendimento digno à saúde, integridade corporal, autonomia e respeito aos valores e crenças é apontar formas diversas e criativas de inclusão.

Nossos passos vêm de longe, título do texto cujo fragmento foi citado acima, é considerado o sentido ancestral de resistência que impulsiona mulheres negras, nas mais variadas vertentes deste movimento social. Além de contribuir a partir de ações e proposições, mulheres negras têm contribuído, também, com a produção de conhecimento através de estudos que oferecem subsídios para a qualificação da política de saúde numa perspectiva antirracista e antissexista.

A despeito das ricas fontes de informações possibilitadas pelo movimento de mulheres negras, os resultados da pesquisa *Enfrentamento à violência obstétrica contra mulheres negras numa maternidade pública municipal do Rio de Janeiro na perspectiva de gestoras/es e profissionais de saúde* demonstraram a ínfima apropriação das necessidades das mulheres negras na assistência obstétrica.

As percepções das/os profissionais de saúde e gestoras/es quanto à diversidade e às particularidades das mulheres público-alvo da maternidade demonstram que as condições socioeconômicas são as mais apontadas no que se refere ao entendimento sobre as diferenças, demonstrando a ideia clássica de que as pessoas são discriminadas porque são pobres. Nesta

dimensão, características como: a aparência, o nível educacional, a formação profissional, as expressões verbais e corporais, a diferença entre usuárias do SUS e usuárias do sistema privado, o uso ou não de drogas e a idade delimitam o perfil das usuárias do serviço.

É interessante notar que os sentidos atribuídos à diversidade e à particularidade das mulheres giram em torno, *a priori*, apenas da dimensão socioeconômica, afirmando que o caráter racial não se relaciona a tais aspectos. A retração da economia é retratada nas falas ao identificarem que, com a impossibilidade de se manterem os planos de saúde, mulheres que até então não utilizavam maternidades públicas passaram a fazê-lo, o que tem trazido outro perfil de usuárias ao serviço.

Porém, ao se considerar o conceito de interseccionalidade, é possível compreender a existência do viés racial. Assim, cabem algumas reflexões: quando é referida a aparência das usuárias, qual o critério definiria a aparência favorável? Ao se afirmar que algumas mulheres têm instrução e outras nem tanto, quais mulheres seriam as menos instruídas? Ao se referirem à pouca idade das pacientes que chegam em processo de abortamento ou em trabalho de parto, qual seria a cor/raça destas usuárias? Qual seria a cor/raça e o número das mulheres de classe média, universitárias, fisioterapeutas e professoras atendidas na maternidade? Quais seriam as relações entre o corpo feminino negro colonial de outrora e o corpo feminino negro que gesta e pare nos dias atuais?

Neste sentido, faz-se urgente incorporar e efetivar ações como a PNSIPN, política esta que contou com o empenho de mulheres negras e de sua luta política. A PNSIPN oferece subsídios para tal incorporação, porém, os efeitos do racismo estrutural têm dificultado a efetivação de tal política por todas as instâncias do SUS.

Estes obstáculos requerem estratégias que garantam integração das pessoas negras nos serviços de saúde. No que diz respeito à assistência ao período gravídico puerperal sugerem-se ações educativas articuladas entre a educação permanente em saúde e a saúde das mulheres negras. Tal ação materializa a integralidade e a intersetorialidade, princípios fundamentais do SUS. Neste sentido, é preciso investimento na gestão e na execução da assistência obstétrica que favoreça a prática profissional baseada em evidências, de modo que, cotidianamente, profissionais de saúde e gestoras/es repensem suas ações para melhorar o cuidado de saúde, tornando eficaz a experiência das mulheres negras, numa perspectiva de justiça reprodutiva. É recomendável, ainda, que todos os sujeitos envolvidos na política de saúde tenham em vista os fundamentos do controle social, ou seja, da participação da sociedade para intervir no SUS. A participação do movimento de mulheres negras não pode deixar de ser considerada nesta dinâmica.

Referências

ALMEIDA, M. da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, 2014. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/281-1432671327.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

ARAÚJO, M. J. de O. *Reflexões sobre a saúde da mulher negra e o movimento feminista*, 2001. Disponível em: http://www.antroposmoderno.com/antropo-version-imprimir.php?id_articulo=315. Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de saúde integral da população negra: uma política para o SUS*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf>Acesso em: 17 ago. 2017.

CARNEIRO, F. Nossos passos vêm de longe... *In*: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

COLETIVO MARGARIDA ALVES. *Guia de Defesa Popular da Justiça Reprodutiva*, 2020. Disponível em: <https://www.mulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/02/guia-defesa-popular-justica-reprodutiva.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ENFRENTAR. *In*: MICHAELIS Dicionário Online. 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=enfrentar>. Acesso em: 10 set. 2020.

GELEDES. *Carta das mulheres negras 2015*. São Paulo: Geledes, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 10 set. 2020.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, C. de S. *et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. M. (Org.). *Movimentos sociais e urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1984.

HASENBALG, C. e SILVA, N. do V. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro: Luperj/Vértice, 1988.

IBGE. *Censo 2010: resultados*. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 18 nov. 2017.

IPEA. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://>

www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=731. Acesso em: 10 abr. 2016.

LEAL, M. do C. *et al.* A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 mar. 2020.

LIMA, M. “Raça” e pobreza em contextos metropolitanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 24, n. 2, nov. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2020.

LOPES, F.; WERNECK, J. Saúde da população negra: Da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, J. (Org.). *Mulheres Negras: um olhar sobre as políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CRIOLA, 2009. Disponível em https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1_.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

NASCIMENTO, E. L. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

REDE PARTO DO PRINCÍPIO. *Violência obstétrica: parirás com dor*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

TEIXEIRA, M. Mulheres negras sofrem mais com trabalho precário e falta de investimentos. *CUT Notícias*, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/tres-anos-de-perdas-e-retrocessos-para-as-mulheres-d94a>. Acesso em: 20 ago. 2019.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, C. (Org.). *Vents d’Est, vents d’Ouest: mouvements de femmes et féminismes anti-coloniaux*. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. Disponível em: <https://books.openedition.org/iheid/6316>. Acesso em: 9 mar. 2020.

DOI: 10.12957/rep.2021.56082

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 22 de maio de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial

Am I (still) not a woman? Gender, intersectionality and racial silence

Giovana de Carvalho Castro*

Resumo – A produção historiográfica sobre mulheres no Brasil se constituiu desvinculada da discussão racial, colocando na centralidade das suas análises o corpo branco e silenciando outras subjetividades femininas. Assim, na escuta desse silêncio, analisar as perspectivas dessa construção e seus efeitos sobre a construção de narrativas sobre mulheres no campo historiográfico brasileiro é a base desse artigo. Para tanto, proponho uma breve análise da produção historiográfica sobre mulheres no Brasil, sua gênese vinculada com o feminismo branco e acadêmico para desembocar na defesa da necessidade da racialização dos estudos sobre mulheres e na importância da mirada interseccional como caminho para alcançar essas vozes.

Palavras-chave: história das mulheres no Brasil; gênero; interseccionalidade; mulheres negras.

Abstract – The historiographical production about women in Brazil was disconnected from the discussion about race, placing white bodies at the center of its analysis and silencing other female subjectivities. So, in listening to this silence, the object of this article is to analyze the perspectives of this construction and its effects on the construction of narratives about women in Brazilian historiography. To this end, I propose a brief analysis of the historiographical production about women in Brazil, its linked genesis to white and academic feminism, and end up defending the need for the racialization of studies on women and the importance of the intersectional view as a way to reach these voices.

Keywords: history of women in Brazil; gender, intersectionality; black women.

.....
*Doutoranda em História (Universidade Federal de Juiz de Fora). Professora da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora. E-mail: giovanaistoria@bol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6451-9819>.

A História das Mulheres no Brasil é uma história para poucas mulheres, de poucas mulheres, por poucas mulheres. Oriunda de um macro-movimento de (re)escrita da História, atrelou-se a questionamentos acerca da impossibilidade de uma história objetiva e da desmistificação das tentativas de narrativas totalizantes e verdadeiras em sua gênese. Além disso, fez coro, unindo-se às outras vertentes historiográficas, à crítica à história dos “grandes homens”, às narrativas lineares e progressivas e à uma história que aspirava ser ciência, dando pontapé para uma nova dimensão em termos de pesquisas e produção de narrativas que historicizaram sujeitos antes invisíveis.

Nessa cruzada antiinvisibilidade, historiadoras¹, em sua maioria, aprofundaram-se em pesquisas e produções que trouxeram para a História a presença do feminino, possibilitando a construção de novas escritas possíveis, num movimento fortemente influenciado pelas bandeiras do movimento feminista. Por essa ligação umbilical, me atrevo a dizer que uma das questões mais centrais desse movimento foi o desejo de suplantar a mulher como mera condição biológica e reinventá-la como socialmente delineada, pensando suas atuações e vivências em diferentes temporalidades. Esse desejo imprimiu à história das mulheres uma condição *sui generis*: a de ser um campo de pesquisa fortemente vinculado a um movimento social, impactando diretamente nas produções sobre mulheres ao definir o termo baseado nas experiências das primeiras que chegaram aos bancos universitários. São essas experiências e identidades que irão definir o objeto desse novo campo de pesquisa.

Então, quem é essa mulher da História das Mulheres? É a mulher branca, que, chegando à academia, passou a questionar a universalidade do masculino enquanto categoria analítica num movimento que, antes das historiadoras, foi engendrado pelas feministas. Alinhavado aos movimentos políticos dos anos 1960, esse feminismo é constantemente referenciado como o responsável por apontar a ausência da figura feminina no território historiográfico e, na esteira, questionar os pressupostos epistemológicos que norteavam o mundo do saber.

Do ventre da Nova História dos anos 1970 brotou a tríade articuladora dessas novas produções: novas fontes, novos métodos, novos objetos. O mantra da História Nova implicava trilhar rotas tortuosas que não mais estavam nos grandes arquivos nem nas grandes bibliotecas. A História agora garimpava entre cozinhas e baús, cadernos amarelados e cartas de amor. O privado vira público num revirar de memórias que não disfarça sua avidez pelo detalhe, abrindo espaço ao subjetivo, ao pessoal e ao único. Os anos 1980 foram testemunhas das primeiras produções de narrativas históricas sobre mulheres, recheadas de análises sobre como elas sofriam com a dominação patriarcal e a opressão em suas mais variadas facetas, presas

¹ Evidencio aqui os trabalhos de historiadoras precursoras como Margareth Rago, Rachel Soihet e Mary del Priore.

fáceis que eram mediante as torturas de um mundo feito para adestrá-las através dos meios mais vis e cruéis.

Pesquisadoras, dentre elas Mary Del Priore, Margareth Rago e Rachel Soihet, somadas a nomes como Leila Algranti, Andrea Borelli e Eni Samara², bradaram contra essa essencialização e foram garimpar nas fontes outras possibilidades de analisar o feminino na História. Encontraram inúmeros episódios nos quais as presas lutaram contra as diversas formas de aprisionamento e controle que lhes eram imputados. Nessa busca, novas ferramentas foram se incorporando e os estudos de gênero viraram chave de apelo universal para questionar como essas resistências se constituíram em contextos sobre os quais, até então, se pensava encarar a desigualdade entre homens e mulheres como natural.

Mas a armadilha posta aqui é que essa produção, atravessada pela atuação de feministas brancas de classe média, deixou cristalizada uma mulher universal, assim como a historiografia clássica reificou um homem universal. Foram desconsideradas outras formas de ser mulher, geradas pelo atravessamento de relações de poder, produtoras de distintas experiências históricas e culturais.

As pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras. O alargamento temático e as novas produções intelectuais resultantes merecem, hoje, uma avaliação crítica. Esta reflexão se faz tanto mais necessária, quanto mais nos damos conta de que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história. Além do mais, vale dizer que se esta produção não se caracteriza como feminista, nem significou um questionamento prático das relações de poder entre os sexos na academia, ela carrega traços evidentes de uma vontade feminina de emancipação. (RAGO, 1995, p. 81).

A construção desse discurso utilizou como balizas as premissas de que a emancipação feminina estava diretamente ligada à superação do jugo masculino, apoiando-se na ideia de que a entrada de mulheres no mercado de trabalho se dá, de forma mais intensa, a partir dos anos 1970. Cria direta da história social, a história das mulheres se fez assim, assentada sob a perspectiva de lançar uma mirada sobre as opressões masculinas e capitalistas (RAGO, 1995), dando pontapé a uma série de publicações que perfilam lutas femininas, em diferentes temporalidades. O problema? Elas o fazem serenamente, desvinculadas da discussão racial, levando-nos à necessidade de evidenciar que são muitos os motores que alimentaram a manutenção dessa invisibilidade.

² Para mais informações sobre a historiografia das mulheres no Brasil, sugiro Matos (2013).

Deixando de lado por um momento as inúmeras diferenças metodológicas e temáticas que particularizam cada um destes (primeiros) estudos (sobre mulheres), destaco alguns pontos comuns que permitem aproximá-los. Em todos eles, registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política. Além disso, estes estudos estiveram voltados para fazer emergir um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior, do mundo masculino e regido por outra lógica e racionalidade. Todas estas historiadoras revelam uma aguda percepção do feminino e trazem enorme contribuição para a desconstrução das imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de vida racional e de decisões de peso. (RAGO, 1995, p. 83).

Em primeiro lugar, fica evidente que esse resgate, fundante de um novo discurso, manteve-se imerso na lógica colonial e inerte ao não pensar a importância da racialização das relações intra e intergêneros. Ademais, ainda que a inserção do gênero enquanto categoria analítica tenha ampliado a semântica para além das mulheres ao trazer uma perspectiva relacional, que leva em conta não só como se tornar mulher, mas também como o fazer sendo cerceada pela opressão masculina, também claudicou severamente ao partir de um viés eurocentrado e marcado pela branquidade. Em questão estava não apenas a mulher que é oprimida, mas também suas subjetividades, numa constituição societária que lhe dizia tudo sobre o não ser, sem lhe permitir visionar a possibilidade de estar.

A despeito das discussões entre as teóricas do feminismo em torno de uma definição precisa do gênero, é evidente a preocupação em evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, para trabalhar com relações e perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas. É nesse sentido que os novos estudos feministas se aproximam da história cultural. Com esta nova proposta metodológica, insiste-se em que consideremos as diferenças sexuais enquanto construções culturais, desmontando e sexualizando conceitualizações que fixam e enquadram os indivíduos, seus gestos, suas ações, suas condutas e representações. Negase, portanto, que se parta de uma ‘realidade objetiva’, em que os sujeitos localizados em classes sociais entrariam em cena segundo um procedimento metodológico homogeneizador e generalizante, que visa a estabelecer continuidades no emaranhar dos fatos, e que entende que interpretar significa recolher (e não atribuir) o sentido essencial ‘oculto’ na coisa. Além disso, propõe-se pensar as relações de gênero enquanto relações de poder, e nesse sentido a dominação não se localiza num ponto fixo, num ‘outro’ masculino, mas se constitui nos jogos relacionais e de linguagem. (RAGO, 1995, p. 88).

Num segundo aporte ressalto a cegueira semântica que perpassa a pesquisa historiográfica. Ainda que as metodologias oriundas dos estudos de gênero tenham oportunizado uma abertura de olhares a partir da perspectiva de como se organizam os poderes, perduram ainda as análises que insistem em apontar as relações de dominação, a opressão sexual e o patriarcalismo como elementos que afetam todas as mulheres, mesmo que essas estejam em diferentes lugares nas estruturas socioeconômico-históricas.

A raça fica mais uma vez de fora em função do privilégio das pesquisadoras brancas de não serem racializadas e, por conseguinte, não racializarem suas pesquisas. Essa opção metodológica tem efeitos nefandos sobre a produção acadêmica ao constituir as identidades de mulheres brancas desvinculadas das identidades de mulheres negras. Assim, jogam-se por terra quaisquer possibilidades de uma leitura de fato relacional das atuações destas na construção das narrativas históricas. Na base dessa orientação analítica está a idealização da identidade branca, ferramenta central para compreensão de como corpos brancos e não brancos estruturam suas interações. Ou seja, calar sobre isso obstaculiza severamente caminhos para um exercício historiográfico legítimo.

Há uma tendência [...] de considerar o racismo como ‘algo que tem a ver com a presença de pessoas negras’. Mas é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da ‘raça’. A racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque ‘branco’ é um significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo. É necessário, portanto, analisar que nos constroem como, digamos, ‘mulher branca’ ou ‘mulher negra’, como ‘homem branco’ ou ‘homem negro’. Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais. (BRAH, 2006, p. 345).

Assim se afigura uma questão flagrantemente ignorada por essas produções: a diferença entre homens e mulheres não é a única que invisibiliza, oprime e coíbe uma escrita da História comprometida com a diversidade dos protagonistas que a compõem. Essa leitura em muito se deve à anteriormente delineada cegueira que oportunizou a constituição de um contradiscurso antipatriarcal, antimachista, antissexista, criador de uma superidentidade feminina que se fixou como categoria epistêmica baseada no consenso de que, em todos os tempos e sob quaisquer condições, todas as mulheres tiveram como eixo privilegiado de enfrentamento a opressão sexual exercida pelos homens e o desejo da conquista da cidadania. O problema dessa pseudoinclusão é que ela deixou de fora dados centrais de análise para uma efetiva compreensão da mulher na história de sociedades

diaspóricas: a raça e a classe construídas pelo viés da tradição escravocrata e moldadas pela força implacável do colonialismo.

A centralidade da raça como eixo para uma historiografia de mulheres

A visceralidade dessa assunção liga-se diretamente à importância de estabelecer uma vinculação entre pesquisas historiográficas acerca de mulheres negras e à necessidade de as lermos como corpos diaspóricos, oriundos de um processo que marca a forçada introdução da população negra na sociedade brasileira, colocando frente a frente dois mundos numa hierarquização marcada pelo poder, pela violência e pela subjugação. Além disso, traz à tona a necessidade de compreender que é também da diáspora que nascem as matrizes de construção de subjetividades sobre as quais se ergueram as estratégias de aglutinação e resistência de mulheres negras ao longo da nossa história, tendo como eixo condutor as águas do Atlântico. Essa atlanticidade é aqui definida como um processo de constituição de existência forjado a partir de uma quadruplicidade basilar: tradição escravocrata, constituição identitária, exploração colonial e construção dos racismos. Oportuniza-se, assim, a possibilidade de olhar essas mulheres através de uma perspectiva delineada pela forma como suas memórias estão associadas a uma rede que lhes é anterior, como evidenciado por Beatriz Nascimento:

Mais como metáfora do que como uma generalização de uma concepção de um segmento étnico-cultural e religioso para todos(as) os africanos(as) e todos(as) os(as) negros(as), Beatriz burila o termo Ori, como relação *entre intelecto e memória, entre cabeça e corpo, entre pessoa e terra, correlação adequada para se interpretar numa única visada restauradora a desumanização do indivíduo negro e suas possibilidades de reconstrução de si, como parte de uma coletividade.* (RATTS, 2006, p. 61 – Grifos nossos).

Da desumanização oriunda da tradição escravocrata emana o silenciamento lacrado, marcado pelas políticas de negação que transformaram a questão da escravidão num tabu; das cozinhas ainda timidamente chega às salas, bem como demonstra a timidez das discussões acerca de seus efeitos sobre homens e mulheres. Inegável é que essa historicidade afetou sobremaneira as existências desses sujeitos, fazendo com que a constituição identitária se tornasse um capítulo complexo na escrita da história das mulheres negras.

Defendo que a ratificação dessa desumanização na historiografia esteja vinculada ao fato de que mulheres negras não foram lidas como mulheres até que começassem a escrever suas próprias histórias. A começar

pela própria conceituação do feminino em si excludente ao se conformar a definir exclusivamente mulheres brancas heterossexuais, obrigando a adjetivações várias. Dessa maneira, de formas periféricas, abriga mediante intermináveis reivindicações a inserção no feminino de outras formas: mulher negra, mulher indígena, mulher latina, só para exemplificar a longa lista das que ficam de fora. Nomear-se mulher para mulheres negras é um território em disputa por tangenciar o espaço tenso de uma identidade colonialmente inventada: a da mulher branca, essa sim pensada como modelar desde a gênese da História das Mulheres.

Parece que nosso lugar tá dado, posto na sociedade. É estrutural. Mulher preta é pobre; Mulher pobre é preta [...] com baixa escolaridade, ocupando a base da pirâmide no mercado de trabalho, pelo menos na sua maioria. Nesse ponto, recorro mais uma vez ao pensamento de Ângela Davis: ‘precisamos pensar o quanto o Racismo impede a mobilidade social da população negra’. Enquanto a faxina for preta, exclusiva das mulheres pretas, vamos ter que enfrentar esse desafio pós-moderno, colonizado – reafirmar a todo momento quem somos. E a pele preta ainda nos marca e nos mata na escala inferior da sociedade. No nosso caso, a história é diferente. O buraco é mais embaixo. Ou, parafraseando Lélia Gonzalez, ‘Cumé qui é’, por que é o Racismo que nos dilacera. (PIEADADE, 2017, online).

Exato. “Cumé qui é” que ainda se mantém esse silêncio colocado nas pesquisas sobre gênero que deixam a raça de fora e apontam para a reificação de uma única identidade feminina, a branca? A resposta nos leva de volta ao feminismo e às articulações dele com o silêncio racial, bem como à pactuação com as opressões de raça e classe. Importante evidenciar que a construção do feminismo é historicamente marcada pela presença de mulheres brancas que tomaram para si a alcunha de feministas. Ademais, é desse grupo, em grande parte, que nasceram as produções acerca de mulheres no Brasil. Daí a importância de pensar esse sujeito branco como ocupante de um espaço repleto de simbolismos no que se refere aos lugares e às possibilidades que lhe são acessíveis, originados e mantidos pelos privilégios da herança colonial.

Essas âncoras são fatores fundamentais quando se pensa na produção de uma escrita acadêmica sobre mulheres pretas, já que todo processo implica a desnaturalização dos lugares dados. Sendo assim, pesquisadoras brancas, produtoras das discussões sobre gênero, não estão imunes ao feitiço da branquidade. Além disso, suas pesquisas são marcadas por relações de poder intragênero que hierarquizam identidades e as essencializam a partir da assunção de que é possível pensar gênero à margem da raça.

Quando se considera que não há apenas diferenças entre as mulheres, mas relações de privilégio, torna-se difícil operar com o entendimento de que há alguma base comum a todas elas sem incorrer numa visão

naturalista, ancorada no sexo biológico. Ao mesmo tempo, a ideia de que haveria uma solidariedade decorrente do fato de ser mulher em sociedades nas quais o sexismo implica desvantagens para elas e vantagens para eles esbarra nas hierarquias entre as mulheres, com as formas alternativas de solidariedade (e, novamente, privilégio) a que correspondem. Na compreensão do gênero como construção que não se produz isoladamente, mas em diferenciações que se definem racialmente, as mulheres brancas são situadas em um polo de poder e de violência. (WERNECK, 2010, p. 11).

Brah (2006) já advertia sobre a impossibilidade de analisar de forma isolada as questões que afetam mulheres em cada uma das suas especificidades, mas também atenta para a ilusão perigosa trazida pela universalização simplificante, ressaltando a necessidade de tratar a pluralidade de subjetivação do feminino e suas expressões nas relações sociais pensando-as “como práticas discursivas não essencialistas e historicamente contingentes” (BRAH, 2006, p. 358).

Interseccionalidade: uma proposição epistemológica à história das mulheres

Para Harding (1996), os estudos feministas deveriam tomar para si a responsabilidade de fazer uma crítica perene às formas estabelecidas de conhecimento, pautadas pelo androcentrismo e, de forma concomitante, desenvolver reflexões que, geradas a partir de novas epistemologias, produzam de fato reflexões plurais. Ou seja, romper com isso implica romper com um modelo de racionalidade que abre mão das matrizes explicativas totalizantes e permita abrir caminho para se pensar em novas epistemologias que acessem histórias muito velhas.

Novas epistemologias para acessar velhas histórias. Atingir o inatingível perguntando à mulher como fazer para capturar memórias de dor e invisibilidade. Mas, antes de perguntar, é preciso encontrar essa mulher volátil, já que, segundo Werneck (2010), mulheres negras não existem, pois são construções fruto da articulação de heterogeneidades. Resultam de demandas históricas, políticas, culturais e de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, de expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Nessas esquinas sobrepostas, mulheres negras foram relegadas a um plano menor pela historiografia, ocupando no campo de pesquisas o mesmo lugar que lhes foi legado pela tradição escravocrata: o da subalternidade invisível. Aliadas e empurradas para as margens, permaneceram no limbo ou encarceradas pelas leituras estereotipadas, até que assumissem

o legado de escrever sua própria história, desenvolvendo uma epistemologia que desse conta da multiplicidade de suas trajetórias.

E foi das articulações dos movimentos de mulheres não brancas que Kimberlé Crenshaw (1991) pinçou e sintetizou ferramentas de pesquisa doravante batizadas de interseccionalidade. Embora não trouxesse nenhuma novidade nos processos de ativismo, a interseccionalidade permitiu a instrumentalização de uma nova perspectiva de análise que contempla as abordagens sobre a mulher, em especial a mulher negra. Apesar de já apresentada em elaborações anteriores, aparecia agora como um conceito, um método de pesquisa, forjado a partir da interação entre formas de opressão e o debate sobre de que forma ações e políticas específicas geram mecanismos que atuam com o objetivo de desempoderar mulheres negras.

Ao colocar uma lupa sobre mulheres negras, pensando-as a partir de sua subalternidade, em todos os espaços em que circulam, e em como viver nesses lugares gerou experiências e conhecimentos essenciais para a compreensão de questões sociais fundamentais sobre as identidades femininas, Kimberlé Crenshaw (1991) extraiu uma forma de analisar porque, para mulheres negras, tudo era tão inacessível. Identificando-se como feminista negra, ela abriu um nicho novo de análise, com uma epistemologia particular, que passou a adotar como cerne as relações entre experiência de mulheres negras e conhecimento interseccional.

Essa experiência não pode ser compreendida apenas a partir de sua condição de mulher, devendo-se considerar todos os sistemas de poder que afetam sinergicamente suas existências. Implícito ao conceito está a compreensão dos processos degradantes de subjetivação de mulheres, seus recortes de raça, sua ligação com a subalternidade e com a luta de mulheres negras, bem como com a formação de mulheres enquanto sujeitos políticos que reivindicam espaços de fala e instâncias de poder

Interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem. (AKOTIRENE, 2018, p. 33).

Rapidamente o conceito de interseccionalidade ganhou a simpatia de pesquisadores de gênero que viram nele uma panaceia para potencializar suas análises a partir de generalizações do uso, despido de sua motriz primeira: a que define que a interseccionalidade implica ação política, seja nas elaborações teóricas, seja na atuação em movimentos sociais, algo ainda incompreensível à grande maioria de pesquisadores que se apropriam do termo.

Instala-se assim uma segunda forma de invisibilizar mulheres negras na produção historiográfica, pois, descolada de sua perspectiva social, a interseccionalidade vem sendo abraçada por diversas áreas como um

projeto de conhecimento de grande aceitação acadêmica. Dessa maneira, dá oportunidade a pesquisadores de gênero, que antes caminhavam separados em suas áreas estanques, para que pudessem contrastar os estudos sobre mulheres nas disciplinas distintas e usar suas conclusões em produções que, como autoafirmado, se apoiam nas análises interseccionais para explicar seus resultados. Essa migração do movimento social para a perspectiva acadêmica permite ao interseccional se manter afirmando-se efetivamente interseccional? Depende de quem e de como a usa. Patrícia Hill levantou essa questão indagando o que se perdeu na tradução:

O que sobreviveu na migração do feminismo negro para a academia e seu recondicionamento como uma cada vez mais legítima interseccionalidade? De que forma os vínculos da interseccionalidade com a política emancipatória foram renegociados, em sua pesquisa crítica e suas práxis, em resposta às normas acadêmicas, tantas vezes anti-téticas? O que se perdeu na tradução? Muitos temas são alimento para o pensar. [...] há uma diferença entre acreditar nos princípios éticos como um suporte para a igualdade de agir segundo eles. A ética está no cerne do feminismo negro, cuja razão de ser consiste em dismantelar as injustiças sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, que produzem desigualdades sociais nas experiências das mulheres de cor. (COLLINS, 2017, p.14).

Parida do intelecto e da experiência de mulheres negras, a interseccionalidade foi transformada em ferramenta epistêmica da academia engessada, embranquecida, eurocentrada e pasteurizada em toda sua potência para pensar a mudança. Pesquisadores fizeram vista grossa ao fato de que o conceito está diretamente ligado à questão racial e passaram a utilizá-lo para analisar corpos que usufruem dos benefícios da exploração de outros. Interseccionalidade não é uma chave universal que serve para dar visibilidade a sujeitos de pesquisa até então ignorados ou parcialmente analisados. Ela é uma operação potente nascida ao refutar o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual.

Enquanto ferramenta de pesquisa, portanto, a interseccionalidade envolve uma orientação para estudos que consigam desenhar narrativas apoiadas na percepção de que as pessoas não são fragmentadas e essencializadas por situações particulares. Ou seja, implica a necessidade de enxergar que as opressões as atingem de modo combinado, coexistindo e reforçando-se mutuamente na produção das desigualdades sociais. Assim, obriga-se o historiador a analisar essas opressões numa perspectiva temporal que utilize como pistas as expressões que carrega e os efeitos que produz, tendo a raça como horizonte primeiro. A isso soma-se a necessidade da adoção de metodologias que alcem desvendar em suas leituras as

configurações de diferenciações sociais e de possíveis desigualdades em termos contextualizados histórica e culturalmente.

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz e opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2018, p. 43).

Sem a raça, a interseccionalidade, nascida para sistematizar o “conhecimento situado de mulheres negras como instrumento normativo [...] como uma sensibilidade hermenêutica no campo da teoria crítica feminista de raça” (AKOTIRENE, 2018, p. 45), acaba esvaziada. Transformada em modinha acadêmica, é apropriada por pesquisadoras eivadas de branquitude e completamente incapazes de entender sua potência em catapultar mulheres não brancas para espaços de protagonismo que culminem, de fato, em políticas de reversão da ótica colonial. Não há nenhuma brecha para uso do conceito que se afaste da compreensão de suas interrelações com a geografia da colonialidade, que serviu de base modelar para enquadrar identidades a partir da lógica do capital que referendou as violências perpetradas ao continente africano.

A estruturação da semântica da interseccionalidade é fruto das lutas das mulheres negras, e isso é insuportável e incompreensível a identidades e corpos que são perpassados por privilégios, sejam esses de raça, classe ou gênero. A passividade das esquinas deve ser substituída pelas colisões violentas, pelos encontros abruptos e pelas violações impostas para que se alcance a forma como o interseccional se elabora.

[...] prefiro as metáforas de acidentes para a aplicação prática da interseccionalidade. Opto ‘amefricanizar’ a retórica análoga à Lélia Gonzalez, usando a encruzilhada como o lugar multideterminado dos trânsitos de raça, classe, gênero, sexualidade, fluxos e sobreposições de acidentes identitários. As mulheres negras são frequentemente vitimadas por estarem mais vezes posicionadas nas avenidas da diferença, interdependência e interação estruturais. Inevitavelmente, o socorro político da cosmovisão ocidental agrava o estado social duma vítima enxergada diferente da mulher universal e os seus sentidos de humanidade sequer serem auferidos. A mulher negra na avenida do acidente não pode contar com a assistência feminista, pois que a raça retira as condições do socorro, as ferramentas trazidas são brancocêntricas. Por sua vez, o socorro do movimento antirracista vem à procura da raça, ao se deparar com gênero desconsidera a multidimensionalidade do acidente e da vítima mulher. De tal modo, mulher negra gendrificada, é quem produz, sozinha, as condições

ancestrais de se levantar contra os impactos coloniais, políticos e jurídicos. (AKOTIRENE, 2019, online)

Definição, teoria, ferramenta metodológica ou heurística: pesquisadores que abracem a interseccionalidade necessitam atentar para a centralidade da análise das relações de poder intrínsecas a ela. Mais uma vez, intelectuais negras avançaram nessa discussão deixando evidente a inexistência de uma solidariedade intragênero e apontando o dedo para as inúmeras diferenças e desigualdades entre mulheres de distintos lugares sociais, experiências religiosas, pertença racial, orientação sexual e de classe, todas oriundas de uma percepção aguda: mulheres brancas jamais pariram amarradas a um tronco para que sua prole reproduzisse as relações do capital. Essa radiografia revelou a multiplicidade de identidades femininas e de ações políticas a elas vinculadas. Além disso, conseguiram trazer à tona as diversas formas de opressão impostas por mulheres brancas a mulheres negras, cuja submissão foi, em diversos momentos históricos, ferramenta de libertação para as primeiras, pois

de nada adianta intelectuais defenderem a descolonização do feminismo sem legitimar negrura perspectivista em nível psíquico, cognitivo, e espiritual das epistemes. O conceito de interseccionalidade está em disputa acadêmica, há saqueamento de riqueza conceitual e apropriação do território discursivo feminista negro para feminismo interseccional, retirando o paradigma afrocêntrico. A proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado do racismo e do capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico. (AKOTIRENE, 2018, p. 38).

Considerações finais

Da experiência acadêmica e empírica de pesquisadoras pioneiras, podemos tirar alguns parâmetros norteadores para um horizonte metodológico acerca de mulheres negras numa perspectiva interseccional originalmente afrocêntrica. Num prisma primeiro, acredito ser necessário abrir mão do pensar mulher na singularidade e aprofundar o significado do termo enquanto categoria polissêmica, complexa e tensa em suas disputas intestinas, perpassada por variáveis identitárias, temporais e territoriais que interferem em suas possibilidades de protagonismo. Isso implica rastrear como essas mulheres veem o mundo; ademais, a forma com que são vistas e expectadas impacta em seus pontos de vista e em suas construções de narrativas.

Nem nova, nem fechada, nem unívoca, a interseccionalidade colocou em pauta a complexidade do fato de que são muitas as possibili-

dades de pensar e usar as lentes oferecidas por esse conceito para pensar a historiografia das mulheres, exatamente porque mulheres não se constituem num bloco sólido e homogêneo. Desafia assim a um pensar que resulte em uma análise perpassada pela complexidade de compreender como diferentes mulheres lidaram com o desafio de alcançar visibilidade e protagonismo em diferentes contextos sociopolíticos.

Se mulher é um objeto múltiplo, situá-la nas colisões que a atropelam faz-se essencial para compreender que vetores de exclusão recaem sobre ela, analisando ao mesmo tempo como é feita a distribuição de poder na sociotemporalidade em que ela se insere, como também para pensar quais construções discursivas são feitas sobre ela, quem as produz, e se e como essas mulheres são afetadas pela marginalização econômica e racial.

Isso envolve investigar como se constroem os discursos que organizam e validam as opressões e articulam subalternidades, bem como de que forma as vozes subalternas constroem contranarrativas a partir desses discursos. Implica um esforço de não cair na armadilha de acabar reproduzindo em nossas pesquisas as perspectivas que investigamos, usando como ponto de partida análises que tratam as categorias como fechadas, deslegitimando sua fluidez e as mudanças nas representações sociais. “De pronto a interseccionalidade sugere que a raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica. Raça é a maneira como a classe é vivida” (AKOTIRENE, 2019, p. 32).

Então, se a interseccionalidade tem como veio mais fértil as articulações entre raça, classe e gênero, e se sua origem está ligada aos movimentos sociais, proponho pensar que a interseccionalidade é um termo também historicizado uma vez que oculta variáveis analíticas que devem ser levadas em conta na medida em que fareja o fluido e o transitório. Uma tarefa de peso se assoma nesse fazer epistêmico, ressignificado pela urgência de atentarmos para a necessidade da elaboração de narrativas que se constroem a partir de diálogos pautados pela escuta das falas subalternas e atravessados por reflexões que nos oportunizem enxergar a capacidade reflexiva, de diálogo, agência e resistência que jorra desses espaços de opressão, bem como sua contribuição na desestabilização das falas hegemônicas (HOOKS, 2019).

Temos posto um dilema que se coloca em diversas camadas: o desafio de tecer uma história das mulheres que entrelace a construção de subjetividades negras numa sociedade diaspórica, frente a estereótipos degradantes que desembocam em narrativas distorcidas, precarizadas ou inexistentes, marcadas pelo racismo, pelo sexismo, pelo colonialismo e pela branquitude, na busca de uma história de mulheres, de fato, plurais.

Referências

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AKOTIRENE, C. *Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade*. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaoferramenta-anticolonial-poderosa-os-30-anos-de-interseccionalidade/>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRAH, A. *Diferença, diversidade, diferenciação*. 2006. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

COLLINS, P. H. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. 2017. Disponível em: <http://revistas eletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 32, n. 6, 1991.

HARDING, S. *Ciência y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

HOOKS, B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

MATOS, M. I. S. de M. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Revista Mandrágora*, São Paulo, v. 19, n. 19, 2013.

PIEDEDE, V. *A cor da faxina no Brasil*. Disponível em: <http://www.justicadesaia.com.br/a-cor-da-faxina-no-brasil/>. Acesso: em 28 jul. 2018.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Z. L. (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Unesp, 1995.

RATTS, A. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kwanza, 2006.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2010.

DOI: 10.12957/rep.2021.56086

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 02 de julho de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

As mulheres católicas e as origens do Serviço Social: o caso do Instituto Social do Rio de Janeiro (1937-1947)*

Catholic women and the origins of social work: the case of the Rio de Janeiro's Instituto Social (1937-1947)

Ana Paula Vosne Martins*

Resumo – O artigo trata das origens religiosas e conservadoras do Serviço Social e da agência das mulheres católicas na organização da ação social e das escolas de educação familiar e doméstica. A primeira parte do artigo aborda as relações entre o catolicismo e o engajamento feminino na ação social. Na segunda parte o foco se volta para as religiosas da Sociedade das Filhas do Coração de Maria e para Stella de Faro, liderança da Ação Católica Brasileira, na criação da primeira escola católica de Serviço Social do Rio de Janeiro, o Instituto Social.

Palavras-chave: catolicismo; conservadorismo; mulheres; ação social; Serviço Social

Abstract – The article discusses the conservative and religious origins of social work and the agency of Catholic women in the organization of social action and schools of domestic and family education. The first part of the article discusses the relations between Catholicism and feminine engagement in social action. In the second part, the focus switches to religious women of the Society of the Daughters of the Heart of Mary and Stella de Faro, leader of the Ação Católica Brasileira (Brazilian Catholic Action), in the creation of Rio de Janeiro's first Catholic school of social work, Instituto Social.

Keywords: Catholicism; conservatism; women; social action; social work.

* Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo CNPq como bolsista de produtividade.

** Doutora em História pela Unicamp, com pós-doutorado na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ e na Universidade Federal Fluminense. É professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero nesta universidade. É bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: ana_martins@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1715-1599>.

Em 1937 foi fundado na cidade do Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social, segunda escola católica de formação de assistentes sociais e educadoras familiares no Brasil. Há referências sobre as primeiras escolas católicas em publicações de pesquisadoras do Serviço Social, geralmente a respeito da história da organização do ensino e de suas diretrizes doutrinárias, teóricas e metodológicas, bem como algumas informações mais pontuais a respeito dos promotores daquelas iniciativas (LIMA, 1983; BACKX, 1993; MESTRINER, 2005; MACHADO, 2015).

Compreende-se que a abordagem destes e de outros trabalhos seja no sentido de explicar o contexto histórico da criação das escolas e da organização do ensino do Serviço Social, razão pela qual não tiveram como objetivo produzir uma análise histórica mais específica que articulasse o nível político-ideológico com as trajetórias e as inter-relações dos diferentes atores envolvidos com as origens do Serviço Social no Brasil. Mesmo um trabalho mais específico e de alta qualidade sobre o Instituto Social, como a dissertação de mestrado de Sheila S. Backx (1993), não se deteve nos atores, mas sim nas orientações doutrinárias e teóricas transmitidas pela escola, ao analisar os trabalhos de conclusão de curso entre as décadas de 1940 e 1950.

Este artigo apresenta uma proposta de análise que vai em outra direção. Propõe uma análise histórica das origens do Serviço Social que privilegia duas dimensões pouco ou escassamente presentes não só nos estudos da área, mas igualmente na história das mulheres: a religião e a agência feminina conservadora.

Os estudos sobre a história das mulheres e a religião foram marcados pelo enfoque na suspeição e no controle do corpo feminino e da sexualidade, ou então pela discussão sobre as formas de opressão e subordinação feminina por parte de uma instituição hierárquica e masculina como a Igreja Católica (BROWN, 1990; FOUILLOUX, 1995; RANKE-HEINEMANN, 1996). Mais recentemente as abordagens históricas têm privilegiado a agência religiosa feminina, entendida como a capacidade de ação, escolhas, projetos, adequação e margens de criação por parte das mulheres, mesmo em situações de subordinação e de dominação, afinal estas situações nem sempre são restritivas ou impeditivas de protagonismo e de fortalecimento das mulheres em suas comunidades religiosas (SARTI, 1984; FAYET-Scribe, 1990; KANE, 1991; GIORGIO, 1994; FOUILLOUX, 1995; COVA, 2000; CLARK, 2004; MAHMOOD, 2005; DELLA SUDDA, 2007; COVA; DUMONS, 2010; DAWES, 2011).

Permanecendo no campo religioso católico, tendo em vista a contribuição historiográfica internacional significativa sobre as mulheres protestantes, nota-se uma constante na historiografia feminista que é o pouco interesse não só pelas mulheres conservadoras, mas por suas alianças devocionais e políticas com a Igreja Católica. A análise proposta neste artigo se alinha às reflexões desenvolvidas por pesquisadoras como Della Sudda

(2007), para as católicas, e Mahmood (2005), para as muçulmanas, a respeito da agência feminina conservadora ou, mais adequadamente, dos paradoxos do conservadorismo feminino, seja pela militância religiosa e política, seja pela afirmação de um lugar de ação para as mulheres sem subversão das hierarquias e das relações de poder. Procura-se entender as margens de ação de mulheres católicas – laicas e religiosas –, reveladoras de seu alinhamento incontestado com a doutrina e as orientações da Igreja a respeito do papel que os católicos – homens e mulheres – deveriam desempenhar no mundo, no sentido de recuperar seu poder, e a unidade de sua direção espiritual e temporal.

Para tanto o foco da análise se ajusta para a agência feminina num terreno fundamental para o catolicismo desde meados do século XIX, que foi a delimitação da “questão social” e de seus inúmeros “remédios”, entre eles a educação e a intervenção social no sentido de correção e de ajuste do que então se denominava “males sociais”, advindos das profundas transformações econômicas e sociais do capitalismo industrial e que afetaram de forma mais contundente as famílias das classes trabalhadoras. A partir das diretrizes formuladas pela teoria do catolicismo social ao longo do século XIX e sistematizadas pela encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 1891, foram organizadas diversas associações e iniciativas de educação e intervenção social, sendo o Serviço Social uma delas, tanto como conhecimento dos problemas sociais, e também como profissão a ser exercida ideal e preferencialmente por mulheres.

A partir da criação de escolas católicas de Serviço Social, como foi o Instituto de Educação Familiar e Social do Rio de Janeiro, a primeira parte do artigo tem como objeto de análise a organização dessas escolas no cenário europeu à luz dos valores e princípios norteadores do catolicismo social, bem como a atuação feminina laica e religiosa. Na segunda parte a análise se direciona para o papel desempenhado pela congregação feminina Sociedade das Filhas do Coração de Maria, tanto na mobilização da militância católica internacional, como também na educação social, com destaque para o protagonismo da primeira Filha do Coração de Maria do Brasil, a liderança feminina da Ação Católica Brasileira, Stella de Faro (1888-1972), não apenas idealizadora, mas também uma das fundadoras e diretora do Instituto Social do Rio de Janeiro, como passou a ser denominado a partir de 1939.

A ação social feminina

Entre 1898 e 1899 o intelectual católico francês Max Turmann (1866-1943) ministrou conferências no Collège Libre des Sciences Sociales, em Paris, onde era professor de Ciências Políticas e Econômicas. Definido por Lanfrey (1987) como um democrata cristão, Turmann representa bem

o católico militante que já se apresenta no século XIX como um combatente da causa da Igreja e da fé católica no mundo, desempenhando seu papel intelectual como divulgador da doutrina e principalmente dos princípios norteadores do catolicismo social. Suas publicações demonstram como se tornou um especialista nas questões sociais, abrangendo temas como sindicalismo, direitos dos operários, associativismo agrícola, patronatos para a juventude, educação popular e ação social das mulheres católicas.

Naquelas conferências, que depois foram publicadas em livro (TURMANN, 1900), explicava que o catolicismo social era uma doutrina sustentada no Evangelho para enfrentar os problemas decorrentes das transformações sociais e econômicas do mundo moderno e também uma resposta ao coletivismo revolucionário e à organização dos sindicatos socialistas. O interesse da Igreja pelas múltiplas facetas da questão social demonstrava, segundo Turmann, como esta não se encontrava isolada, muito menos distante da realidade do mundo. Sob a orientação das encíclicas papais e dos bispos, os católicos de diferentes países se empenhavam em conhecer e estudar os problemas sociais mais urgentes, propor soluções e se dedicar à sua execução, tanto por meio de iniciativas mais antigas, como obras de caridade, quanto pela criação de novas instituições que respondessem às urgências do tempo, entre elas a educação de crianças e jovens, o apoio às famílias dos trabalhadores e a orientação cristã na organização sindical dos trabalhadores.

Nesse livro ele traça as origens históricas do catolicismo social, remontando à década 1840 na Alemanha e às décadas de 1860 e 1870 na França. O envolvimento de clérigos e de leigos na defesa dos direitos dos trabalhadores fez parte não só da aproximação dos católicos com o mundo do trabalho, mas igualmente do envolvimento com a política e a proposição de leis protetoras dos trabalhadores. Ao mesmo tempo esse movimento social dos católicos resultou num amplo conjunto de estudos produzidos especialmente por leigos, como o próprio Turmann, sobre os problemas sociais, o que deu origem ao pensamento social católico que, segundo o autor, desaguou na *Rerum Novarum*.

Inicialmente o movimento foi orientado mais para a organização dos trabalhadores, ou do sindicalismo cristão, em oposição ao sindicalismo socialista, como atestam várias publicações e organizações, entre elas a Ação Popular, na Bélgica e na França, cujas atividades foram iniciadas em 1903 sob a orientação dos jesuítas (DROULERS, 1981). O movimento católico estava representado também nos parlamentos da Holanda, Alemanha, Áustria, França, Suíça, Bélgica, além de oradores bem preparados e pessoas envolvidas em obras sociais católicas em vários lugares do mundo. Turmann se refere também à imprensa católica como importante instrumento de divulgação das ideias sobre o movimento social, trazendo uma longa lista de revistas e jornais católicos por país (TURMANN, 1900, p. 19-20).

Mas o catolicismo social não se restringiu à organização dos trabalhadores. Outros dois campos importantes foram a educação popular, com destaque para as crianças e os adolescentes, e a família dos trabalhadores por meio da orientação e da educação das mulheres no seu papel de esposas e mães. Assim, observa-se que a frente da ação social não era homogênea: num sentido mais político a ação social era masculina, praticada por homens de elite para homens das classes populares e para a própria organização dos laicos; mas se esperava que as mulheres católicas também participassem da ação social, que elas irrissem esse vasto campo com a sua larga experiência nas obras de caridade e com sua notória benevolência celebrizada pelas vidas de santas, mas igualmente pela ação de muitas mulheres de elite que patrocinaram obras voltadas para o atendimento aos pobres, aos doentes e às crianças (MARTINS, 2013).

A participação das mulheres na vida religiosa foi intensa e crescente ao longo de todo o século XIX, sendo um forte apoio ao movimento restaurador da Igreja Católica, tanto pelas práticas devocionais, quanto pela histórica adesão às obras de caridade. No entanto, o clero e os laicos envolvidos com a ação social reconheceram que para além da piedade as mulheres tinham um conhecimento social prático, bem como uma capacidade organizativa que não poderiam ser negligenciados pelo movimento de reconquista social e religiosa do catolicismo. Foi este reconhecimento que motivou homens como Max Turmann e tantos outros intelectuais do fim do século XIX a incentivar as mulheres a se engajarem na ação social católica. Não é coincidência que um dos primeiros livros de Turmann publicados no início do século XX tivesse como título *Iniciativas Femininas*, no qual ele reconhece a importância das obras sociais femininas e estimula o envolvimento das mulheres de elite na organização e na educação das mulheres das classes trabalhadoras, como suas mestras e orientadoras. Surgia, portanto, no fim do século XIX, a ação social feminina católica (TURMANN, 1905).

Essa participação feminina era bastante abrangente e variava de país para país, dependendo das necessidades que se apresentavam como mais urgentes. Retomando o citado livro de Turmann, de 1905, a atuação do movimento feminino católico em diferentes países se dava em obras para a educação de crianças e de jovens moças trabalhadoras, educação religiosa nas paróquias, educação popular em comunidades rurais, educação doméstica para as mulheres pobres e donas de casa, obras de assistência e proteção às mães e às crianças pobres, criação de jardins de infância, colônias de férias para filhos de trabalhadores e proteção à moça trabalhadora, com o fornecimento de apoio moral, material, espiritual e de prevenção à prostituição.¹

¹ Em 1896 foi criada em Friburgo, na Suíça, a *Obra católica de proteção à moça* por Susanne de Montenach e Louise de Reynold, representantes da aristocracia católica. Buscava dar amparo material e espiritual às jovens suíças trabalhadoras, mesmo as que emigraram em busca de trabalho. Tornou-se a Associação Internacional Católica de Proteção à Moça, apoiada pelo episcopado suíço e da Santa Sé (MEUWLY-GALLEY, 1998).

A ação social feminina se concentrava em duas importantes frentes: a educação e a assistência social, sendo que em algumas obras as duas frentes eram indissociáveis, como a educação social e doméstica para as mulheres pobres. Desde as últimas três décadas do século XIX começaram a ser criadas escolas domésticas em diferentes países europeus visando à educação das mulheres trabalhadoras com o objetivo de que permanecessem em seus lares a desempenhar com conhecimento seu papel de esposa e de mãe (ROLL, 2009). Mulheres da aristocracia e da burguesia urbana e rural se engajaram nessa ação educativa formando escolas e escrevendo sobre o assunto, como demonstraram Eliane Gubin (2002) e Sandrine Roll (2009). Cabe destacar que escolas desse tipo foram espaços de formação para mulheres das classes trabalhadoras, mas também para as mulheres da burguesia, como foi o caso da Escola Normal Social, fundada em 1911, em Paris, por uma aristocrata, Madame Butillard. Foi uma escola de formação para mulheres de elite que desejavam ter acesso aos mais recentes conhecimentos sobre a economia doméstica e os problemas sociais, bem como foi uma escola para formar as “propagandistas”, como eram chamadas as jovens mulheres das classes populares que deveriam inculcar os conhecimentos técnicos e a espiritualidade cristã adquiridos na escola social nos meios populares onde viviam, conforme a parábola de Jesus sobre o fermento presente em Mateus 13:33 e Lucas 13:21. Depois de 1920 a Escola Normal Social passou a ser um centro de formação de assistentes sociais (PIERRARD, 1988).

Também em Paris foi criado em 1916 o Instituto Social, Familiar e de Economia Doméstica, uma escola idealizada pelo Arcebispo de Paris, Leon Adolphe Amette, que solicitou à congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria que dirigisse a escola.² Na Bélgica foi criada em 1920 a Escola Católica Feminina de Bruxelas, nos mesmos moldes das escolas francesas, dirigida pelas lideranças laicas católicas Victoire Campe e Maria Baers. Também voltada para a formação doméstica, a Escola Normal Social, que contava com o apoio irrestrito do Cardeal Mercier, Arcebispo de Bruxelas, tornou-se uma das escolas de Serviço Social mais importantes da Bélgica (ZELIS, 2001).

Esta cronologia da educação doméstica e social na França e na Bélgica é importante para compreender uma experiência que serviu de modelo na atuação das mulheres católicas brasileiras no processo de criação das escolas de Serviço Social no Brasil, em particular o Instituto Social do Rio de Janeiro. É importante lembrar que houve uma forte orientação laica nas origens da educação e da profissão do Serviço Social nos Estados Unidos e em outros países europeus, que teve influência nas escolas de serviço social brasileiras, influência mais conhecida pela bibliografia especializada, mas neste artigo o enfoque é sobre as origens religiosas da profissão (WAL-

² Informações disponíveis em: www.cloriviere.paris/isc/. Acesso em: 10 fev. 2019.

KOWITZ, 1990). Assim, cabe ainda entender a relação entre a ação social e a militância católica feminina. Tendo em vista a extensão desse tema, o destaque será na atuação das religiosas da Sociedade das Filhas do Coração de Maria, que tiveram um papel fundamental na criação do Instituto Social, praticamente desconhecido pela bibliografia sobre o Serviço Social e sobre a história das mulheres.

Essa congregação foi criada no fim do século XVIII pelo padre jesuíta Pierre-Joseph de Clorivière (1735-1820) com a participação devota da aristocrata Adélaïde-Marie Champion de Cicé (1749-1818) com a finalidade de preservar a vida religiosa consagrada no contexto da Revolução Francesa. Essa congregação foi criada para que as religiosas pudessem atuar no mundo sem encontrar obstáculos e perseguições; assim, no Estatuto de 1828 se encontram bem definidas as suas regras: não haver nenhum sinal exterior que distinga as religiosas das mulheres laicas, ou seja, não usariam hábito religioso; não era necessário mudar seu gênero de vida e nem deixar sua família, portanto não viveriam numa casa religiosa ou convento. Podiam ser de qualquer origem social, contanto que fosse compatível com a prática dos conselhos evangélicos, das regras e dos deveres da Sociedade. No mais deviam fazer os votos de castidade, de obediência e de pobreza, sendo que a respeito deste cada uma poderia conservar o que recebesse de suas famílias, mas não poderia aumentar sua riqueza ou herança por apego excessivo às coisas materiais (ESTATUTO, 1828).

Ao longo do século XIX elas se dedicaram à educação de meninas e se mantiveram sob a direção espiritual dos jesuítas, mas a partir do fim do século passaram a ter um novo e destacado papel na ação social católica, particularmente na organização do movimento feminino católico internacional. Por ser uma congregação presente em vários países, com quadros formados por uma sólida educação religiosa e intelectual, mas também por estarem protegidas das investidas políticas anticlericais em países repúblicanos e liberais, afinal não portavam nenhum sinal exterior de que eram religiosas, as Filhas do Coração de Maria tinham uma capacidade de mobilização e de inserção nos movimentos católicos laicos que outras congregações que atuavam no mundo social não tinham. A partir do começo do século XX as Filhas do Coração de Maria se engajaram fortemente na ação social e na organização do movimento católico feminino, participando da criação de importantes organizações de massa na França e na Itália e na criação da primeira organização internacional de mulheres católicas, a Federação Internacional das Ligas Católicas Femininas, em 1910, e posteriormente na Ação Católica (DELLA SUDDA, 2007).

Uma destacada Filha do Coração de Maria esteve no Brasil em 1932 a convite do Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, para ministrar um curso preparatório da Ação Católica para as mulheres que atuavam nas organizações, tendo em vista que Dom Leme vinha imprimindo uma direção firme de organização do laicato desde o começo da década

de 1920, com a criação da Confederação Católica, um experimento do que viria a ser a Ação Católica Brasileira, criada em 1935 pelo então Cardeal Leme.³ Christine de Hemptinne (1895-1984) nasceu em uma família da nobreza belga e teve uma educação privada de alta qualidade. Muito católica, desde jovem se dedicava às obras de caridade em sua cidade natal, Gand, atuando como enfermeira no atendimento aos soldados feridos durante a Primeira Guerra Mundial num hospital improvisado na propriedade da família. Em 1918 ela entrou para a Sociedade das Filhas do Coração de Maria e se envolveu intensamente com a ação social nos bairros operários de Gand e com a educação religiosa de crianças e adolescentes. Em 1924 o Cardeal Mercier, de Bruxelas, encarregou-a da Ação Católica da Juventude Feminina Belga, a primeira organização da Ação Católica naquele país, participando como representante das Mulheres Católicas Belgas na União Internacional das Ligas Católicas Femininas, nome que passou a ter a organização criada em 1910, a Federação Internacional das Ligas Católicas Femininas (GUBIN *et al.*, 2006). A partir da década de 1920 Christinne passou a ser um nome reconhecido internacionalmente na organização da juventude feminina católica e este foi o motivo pelo qual veio ao Brasil. Cabe destacar que foi a partir deste curso ministrado por Hemptinne que Dom Leme decidiu criar no Brasil a primeira organização da Ação Católica, a Juventude Feminina Católica, seguindo a mesma decisão de Mercier na Bélgica.

Naquele mesmo ano de 1932 a importante liderança feminina católica brasileira, Stella de Faro, viajava a Paris para participar do congresso da União Internacional das Ligas Católicas Femininas e iniciava seu noviciado na Sociedade das Filhas do Coração de Maria, fazendo seus votos alguns anos depois no Brasil, quando a congregação se instalou no Rio de Janeiro, sendo Stella de Faro a primeira Filha do Coração de Maria do Brasil.⁴ A partir dessa decisão que começara a amadurecer desde 1925, segundo informações biográficas, e do comprometimento de Dom Leme com a ação social católica, é que se cruzaram os caminhos da congregação, da militância católica feminina e do Instituto Social do Rio de Janeiro.

Uma escola feminina de educação social e familiar

Stella de Faro foi uma militante católica de primeira linha. Oriunda de uma família da nobreza imperial e muito católica, há registros de sua devoção e participação em organizações religiosas desde muito jovem,

³ Vieram duas religiosas, Christinne de Hemptinne e Jeanne Putzeys, com a intenção de também sondar se haveria candidatas brasileiras para ingressar na congregação. Acervo do Instituto Social de Curitiba, Biografia de Stella de Faro, documento datilografado, s.d.

⁴ Seus votos foram realizados em 1938 na presença de três Filhas do Coração de Maria que se encontravam no Brasil e dos padres jesuítas Marcelo Renaud e Leonel Franca, na capela da Congregação, numa residência em Botafogo. Acervo do Instituto Social de Curitiba, Biografia de Stella de Faro, documento datilografado, s.d.

tendo ingressado na Pia União das Filhas de Maria quando passou a frequentar o Colégio de Sion em Petrópolis a partir de 1904. Na imprensa carioca também há vários registros de sua militância, tanto na imprensa laica, quanto na imprensa católica, para a qual colaborou intensamente em jornais como *A Cruz* e *A União*, além de ter sido editora por muitos anos da *Revista do Apostolado das Filhas de Maria* desde 1912. Formada pela orientação doutrinal da restauração católica ultramontana, os escritos de Stella revelam sua adesão incondicional à ação católica, demonstrada pelas muitas organizações das quais participou sempre como líder, tendo sido uma pessoa da confiança de Dom Sebastião Leme. Ele a convidou para organizar e dirigir a Associação das Senhoras Brasileiras, criada em 1920, uma organização católica de formação, proteção e apoio às jovens trabalhadoras, mas principalmente para liderar a seção feminina da Ação Católica Brasileira, ao lado de seu amigo Alceu Amoroso Lima, responsável pela seção masculina (MESQUIDA, 2009; MARTINS, 2016).

Sua origem social de elite e a inserção nos meios católicos devocionais e intelectuais do Rio de Janeiro criaram as condições propícias para Stella colocar em prática muitas de suas ideias a respeito das mulheres. Ela sempre adotou um discurso conservador e bem alinhado às orientações clericais a respeito do lugar social das mulheres, a saber, a família e a maternidade. Contudo, um dos paradoxos do conservadorismo católico à época é que ao mesmo tempo em que reforçava as hierarquias de gênero, dava oportunidade para algumas mulheres, como Stella e suas colegas belgas e francesas, de atuar no mundo, de exercer atividades públicas e manifestar suas ideias por meio da palavra falada e escrita, terrenos quase exclusivamente masculinos e que foram ocupados por muitas mulheres católicas naquele tempo.

Para Stella as mulheres deveriam seguir rigorosamente as orientações religiosas cristãs, obedecer e se submeter à autoridade clerical e principalmente agir de acordo com a moralidade católica de forma a ter uma conduta exemplar na família, na Igreja e na sociedade. Apesar desse discurso tão conformista e obediente à ordem e à autoridade masculinas, para Stella os limites das mulheres não estavam restritos à família e às práticas devocionais exclusivamente, embora as valorizasse muito como manifestações da correção e adequação femininas. Seguindo uma orientação corrente no pensamento e nas publicações católicas que ela conhecia bem, a ação das mulheres deveria ir além dos seus lares, das igrejas e das associações de piedade e caridade. Elas deveriam ser o fermento, o sal, a força mobilizadora e animadora do élan cristão e compor a frente de batalha na defesa da fé e da Igreja Católica, de acordo com os discursos militantes da época.

Tal expectativa não era pouco para as boas mulheres católicas e exigia preparação. Stella procurou ao longo de sua vida atender a este chamado à causa de uma forma bastante discreta e modesta, como se esperava

de uma Filha do Coração de Maria. Talvez esteja aí a resposta para as poucas e fragmentadas informações a respeito da vida de Stella de Faro, inclusive as raras fotografias que dela permaneceram, nas quais é possível notar sua disposição corporal contida, esboço de sorriso, olhar sereno e roupas muito discretas. É importante lembrar que Stella queria entrar para a vida religiosa desde os tempos de juventude no Colégio de Sion, mas por motivos familiares adiou esta decisão. No entanto, a obediência, a modéstia e a piedade de Stella de Faro não foram impedimentos para a sua ação no mundo e a capacidade que demonstrou de tecer relações de amizade, de confiança e de respeito, obtendo visibilidade para todas as causas às quais se dedicou, entre elas a educação das jovens mulheres.

Ainda muito jovem Stella participou do Segundo Congresso Católico Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1908, e como uma boa militante apresentou a tese intitulada *Escolas Populares de Economia Doméstica*, que foi aprovada pelos organizadores (FARO, 1908). Stella já conhecia as iniciativas europeias para a educação popular e feminina, a educação doméstica. Para ela a economia doméstica era uma ciência que envolvia todos os elementos da vida cotidiana, importante para todas as mulheres, independentemente de sua classe social, mas em especial para as mulheres do povo. A tese permaneceu no papel, mas, com a criação da Associação das Senhoras Brasileiras (ASB), ela começou a colocar em prática suas ideias de educação feminina popular.

A ASB oferecia cursos para as moças de famílias mais pobres e que precisavam trabalhar, especialmente as comerciárias que trabalhavam no centro da cidade do Rio de Janeiro. Além dos cursos, a ASB fornecia refeições a preços módicos e tinha uma agência de empregos para apoiar as jovens trabalhadoras. A Escola Comercial da ASB tinha no seu corpo docente homens e mulheres dos quadros da militância católica e oferecia cursos diurnos e noturnos de Línguas, Ciências, Letras, Datilografia, Taquigrafia e Escrita Mercantil, além dos cursos de Costura, Chapéus, Higiene e Puericultura. A imprensa carioca deu muito espaço para divulgar os cursos e as atividades da ASB, com destaque para sua diretora Stella de Faro. Interessante notar que a educação cristã nos limites do que então se considerava adequado às jovens moças das classes populares as preparava para conquistar postos de trabalho mais qualificados e que pagavam salários melhores, como informava a imprensa.

O conhecimento que tinha sobre as escolas de educação social e doméstica na Europa e a prática adquirida à frente da ASB se somou à experiência pessoal, pois Stella frequentou cursos no Instituto Familiar, Social e de Educação Doméstica e no Instituto Católico, em Paris, por ocasião de sua viagem em 1932. Como comentado na primeira parte deste artigo, esse Instituto parisiense estava sob a direção das Filhas do Coração de Maria, congregação para a qual Stella ingressou no noviciado, sob a orientação de Fanny du Rostu, irmã de Marie du Rostu, outra liderança do movimento

católico feminino francês e internacional e também Filha do Coração de Maria, sendo uma referência religiosa e intelectual da Ação Católica feminina.

A frequência aos cursos do Instituto Familiar, Social e de Educação Doméstica parisiense fortaleceu em Stella a convicção de que havia um tipo de educação feminina que se adequava bem aos propósitos da ação social católica, tanto do ponto de vista individual de formação moral, religiosa e prática, quanto do ponto de vista mais amplo da preparação profissional e técnica para a intervenção católica na sociedade, em especial nos chamados “problemas sociais”. Stella já conhecia bem as experiências europeias de educação social e doméstica, como a organização do Serviço Social, além de ter estabelecido relações próximas com Christine de Hempinne e com uma importante professora católica belga, Adèle Lhoneaux, que também esteve no Brasil em 1932 para realizar um curso de ação social em São Paulo e ministrar uma palestra no Colégio de Sion no Rio de Janeiro, quando foi recepcionada por Stella de Faro. Adèle Lhoneaux foi seguramente uma referência para Stella de Faro, sendo professora na Escola Social Católica de Bruxelas e uma colaboradora ativa da revista *La Femme Belge*, publicação de divulgação da ação social feminina e católica citada em alguns textos de Stella de Faro.

É importante lembrar que no entreguerras o Serviço Social começava a se definir como um campo do conhecimento e de prática de ação social em diferentes países. Neste artigo destacamos suas origens católicas francesas e belgas por terem as escolas sociais naqueles dois países exercido notável influência na escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 1936, em decorrência do curso ministrado por Lhoneux, e o Instituto Social do Rio de Janeiro, criado em 1937, também em decorrência da organização da ação social e da Ação Católica Brasileira recém-criada em 1935.⁵

Conforme explicou Alceu Amoroso Lima (1938), a Ação Católica tinha dois braços temporais: a ação política e a ação social. Esta, por sua vez, tinha muitos desdobramentos, mas do ponto de vista prático e moral o remédio para os males do mundo moderno estava na organização do conhecimento e das práticas de intervenção fornecidos pelo Serviço Social.

Um dos livros referenciais no mundo francófono sobre o Serviço Social, *Le service social a travers le monde* (1931), de autoria do médico belga René Sand (1877-1953), apresenta a história do Serviço Social e sua evolução da caridade e da filantropia nos mais diferentes países. Segundo Sand, esta evolução era prova de que as pessoas mais preparadas para atuar na ação social orientada pelos princípios teóricos, técnicos e morais do Serviço Social seriam as mulheres, descritas pelo autor como agentes da

⁵ A Escola de Serviço Social de São Paulo surgiu do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, o Ceas, cujos princípios se baseavam na doutrina social da Igreja. A primeira presidente do CEAS foi Odila Cintra Ferreira, que havia estudado na Escola Superior de Estudos Sociais do Instituto Católico de Paris (LIMA, 1983).

benevolência que acrescentariam a esta qualidade moral a qualificação profissional. Assim, entende-se por que o Serviço Social se organizou como uma especialização a partir da experiência das escolas sociais católicas, afinal os doutrinadores e estudiosos do catolicismo social perceberam que não bastavam a caridade e a benevolência para enfrentar a questão social. Os problemas se mostravam complexos e requeriam conhecimento, método e técnica a fim de se proporem soluções. Não foi, portanto, coincidência que as escolas sociais, de educação familiar e doméstica criadas desde o fim do século XIX passaram a ser escolas de Serviço Social a partir da década de 1920 e modelos para as escolas católicas criadas no Brasil na década de 1930.

Stella de Faro voltou da França em 1934 e logo em seguida começou a colocar em prática seu plano de criar uma escola católica de educação familiar e de Serviço Social inspirada no Instituto francês dirigido pelas Filhas do Coração de Maria. Este plano articulava a criação da escola e a vinda de religiosas para estabelecer a congregação no Brasil, portanto se tratava de um plano formado por um tripé composto pela expansão da congregação, a ação social e a educação feminina.

Nota-se este movimento nas cartas trocadas entre Dom Sebastião Leme e a superiora geral da Sociedade das Filhas do Coração de Maria, Marie Rascol, que se encontram no acervo do Instituto Social de Curitiba. Dom Leme manifestava em carta de 10 de junho de 1936 sua satisfação em receber a congregação no Brasil, embora a Arquidiocese não pudesse ajudá-las materialmente. Ele afirma sua admiração pelas atividades apostólicas da congregação (ação social e vida consagrada) e sua convicção de que não faltariam vocações no Brasil para a congregação. Em resposta datada de 2 de julho de 1936 Marie Rascol manifesta sua concordância com a instalação da congregação no Brasil e menciona a “primeira pedra” Stella de Faro, com quem se correspondia para acertar os detalhes da viagem das irmãs, as condições de chegada e de instalação, esperando contar com a generosidade e a caridade dos brasileiros.

No ano seguinte, em 1937, chegaram ao Brasil três Filhas do Coração de Maria: Fanny du Rostu, que foi a diretora do noviciado de Stella de Faro em Paris e a primeira superiora da congregação no Brasil até 1946, Germaine Marsaud e a italiana Giacinta Pietromarchi. Assim, com Stella estava formado o núcleo inicial da congregação no Brasil. Em publicação no acervo do Instituto Social de Curitiba há a informação de que imediatamente as religiosas começaram a participar da Ação Católica, da ação social e da educação de jovens mulheres, especialmente no Instituto Social criado no mesmo ano pela intensa mobilização e dedicação de Stella de Faro, que conseguiu apoio entre seus contatos do meio intelectual e militante católico (LA SOCIÉTÉ, [1899-1905], p. 181).

Este apoio foi manifesto com a imediata criação da Associação Mantenedora do Instituto Social, cujos nomes demonstram o com-

prometimento da elite católica do Rio de Janeiro com a criação de uma escola social católica. Faziam parte da diretoria da Associação a filantropa Celina Guinle de Paula Machado, casada com o rico empresário Lineu de Paula Machado; alguns anos mais tarde ela doou o vasto terreno na Rua Humaitá, número 170, no qual foi construída a sede definitiva do Instituto, inaugurada em 1947; o professor e intelectual católico, líder da Ação Católica Brasileira, Alceu Amoroso Lima; o advogado e empresário João Daudt de Oliveira; o empresário e rotariano João Augusto de Mattos Pimenta; Brásilita de Souza e Silva e Firmina Moreira da Fonseca, que faziam parte da Ação Católica; as Filhas do Coração de Maria Stella de Faro e Germaine Marsaud, e mais nove conselheiros, todos católicos, sendo 6 mulheres e 3 homens. Foi uma diretoria majoritariamente feminina, com mais de 60% de mulheres. Importante destacar que desta diretoria integraram o corpo docente Alceu Amoroso Lima e Germaine Marsaud, mas, na publicação comemorativa dos 10 anos do Instituto, além destes dois nomes, aparecem nomes de vários professores e professoras, laicos e religiosos, todos com experiência profissional em suas respectivas áreas, sendo, portanto, uma escola social com um corpo docente de qualidade, experiente e que atuava em outras instituições.

Stella foi da diretoria do Instituto, ao qual se dedicou integralmente a partir de 1948, quando pediu exoneração do Conselho Nacional de Serviço Social, como representante da Ação Católica Brasileira desde a criação do CNSS em 1938, indicada por Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima. Ela e Germaine Marsaud passaram a ser as “duas pedras” da congregação no Instituto, sendo Germaine diretora técnica e professora de Educação Familiar e de Moral Profissional. Na publicação acima citada da congregação há uma passagem que demonstra a capacidade de articulação das religiosas, com destaque para Germaine Marsaud:

Germaine era uma mulher de notável tenacidade em seus empreendimentos e de um zelo apostólico extraordinário, muito apreciada por todos no Rio de Janeiro. Foi a época quando começaram a surgir os grandes institutos de seguridade social e todos procuravam ‘Made-moiselle’ para aproveitar de sua experiência. Ela recebeu bolsas de estudos para suas estudantes e ministrou cursos de curta duração para melhor preparar as trabalhadoras sociais. (LA SOCIÉTÉ, [1899-1905], p. 281).

É importante ressaltar que a expansão do Instituto para outros estados foi concomitante à expansão da congregação, ampliando-se o número de religiosas brasileiras por meio da Ação Católica e da realização dos retiros religiosos. Assim, é interessante notar que, entre 1940 e 1945, portanto em menos de uma década, já havia Institutos no Recife, em Curitiba, Porto Alegre e Natal, mas também cursos extraordinários foram realizados em acordo com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), entre 1942 e 1946,

nessas cidades e em Juiz de Fora, Nova Friburgo, Vitória, Goiânia e Belo Horizonte. Não foi possível localizar o número de estudantes dessas escolas e/ou desses cursos que abraçaram a vida religiosa entrando para a congregação, mas somente no processo de organização do Instituto Social de Curitiba quatro mulheres entraram para a Sociedade das Filhas do Coração de Maria: Irene Teixeira de Freitas, pioneira do Serviço Social no Paraná, Stella Guérios, Nídia Moreira Garcez e Aracy Cardoso (INSTITUTO SOCIAL DE CURITIBA, s.d., p. 7-8) Essa capacidade de atração para a vida religiosa pode ter sido bem sucedida também em outros estados, mas é necessário investigar com mais detalhamento no acervo da congregação no Brasil para conhecer como se deu a relação entre a opção pela vida religiosa e a profissionalização das primeiras assistentes sociais e educadoras familiares formadas pelos Institutos católicos. Sobre essa questão é importante lembrar que as religiosas de outras congregações tiveram formação profissional nas escolas de Enfermagem e de Serviço Social, duas profissões femininas em suas origens e bastante influenciadas pela moralidade cristã⁶ (GOMES *et al.*, 2005; BROTTTO, 2014).

Os trabalhos e publicações que existem sobre o Instituto Social do Rio de Janeiro reconhecem a contribuição e a participação de Dom Sebastião Leme, Alceu Amoroso Lima e, num lugar menos visível e secundário, de Stella de Faro. Entretanto, a descoberta de documentos sobre a biografia de Stella e de sua trajetória como militante católica desde a primeira década do século XX demonstra que seu lugar não foi secundário e nem às margens do catolicismo e das origens do Serviço Social, embora não tenha exercido a profissão de assistente social. Como tantas outras mulheres que participaram ativamente do movimento restaurador católico em diferentes países, ela e suas companheiras de vida consagrada defenderam a educação feminina profissional voltada para atender o que então se chamava de problemas sociais, resultantes das profundas transformações econômicas, sociais e culturais desde meados do século XIX e que afetavam as cidades e o campo, com impacto maior na organização da vida familiar e comunitária.

O catolicismo social foi o conjunto de estudos e de organizações religiosas e laicas com o objetivo de restaurar a ordem social pela difusão da moral e dos valores cristãos. Deste amplo e vigoroso movimento, as mulheres participaram ativamente, tanto das organizações devocionais, tão valorizadas pelo catolicismo ultramontano, quanto das organizações assistenciais e educativas, fundamentais para a difusão das ideias do pensamento social católico. A ação social católica contou, portanto, com o trabalho e a organização das mulheres, entre elas as religiosas da Sociedade das Filhas do Coração de Maria, cuja participação e capacidade de mobilização foram fundamentais para a organização feminina católica internacional e que ainda requer estudos mais específicos.

⁶ Não há pesquisa histórica alguma sobre a Sociedade das Filhas do Coração de Maria no Brasil.

Stella de Faro foi uma dessas mulheres. Seu envolvimento com a ação social e a Ação Católica Brasileira se deu como líder e foi a partir de seu conhecimento e contato com outras lideranças femininas internacionais e com o pensamento católico que Stella foi capaz de mobilizar apoios importantes na elite carioca e no clero para uma de suas causas que mais estavam em sintonia com a ação social: a educação social e a profissionalização feminina. Foi, portanto, a partir de seus mais sólidos e intocados valores conservadores que mulheres como Stella de Faro, Germaine Marsaud, Fanny du Rostu, Christinne de Hemptinne e tantas outras Filhas do Coração de Maria contribuíram para a formação de centenas de jovens mulheres que foram as primeiras assistentes sociais e educadoras familiares no Brasil. Independentemente da orientação doutrinária católica que limitava o lugar das mulheres às bem marcadas fronteiras da família e da domesticidade, suas próprias biografias e o projeto educativo e profissional que abraçaram dão mostras de como o conservadorismo forneceu um quadro de referências morais e intelectuais a partir do qual aquelas fronteiras foram ultrapassadas, mesmo que no plano discursivo permanecessem intocadas, assim como as hierarquias de gênero.

A história da profissão do Serviço Social se relaciona profundamente com as concepções conservadoras do gênero e das hierarquias de classe, representadas pela tradicional vinculação das mulheres de elite com as práticas e as organizações de caridade e filantropia. No entanto, a história desta profissão também tem profundas vinculações com a religião cristã – que neste artigo foi delimitada pelo catolicismo militante do século XIX e inícios do XX – e o ativismo feminino católico, facetas menos conhecidas das origens do Serviço Social. A história do Instituto Social do Rio de Janeiro é uma oportunidade para começar a reconhecer não só as relações entre esta profissão, a religião e a agência das mulheres católicas, mas também das margens de ação propiciadas pelo conservadorismo.

Referências

BACKX, S.de S. *Trabalho, família e sociabilidade dos trabalhadores urbanos: reexaminando a história do Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

BROTTO, R.B. *O sentido de servir: assistência e formação profissional de enfermeiras católicas no Brasil (1931-1961)*. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

BROWN, P. *Corpo e sociedade*. O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do Cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CLARK, E. Catholics and the campaign for women's suffrage in England. *Church History*, Vol. 73, No. 3 (Sep., 2004), pp. 635-665 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4146569>. Acesso em 15 dez. 2014.

COVA, A. Au service de l'Eglise, de la patrie et de la famille. *Femmes catholiques et maternité sous la IIIe République*. Paris: L'Harmattan, 2000.

COVA, A.; DUMONS, B. *Destins de femmes*. Religion, culture et société, France, XIX^e-XX^e siècles. Paris: Letouzey et Ané, 2010.

DAWES, H. The catholic church and the woman question: catholic feminism in Italy in early 1900's. *The Catholic Historical Review*, v. 97, n.3, 2011. Disponível em: www.jstor.org/stable/23052568. Acesso em: 5 fev. 2020.

DELLA SUDDA, M. *Une activité politique conservatrice avant le droit de suffrage en France et en Italie*. Socio histoire de la politisation de femmes catholiques au sein de la Ligue Patriotique des Françaises (1902-1933) et de l'Unione fra le donne cattoliche d'Italia (1909-1919). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – École des Hautes Études em Science Sociales, Universidade de Roma "La Sapienza", 2007.

DROULERS, P. *Politique social et christianisme*. Le Père Desbuquois et l'Action Populaire. T. II. Dans lagestation d'um monde nouveau (1914-1946). Paris: Éditions Ouvrières, 1981.

ESTATUTO das Filhas do Coração de Maria. Paris: Poussielgue-Rusand, 1828. Disponível em: www.gallica.bnf.fr. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

FARO, S. Escolas populares de economia doméstica. *Jornal do Brasil*, 3 ago. 1908.

FAYET-Scribe, S. *Associations féminines et catholicisme*. De la charité à l'action sociale. XIX^e-XX^e. siècle. Paris: Les Éditions Ouvrière, 1990.

FOUILLLOUX, É. Femmes et catholicisme dans la France contemporaine. Aperçu historiographique. *Clio, Femmes, Genre, Histoire*, v. 2, 1995. Disponível em: <http://clio.revues.org/498>. Acesso em: 15 nov.2015.

GIORGIO, M.de. O modelo católico. In: FRAISSE, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres*. O século XIX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/Ebradil, 1994.

GOMES, T.de O. et al. Enfermeiras católicas em busca de melhores posições no campo da educação e da prática em enfermagem nos anos 40 e 50 no Brasil, no século XX. *Texto & Contexto*, v. 14, n. 4, out./dez.2005.

GUBIN, E. Femmes rurales em Belgique. Aspects sociaux et discours idéologiques XIXe. – XXe. siècles. *Clio, Femme, genre, histoire*, v. 16, 2002.

GUBIN, E. et al. *Dictionnaire des femmes belges*. XIX^e et XX^e siècles. Bruxelles: Éditions Racine, 2006.

INSTITUTO SOCIAL DE CURITIBA. *Documento histórico*. Curitiba, s.d.

KANE, P.M. The willing captive of home? The english catholic women's league, 1906-1920. *Church History*, v. 60, n.3, set. 1991.

LA SOCIÉTÉ des filles du Couer de Marie. *Tome Septime*, [1899-1905].

LANFREY, A. *Les catholiques et l'école. 1902-1914*. Tese (Doutorado em Letras e Ciências Humanas) – Université Lumière, Lyon, 1987.

LIMA, A.A. *Elementos de ação católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.

LIMA, A.A. *Serviço Social no Brasil*. A ideologia de uma década. São Paulo: Cortez, 1983.

MACHADO, G. S. *Serviço Social, formação brasileira e questão social: na cadência do pioneirismo carioca*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MAHMOOD, S. *Politics of piety*. The islamical revival and the feminist subject. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

MARTINS, A.P.V. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *Revista História: Questões & Debates*, n. 59, jul./dez. 2013.

MARTINS, A.P.V. Disciplina e piedade: o movimento feminino católico brasileiro no começo do século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano X, n. 26, set./dez. 2016.

MESQUIDA, P. A educação na restauração lemistista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública. 1934-1945. *Revista Diálogo Educacional*, v. 9, n. 27, maio/ago. 2009.

MESTRINER, M.L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2005.

MEUWLY-GALLEY, C. Suzanne de Montenach (1967-1957). *Freiburger Geschichtsblättern*. 75, 1998. Disponível em: <http://retro.seals.ch>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PIERRARD, P. *Les laïcs dans la l'Église de France*. XIX^e-XX^e. siècle. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1988.

RANKE-HEINEMANN, U. *Eunucos pelo reino de Deus*. Mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1996.

ROLL, S. Ni bas-bleu, ni pot-au-feu: la conception de “la” femme selon Auguste Moll-Weiss (France, tournant des XIX^e – XX^e siècles). *Genre & Histoire*, n. 5, 2009.

SAND, R. *Le Service Social a travers le monde*. Assistance, prévoyance, hygiène. Paris: Librairie Armand Colin, 1931.

SARTI, O. *The ligue patriotique des françaises. 1902-1933*. A feminine response to the secularization of French society. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

TURMANN, M. *Le développement du catholicisme social*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1900.

TURMANN, M. *Initiatives féminines*. Paris: Librairie Victor Lecoffre, 1905.

WALKOWITZ, D.J. The making of a feminine professional identity: social workers in the 1920's. *The American Historical Review*, v. 95, n.4, out. 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2163478>. Acesso em: 29 jun. 2011.

ZELIS, G. *La formation au travail social entre “maternalisme” et professionalisation*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – L'Ecole Catholique Féminine de Bruxelles, Louvain-la-Neuve, 2001.

DOI: 10.12957/rep.2021.56088

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 20 de março de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Os modos de vida das musicistas no Rio de Janeiro oitocentista

The ways of life of 19th-century female musicians in Rio de Janeiro

Alexandro Henrique Paixão*

Patricia Amorim de Paula**

Resumo – O objetivo deste artigo é apresentar os modos de vida das mulheres que viviam no Rio de Janeiro oitocentista e dedicaram parte de sua vida à carreira musical. Elas foram professoras de piano e de canto, intérpretes e compositoras, mas seus nomes não estão inscritos na história da música brasileira. O esforço metodológico consiste em recuperá-los dentre as páginas da imprensa fluminense e, assim, mapear fragmentos dessa história para que ela sobreviva à ação do tempo. O ponto é colocar a versão oficial da história em perspectiva, trazendo novos elementos relativos à participação dessas mulheres na vida social, revelando aspectos de suas vidas que podem contribuir para a construção de uma nova narrativa sobre a cena musical no Rio de Janeiro oitocentista.

Palavras-chave: musicistas; estudos de gênero; imprensa oitocentista; Rio de Janeiro.

Abstract – The aim of this article is to present the ways of life of women who lived in Rio de Janeiro in the 19th century and dedicated part of their life to their musical careers. They were piano and singing teachers, performers, and composers, but their names have not been inscribed in the history of Brazilian music. The methodological effort consists of retrieving them from the pages of the Rio de Janeiro press, thus mapping fragments of history so that they survive the action of time. The point is putting the official version of history in perspective by bringing new elements concerning the participation of these women in social life, unveiling aspects of their lives that may contribute to the construction of a new narrative concerning the musical scene in Rio de Janeiro in the 19th century.

Keywords: female musicians; gender studies; 19th-century press; Rio de Janeiro.

* Sociólogo, Doutorado em Sociologia, Pós-Doutorado em Teoria e História Literária e Especialização em Psicanálise: Teoria e Técnica. Professor de Sociologia, Literatura e Psicanálise da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: ahpaiiao@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1684-3611>.

** Pedagoga e Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp. É doutoranda na Faculdade de Educação da Unicamp com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: paula.apatricia1@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4039-6305>.

Introdução

Como instância de consagração, a historiografia musical, até hoje, apresenta poucos registros sobre a participação feminina no cenário musical carioca dos oitocentos. Muito embora saibamos que a constituição de grupos sociais artísticos brasileiros nesse tempo e espaço contou com a participação social de ambos os sexos, o problema eminentemente sociológico da ausência de mulheres musicistas na historiografia ainda carece de reflexão. Tentando reparar, mesmo que parcialmente, esse vazio, o texto enfatizará o trabalho musical feminino, algo que aponta para o surgimento de uma profissão possível para as mulheres no século XIX.

O convite feito pelo presente texto consiste em analisar a ação dessas musicistas na sociedade fluminense dos oitocentos como uma expressão do feminismo nascente nesse período¹. Compreender a luta pela sobrevivência e sustento familiar por meio da música configura um modo não convencional de reação das mulheres e, portanto, uma nova abordagem sobre o feminismo no século XIX no Brasil; afinal, são modos de resistir e refazer a imagem sobre o ser feminino no país.

Para tornar conhecido esse contingente feminino, faremos uso de um método de investigação envolvendo a pesquisa de palavras-chave na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional no interior de algumas páginas da imprensa oitocentista. Tal método se inspira nas análises de Raymond Williams (2007) sobre o contexto inglês, que, guardadas as devidas proporções, foi reorientado para a compreensão do contexto brasileiro através da pesquisa em fontes primárias.

A partir das palavras-chave “compositora”, “musicista”, “pianista” e “professora de piano”, partimos para uma pesquisa documental no acervo do *Jornal do Commercio*, no qual encontramos 84 nomes de mulheres que se ocupavam da atividade de ensino de piano e de canto e 101 nomes de compositoras no mesmo período. Cabe lembrar que havia mais mulheres para além das 84 referidas, contudo, elas não se apresentavam com seus nomes de batismo ou artísticos, por isso não pudemos contabilizá-las. Todavia, ao registrar o trabalho e as obras daquelas que se apresentavam com nome, estaremos de alguma maneira nos remetendo ao modo de vida de um grupo de artistas mulheres como um todo.

A pesquisa sobre o tema demonstra a relevância do ensino de música no plano de estudos de uma educação feminina. Tendo em vista que a forma socialmente aceita para uma mulher sobreviver naquele momento – e garantir a subsistência familiar, em muitos casos – foi por meio

¹ A título de exemplo seguem os nomes de alguns periódicos que debatiam temas ligados ao feminismo: *Jornal das Senhoras* (1852-1855); *O Sexo Feminino* (1875-1877 e retomado de 1877-1889); *A Família* (1889-1897); *Jornal das Damas* (1890); *A Mensageira* (1897-1900); e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1890-1896) (BUITONI, 1980, p. 21-29).

do ensino de piano e de canto, o objetivo deste texto é justamente esboçar quem eram essas artistas, o que faziam e como faziam, de modo geral, mas também exemplificando com algumas trajetórias. O intuito, portanto, é o de reconstituir as experiências femininas que a história oficial insiste em não contar.

A imprensa carioca, mais especificamente a seção de anúncios, é o principal *locus* de pesquisa para uso desse método das palavras-chave. É neste espaço que se prova a existência de muitas professoras de piano, intérpretes e compositoras, sujeitos dessa pesquisa. Privilegiamos os jornais como fonte de pesquisa por serem compreendidos como meio de comunicação mais popular, voltados a assuntos ordinários de interesse comum e transmitidos no vernáculo. Nesse sentido, a linguagem escrita é pensada aqui como prática social e a ela está atrelado o desenvolvimento dos sentimentos populares de um tempo passado.

A intensa atividade de educação musical, as programações de concertos e os serviços editoriais de música que demonstram os anúncios do *Jornal do Commercio*, bem como outros periódicos analisados entre os anos de 1808 a 1899, são indicativos de uma ambiência favorável à circulação dessas mulheres musicistas, profissionais e amadoras, em espaços diversos da sociedade brasileira oitocentista, sobretudo na capital do Império. Sua atuação profissional se dava do ambiente doméstico das casas grandes (com as aulas particulares) aos salões aristocráticos (nos saraus e nos bailes), nos concertos em teatros e clubes e em espaços sociais mais restritos, como os colégios. Esse tipo de atividade feminina indica ainda um expediente comum entre as mulheres que de alguma maneira precisavam garantir seu sustento, seja por uma necessidade imposta por sua origem social, seja pela condição de imigração ou por uma fatalidade qualquer que as fez perder seus bens originais (endividamento familiar, falência ou perda de um parente).

É preciso dizer que numa sociedade de caráter patriarcal e de estrutura estamental-escravista, como a fluminense dos oitocentos², que negava, sobretudo, o direito ao trabalho às mulheres das camadas sociais média e alta, a possibilidade de inscrição profissional feminina por meio do magistério e da música constituiu um avanço em seus modos de vida, um assunto que queremos introduzir e discutir. Sempre que utilizamos o termo *modos de vida*, estamos nos referindo à *cultura de uma época* como um processo social geral de “preenchimento completo da vida social”, o qual se constrói com base na experiência cotidiana. Trata-se de uma escolha teórica apoiada no debate que vê “a cultura como algo comum”, como pensado por Raymond Williams (2015), do qual nos apropriamos para refletir sobre o contexto da cultura brasileira oitocentista.

² Sobre a situação estamental-escravista do Brasil Império, ver as sínteses de Paixão (2017, p. 23).

Os modos de vida das musicistas na sociedade fluminense

As mulheres que encontramos nesta pesquisa de doutorado em andamento eram contratadas não somente como professoras de piano e de canto (modo como se apresentavam nos anúncios), mas como professoras de línguas estrangeiras (francês, português, alemão e italiano), de humanidades (história, geografia, primeiras letras e desenho), de trabalhos de agulha (bordados) e também como governantas nas casas de boa reputação. Eram, em sua maioria, estrangeiras, mulheres idosas, de meia idade, viúvas ou jovens solteiras, recém-chegadas ao Brasil. Mas a partir da segunda metade do século XIX, começaram a aparecer mulheres brasileiras desempenhando essa atividade de ensino. Geralmente, ofereciam seus préstimos ou eram procuradas para atuar em colégios internos, em casas particulares ou em sua própria residência, e tinham como público-alvo meninas das chamadas boas famílias. Essas artistas se comprometiam a oferecer todas as matérias necessárias para a educação de uma senhora da alta sociedade, sob uma referência de padrões europeus da época³.

Elas apresentavam seus anúncios de trabalho ou eram procuradas geralmente entre as páginas destinadas aos anúncios diversos, tais como: venda, aluguel e recompensa pela captura de escravos fugidos, divulgação de serviços e produtos relacionados à saúde e à higiene, leilões diversos, serviços relacionados ao comércio de alimentos, serviços e produtos relacionados ao vestuário, aluguel de imóveis e de pessoas para trabalhos eventuais em residência e no comércio. A esse respeito, a professora de piano alemã, de línguas estrangeiras (alemão, inglês e francês) e de canto Ina von Binzer (1994, p. 67) fez um importante comentário: “[...] ando procurando no Jornal do Comércio o que me possa servir, entre os anúncios de pretos fugidos e vendas de escravos, que é onde também se pedem as professoras com imensa capacidade e inúmeras perfeições”.

Ao oferecerem seus serviços nos anúncios dos jornais, as professoras de piano e de canto propunham o pagamento mensal ou por lição (os valores variavam entre 1\$500 e 2\$ por lição, ou de 10\$ a 20\$ por mês em residência própria ou particular). Também se dispunham a morar nos colégios internos (recebendo em torno de 5\$ por mês) ou em casas particulares, recebendo alimentação, roupa lavada, serviço médico e botica em troca de seu trabalho de ensino – é importante destacar que esses valores recebidos representavam muito pouco, conforme veremos a seguir (Figuras 1, 2 e 3).

O conjunto de dados apresentados anteriormente permite-nos acessar muitos detalhes sobre a remuneração e as condições de trabalho nos colégios da época. Eles confirmam o suposto de que os valores recebidos pelas professoras representavam muito pouco, bem como o fato

³ *Jornal do Commercio* (RJ) (1838, edição 00224; 1852, edição 00296; 8 mai. 1860, edição 00128; 1861, edição 00301; e 2 jul. 1864, edição 00183).

de que o preço estipulado por lição nas aulas particulares era muito baixo. Quanto ao pagamento mensal de 10 a 20 mil réis, pela lógica, parece que era uma maneira de garantir um preço fixo mensal por aluna, o que na prática não se diferenciava muito do valor por aula (de 1 a 2 mil réis), visto que uma aluna fazia em média duas aulas por semana, conforme os anúncios analisados. O valor mensal assegurava ainda que as ausências da cliente não prejudicassem as finanças da professora. Além disso, pelos anúncios, notamos que as professoras buscavam preencher todos os horários vagos que tinham, o que aponta a necessidade de terem muitas alunas para suprir suas demandas financeiras.

Figura 1 – *Jornal do Commercio* (RJ), 1860, edição 00223

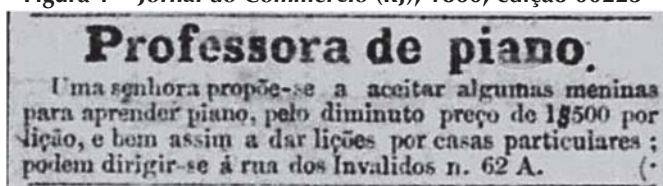
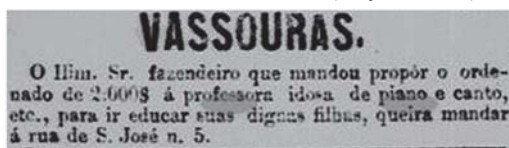


Figura 2 – *Jornal do Commercio* (RJ), 1869, edição 00161



Figura 3 – *Jornal do Commercio* (RJ), 6 jan. 1872, edição 00006



Mas, pela natureza do vínculo informal de trabalho por meio das aulas particulares por elas ministradas, é possível antever algumas dificuldades no que diz respeito ao seu efetivo pagamento. Sobre isso, tivemos acesso ao depoimento de Adèle Toussaint-Samson (de 1851) acerca da experiência vivida por uma amiga sua, que se viu nesta situação completamente desamparada:

Uma das minhas amigas enviuvara, e ficando sem recursos pôs-se a dar lições de Francês e Desenho, para sustentar dois filhos, que o marido lhe deixara. A pobre senhora, de pé desde a madrugada, tendo apenas cinco horas de repouso, mal ou bem ia assim vivendo. Um dia foi procurar M. T..., pedindo-lhe que ajudasse a obter o pagamento de duzentos francos, que uma das suas discípulas lhe devia desde muito tempo, e não queria pagar. Referia ela o fato, quando o nosso cônsul, interrompendo-a repentinamente:

– A senhora tem dívidas?

– Não, senhor; graças a um contínuo labor e à minha extrema economia, não as tenho, respondeu ela.

– É, portanto, muito mais feliz do que a pessoa de quem fala, replicou o santo homem, com voz mansinha. [...]

– Ela tem dívidas, a senhora não as tem; é portanto mais feliz do que ela. (LEITE, 1984, p. 128).

Quanto às condições de trabalho nos colégios, apresentamos um trecho da carta de Ina von Binzer à sua amiga Grete. Nele, ela relata sua rotina de trabalho num colégio para moças em 1882.

[...] desde anteontem estou contratada para um colégio daqui. Um colégio é um liceu de moças, com pensionato; tenho que lecionar quatro classes, iniciando as filhas deste país nos segredos das línguas alemã e inglesa; além disso darei inúmeras aulas de piano [...] Com a melhor boa vontade não cheguei ainda a calcular o número das minhas alunas de música. Quando me sento ao piano pela manhã, às seis e meia, elas começam a aparecer de meia em meia hora, até as dez horas, como se fossem expelidas por um relógio automático. Agora, tenho tomado nota de uma a uma, e à força de muito trabalho e astúcia espero estabelecer um cálculo exato. (BINZER, 1994, p. 81-82).

Além disso, ela descreve como as professoras estrangeiras viviam nos aposentos fornecidos por um colégio interno carioca:

Meu quarto é uma alcova sem janelas, dependente de uma sala de aulas e recebendo luz apenas através da porta. Sua mobília consiste somente numa cama (edição barata da de São Francisco), um lava-tório, uma cadeira. Não tenho armário, nem cômoda. Minha mala serve de rouparia e para meus vestidos melhores espero poder conquistar as boas graças de Mlle. Serôt [diretora do colégio] para obter dela o armário dos castigos tornando-se credora da gratidão das crianças. Escrevo justamente do quarto da francesa que, apesar da tradicional inimizade, é com quem mais simpatizo nesta casa. Seu quarto é muito melhor que o meu, mas possui uma mesa e uma janelinha alta, perto do teto; ao passo que no meu buraco escuro, que existe em todas as casas brasileiras, sinto-me quase asfisiada. Devo acrescentar que neste prédio sofremos horivelmente por causa das baratas, inseto escuro e repugnante, de cheiro pestilento, parecido com o nosso besouro de maio. (BINZER, 1994, p. 63-66).

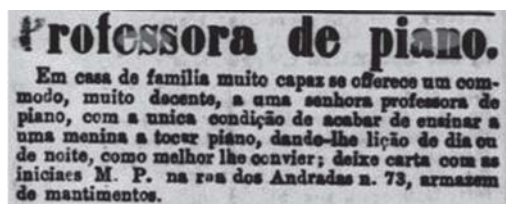
Notamos pela leitura das cartas de Ina para a sua amiga que, na sua avaliação, era mais vantajoso o trabalho em residência particular, do ponto de vista da remuneração e da instalação oferecida, do que o trabalho no colégio.

No caso da oferta de trabalho em Vassouras, zona rural da província, conforme a Figura 3, cujo ordenado era de 2 contos, como aparenta pela escrita, é possível dizer que se tratava de uma oferta vantajosa diante do contexto. Porém, tal oferta implicava indiretamente que a professora tivesse disponibilidade para residir com a família na casa grande, pois o trânsito diário seria inviável. O próprio anúncio oferece um detalhe importante: procurava-se uma professora idosa, sendo viúva ou solteira, perfil no qual ela se encaixaria muito bem. Sobre este ponto, cabe precisar as condições de trabalho de uma professora de piano e de canto na fazenda para julgar por aí se o ordenado era justo ou não.

Aqui, as aulas são das sete às dez, depois vem o almoço quente, pelo qual Madame Rameiro nos faz esperar inutilmente até às dez e meia, de maneira que não posso mais sair, porque, logo após o último bocado, tenho de voltar às aulas. Prosseguimos até uma hora, quando temos então trinta minutos para o lanche; à uma e meia começam as aulas de piano que vão até às cinco, quando servem o jantar. Pergunto-lhe eu: quando poderei passear antes das seis? Veja se consegue descobrir outra hora melhor. Eles querem engolir cultura às colheradas e nunca têm uma tarde livre, um dia desocupado, nem muito menos uma semana de férias durante todo o ano. (BINZER, 1994, p. 31).

Por fim, analisamos a seguir o anúncio apresentado na Figura 4. Nele aparece outra modalidade de trabalho, o trabalho da professora de piano, canto e outras matérias não remunerado. Tratava-se de uma prática comum, conforme pudemos notar por meio de outros anúncios⁴.

Figura 4 – *Jornal do Commercio* (RJ), 1870, edição 00019



A princípio, encontramos duas formas de trabalho: remunerado e não remunerado, além de compreensões distintas sobre o trabalho de uma professora de piano e de canto. A presença do dinheiro ou relação

⁴ A título de exemplo, indicamos os seguintes, ambos no *Jornal do Commercio* (RJ), de 1865, na edição 00198, e de 14 out. 1871, na edição 00284.

salarial é incipiente e prematura no Brasil do século XIX, por isso trabalhamos também com o conceito de “vocação” ao pensar o trabalho artístico.

Nesse contexto, a compreensão que mais se aproxima desse ideal de vocação foi a desenvolvida por Guacira Louro (2008) acerca da vocação clérigo-leiga feminina no exercício do magistério. Suas bases admitem como princípio a forte influência religiosa católica, que esteve presente em boa parte das instituições educativas voltadas ao público feminino. É, portanto, uma espécie de estímulo ao desaparego material na profissão, em que assuntos ligados ao salário, à carreira e às condições de trabalho podiam ficar em segundo plano. Por último, há a questão dos “atributos ditos femininos”, como paciência, minuciosidade, afetividade, doação, cuidado, sensibilidade e amor (LOURO, 2008, p. 450-454).

Também não se pode desconsiderar que a compreensão por parte dessa sociedade patriarcal e escravocrata de que havia necessidade de se remunerar o trabalho feminino era muito recente. Todavia, as condições de vida das mulheres que se sujeitavam a essa experiência servil eram bastante hostis, e o fato de serem bem educadas não lhes proporcionava uma condição econômica estável, pois permaneciam desprovidas de posse e de renda.

Pela forma de apresentação dos anúncios, digamos, pelos seus enunciados, identificamos ainda a presença de distinções entre essas mulheres. Algumas delas estavam associadas à figura de grandes mestres e músicos de alto prestígio de seu tempo (Achille Arnaud, Sigismond Thalberg, Gennaro Arnaud, Henrique Herz, Louis Moreau Gottschalk, Arthur Napoleão, Archangelo Fiorito e Isidoro Bevilacqua, por exemplo). Além disso, possuíam um currículo que expressava uma formação canônica⁵, apresentando-se na cena pública em concertos nos teatros e nos salões. Enquanto isso, as outras eram tão somente professoras de piano anônimas que se apresentavam sob a escrita: “senhora”, “viúva”, “professora de piano” ou “mestra idosa”, cujos termos revelam muito pouco sobre sua identidade. Assim, as hierarquias se apresentavam entre as musicistas de maior prestígio e as musicistas corriqueiras. Nesses termos, e repassando uma das assertivas de Williams (1962, 2015), devemos enfatizar não a escada, mas os processos comuns de interação mútua, aqueles que se dão nos espaços mais ordinários, sendo a seção dos anúncios da imprensa um espaço por excelência.

Embora fosse do interesse da maioria das professoras que encontramos se filiar aos colégios para ministrar o ensino de piano e de canto, identificamos somente alguns nomes associados a instituições educacionais, cujo público-alvo era, em sua maioria, feminino. São eles: Candida Francisca de Andrade (professora no Collegio Braga e no Collegio Costa Pereira), Clara Freese Tiberghien (diretora e professora do Collegio das Laranjeiras

⁵ A ideia de cânone musical é ocidental e eurocêntrica. Ela revela os preceitos mais básicos de como a música funciona como disciplina, ditando como o indivíduo aprende dentro deste campo, como ele internaliza certos padrões e como não pode transgredi-los (WEBER, 1999).

para meninas), Claudina de Paula Menezes (professora da 2ª cadeira no Magisterio Publico Primario da Freguezia de S. José para o sexo feminino), Condessa de Rozwadowska (professora no Collegio de Santa Cecilia para meninas), Francisca Pinheiro de Aguiar Barros (diretora do Collegio de Santa Cecilia para meninas), Rita Maria da Silveira (diretora e professora do Collegio União Infantil) e Sophia Emery (professora no Collegio da baroneza de Geslin).

Theodolinda Gerly não esteve associada a uma iniciativa institucionalizada de ensino, porém, após ter concluído seu contrato com a companhia de Ópera Lírica instalada no Theatro Lyrico, organizou em sua residência um curso de música com método próprio aprendido com o professor Pasquale Bona (1808-1878), do Conservatório de Milão. Ela se dedicou ao ensino de discípulas particulares e também de meninas pobres que desajassem aprender a tocar piano e cantar gratuitamente. Encontramos vários anúncios fazendo menção a esse fato, inclusive informando que as aulas se davam simultaneamente para pagantes e não pagantes, o que já nos assinala a não ocorrência de distinção no tratamento dado às suas alunas. Além disso, promovia anualmente concertos com suas discípulas e artistas convidados. Tal iniciativa demonstra certamente um impacto público do seu trabalho, independentemente de ele estar vinculado a uma instituição. Temos duas matérias que fazem menção ao fato; a última fala sobre um concerto dado com suas discípulas e artistas convidados como uma forte evidência da eficácia de seu método perante o público ouvinte.⁶

Partindo dessas ponderações, para matizarmos o ponto, vejamos alguns exemplos de trajetórias de musicistas, como a da Condessa Rafaela de Roswadowska (c. 1816-1906):

Compôs a primeira ópera escrita por uma compositora no Brasil (*Dous Amores*, drama lyrico em três atos, de 1861). De origem polonesa, era esposa do Conde de Roswadowsky, cidadão brasileiro, ex-maior do Estado Maior do nosso exército, residente no Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1938). Além da ópera, localizamos cinco composições para piano e um hino de sua autoria. Entre os anúncios, havia também uma recorrente oferta de suas aulas de piano, de canto, de composição e de italiano, bem como encontramos sua presença como concertista em importantes teatros cariocas de seu tempo, o que aponta uma necessidade por parte dela de ter uma boa remuneração atuando em vários serviços. Os anúncios a seguir (Figuras 5 e 6) demonstram a necessidade dessa artista de se destacar em relação às demais, ressaltando suas qualidades e seu nome.

Outro nome que merece destaque é o de Amélia de Mesquita (1866-1954). Natural da cidade do Rio de Janeiro, ela consolidou toda a sua carreira nesta cidade. Aos nove anos de idade já se destacava no colégio

⁶ *Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal* (RJ), 1858, edição 00122; *Diario do Rio de Janeiro* (RJ), 9 nov. 1861, edição 00306.

religioso de S. Vicente de Paula pela execução ao piano com energia, habilidade e maestria. Em 1877 foi a Paris com a família, com o objetivo de que ela e o irmão, Carlos de Mesquita (1864-1953), pudessem ingressar no Conservatório de Música de Paris. Carlos ingressou primeiro (de 1877 a 1882) e Amélia teve o irmão como seu primeiro professor; depois ela mesma deu início aos seus estudos no Conservatório, tendo os mesmos professores que ele: ambos estudaram composição com Jules Massenet, piano com Antoine-François Marmontel, órgão com César Franck e harmonia com Émile Durand.

Figura 5 – *Jornal do Commercio*, 1857, edição 00172

LES MANES DE STRAUSS A RIO,
Grande valsa de bravura
COMPOSTA E DEDICADA A SUA DISTINTA
DISCIPULA
A EXCELLENTISSIMA SENHORA
D. Candida de Bellegarde
PELA
Condessa de Rozwadowska.
Vende-se nas principais livrarias e lojas de musica, e igualmente a polka *Treze de Junho de 1857* da mesma senhora.

A condessa de Rozwadowska lecciona piano, canto e composição. O rapido progresso musical das discipulas que tem ensinado nesta corte recomendo-a nos pais de familia que quizerem um effectivo e solido adiantamento artistico das discipulas que lho confiarem.
Preços commodos, conforme as distancias. Locais (por escripto) na livraria de B. L. Garnier, rua do Ouvidor n. 69, e na sua residencia, rua do Catete n. 116.

Após completar sua formação no Conservatório, ela retornou ao Brasil em 1885 e manteve até 1936 suas atividades como professora de piano, realizando regularmente audições de piano com suas alunas no salão nobre do *Jornal do Commercio*. Atuou como solista das principais orquestras da época, apresentando-se em diversas salas de concerto no Rio de Janeiro, sob a regência de maestros como Alberto Nepomuceno (1864-1920) e Vincenzo Cernicchiaro (1858-1928).

Em 1886 casou-se com Arthur da Fonseca Braga, um negociante. O casal teve dois filhos: Fernando de Mesquita Braga (diplomata) e Oswald Mesquita Braga (almirante e também pianista). Em 1890, localizamos uma ação de divórcio a pedido de Arthur da Fonseca Braga contra sua esposa, Amélia Mesquita da Fonseca Braga, da qual foi juiz Luiz Raymundo da Silva Brito, e advogado do autor o Dr. Galdino de Freitas Travassos. Acerca do desfecho desse divórcio não temos mais detalhes, mas um ano após esse pedido seu esposo veio a falecer. De qualquer forma, ela não deixou de ser apresentada com nome de casada nos jornais. Em 1912, foi nomeada professora de órgão e harmônio do Instituto Benjamin Constant⁷, onde

⁷ *A Imprensa* (RJ), 1912, edição 01818.

Figura 6 – Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1862, edição 00014



permaneceu trabalhando até os 70 anos de idade, aposentando-se com esta idade devido a um estado de saúde bastante debilitado.

Embora tenha gozado de uma carreira bem sucedida na sociedade fluminense, com constante presença na cena pública como concertista e boa recepção de suas composições, sobretudo nos gêneros música sacra e canção – das quais foram localizadas 16 peças, sendo uma delas a missa a duas vozes votiva a S. Christovão (1910), além de 34 peças cujas letras em sua maioria eram em vernáculo e algumas em francês. O primeiro e único vínculo institucional conquistado por Amélia ocorreu 27 anos após ter concluído sua formação. Já o seu irmão, depois de formado, não constituiu residência fixa no Brasil e passou boa parte da vida em Paris. Porém, sempre teve oportunidades de inserção institucional no país de origem – ele foi professor no Imperial Conservatório de Música e no Instituto Nacional de Música (de 1890 a 1893).

Vale mencionar também, ainda que em passos rápidos, que as produções às quais tivemos acesso até o momento apontam que Amélia de Mesquita fez significativas contribuições para a “canção de arte”, merecendo destaque os seguintes títulos: *A casa do coração* (letra de Antero de Quental); *Olhos negros* (letra de Almeida Garrett); *Restituição* (letra de Francisco Octaviano); *Sempre* (letra de Maria Eugênia Celso); e *O vira da passagem do ano* (letra de Branca de Gonta Colaço).

Sobre a “canção de arte” no vernáculo, o nome que se consagrou neste gênero foi Alberto Nepomuceno (1864-1920), que era um compositor contemporâneo de Amélia, segundo Vasco Mariz (2002). O detalhe que não pode passar despercebido é que a visibilidade dada a Nepomuceno naquele momento estava associada ao projeto ideológico do regime republicano, que fazia dele músico oficial do regime (CARVALHO, 2012).

Múltiplos aspectos podem ter corroborado para as poucas referências ao legado de Amélia na historiografia musical: a ampla concorrência feminina é um deles, e sobretudo o sucesso de Chiquinha Gonzaga (1847-1935) pode ter tornado invisível o seu trabalho, bem como o de outras mulheres no mesmo período. Além disso, as condições materiais de existência dessa artista, o provável divórcio e a situação de viúva aos 25 anos de idade e com dois filhos pequenos para sustentar sozinha certamente tiveram impacto sobre suas escolhas como artista.

Outra trajetória que convém citar é a da professora de piano e normalista Claudina de Paula Menezes. Ela enviuvava do Dr. Francisco de Paula Menezes em 1857⁸, membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, titular da cadeira de rethorica na Corte e no Collegio D. Pedro II. Embora seu marido tenha sido uma figura eminente, isto não a livrou, bem como a seus cinco filhos, de “uma honrosa mas triste pobreza, minorada felizmente pela munificencia imperial”⁹, com a pensão anual de 600\$000¹⁰, concedida por decreto de 26 de setembro de 1857, mas votada pela assembleia geral somente em 12 de junho de 1858. Contudo, a situação se agravava a partir de 1860 por conta de um processo judicial da recorrente D. Thereza de Jesus Menezes sobre a recorrida D. Claudina de Paula Menezes. Esse processo se estendeu até 1866, segundo as fontes do periódico *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (RJ). Não foi possível acessar o seu conteúdo na íntegra, somente algumas decisões que permitem inferir o seguinte: a recorrente, ao que parece, pretendia ser tutora dos filhos menores de Claudina, cujo objetivo aparenta ter sido conquistado. Claudina recorreu; passou a embargante e recorrente contra Thereza de 1861 a 1862¹¹, e em 1865¹², como inventariante do Dr. Francisco de Paula Menezes, lhe foi demandado que indicasse pessoa idônea para tutoria dos menores, fazendo com que a suplicante Claudina assinasse o termo de renúncia e prestasse fiança em 1866¹³.

Essa longa explanação serve para expor o drama vivido por Claudina de Paula Menezes e também a sua capacidade de reação. Em 1861, movida provavelmente pela necessidade de garantir sustento, ela passou a

⁸ *Jornal do Commercio* (RJ), 11 set. 1857, edição 00250.

⁹ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (RJ), 18 dez. 1857, edição 00345.

¹⁰ *Jornal do Commercio* (RJ), 11 jun. 1858, edição 00158, e *Diario do Rio de Janeiro* (RJ), 17 jun. 1858, edição 00162.

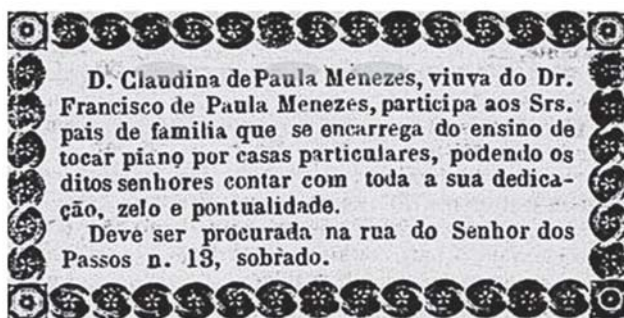
¹¹ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (RJ), 4 ago. 1861, edição A00212; 10 abr. 1862, edição 00099; e jun. 1862, edição 00189.

¹² *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (RJ), 1 dez. 1865, edição 00327.

¹³ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (RJ), 5 nov. 1866, edição 00306.

oferecer seus préstimos como professora de piano em casas particulares, conforme anúncio a seguir (Figura 7).

Figura 7 – *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ)*, 26 jan. 1861



A partir de 1867 seus anúncios deixam de estar associados à figura do falecido marido¹⁴. Em 1869 ela concluiu o Curso Normal pela Escola da Província do Rio de Janeiro¹⁵. Em 1871 foi aprovada em concurso para provimento de cadeira na instrução pública¹⁶, e no ano seguinte foi nomeada para segunda cadeira da escola pública de instrução primária feminina de S. José¹⁷.

O itinerário de Claudina de Paula Menezes demonstra o sofrimento comum de uma mulher viúva, com filhos e desprovida de posses e renda nessa sociedade, ao passo que também aponta que a única saída para essa mulher em situação de desamparo financeiro e emocional consistia na educação que ela teve. O fato de ter sido professora de piano e canto foi a sua salvação, foi o que lhe permitiu o acesso a uma profissão formal.

Considerações finais

A construção analítica proposta neste artigo, de certo modo, permite atribuir à experiência de Claudina de Paula Menezes e à de Ina von Binzer uma relação de semelhança ao modo de vida de outras professoras de piano e de canto, no qual o ofício de musicista desponta como uma reação e abre espaço para um legado vocacional que funde arte musical e trabalho remunerado.

As condições de vida dessas mulheres muitas vezes obrigavam-nas a se sujeitarem a experiências servis e bastante hostis, como nos casos

¹⁴ *Jornal do Commercio* (RJ), 1867, edição 00355.

¹⁵ *Diário do Rio de Janeiro* (RJ), 12 dez. 1869, edição 00342.

¹⁶ Brasil. *Ministério do Império*: Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio (RJ), 1871, edição 00001.

¹⁷ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 1872, edição 00029.

referidos das professoras de piano e de canto em casas particulares e em colégios internos, bem como daquelas que trabalhavam em troca de moradia, alimentação e botica. Conforme vimos, a vocação clérigo-leiga feminina no exercício do magistério estava associada ao cuidado, logo, uma atividade que no interior de uma sociedade escravocrata e patriarcal não prescindia de remuneração.

Em todo extenso levantamento feito, não localizamos um anúncio sequer de oferta ou de procura de ofício voltado aos músicos homens, condicionando e sujeitando somente as mulheres a este tipo de trabalho não remunerado e sem prestígio. O fato de esse contingente feminino encontrar-se desprovido de posse e de renda reforçava sua vulnerabilidade, fazendo com que estivesse sempre dependente de seu próprio trabalho ou dos “favores” de outrem.

Assim, esculpimos o esboço de um perfil feminino das musicistas descobertas entre os anúncios do *Jornal do Commercio* e também de outros periódicos. A análise neles desenvolvida pretendeu interpretar alguns sinais de vida dessas mulheres, obscurecidos por um universo musical predominantemente masculino. Note-se que a prerrogativa da formação canônica que muitas delas compartilhavam estava centrada no legado masculino. Entretanto, nessa perspectiva, Marcia Citron (1993) discute como o conjunto de expectativas autoimpostas se diferenciam para homens e mulheres profissionais da música. Geralmente, as mulheres estão menos presas aos padrões canônicos, mais liberadas para a escrita e execução de gêneros intelectualmente menos ambiciosos e mais populares, o que se justifica nesse caso porque elas buscavam incessantemente sobreviver por meio da música e encontravam-se em relação desigual perante os homens.

Outro aspecto significativo debatido é que a inscrição profissional dessas mulheres e o ensino de música por elas desempenhado promoveu algo para além da imagem dominante que se tinha da mulher carioca oitocentista. Pelo caminho analítico percorrido, viu-se que: a promoção da escolarização, o contato com o mundo letrado, a presença do piano nas casas, bem como a frequência nos teatros, nos bailes e nas lojas de música promoveram uma reconfiguração da sociedade no sentido de conservar a base do patriarcado, mas também de expor as ambiguidades, as transgressões vividas pelas mulheres. Segundo Saffioti e Almeida (1995, p. 178), a transgressão pode referir-se “à construção de contrapoderes e de ressignificação de valores e vivências”. Os exemplos reais apresentados ao longo do texto somente reforçam essa assertiva.

Referências

- AZEVEDO, L. H. C. *Escala, ritmo e melodia na música dos índios brasileiros*. Rio de Janeiro: Rodrigues & Cia, 1938.
- BINZER, I. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BUITONI, D. H. S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística e Línguas Orientais, USP, São Paulo, 1980.
- CARVALHO, D. V. *O gênero da música: a construção social da vocação*. São Paulo: Alameda, 2012.
- CITRON, M. J. *Gender and the musical canon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LEITE, M. M. (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC/Pró-Memória, 1984.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARIZ, V. *A canção popular brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 2002.
- PAIXÃO, A. H. *Leitores de tinta e papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2017.
- SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- WEBER, W. The history of musical canon. In: COOK, N.; EVERIST, M. *Rethinking music*. New York: Oxford University Press, 1999.
- WILLIAMS, R. *Communications*. London: Penguin, 1962.
- WILLIAMS, R. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WILLIAMS, R. *Recursos da esperança*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DOI: 10.12957/rep.2021.56081

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 25 de agosto de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mulheres na teoria geral da administração: por uma educação não sexista

Women in the General Theory of Administration:
for a non-sexist education

Susane Petinelli-Souza*

Isabel Gomes Covre**

Resumo – O estudo realizado teve como objetivo um mapeamento de mulheres estudiosas que contribuíram para a produção de conhecimentos considerados basilares aos futuros administradores. Tais conhecimentos compõem a chamada teoria geral da administração. Para tanto, foi necessário colocar em discussão a importância de uma educação não sexista, assim como certas desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Para além das desigualdades atreladas ao gênero e à linguagem, as mulheres também sofrem com desigualdades geográficas, raciais e de classe. O estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, utilizando como fonte de pesquisa programas de disciplinas de um curso de administração de uma instituição de ensino público federal da região Sudeste do Brasil. Como resultado foi possível mapear oito mulheres e suas contribuições. O estudo evidenciou uma educação sexista na área da administração, uma tendência a autorias no esquema homem branco, algo característico de uma sociedade ainda patriarcal.

Palavras-chave: mulheres; administração; educação sexista; gênero.

Abstract – The objective of the study was to map women scholars who contributed to the production of knowledge considered essential to future administrators. Such knowledge makes up the so-called General Theory of Administration. For this, it was necessary to discuss the importance of a non-sexist education, as well as certain inequalities experienced by women. In addition to gender and language inequalities, women also suffer from geographic, racial, and class inequalities. The study was based on qualitative bibliographic research, using as a research source the course syllabi of subjects taught at an administration school of a Federal Public Institution of Education in South-eastern Brazil. As a result, it was possible to map eight women and their contributions. The study demonstrated a sexist education in the field of administration, a tendency to use white male authors, something characteristic of a society that is still patriarchal.

Keywords: women; administration; sexist education; genre.

*Doutora em Educação e Professora do Departamento de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do grupo de pesquisa MOR – Mulheres e Organizações. E-mail: susipetinelli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2570-8323>.

** Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Colaboradora do grupo de pesquisa MOR – Mulheres e Organizações. E-mail: susipetinelli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2570-8323>.

Introdução

Com o intuito de dar visibilidade para as mulheres no âmbito da teoria geral da administração e, desse modo formar administradoras e administradores que tenham mais contato com a contribuição feminina na área, propôs-se a encontrar mulheres e seus estudos no campo das organizações, tendo como foco aquelas estudiosas que compõem a chamada teoria geral da administração ou teorias organizacionais consideradas basilares na formação da área.

Acredita-se na importância da visibilidade feminina de autoria para que, desde a formação no ensino superior, ocorra uma compreensão de que as mulheres também construíram e constroem o pensamento administrativo, a despeito do que certo padrão cultural androcêntrico vem enfatizando historicamente.

O objetivo do estudo foi um mapeamento de mulheres estudiosas que contribuíram para a produção de conhecimentos considerados basilares aos futuros administradores, sendo tais conhecimentos aqueles que compõem a chamada teoria geral da administração. Neste estudo, compreende-se a importância de uma educação familiar e escolar (mesmo no âmbito do ensino superior) que não produza ou reforce uma formação que enquadre as pessoas em determinados papéis comportamentais e determinados lugares no mercado de trabalho. Isso pode ser enfatizado a partir de uma educação não sexista.

Outro aspecto importante a ser tratado no estudo é que para além das desigualdades atreladas ao gênero e à linguagem, as mulheres sofrem outros tipos de desigualdades, como desigualdades geográficas, raciais e de classe.

O estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Sendo assim, o artigo tratará num primeiro momento sobre a educação sexista, em seguida sobre os diversos tipos de desigualdades vivenciados pelas mulheres. Após a construção do referencial teórico, será apresentado o método utilizado e depois os resultados e as conclusões do estudo.

Educação sexista

Segundo Ávila (2018), professoras e professores, baseados em concepções essencialistas, delimitam comportamentos diferentes para meninos e meninas, gerando relações de poder como empoderamento masculino em relação ao feminino, pois a escola é um campo de dimensões significativas para a desconstrução de valores, crenças, olhares e comportamentos. Para Louro (2013), as justificativas para as desigualdades devem ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade e nas formas de representação.

Scott (1995) observa que é constante nas análises e no entendimento das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, masculino *versus* feminino, que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação e submissão.

Observa-se ainda que o termo “gênero” ainda continua concebendo e naturalizando a existência de uma visão binária sobre os papéis culturais e sociais, ou seja, as categorias de análise ainda continuam divididas entre os dois polos: homem e mulher (SALIH, 2013). Daí a relevância de uma formação para todos os profissionais do ambiente de ensino problematizando temas como corpo, gênero, sexualidade, assim como etnia e raça, geração, religião, temas imbricados nas questões de gênero (ÁVILA, 2018).

No âmbito da educação superior, um modo de promover uma educação não sexista seria, inicialmente, o cuidado com a própria linguagem e, em seguida, buscar dar visibilidade para aquelas mulheres que contribuíram para a produção de conhecimentos nas diversas áreas. O uso apenas de sobrenomes nas citações ao longo dos livros e *papers* contribui para a construção de um imaginário do homem branco como autor da maioria dos estudos – o que remete ao uso sexista da linguagem, no qual há uma dificuldade no reconhecimento das mulheres, e contribui para a invisibilidade feminina na ciência e na história.

De acordo com os estudos das autoras TOLEDO *et al.* (2014), a linguagem é um agente socializante de gênero, uma construção sócio-histórica, algo que pode ser ensinado e aprendido. Com isso, ela também pode ser modificada e, por meio dela, moldados os pensamentos que são propagados pelas pessoas na sociedade. Para as autoras, o androcentrismo geralmente é percebido com o uso do masculino como genérico para ambos os sexos e usar apenas o masculino como dominante torna invisível a existência e presença das mulheres na história, no cotidiano e no mundo. E, tradicionalmente, o sexismo é considerado como discriminador do sexo feminino.

Somado a isso, existem os estereótipos de gênero. A reprodução de padrões de comportamento e de estereótipos de gênero ocorre a partir de um conjunto de espaços sociais (WIENCLAW, 2011). Para Carvalho e Mendes (2015), a incorporação de estereótipos de gênero perpassa não somente o ensino escolar, mas outras instâncias como a mídia e a própria família.

Ainda assim, a importância da promoção da equidade no processo educacional está justamente no fato de que é no ambiente escolar que meninos e meninas aprendem a se conformar aos papéis e estereótipos de gênero ou a se libertar deles (WIENCLAW, 2011). Daí a importância de um processo educacional, em todos os níveis de escolarização, que não reforce determinados estereótipos de gênero.

Nesse sentido, quando professores/as selecionam conteúdos, textos para comporem suas aulas, o que ocorre é uma reprodução de saberes

que, assim como em outras áreas do pensamento, ainda privilegiam o conhecimento oriundo de homens. Assim, alunos/as aceitam determinados estereótipos, dado que já estão acostumados desde o ensino infantil a processos de ensino e aprendizagem que privilegiam homens, ou ainda, processos de ensino e aprendizagem que tornam as mulheres invisíveis.

Para Cabello (2018), a educação não sexista coloca em questionamento a normatividade heterossexista da educação. Daí a importância de uma educação que reconheça as mulheres e outras dissidências que contribuíram e contribuem para a produção do conhecimento que é disseminado em livros e processos educativos, visto que essas autoras estão, em sua maioria, invisibilizadas pela linguagem sexista.

Mulheres e desigualdades

Para além das desigualdades atreladas ao gênero e à linguagem, as mulheres sofrem outros tipos de desigualdades ligadas aos aspectos geográficos, étnico-raciais e de classe.

Conforme Margaret McLaren (2016), a utilização da categoria mulher ou mulheres tem algumas implicações. Enquanto a utilização desta pode ser vista como necessária para fazer reivindicações políticas como uma identidade de grupo, ao mesmo tempo pode-se pensar que categorias de identidade podem corporificar diferenças na tentativa de representação geral enfatizando o gênero, por exemplo, em detrimento de outros aspectos como habilidades, raça, classe.

De acordo com Hirata (2005), há uma desigualdade marcada pelo enfoque Norte-Sul em termos globais, pois apesar da interdependência de mercados entre os países, não há uma homogeneização nas condições de trabalho, dada a desigualdade de situações econômicas e sociais.

Segundo Seneviratne (2018), uma dimensão que precisa ser incluída nos estudos é a história e o local onde vivem as mulheres, dado que uma mulher do terceiro mundo que trabalha em condições precárias não é oprimida porque é pobre, mas porque é mulher e porque vive nesse lugar que tal condição torna-se possível.

Apesar dos avanços sociais nos últimos anos, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo: trabalhadores homens recebem 50% a mais do que as mulheres, uma diferença 10% maior do que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e as mulheres também estão mais propensas a exercer trabalhos informais (OCDE, 2018).

Para Carneiro (2014), o racismo é apresentado como outra forma de opressão, e se forem consideradas as mulheres negras nascidas em países do terceiro mundo, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, nos quais a escravidão e a exploração colonial permanecem na identidade nacional,

uma ordem social supostamente democrática mantém intactas as relações de gênero segundo a cor e a raça. Tanto no Brasil como na América Latina, as mulheres negras e de origem indígena tiveram como construção histórica uma experiência distinta da experiência e discurso clássico usados no movimento feminista, no qual as mulheres brancas denunciam a opressão.

A agenda feminista global possui vários assuntos importantes pautados no desenvolvimento humano, como a situação econômica e as questões relacionadas à pobreza das mulheres, oportunidades de educação, as políticas de inclusão no mercado de trabalho, a prostituição e leis sobre herança e propriedade material. Em segundo lugar estão temas com relação aos direitos políticos, obtenção de cargos públicos, violações básicas de direitos humanos, como estupro e tortura. Ainda há uma preocupação com aspectos conjugais e familiares, como leis de casamento e divórcio, políticas de cuidado com crianças e serviços domésticos. A preocupação com saúde e sobrevivência das mulheres é outra pauta da agenda e inclui os direitos reprodutivos, gravidez, sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis (COLLINS, 2017).

A equipe das Nações Unidas no Brasil, ao tratar sobre os Direitos Humanos das Mulheres, observa que essas mulheres permanecem alocadas principalmente na prestação de serviços, assim como observa a discriminação das mesmas no acesso a cargos de chefia (ONU 2018).

Acrescenta-se a isso que o branqueamento conforme ocorre uma ascensão na hierarquia organizacional. O Instituto Ethos (2016) fez levantamento de dados sobre o perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. O levantamento aponta que as pessoas negras, que são 52,9% da população do país, estão, como as mulheres como um todo, em situação de desigualdade, sub-representação e afunilamento hierárquico. As pessoas negras têm sua participação resumida a 6,3% na gerência e 4,7% no quadro executivo, sendo que as mulheres negras têm condição ainda mais desfavorável, com 8,2% ocupando cargos de supervisão e 1,6% de cargos de gerência. No quadro executivo, sua presença se reduz a 0,4%, sendo duas, entre 548 diretores negros e não negros de ambos os sexos entre os participantes da pesquisa.

A despeito dos indicadores educacionais da população preta ou parda apresentarem melhorias entre 2016 e 2018 como resultado da escolaridade acumulada ao longo de gerações e em decorrência de políticas públicas de acesso à educação, persiste a desigualdade entre mulheres por meio do recorte racial. O percentual de mulheres brancas com ensino superior completo é mais do que o dobro do calculado para as mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2019).

Melo (2011) destaca que a equidade de gênero é um processo lento e, para que a mesma aconteça, torna-se necessário que ocorram mudanças de valores, crenças e práticas sociais. Tais transformações devem

envolver novas práticas no âmbito das famílias, das escolas, do governo e das comunidades.

Importante evitar que gênero, raça e classe figurem como marcadores identitários de diferença e não de assimetrias de poder, o que pode minimizar a incidência do racismo, dissolvendo sua relevância em relação à classe social, à nacionalidade, à sexualidade e ao próprio gênero (CAR-DOSO, 2019). Nesse sentido, a interseccionalidade se torna indispensável nos estudos sobre mulheres, dado que “A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política” (HIRATA, 2014, p. 69).

Sendo assim, partiu-se do pressuposto de que a formação em administração não é algo dado, não é uma categoria universal. Por isso procura-se produzir análises que considerem os processos que compõem tal formação para além de categorias previamente aceitas. “É preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, 2008, p. 24).

Quando professores e professoras selecionam conteúdos, textos, materiais para comporem suas aulas, o que ocorre é uma reprodução de saberes em administração, que assim como em outras áreas do pensamento ainda privilegiam o conhecimento oriundo de homens, num processo de reprodução de narrativas universais pautadas no esquema homem branco.

Método

A abordagem utilizada foi baseada em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. As leituras obedeceram a alguns critérios que auxiliaram no entendimento do assunto tratado (MARCONI; LAKATOS, 2003). Programas de disciplinas de períodos iniciais de um curso de administração serviram de material para seleção de literatura pertinente sobre teoria geral da administração (TGA). Tal curso de graduação em administração é ofertado por Instituição de Ensino Pública Federal da região Sudeste.

Portanto, este estudo foi construído do ponto de vista do ensino de administração no Brasil, sabendo-se que tal ensino em outros países possa dar mais visibilidade a autoria feminina da área.

A pesquisa bibliográfica teve como principal fonte de coleta de dados o livro *A Teoria Geral da Administração* de Motta e Vasconcelos (2006), que constava na maioria dos programas de ensino observados durante o período de 2015 até 2019. Também foram analisados outros três livros sobre administração com conteúdo da teoria geral da administração, quais sejam: *Administração*, de Stoner e Freeman (1999), *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*, de Sobral e Peci (2008), e *Administração: teoria e processo*, de Caravantes, Panno e Kloeckner (2005).

Para responder ao objetivo do estudo, o levantamento de dados utilizou apenas parte da literatura disponível, ou seja, aquela que constava nas referências dos programas de ensino como referências básicas. Leitura atenta foi realizada nos livros selecionados para a identificação de autoras e seus estudos, desde o início da Escola Clássica da Administração e do Movimento de Administração Científica até as últimas escolas, que compõem os conteúdos da teoria geral da administração.

A TGA é composta por teorias formuladas durante o século XX, desde aqueles estudos publicados nas décadas iniciais do século XX até estudos realizados no decorrer das décadas de 1950, 1960, 1970 e até de 1980. As escolas de pensamento ou temas organizacionais considerados na coleta de dados são a Administração Científica, a Escola Clássica, a Escola de Relações Humanas, as Teorias de Motivação e Liderança, a Abordagem sistêmica, a Teoria da Racionalidade Limitada e a Abordagem contingencial.

Análise dos resultados

Neste estudo, foi possível identificar algumas mulheres e suas contribuições para a área de conhecimento investigada. A maioria das autoras passa despercebida no processo formativo da maioria dos administradores. Autoras consideradas clássicas que, de algum modo, fazem parte do aprendizado de administradores, são Lilian Gilbreth (1878-1972) e Mary Parker Follett (1868-1933). Em seguida estão algumas de suas principais contribuições.

Em parceria com seu marido Frank Gilbreth, contribuiu para a construção da administração científica, influenciados por Taylor e Fayol. Lilian, norte-americana de origem germânica, estudou na Universidade da Califórnia e teve sua tese de doutorado transformada em livro chamado *The psychology of management* e publicado na revista *Industrial engineering* em 1914 (STONER; FREEMAN, 1999).

Mary Parker Follett, de acordo com Caravantes, Panno e Kloeckner (2005), nasceu na Nova Inglaterra e graduou-se no Radcliffe College em 1898. Parte significativa de sua carreira foi dedicada ao trabalho de assistente social. Porém, ela se interessava pelo funcionamento das organizações, especialmente pelo desempenho gerencial como impulsionador do desempenho organizacional, ainda que não tivesse trabalhado em uma indústria. Classificar Mary Follett junto aos autores clássicos da administração científica faz sentido, pois cronologicamente suas contribuições datam da década de 1920.

Porém, se for classificá-la em relação ao conteúdo, Follett é uma precursora de alguns temas ainda discutidos atualmente, como participação e liderança. Ela fez importantes observações sobre conflitos de interesses

entre os padrões informais nos grupos de trabalhadores e as regras formais que controlavam a organização. Diferente da Escola de Administração Científica, que acreditava que o método da força era mais adequado, para Mary a melhor forma de solucionar os conflitos é por meio da integração dos interesses por ambas as partes (MOTTA; VASCONCELLOS, 2006).

Além de Lilian e Mary, outras mulheres estudiosas foram mapeadas, juntamente com suas principais contribuições à Teoria Geral da Administração, quais sejam: Joan Woodward, Shoshana Zuboff, Linda Smircich, Mary Jo Hatch, Beatriz Marques de Sousa Wahrlich e Rosabeth Moss Kanter.

Os trabalhos de Joan Woodward promoveram a consolidação da chamada visão sistêmica das organizações e contribuíram para a teoria da contingência. Ela era professora de sociologia industrial na Faculdade Imperial de Ciência e Tecnologia da Universidade de Londres. Suas principais obras são: *Organização industrial: teoria e prática* e *Organização industrial: comportamento e controle*. Essas obras mostram os dados de uma vasta pesquisa realizada na região sudeste de Essex. A autora liderou um grupo de pesquisadores por quatro anos durante os quais estudaram uma centena de organizações industriais. A própria Joan afirmou que a principal conclusão desse trabalho de pesquisa foi a constatação, na prática, da existência de uma ligação entre tecnologia e estrutura social, teoria anunciada por Thorstein Veblen em 1904 (MOTTA; VASCONCELOS, 2006).

De acordo com Caravantes, Panno e Kloeckner (2005), a autora contribuiu para que alguns conceitos fossem alocados no enfoque situacional mecanístico (organização rígida, meio ambiente estável e baixa inovação tecnológica), enquanto outros alocados no enfoque situacional orgânico (organizações com hierarquias menos rígidas, mais flexíveis e pertencentes ao meio ambiente de extrema mudança, com elevado grau de inovação).

Outra estudiosa encontrada é Shoshana Zuboff, professora da Harvard e autora do livro *In the age of the smart machine* ou *Na era da máquina inteligente*, publicado em 1984. A autora contribuiu para estudos sobre tecnologia e sistema. Em sua tese de doutorado, Shoshana explica que a tecnologia da informação permite dupla funcionalidade, sendo a primeira de automatização e a segunda de informatização. A função de automatizar as operações substitui o esforço e a qualificação humana por uma tecnologia que proporciona essa execução com maior controle e continuidade com uma redução de custos. Já a função de informatização vai além dos limites da automatização. A informação que é gerada é também incorporada, alimentando o próprio sistema e aperfeiçoando-o (MOTTA; VASCONCELOS, 2006).

Linda Smircich é citada brevemente junto ao fenômeno de Liderança, sendo associada à Gareth Morgan. A pesquisadora norte-americana publicou em 1983 importante artigo que ajudou a definir o conceito de cultura organizacional. Para ela, a definição desse conceito engloba duas

formas. A primeira é considerar a cultura como uma característica da organização. Por exemplo: no caso de entidades públicas e empresas, a cultura muda com o passar do tempo. A outra forma seria considerar que a organização não tem uma cultura, ela é uma cultura, sendo a organização interpretada como um ambiente cultural e simbólico (MOTTA; VASCONCELOS, 2006).

No âmbito dos estudos de cultura organizacional, Sobral e Peci (2008) apontam Mary Jo Hatch como crítica e ampliadora do modelo de Edgar Schein. Para este, a cultura é um conjunto de valores e ideias compartilhadas em um grupo resultantes das adaptações externas e internas das pessoas integrantes. Desse modo, o conceito de cultura pode ser dividido em três níveis: 1- artefatos (aquilo que pode ser visto e ou ouvido no dia a dia); 2- valores (a separação do que é certo e do que é errado); e 3- pressupostos básicos (crenças inconscientes que, muitas vezes internalizadas, deixam de ser explícitas. Essas crenças determinam como os membros da organização pensam, percebem e sentem, e podem ser influenciadas por meio da linguagem, histórias, lendas e símbolos). Para Hatch, os aspectos simbólicos devem ser considerados como mais complexos, como, por exemplo, as metáforas, a história da empresa, as expressões visuais, a arquitetura e os rituais (SOBRAL; PECI, 2008).

Beatriz Marques de Sousa Wahrlich foi a única autora brasileira mapeada na investigação, o que evidencia ainda uma subserviência na utilização de conhecimentos norte-americanos e europeus. Nascida no Rio de Janeiro, foi professora da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e em 1952 cursou mestrado na Universidade de Nova York no programa de administração pública, formando-se em 1954. A autora dedicou seu esforço e trabalho na área de estudos organizacionais (CARAVANTES; PANNO; KLOECKNER, 2005).

Antes disso, ainda no início da década de 1950, Beatriz Wahrlich, acessou o curso de mestrado, quando a maioria das mulheres ainda estava atuando somente na esfera privada. Desse modo, ela não assumiu o papel tradicional até então desempenhado pelas mulheres, construindo, segundo Oliveira (2011), uma trajetória profissional que levou o seu trabalho do lar para o espaço público. A partir da pesquisa realizada, é possível pensar que Beatriz Wahrlich era oriunda das classes sociais elevadas, tendo em vista que teve oportunidade de acesso ao ensino superior e em seguida ao mestrado fora do país.

Para Caravantes, Panno e Kloeckner (2005), é de suma importância a contribuição de Wahrlich para entender o contexto da teorização da administração no país, tendo em vista o ambiente acadêmico nacional da época, no qual predominavam aspectos práticos, enquanto a autora focava na pesquisa sobre a teoria e seus fundamentos. Enquanto os demais estudiosos estavam preocupados com questões ligadas à prática organizacional, Beatriz defendia que era necessário o estudo das regras e teorias

para qualquer situação, levando, desse modo, a administração a desenvolver-se e aprimorar-se no âmbito organizacional. Dentre suas obras, cita-se aqui a reforma administrativa da Era Vargas.

Além disso, de acordo com informações do CRA-RJ (2019) e da FGV (2019), ela era administradora, funcionária empenhada com a modernização do setor público, foi cofundadora e diretora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, no período de 1962 até 1970. Também é considerada a patrona da Administração Pública no Brasil e a principal teórica da reforma desenvolvimentista dos anos 1960 e 1970.

Rosabeth Moss Kanter foi a última estudiosa a ser encontrada na literatura investigada. Norte-americana, graduada em Sociologia, mestra e Ph.D. na Universidade de Michigan e professora em Harvard. Interessada em compreender a dinâmica organizacional, Kanter sugeriu estratégias para que grandes empresas possam se tornar mais flexíveis e aprimorem o sistema de comunicação, propondo um clima propício para que inovações aconteçam. Também encorajou o deslocamento de pessoas que exerciam determinadas funções para outras (CARAVANTES; PANNÓ; KLOECKNER, 2005).

Portanto, oito mulheres foram mapeadas nos livros que compuseram a fonte de coleta, enquanto cerca de 50 homens foram encontrados. Após a leitura, foi confirmada a percepção de que o uso da linguagem não contribui para dar visibilidade às autoras nos livros voltados à teoria geral da administração.

De acordo com as autoras Ferreira e Schwartz (2014), diferentemente de Londres, que admitia meninas desde 1789 na escola lancasteriana de Borough Road, no Brasil a Legislação somente formalizou a inserção feminina em 1827. Enquanto a Inglaterra neointustrial do início do século XIX, a partir da educação incentivava a inserção de mulheres em atividades fabris, no ensino brasileiro as mulheres tinham uma educação voltada ao espaço doméstico.

Durante boa parte do século XX, as mulheres não tinham acesso à educação e tampouco eram protagonistas no espaço público. Nesse sentido, Harding (2007) aponta o aspecto androcêntrico e sexista na sociedade, nas ciências e na própria educação, dado o silenciamento de vozes femininas nos discursos científicos.

Segundo Guedes (2008), a universidade no Brasil foi concebida como um espaço masculino até a década de 1970, quando a entrada de mulheres foi intensificada. Essa mudança evidencia uma certa ruptura com o relacionamento tradicional entre os gêneros que buscava manter as mulheres principalmente na esfera privada (OLIVEIRA, 2011).

Talvez por isso, apenas uma mulher brasileira tenha sido mapeada, tendo em vista que em outros países as mulheres tinham acesso ao sistema educacional havia décadas e considerando o contexto econômico e social na época de construção dos conteúdos da área. Ainda em relação

aos dados coletados, foi possível observar que os principais autores referenciados nas escolas de pensamento eram homens, deixando pouco espaço para autoras mulheres. As ciências modernas estão atreladas às relações de gênero em suas épocas históricas por meio da discriminação sexista e androcêntrica nos processos e resultados da pesquisa científica, nas estruturas sociais das ciências, na ciência da educação, nas concepções da tecnologia e nas epistemologias e filosofias da ciência (HARDING, 2007; SABOYA, 2013).

No âmbito dos estudos interseccionais, é sabida a relevância da consideração da raça, da classe social, dentre outros, na análise dos dados. No entanto, nesse estudo, tendo em vista que a pesquisa foi bibliográfica, não foi possível verificar a raça e a classe social das autoras.

Nascimento (2019), desde a década de 1970, contribui para o entendimento sobre a estrutura da sociedade brasileira e suas consequências para a atribuição de papéis no mercado de trabalho no que tange, principalmente, as mulheres. A autora enfatiza que a estrutura de dominação social de herança escravocrata permanece sendo reproduzida socialmente, produzindo desigualdades.

Portanto, a TGA foi construída a partir de um contexto marcado por uma estrutura que produz desigualdades sociais, raciais e de gênero, o que leva a crer que a maioria das autoras é oriunda de países do primeiro mundo, tendendo a comporem as classes sociais elevadas em suas respectivas sociedades e a serem mulheres brancas.

Conclusões

A partir da coleta de dados e dos resultados obtidos, percebeu-se que as mulheres também contribuíram para a construção dos conhecimentos da teoria geral da administração. Os livros utilizados numa primeira aproximação do objeto de estudo mostram que desde as primeiras escolas do pensamento organizacional, as mulheres já se mostravam presentes, mesmo que durante o processo formativo na área não exista uma visibilidade de seus estudos e dos conhecimentos produzidos por elas. Unida à invisibilidade, há uma sub-representação.

Os estudos sobre ciência e gênero apresentam evidências de que, apesar dos melhores indicadores educacionais no ensino superior, as mulheres permanecem sub-representadas no campo científico (BARROS; MOURÃO, 2018).

Um aspecto importante é a questão racial na literatura analisada. Observou-se, por meio das informações textuais e por meio dos nomes e sobrenomes das autoras traços que podem indicar origem germânica, inglesa e norte-americana, mesmo para a autora brasileira. Com isso, no imaginário dos leitores e leitoras, a referência a partir de um sobrenome pode remeter quase sempre à imagem de um homem branco. Isso reflete a desigualdade

marcada pelo enfoque Norte-Sul (HIRATA, 2005), nos quais as mulheres do terceiro mundo sofrem opressões diferentes das mulheres de países mais desenvolvidos (SENEVIRATNE, 2018). Daí a maioria das autoras que contribuíram para a teoria geral da administração ser oriunda de países ao norte do globo e brancas, visto que na época da construção da TGA, as mulheres do sul global não tinham tantas oportunidades de acesso à educação e ao campo científico.

Também é sabida a necessidade da realização de um levantamento mais abrangente para consolidar o conhecimento sobre as mulheres que contribuíram para a produção de conhecimento na área. Do mesmo modo, em etapa futura de investigação será necessário um levantamento de outras referências utilizadas em diversas Instituições de Ensino Superior no Brasil, incluindo teorias contemporâneas, considerando os aspectos interseccionais.

Importante frisar que as metanarrativas, as categorias previamente aceitas, acabam eliminando outras perspectivas e que alguns saberes podem ser considerados mais importantes do que outros – o que faz com que determinado conteúdo passe a ser mais aceito e utilizado no campo da administração. O mesmo ocorre sobre quem está autorizado ou não a conceber e a propagar determinado conhecimento.

Além da identidade sexual não ser um aspecto tão rígido e a sexualidade requerer ser contemplada em sua trajetória complexa, com contextos geográficos e culturais, segundo Cabello (2018), uma educação não sexista reconhece as mulheres e outras dissidências que contribuíram para a produção do conhecimento que é disseminado nos livros e em processos educativos para crianças e adultos, visto que essas autoras estão invisibilizadas pela linguagem sexista.

Referências

ÁVILA, D. M. V. Ser menina e ser menino: gênero e sexualidade na escola. *Saberes docentes em ação*, v. 4, n. 1, abr. 2018.

BARROS, S. C. da V.; MOURÃO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia e Sociedade*, v. 30, 2018.

CABELLO, C. Educación no sexista y binarismos de gênero: agitaciones feministas y disidencias sexuales secundarias en la escuela, en mayo feminista. In: ZERÁN, F. (Ed.). *La rebelión contra el patriarcado*. Santiago: LOM ediciones 2018.

CARAVANTES, G. R.; PANNO, C. C.; KLOECKNER, M. C. *Administração, teoria e processo*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

CARDOSO, C. P. Redes feministas no enfrentamento do racismo patriarcal heteronormativo. In: VEIGA, A. M. et al. (Org.). *Mundos de mulheres no Brasil*. Curitiba: CRV, 2019.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Latitudes Latinas*, 2014.

CARVALHO, G. P. de; MENDES, M. G. Gênero e políticas educacionais no Brasil. *Caderno Espaço Feminino*, v. 28, n. 1, 2015.

COLLINS, P, H. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. *Cadernos Pagu*, v. 51, ago./out. 2017.

CRA-RJ. Conselho Regional de Administração. *Biblioteca Beatriz Wahrlich*. Disponível em: <http://cra-rj.adm.br/biblioteca-virtual/quem-foi-beatriz-wahrlich/>. Acesso em: 25 set. 2019.

FERREIRA, D. N. A.; SCHWARTZ, C. M. Política, poder e instrução: a educação feminina no método lancasteriano. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 14, n. 1, jan./abr. 2014.

FGV online. *Biblioteca virtual*. Disponível em: http://ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/pag/biografias/beatriz_wahrlich.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, jun. 2008.

HARDING, S. Gender, democracy, and philosophy of science. *Electronic Journal of Communication, Information & Innovation in Health*, n. 1, 2007.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, jun. 2014.

HIRATA, H. Globalização, trabalho e gênero. *R. Pol. Públ.*, v. 9, n. 1, jul./dez. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Estudos e pesquisas, informação demográfica e socioeconômica, n. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO ETHOS. *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. Instituto Ethos e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/cedoc/perfil-social-racial-e-de-genero-das-500maiores-empresas-do-brasil-e-suas-aco-es-afirmativas/#.W6KUQOhKjIU>. Acesso em: 8 out. 2019.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2003.

McLAREN, M. A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

MELO, M. C. O. L. Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage, 2011.

MOTTA, F. C.; VASCONCELOS, I. G. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

NASCIMENTO, B. A mulher negra e o mercado de trabalho. In: Hollanda, H. B. de. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

OCDE. *Relatórios econômicos OCDE: Brasil 2018*. Disponível em: <http://www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm>. Acesso em: 4 abr. 2019.

ONU. Equipe das Nações Unidas no Brasil. *Direitos humanos das mulheres*. Julho, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/08/Position-PaperDireitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

OLIVEIRA, Z. L. C. de. Porto Alegre: Aqui as mulheres não se escondem. *Mulher e Trabalho*, v. 2, 2011.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SABOYA, M. C. L. Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. *Educação, Gestão e Sociedade*, n. 12, 2013.

SENEVIRATNE, P. Marxist feminism meets postcolonial feminism in organizational theorizing: issues, implications and responses. *Journal of International Women's Studies*, v. 19, n. 2, 2018.

SOBRAL, F.; PECI, A. *Administração, teoria e prática no contexto brasileiro*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. *Administração*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1999.

TOLEDO, L. C. de; ROCHA, M. A. K. da; DERMMAM, M. R.; DAMIN, M. R. A.; PACHECO, M. (Org.). *Manual para o uso não sexista da linguagem*. Rio Grande do Sul: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014.

WIENCLAW, R. A. *Sociology reference: guide gender roles & equality*. Nova York: The Editors of Salem Press, 2011.

DOI: 10.12957/rep.2021.56085

Recebido em 22 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 18 de agosto de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans

Exclusion “from” and “in” higher education: challenges
on access and continuance for the transexual population

Milena Carlos de Lacerda*
Guilherme Almeida**

Resumo – Considerando que o ingresso nas instituições universitárias não é experiência comum às/aos travestis e transexuais brasileiras/os, o presente artigo objetiva refletir acerca dos desafios que atravessam o acesso e a permanência das pessoas trans, a partir da experiência da Universidade Federal do Tocantins. Neste aspecto, a pesquisa documental empreendeu uma análise dos dois dispositivos centrais que aparecem como os indicadores mais evidentes da formalização desta população no ambiente universitário: o nome social e o uso autorreferido dos banheiros. Essas questões relacionam-se à adequação do ambiente educacional, à promoção da diversidade sexual e à expressão/identidade de gênero como condição indispensável para garantir o direito à educação às pessoas em condições precárias de vida social, alijadas dos direitos fundamentais e expostas à margem do convívio social.

Palavras-chave: acesso; permanência; universidades; nome social.

Abstract – Taking into consideration that admission to universities is not a regular experience to Brazilian transvestites and transexuals, this article aims to reflect upon the challenges that are faced by trans people during access and staying at the Federal University of Tocantins (UFT). The documental research undertook an analysis of two central documents that work as indicators of formal acceptance of this population on the university environment: adoption of chosen name and self-determination of which restroom to use. These questions relate to the adaptation of the educational environment, to the promotion of sexual diversity, and to the notion of gender/identity expression as fundamental to assure the right to education to people who live in precarious conditions of social life, whose basic rights are often denied and that are living on the margins of society.

Keywords: access; continuance; universities; chosen name.

* Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1299-8296>.

** Assistente Social, Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ e Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: gsdealmeida@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7355-6606>.

Introdução

O presente artigo é oriundo da dissertação de mestrado que versou sobre a construção e implementação do direito ao nome social e ao uso dos banheiros por pessoas trans¹ na Universidade Federal do Tocantins (UFT). A partir da pesquisa documental, a dissertação empreendeu uma análise exploratória dos modos como o acesso e permanência das pessoas trans na educação aparecem nas regulações estaduais do Tocantins e a descrição do processo de construção do direito ao nome social e do uso autorreferido dos banheiros na UFT.

Neste artigo, aproximamo-nos dos desafios que atravessam o acesso e permanência das pessoas trans no ensino superior a partir da eleição de dois dispositivos centrais: o nome social e o uso autorreferido dos banheiros nas instituições de ensino superior (IES), particularizando a experiência da UFT.

A partir dessas reflexões, a análise da educação no contexto da contrarreforma do Estado e a proliferação de narrativas e práticas conservadoras em torno do gênero e da sexualidade requer a centralidade da dialética no fazer investigativo, ao passo que possibilita a mediação ontológica do universal, particular e singular, haja visto os impactos cotidianos na vida social das pessoas trans e as relações sociais mais amplas da produção e apropriação da riqueza social.

É importante lembrar que a disputa política partidária manifesta nas eleições de 2018 no Brasil agudizou o projeto de sucateamento da educação superior, a “cultura do ódio”, a perseguição ideológica e a asfixia financeira às universidades empreendida pela ascensão de governos conservadores e autoritários no país. Trata-se de um projeto do capital para educação, na sua mistificação como mercadoria.

No intuito de desvelar esses desdobramentos no cenário nacional, partiremos do pressuposto dialético-crítico para pensar a materialidade da vida social, oriunda dos “modos de ser e determinações da existência” (MARX, 2013), através da pesquisa bibliográfica e análise documental das políticas educacionais voltadas às pessoas trans. Em vista da abordagem qualitativa, lançamos mão do levantamento de registros documentais situados em matérias jornalísticas de 2013-2018 com repercussão institucional, estadual e regional acerca dos direitos das pessoas trans no estado do Tocantins.

A discussão das diferenças e das desigualdades foi direcionada pelo feminismo interseccional, indo além da combinação e sobreposição das formas das desigualdades e ressaltando a capacidade de agenciamento da população trans no cenário institucional adverso.

¹ A identificação de pessoas trans é dada pela pluralidade das expressões de gênero em avesso à cisgeneridade. Nesse trabalho, optamos pela abordagem que incorpora apenas os/as sujeitos que se autodeclaram travestis e transexuais.

Com base no espectro de pessoas trans inseridos/as nas instituições universitárias, objetivamos refletir acerca das condições de acesso e permanência, considerando que o apagamento das identidades trans não se apresenta exclusivamente nas universidades, pois as violências e violações a que são acometidas manifestam-se ao longo das suas vidas. Vale mencionar ainda que o escopo aludido anteriormente não é representativo, pois o ingresso no ambiente universitário não é experiência comum às travestis e transexuais brasileiras/os, posto que a entrada na educação superior pressupõe uma formação na educação básica.

De antemão, cabe recuperar que esse estudo adentra a zona periférica de uma temática de invisibilidade, com sujeitos considerados “abjetos” no tecido social, situada em uma região periférica no cenário nacional e alocada numa instituição universitária sucateada. É desse lugar de (re) existência que nos pronunciamos, pois a apreensão das concepções hegemônicas sobre gênero e sexualidade nesse território, que em geral se pauta na defesa da família nuclear burguesa, está em disputa com as organizações coletivas que culminaram nos parques direitos da população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Intersexuais).

A afirmação do direito à universidade: entre o ser e o não ser

Aludir às questões mais abrangentes que envolvem o acesso e permanência no contexto universitário pressupõe retomar a lógica do capital, da programática neoliberal, do processo de mercantilização das políticas sociais e da precarização do trabalho que impulsiona reformas e ajustes imbricados no metabolismo do capital. À despeito de não traçarmos uma reflexão aprofundada da educação nos limites deste artigo, a concebemos como uma dimensão da vida social alicerçada no sentindo ontológico do trabalho. Como política social, o direito a educação é um direito humano fundamental, garantido constitucionalmente.

Esse pano de fundo oferece balizas teóricas para refletir sobre os desafios do acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais. Os índices indicam que o capital privado protagoniza a oferta da educação superior, acompanhando a terapêutica neoliberal da “democratização” e “acessibilidade”. A proliferação da “venda” dos cursos é mascarada pela possibilidade de acesso e acompanha os ajustes norteados pelas diretrizes dos organismos multilaterais com a parceria da iniciativa privada.

As questões do acesso e permanência estão sedimentadas sob um quadro profundamente desigual da sociedade brasileira, pois desde o seu surgimento tardio, a universidade privilegia a formação das elites sociais. Por esse ângulo, o mapeamento do acesso e permanência da população

trans em sua particularidade implica a avaliação da expansão do ensino superior e seus impactos no acesso e permanência para as pessoas cisgênero².

O próprio ingresso no ensino superior está subordinado a processos de seleção que foram se alterando e se diversificando ao longo dos anos. Gisi (2006) pontua que os processos seletivos para a entrada na educação superior mascaram uma hierarquia socialmente existente, pois conferem um poder simbólico a quem já desfruta de um poder real, na medida que só escolhe os que já estão escolhidos, corporificando uma seleção que já ocorre na própria trajetória de vida do/a estudante. Por esse motivo que as questões envolvendo o acesso e permanência não podem restringir-se à entrada nos portões das universidades, pois esta entrada está atrelada a um percurso anterior, que não envolve somente o cumprimento obrigatório da educação básica, mas as condições objetivas de existência.

Os conteúdos meritocráticos dos mecanismos de exclusão não operam somente no acesso às IES, mas nas possibilidades de permanência. Tratar desse conjunto de desigualdades requer considerar as discriminações históricas praticadas contra os sujeitos sociais excluídos das universidades e alijados do direito à educação. Na mesma proporção, é necessário reconhecer as lutas sociais travadas pelos movimentos sociais, sobretudo pelas ações afirmativas no âmbito da universidade.

Em se tratando da permanência, faz-se necessário recuperar aspectos próprios da rotina universitária que podem ser sobrepostos com o turno, a predileção dos cursos, o período integral, a modalidade de ensino (presencial, semipresencial ou à distância), o caráter público ou privado, a inserção no estágio obrigatório, as atividades extracurriculares, o acesso ao material didático, as limitações concretas de locomover-se à universidade, o vínculo trabalhista, o respeito ao nome social, a focalização dos auxílios da política da assistência estudantil, o exercício da maternidade, entre outras. São questões que se inter-relacionam com as condições objetivas e subjetivas da vida dos/as universitários/as e repercutem no número reduzido de concluintes em relação aos ingressantes.

É nesta articulação que a plenitude do acesso – permanência e conclusão – imbrica-se com as dimensões de classe social, da raça/etnia e gênero. Os índices revelam maior presença de mulheres no ensino superior. Contudo, há de se considerar quais cursos, turnos e modalidades nos quais as mulheres, tanto na rede privada ou pública estão vinculadas. Gisi (2006) alerta que, embora com maior acesso ao ensino superior e com bom desempenho, elas não se orientam para as profissões mais rentáveis e consideradas com maior prestígio econômico, por exemplo.

² Dumaesq (2014) evidencia que “cisgeneridade” é apenas uma distinção classificatória, pois diz respeito à norma em que pessoas trans são definidas, tendo em vista sua associação com uma condição natural, essencial e padrão por meio de uma hierarquia superiorizada, que não é passível de uma análise patologizante nem tampouco precisa ter seu gênero legitimado.

Entretanto, não podemos tomar as questões de acesso e permanência apenas sob a dinâmica do capital, mas reconhecer e visibilizar a correlação de forças em disputa, principalmente quando remetemos à mobilização dos coletivos negros inseridos nas universidades e das ações do movimento negro que protagonizaram a criação das políticas afirmativas e de inclusão social.

Não podemos deixar de mencionar as experiências dos pré-vestibulares comunitários como um dos instrumentos da luta em prol da democratização da educação superior no Brasil, que se constituíram não somente como espaço de qualificação para os/as trabalhadores/as negros/as, mas para a resistência e reivindicação em torno de uma militância e da identidade negra, direcionando-se para a formação crítica das pautas históricas que envolvem as questões do trabalho, educação e raça/etnia (HENRIQUES, 2017).

As chamadas “políticas reparatórias” passam a ser reconhecidas pelo Estado, notadamente a partir dos anos 2000, com ações voltadas a educação superior, estabelecendo novas dinâmicas no que tange ao acesso e à permanência no país.

Sueli Carneiro (2011) aponta que a reivindicação das cotas e políticas de ações afirmativas pelo movimento negro representa a sua confirmação como sujeito de direitos, consciente de sua condição de credor social de um país que promoveu a acumulação primitiva de capital a partir da exploração massiva do trabalho escravo. Ao longo desse período histórico, a autora enfatiza que o Brasil não ofereceu políticas de reparação aos negros na abolição e permanece negando a integração social por meio das múltiplas formas de exclusão racial, das quais o não acesso à educação é uma das mais perversas.

Não por acaso, a relação entre educação e o mundo do trabalho dos jovens e adultos da classe trabalhadora, em que consta uma parcela considerável da população negra, ocorre de forma contrária, pois é a inserção no trabalho, bem como as dificuldades decorrentes dessa relação que geralmente fomentam o retorno ao ambiente educacional, justamente para reinserir-se ou permanecer no mercado de trabalho. Por esse motivo que a luta para acessar e permanecer no ensino superior diz respeito à ampliação das chances de inserção e permanência no mercado de trabalho (HENRIQUES, 2017).

As políticas afirmativas representam mudanças significativas no sistema educacional brasileiro. Não obstante, as condições de acesso, permanência e de formação acadêmica estão distantes de promover uma efetiva universalização do direito à educação, principalmente na quadra histórica de corte dos gastos públicos e do “contingenciamento” de verbas das universidades federais.

Com base nessas aproximações, no próximo tópico refletiremos sobre o nome social e o uso autorreferido dos banheiros para as pessoas trans,

particularizando a experiência da UFT, tendo em vista que a ausência desses dispositivos associa-se com a negação de direitos fundamentais para determinada parcela da população que, em geral, não ocupa o espaço da universidade.

O direito a “conta gotas”: análise do acesso e permanência da população trans nas universidades

O acesso e permanência nas instituições universitárias é recorrentemente difundido pelo senso comum como mérito individual. Nas práticas discriminatórias perpetradas na universidade, o gênero, a raça/etnia e a sexualidade ocupam lugar central e decorrem da naturalização do estigma e do preconceito em torno das hierarquias sociais.

A categorização social é realizada pela norma regulatória do heterossexismo e do regramento binário de gênero como demarcações de fronteiras, as quais não se deve problematizar, tampouco transgredir. A existência dos excluídos que são incluídos de outro modo na teia dessas relações perpassa as questões de permanência na universidade, transitando entre ocultamento, estigma e abjeção. Ao lesionar o princípio da dignidade humana, essa discriminação assume a forma da violência física e da violência não física.

A violência física, mais visível e brutal, atinge diretamente a integridade corporal, quando não chega às raíais do homicídio. A segunda forma de violência, não-física, mas não por isso menos grave e danosa, consiste no não reconhecimento e na injúria. O não-reconhecimento, ou o reconhecimento de modo inferiorizado, configura uma forma de ostracismo ou subjugação social, que nega ou subestima o valor de ser ou de viver, favorecendo condições para que ocorra o tratamento degradante e insultuoso das pessoas que assim são ou vivem (RIOS; RESADORI, 2018, p. 632).

De todo modo, as violências transfóbicas são vislumbradas como casos esporádicos e pontuais e não como um fenômeno alicerçado institucionalmente, ao passo que se atomiza as práticas de subjugação social. A omissão das instituições indica a própria dificuldade em endossar o debate sobre gênero e sexualidade na arena pública, ao se negar a incorporar o conjunto de saberes e conhecimentos que a própria universidade produz.

As/os travestis e transexuais, cujas marcas de dissidência no plano da identidade de gênero estão inscritas no corpo, não necessariamente evadem da universidade³, mas são constantemente expulsas/os dela pela discriminação e estigma a que estão submetidas/os, constituindo a parcela

³ Lima (2013) retoma a política do armário de Sedgwick para afirmar que os/as travestis e transexuais não tem a opção de manter-se camuflados, pois se expressam na corporeidade que apresenta a materialidade da divergência à heteronormatividade.

da população com maiores dificuldades de permanência na escola e de inserção no mercado de trabalho. Ainda que não se tenha dados precisos no país, estimativas apontam que são poucas as/as travestis e transexuais que conseguem acessar a educação superior. A dificuldade de concluir o nível médio e superior pelo conjunto de violências incide no mercado de trabalho, alocando-as/os, majoritariamente, no exército industrial de reserva que é estruturado pela lei geral da acumulação capitalista.

Na contramão dessas iniciativas, as IES experimentam formas de resistência à intolerância em relação à diversidade sexual e à identidade/ expressão de gênero, produzindo processos contra-hegemônicos. A legitimação dessas ações tem se constituído como campo de disputas, ocasionando avanços, ainda que parcos, protagonizados pelos coletivos e grupos organizados de militância LGBTI+.

Como meio de combater a exclusão e mobilizar o acesso dessa população às universidades, foi criado um conjunto de cursos preparatórios para as pessoas trans em várias regiões do país para reverter o quadro histórico de exclusão nessas instituições⁴. Esses espaços de acolhida e socialização primam não somente pelo repasse dos conteúdos necessários à aprovação, mas reivindicam a questão identitária, a promoção da diversidade de gênero e sexual, bem como o acesso às políticas sociais de educação, saúde e segurança pública.

Temos ainda a criação de políticas e ações afirmativas para as pessoas trans adentrarem no ensino superior em 15 instituições públicas do país, através das reservas de vagas nos processos seletivos de graduação e pós-graduação. Não obstante, esse esforço está atrelado à vontade política das instituições universitárias, que regulam as demandas dos Coletivos e Movimento LGBTI+, dado que não possui previsão legal.

Essa ampliação das cotas específicas para as pessoas trans tem multiplicado as reações contrárias e judiciais na sociedade civil, sob a alegação de inconstitucionalidade e favorecimento político-ideológico, principalmente com a escalada conservadora e a cruzada anti-gênero mobilizada em diversas partes do globo e, mais precisamente, no atual contexto político, econômico e social brasileiro.

A visibilidade das questões de gênero e sexualidade no seio da sociedade brasileira vincula-se ao esforço do Movimento Feminista e Movimento LGBTI+, cujos embates para afirmar-se como sujeito de direito geram outras maneiras de pautar essas temáticas, desafiando inclusive, no limite da sobrevivência, os modelos hegemônicos.

Cabe-nos questionar em que medida a universidade reitera a heteronormatividade e promove a transfobia institucional. De que forma a universidade se configura como espaço capaz de naturalizar ou enfrentar as

⁴ De acordo com o Relatório *As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil* (2019) elaborado pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), o Brasil possui 23 cursinhos preparatórios para pessoas trans no país.

violências baseadas nas hierarquias raciais, sexuais e de gênero? Em que medida a UFT assegura um espaço plural e democrático para a permanência das pessoas trans?

**A população trans na arena universitária:
a inflexão do nome social e do uso autorreferido
dos banheiros na Universidade Federal do Tocantins**

Vai afastar bastante né, em todos os termos, em diploma, por exemplo quando você for chamada numa fila, você ser chamada pelo nome que você quer, pelo nome que você se identifica, pelo nome que você acha, pelo nome que você é. (TV ANHANGUERA, 2018).

O texto desta epígrafe foi retirado de um vídeo gravado pela TV Anhanguera, em 2 fevereiro de 2018. A reportagem se inicia com os apresentadores contextualizando o decreto nacional que regulamenta o nome social. Em seguida, eles apresentam o decreto municipal que disciplina o nome social em Araguaína, no interior do Tocantins. A cena seguinte é um salão de beleza que mostra duas mulheres trans trabalhando, enquanto a repórter narra a situação de preconceito que incide sobre a população trans no estado. Márcia e Giovana declaram-se travestis, podem ser consideradas étnico-racialmente negras e estão na faixa etária de 28-35 anos. No salão de Márcia, a repórter mostra o certificado de cabeleireira que consta o nome de registro e outro certificado sem preenchimento, aguardando a oportunidade de ser identificada pelo nome social, inclusive com alterações nos documentos legais. Giovana declara que o nome social não é aceito sequer nos momentos de compra e emissão de nota fiscal e que o respeito ao direito de personalidade depende do nível de proximidade e vontade do/a atendente.

Ainda no contexto do Tocantins, a UFT é a única instituição universitária do estado a regulamentar a utilização do Nome Social de estudantes travestis e transexuais no sistema oficial de registro e controle acadêmico. Ela o fez através da Resolução n. 25/2015. Tal normativa determina a inclusão do nome social dos/as alunos/as nos respectivos registros acadêmicos da graduação, extensão e da pós-graduação de todos os *campi* da UFT cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero.

O reconhecimento desse direito foi pauta dos coletivos e organizações LGBTI+, que no ano de 2013 protocolaram uma documentação que sustenta a defesa da utilização do nome social no âmbito da universidade. Não obstante a objetividade desses procedimentos, a minuta ficou estagnada durante dois anos, sob o argumento da ausência de recursos.

Os protagonistas do processo registraram a falta de vontade política e administrativa, uma vez que o nome social não onerava financeiramente a UFT e assegurava a execução de uma função básica da universidade,

portanto sua implementação não demandava levantamento de recursos extraordinários nem incluía procedimentos de difícil execução pela universidade.

Os coletivos universitários protagonizaram uma série de ações políticas e denúncias nas emissoras locais, requerendo a aprovação imediata do nome social. Com a polêmica e a imagem negativa da instituição sendo propagada, os gestores da UFT instituíram a portaria de regulação do nome social, tornando-se a 27ª universidade do país a garantir o uso do nome social no país.

O uso do nome social nos estabelecimentos universitários é fundamental para assegurar o reconhecimento e respeito à identidade de gênero. Por conseguinte, salientamos que o acesso e a permanência não se esgotam no nome social e no uso dos banheiros, mas em estabelecer um ambiente seguro e plural para a comunidade universitária, sem preconceito, discriminação e exclusão.

A pesquisa *As Fronteiras da Educação* (CANTELLI *et al.*, 2019), publicada em janeiro de 2019 pelo IBTE, demonstra que o nome social, o uso dos banheiros e ausência de apoio psicopedagógico são indicadores dos principais obstáculos da população trans no ambiente educacional.

Visto que a limitação a esses aspectos incide nos direitos constitucionais fundamentais de primeira geração (os tipos ideais dos direitos civis), enquanto que temos de abranger ainda os direitos sociais e políticos dessas pessoas. O não reconhecimento do nome, por exemplo, é um interdito cotidiano, pois configura-se como privação de um direito civil, de expressão e de personalidade, pois envolve a exclusão, distinção e restrição.

O reconhecimento do nome social nas instituições e repartições, sobretudo públicas, representa uma medida de ampliação da cidadania e dos direitos fundamentais para travestis e transexuais, visto que “o nome social é o nome através do qual a pessoa deseja ser identificada, uma vez que o nome civil não condiz com o modo de vida que a/o travesti ou a/o transexual assume na atualidade” (LIMA, 2013, p. 11).

Em torno deste debate, Berenice Bento (2014) contesta a proliferação de normas que estabelecem o respeito à identidade de gênero das pessoas trans na esfera das microrrelações. A autora argumenta que o Brasil possui uma criatividade que o singulariza no cenário internacional, pois o *modus operandi* historicamente observável das elites é feito à “conta-gota” em relação ao reconhecimento das conquistas dos considerados “excluídos”.

O nome social acompanha a forma lenta e descontínua das leis que antecederam a Lei Áurea, do direito ao voto das mulheres e das regulamentações tardias na esfera do trabalho na história brasileira. A autora questiona a solução à brasileira que damos à negação do respeito à identidade de gênero materializada no nome social. Testemunhamos a propagação da aprovação dessa regulamentação nas instituições públicas. Contudo, sua utilização não altera substancialmente a existência desses in-

divíduos, na medida em que continuarão a ser submetidos a situações vexatórias e humilhantes, principalmente por não vir acompanhada de autonomia civil, igualdade jurídica e do acesso às políticas sociais.

Nas questões de acesso e permanência, o nome social funciona como “gambiarra política” (BENTO, 2014) ou solução paliativa para o direito básico de acesso às instituições de educação, considerando que a discriminação transfóbica é um impeditivo da permanência de indivíduos trans. Sendo assim, o nome social é a porta de entrada para os demais direitos sociais, mas ele, isoladamente, não garante a permanência na educação superior.

No que concerne às IES, Correa (2017) assinala que o nome social vem sendo regulamentado dentro das universidades públicas no Brasil, principalmente a partir do ano de 2010. Conforme os dados colhidos pela autora, até o ano de 2017, das 284 Universidades Públicas, 205 regulamentaram a possibilidade desse dispositivo nos documentos internos das instituições. Isso equivale a 72% das universidades públicas do país, sem considerar as extensões.

Vale mencionar que o nome social não é substituto da alteração do nome civil nos documentos jurídico-legais. A retificação do nome é uma das exigências das pessoas trans, pois reporta-se a forma como a pessoa se reconhece e é reconhecida socialmente. É uma das principais reivindicações para os que vivenciam a experiência trans, pois o nome social funciona como forma de improviso na ausência da retificação.

Além disso, a mudança do nome nos documentos oficiais é um instrumento de minimização do conjunto de violências vivenciado cotidianamente. Em maio de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil, independente da submissão ao procedimento cirúrgico de redesignação de sexo, sem avaliação médica ou psicológica. Essa autorização possibilita que seja realizada a alteração dos documentos em cartório, sem autorização judicial. A decisão sinaliza, ainda que tardiamente, um avanço da cidadania, da liberdade e dos princípios fundamentais já pactuados na Constituição Federal. O reconhecimento civil e jurídico dos/as sujeitos/as que elaboram diferentes dissidências de gênero com as múltiplas identificações e expressões foi por um largo período histórico submetido aos protocolos médicos a partir da lógica da patologização.

A implantação do nome social não foi, contudo, acompanhada pela democratização do uso dos banheiros na UFT. Apesar das denúncias recorrentes de assédio e constrangimentos vivenciados pelas pessoas trans no interior da universidade, houve iniciativas pontuais de regularização do uso dos banheiros.

Dentro da UFT, apesar de ser um ambiente que forma professores, existe um conservadorismo muito grande. Foi uma surpresa para

muitos [...] os banheiros eram necessários. A comunidade LGBT era atacada dentro dos banheiros que especificavam gênero. A universidade precisa ser plural e aceitar a diversidade. (JARDIM, 2017, n. p.)⁵.

Com o número expressivo de divergências e polêmicas visibilizadas tanto em relatos de pessoas que se sentiam incomodadas pelo uso comum dos banheiros quanto pelos/as estudantes que evidenciavam a discriminação aos sujeitos LGBTI+, o diretor de um dos *campi* da UFT protagonizou a formalização do uso do banheiro unissex, solicitando a realização de debates com o objetivo de melhorar o acesso e prevenir situações “desagradáveis” para ambas as partes envolvidas. A ratificação da medida foi alvo de reações contrárias dos vereadores do município em questão, que repudiaram a instalação dos banheiros sob o argumento falacioso de que poderia ocorrer um maior número de estupros e assédios.

A problemática da negociação entre as posições rebateu no princípio ético dos direitos humanos, em que a liberdade de opressão não é liberdade de expressão, pois a intolerância não é um ponto de vista a ser considerado. O risco abstrato de um “perigo em potencial”, que passa a tomar forma com o acesso das pessoas trans aos banheiros, foi chancelado pela transfobia institucional, amparada pelo cissexismo, cujo intuito foi disciplinar as pessoas trans.

O argumento contrário aos banheiros unissex fez equivaler a demanda por um direito fundamental à autorização para a ocorrência de violências nesses espaços. Não há dados sobre ocorrência de violências nesses banheiros. Além disso, cabe à universidade (e a qualquer instituição) zelar pela limpeza e segurança de qualquer banheiro. Tal argumento partiu do fato de que poderíamos ser coniventes com abusos pelo fato de defendermos o acesso ao uso autorreferido dos banheiros, como se os direitos das mulheres e homens trans fossem antagônicos ao das mulheres e homens cisgêneros, como se as mulheres e homens trans não fossem seres humanos e representassem um perigo indesejado para a sociedade (BAGAGLI, 2017).

De acordo com os argumentos trazidos à baila, reiteramos que a regulação dos banheiros, uniformes e vestuários (e demais elementos de indumentária), assim como os demais espaços segregados por gênero, devem vir em concordância com a identidade de gênero autoatribuída. Nessa linha, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNDC/LGBT)⁶

⁵ Matéria intitulada “Banheiro unissex na UFT divide opiniões” veiculada na página eletrônica do Jornal do Tocantins (03/10/2017).

⁶ Não podemos deixar de registrar que o CNDC/LGBT foi extinto pelo Governo Federal no ano de 2019, representando um ataque frontal a formulação, avaliação e monitoramento de políticas voltadas a comunidade LGBTI. Os mecanismos de participação social possibilitavam descentralizar o poder público e democratizar as políticas sociais, através do fortalecimento dos espaços de controle social com vistas a evidenciar as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente contra população LGBTI+.

lançou a Resolução 12, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais nos sistemas e instituições de ensino. As orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero atestam que esse direito seja estendido aos estudantes adolescentes, sem a obrigatoriedade da autorização expressa dos/as responsáveis legais.

Essa resolução, que não tem força de lei, fomentou as iniciativas em algumas IES, reconhecendo o uso dos banheiros como direito inegociável. Nesse bojo, algumas universidades introduziram banheiros unissex em que não há definição de um público específico. Convém destacar a pressão exercida pelo movimento trans e LGBTI+ nesses ambientes, cobrando e denunciando a segregação e as atitudes vexatórias contra as pessoas travestis e transexuais.

Essa disputa sobre quais serão os banheiros a serem utilizados pelas pessoas trans ganha espaço nas mídias sociais, cravejada por argumentos de diversas ordens. Por um lado, temos o apoio e a afirmação de um direito fundamental. Por outro lado, a defesa da não utilização, ora recuperando argumentos religiosos, ora respaldando-se nos “inquestionáveis” aparelhos sexuais masculinos, que geram constrangimentos ao serem mostrados e violariam a intimidade e segurança das mulheres que frequentam esses locais.

Registra-se que, embora essas determinações não estejam expressas na literatura acerca dos aspectos centrais do acesso e permanência dos/as estudantes na universidade (direcionada às pessoas cisgênero que já possuem esses direitos garantidos), elas representam medidas fundamentais para assegurar sua existência nesses espaços.

Considerações finais

O abismo que se coloca entre as pessoas trans e os centros universitários relaciona-se com as múltiplas violências inscritas nas suas trajetórias escolares, familiares, pessoais e profissionais. Faz-se necessário teorizarmos para além do ingresso nos portões da universidade, já que diz respeito a um percurso formativo que envolve distintos fatores e que geralmente passam despercebidas pelas pessoas cisgênero. Por isso a necessidade de lançarmos o olhar para as outras esferas da vida social, a imersão no trabalho, os vínculos familiares, o cumprimento da educação formal, as questões identitárias, a mobilização social, além da intersecção com a classe social, o gênero e raça/etnia.

A inclusão das pessoas trans nas IES exige adequação do meio acadêmico no trato da diversidade sexual e a expressão/identidade de gênero. Essa adequação é fundamental para que as pessoas trans, que estão em condições precárias da vida social, alijadas dos direitos sociais

fundamentais e expostas à margem do convívio social possam acessar a formação escolar e se capacitar profissionalmente.

Correa (2017) nos atenta que embora o nome social constitua uma reivindicação da militância trans como estratégia determinante para sobrevivência no espaço acadêmico, os regulamentos de uso do nome social se mostram insuficientes no contexto institucional. Nessa acepção, a autora sintetiza ainda que o nome social e o uso dos banheiros representam a resistência à espera, à negação e à invisibilidade trans dentro do espaço universitário por serem considerados uma estratégia de sobrevivência.

Em se tratando do uso autorreferido dos banheiros, consideramos que essa divisão binária é a síntese de múltiplas determinações, sendo um espaço público e de organização da ordem social. Do ponto de vista dos direitos fundamentais, as entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos sinalizam alternativas que respeitam a dignidade, liberdade, privacidade e igualdade.

Compartilhamos de algumas possibilidades: dois banheiros separados por gênero, com liberdade de utilização sem discriminação por identidade de gênero; instalações de banheiros de utilização individual, acessíveis a todos, sem distinção de sexo ou identidade de gênero; instalação de um único banheiro, de utilização coletiva e universal, com cabines individuais internas sem distinções (RIOS; RESADORI, 2015, p. 218). Salvo melhor juízo, o desconforto de listar alternativas sanitárias, os autores indicam ainda o desafio indispensável de romper a naturalização do binarismo sexual e de enxergar a grave violação de direitos fundamentais daí resultante.

Ao longo da pesquisa, percebemos o quanto o ambiente universitário pode ser hostil às travestis e transexuais, pois a violência transfóbica que expulsa as pessoas trans dos estabelecimentos universitários é o principal impeditivo da permanência na educação básica e superior. A morosidade em regulamentar o nome social revela o quanto essa pauta não é prioritária para a gestão da universidade, mesmo que em seu interior registre casos recorrentes de transfobia, sexismo e racismo.

Ao analisar os noticiários veiculados pelas mídias sociais para descrever a linha do tempo dessas regulações na UFT, identificamos o dogmatismo religioso como principal argumento para negação dos direitos da população LGBTI+, repercutindo na formação de opiniões contrárias a visibilidade das questões de gênero e sexualidade no espaço público.

Com vistas dos argumentos apresentados, ressaltamos a importância da construção de formas e estratégias de intervenção com habilidades éticas e técnicas que se desdobram em possibilidades na perspectiva do acesso, desempenho e permanência de estudantes, a partir do prisma da universalização da Educação.

Esse estudo nos revelou o caráter pragmático dos debates engendrados no ambiente educacional de uma forma geral. As políticas afirmativas para os grupos subalternizados podem ser adicionadas de forma

funcional, ou seja, sem alterar a forma que a universidade opera no tratamento aos sujeitos/as não hegemônicos. As iniciativas concentram-se em apaziguar os ânimos e na coexistência pacífica das relações desiguais através da “tolerância ao diferente”, mas pouco polemizam acerca das hierarquias sexuais e de gênero.

Acreditamos ainda na potência da inserção crítica e continuada dessas temáticas nos espaços da instituição, complementadas com seu apoio pedagógico e científico e em articulação com o movimento social como possibilidade de aprimoramento e capacitação do corpo universitário para combater os discursos de ódio contra os dissidentes da matriz heterossexual. Nessa seara, é importante reivindicar o mapeamento e a existência de estudos pelo poder público que avaliem efetivamente como vem sendo implementadas essas resoluções nas universidades.

Como dito anteriormente, percebe-se que a distância entre esses sujeitos e os centros universitários relaciona-se com as múltiplas violências e com a intolerância que torna esse ambiente perigoso às identidades que não se encaixam nas estruturas rígidas do gênero e da sexualidade. Por outro lado, a presença desses sujeitos que confrontam a heteronormatividade também provoca a rotina da universidade, engendrando desconfortos não somente no plano epistemológico, mas na vivência cotidiana.

Referências

BAGLAGLI, B. P. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Revista Letras Escreve*, v. 7, n. 1, jan./jun. 2017.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 1, jan./jun. 2014.

CANTELLI, A. L. *et al.* *As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil*. Brasil: Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CORREA, C. M. A. *Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas Universidades Públicas do Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, 2017.

DUMARESQ, L. O cisgênero existe. *Transliteração*, 2015. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgeneroexiste/#:~:text=N%C3%A3o.,denuncia%20esse%20pseudo%20status%20natural>. Acesso 11 jan. 2020.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 17, jan./abr. 2006.

HENRIQUES, C. S. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O Social em Questão*, n. 37, jan./abr. 2017.

JARDIM, E. Banheiro unissex na UFT divide opiniões. *Jornal do Tocantins*, Palmas-TO, 2017. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/banheiro-unissex-na-uft-divide-opini%C3%B5es-1.1360831> Acesso 11 jan. 2018.

LIMA, M. L. C. *O uso do nome social como estratégia de inclusão social de transexuais e travestis*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUC, São Paulo, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIOS, R. R.; RESADORI, A. H. Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 2015. Disponível em: https://www.uniceub.br/media/930036/RIOS_Roger_Raupp__RESADORI_Alice_Hertzog._Direitos_Humanos__Transexualidade_e_Direito_dos_Banheiros.pdf. Acesso em: 11 dez. 2019.

RIOS, R. R.; RESADORI, A. H. Gênero e seus/suas detratores/as: “ideologia de gênero” e violações de Direitos Humanos. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300012. Acesso em: 29 set. 2019.

TV ANHANGUERA. Nome social passa a ser aceito após decreto municipal em Araguaína. Palmas-TO: *Globo.com*, 02 fev. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/bom-dia-go/videos/v/nome-social-passa-a-ser-aceito-apos-decreto-municipal-em-araguaina/6469869/>. Acesso em 6 jun. 2018.

DOI: 10.12957/rep.2021.56087

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 20 de março de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Relações de opressão- exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação

**Oppression-exploitation relationships in colonial modernity:
notes on trans citizenship and emancipation**

Silvana Marinho*

Resumo – A partir de uma abordagem feminista marxista, o presente artigo propõe-se a refletir sobre a cidadania trans, situando as determinações dos limites da cidadania no seio de uma sociabilidade capitalista, (cis)heteropatriarcal e racista, própria da modernidade colonial, bem como considerando que pessoas trans também são sujeitos políticos revolucionários e disputam os significados e as práticas do que é ser cidadão/ã. Na produção teórica da tradição marxista e nos debates políticos, a apreensão da exploração-opressão como unidade ainda ocupa lugar periférico. Portanto, o texto traz elementos para o debate acerca da emancipação política e humana denunciando o falso dilema entre lutas gerais e lutas específicas.

Palavras-chave: pessoas trans; relações de opressão-exploração; modernidade colonial; cidadania; emancipação.

Abstract – From a feminist Marxist approach, this article reflects on trans citizenship, situating the determinations of the limits of citizenship within a racist, (cis)heteropatriarchal capitalist sociability, characteristic of colonial modernity. It also proposes that transgender people are revolutionary political subjects, and dispute the meanings and practices of being a citizen. In the theoretical production of Marxist tradition and political debates, apprehending exploration-oppression as a unit still occupies a peripheral place. Therefore, the article brings elements to the debate on the political and human emancipation, denouncing the false dilemma between general and specific struggles.

Keywords: transgender; oppression-exploitation relationships; colonial modernity; citizenship; emancipation.

.....
*Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social no PPGSS/UFRJ. Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. Especialista em Políticas Públicas e Cultura de Direitos (NEPP-DH/UFRJ) e em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ). Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero (LIEIG/NEPP-DH UFRJ). É membra da Comissão Temática Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) do CRESS/RJ e conselheira suplente do Conselho Estadual LGBTI do Rio de Janeiro. Possui apoio à pesquisa pela CAPES, sob o processo nº 88882.424620/2019-01. E-mail: marinho.silvana@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3110-3902>.

Introdução

Pessoas trans são aquelas que vivenciam diferentes pertencimentos de gênero não normativo, autodenominando-se pessoas travesti, transgênero, homem transexual e mulher transexual. O termo trans é aqui utilizado relativamente à própria forma êmica com a qual tem se expressado no movimento social e na academia, auxiliando a aglutinar as vivências de pessoas que escapam à cisgeneridade. Rodovalho (2017), ao refletir sobre o termo cis pelo termo trans, demonstra que não é possível imaginar a utilização de um desses termos sem nos referirmos prontamente ao outro. Etimologicamente, se de um lado o “trans” significa além de ou aquilo que cruza, que atravessa; de outro, o “cis” vem em sua oposição, significando da parte de cá, deste lado; logo, aquilo que permanece num mesmo lado. A partir desse ponto e, como travesti, Rodovalho (2017, p. 365) afirma que “o discurso médico, ao nomear como ‘trans’ a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-trans, como ‘cis’ “. Ademais, cabe ressaltar que essas existências trans são anteriores à nossa sociedade contemporânea. O que é contemporâneo é a presença do termo trans como categoria política e como conceito, que se relaciona com a politização desses sujeitos nas últimas décadas e com o avanço dos estudos sobre gênero e sexualidade, a despeito de ter uma história edificada no discurso médico¹.

A memória da luta trans, conquanto tenha se singularizado em termos de reivindicação de direitos, coaduna-se à história da luta LGBTQIA+, que se manifesta hoje de forma mais ampla como resposta às discriminações em razão do gênero e da sexualidade, em prol da conquista da igualdade de direitos à livre expressão sexual e de gênero.

Ressalta-se que o termo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) veio sendo, a partir dos anos 2000, a expressão mais utilizada no campo do ativismo da diversidade sexual e de gênero a partir das conferências nacionais LGBT (I, II e III), realizadas desde 2008. Entretanto, como se trata de uma expressão em constante disputa, esse ativismo, ainda mais recentemente, vem reivindicando a sigla LGBTQIA+, de modo a buscar contemplar outras vivências de gênero e sexualidade, acrescentando-se o “Q” de *queer*, o “I” de intersexuais, o “A” de assexuais e o “+” para outras múltiplas formas de expressão de gênero e de orientação sexual, bem como para aquelas pessoas que não se identificam com quaisquer dos binarismos de gênero.

A formulação de políticas públicas LGBTQIA+ veio se desenhando, mais formalmente, desde meados dos anos 2000 com a criação do Programa Federal Brasil sem Homofobia (BsH). Entretanto, o cenário atual, com o

¹ Cabe citar Pierre-Henri Castel (2001), Berenice Bento (2006) e Mário Felipe de Carvalho (2011) como leituras relevantes para a contextualização da edificação das identidades trans pelos discursos e saberes do campo biomédico, que foram sintetizadas em Marinho (2017).

governo autoritário e de tendência protofascista de Bolsonaro, tem sido de derrocada de conquistas históricas, desde normativas legais às ossaturas de políticas.

Apesar de o campo da diversidade sexual e de gênero abarcar as identidades LGBTQIA+, a identidade de gênero vem se configurar como um elemento que reitera a distinção identitária entre travestis e transexuais, de um lado, e gays, lésbicas e bissexuais, de outro (CARVALHO, 2011). Destarte, embora se reconheça a inter-relação existente entre sexualidade e gênero, uma vez que os padrões de gênero, suas hierarquias e sua base ideológica patriarcal-capitalista incidem sobre a sexualidade, o assunto diversidade de gênero não deve ser adunado ao assunto da diversidade sexual, pois cada qual expressa vivências e pautas políticas diferentes, nos chamando a atenção para a importância dessa distinção a fim de compreendermos a problemática de fundo que se relaciona com as discriminações sentidas pelas pessoas trans (MARINHO, 2018).

Trata-se de um segmento da classe trabalhadora que, frequentemente, tem suas vidas marcadas pelas violações de direitos de cidadania, como a negação de acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à justiça e à assistência social. Isso é a expressão do abismo, próprio da chamada sociedade moderna, entre os direitos formais e as condições concretas de existência.

Sabe-se que a tradição marxista é crítica da democracia burguesa formal. São várias as teses da incompatibilidade entre democracia e capitalismo, como em Ellen Wood (2011) e em Carlos Nelson Coutinho (1997), para quem a construção dos direitos democráticos que caracteriza a modernidade termina por se chocar com a lógica do capital, evidenciando a *contradição entre cidadania e classe social*. Concordantemente com Coutinho (1997) e Wood (2011), a universalização da cidadania é incompatível com a existência de uma sociedade de classes. Contudo, há que se destacar que não apenas a categoria classe social obstaculiza a universalização da cidadania, mas a *simbiose* entre *capitalismo*, *patriarcado* e *racismo* torna a cidadania plena irrealizável.

Ao analisar a afirmação de Wood (2011, p. 172) de que “na democracia capitalista moderna a desigualdade e a exploração socioeconômica coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas”, é possível dizer que tal asserção aparentemente nos faz concordar com a autora. No entanto, ela carece de profundidade quando consideramos a complexidade das novas determinações dos antagonismos advindos da modernidade.

No que se refere às questões trans, as igualdades cívicas e as liberdades nem mesmo se encontram no plano formal, uma vez que, antes, a pessoa trans mereceria o reconhecimento jurídico-político. Este não tem sido o caso. Nesse sentido, as pessoas trans, “antes de reivindicar os direitos relacionados à sua pessoa, estão lutando para serem reconhecidas como pessoas”, nos termos assinalados por Flávia Teixeira (2009, p. 32). Uma

questão central para ilustrar o que se problematiza é o não reconhecimento do nome social nos diversos espaços, equipamentos sociais e de saúde, órgãos públicos e privados, nas unidades de ensino e no trabalho. O direito ao nome é passaporte para todos os outros direitos, porque, em sentido lato, é o direito de existir.

Por conseguinte, na falta de uma lei de identidade de gênero no Brasil² que regulemente e facilite o direito à expressão de gênero, a população trans – que tem acessado a retificação do seu registro civil judicialmente – vem recentemente reivindicando esse direito, não sem dificuldades, no Registro Civil das Pessoas Naturais em face de uma decisão atual de março de 2018, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a alteração de nome e sexo para pessoas transexuais, travestis e transgêneros diretamente em cartório. Uma decisão muito comemorada pela comunidade trans, mas que ainda demonstra a dificuldade da devida atenção do poder público para com a cidadania trans.

Existe um fosso entre a formulação e a implementação de políticas públicas LGBTQIA+ no território nacional, visto que essas políticas não escapam à lógica que orienta as políticas sociais brasileiras. Elas estão assentadas no solo de um Estado de capitalismo periférico submetido às exigências do ideário neoliberal de países centrais, que tanto as fragmenta e as desfinancieira. Ademais, o vácuo legal no Brasil no que diz respeito ao assunto identidade de gênero e às conquistas logradas (a conta-gotas) mostra-se, especialmente, pelo fato de o parlamento ser composto por uma elite racista, machista e conservadora, como Berenice Bento (2014) assinala.

Em vista do exposto, este artigo reflete sobre *identidade de gênero e cidadania* à luz do materialismo histórico dialético e do feminismo marxista e decolonial, compreendendo que este tema requer, de um lado, identificar as determinações sociais dos limites da cidadania trans no seio de uma sociabilidade capitalista-(cis)heteropatriarcal-racista, própria da *modernidade colonial*, e, de outro, considerar que pessoas trans também são *sujeitos políticos revolucionários* e disputam os significados e as práticas do que é ser cidadão/ã.

Busca-se, ainda, trazer alguns elementos de análise que possam contribuir para imprimir sentido de classe aos processos de luta no campo da diversidade de gênero, bem como consciência de gênero e raça nas lutas trabalhistas, particularmente diante dos desafios atuais da cena contemporânea brasileira, fortalecendo uma unidade das lutas sociais.

As forças sociais progressistas em presença no cenário brasileiro, em tempos de crise do capital, neoconservadorismo, obscurantismo, autoritarismo, desmonte de direitos e ultraneoliberalismo, expressam-se como lutas plurais que, ao contrário da fragmentação, têm potencial emancipa-

² Já existe uma iniciativa neste sentido, que é o Projeto de Lei João Nery (nº 5002/2013), de autoria de Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PT/DF), que, em 2019 foi novamente arquivado ao ir para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, e, no presente momento, encontra-se na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP).

tório, pois são uma unidade do diverso, animando, assim, uma caminhada em direção a uma luta da classe trabalhadora verdadeiramente comprometida com a emancipação humana: uma luta anticapitalista, anticolonial, antirracista e anti-(cis)heteropatriarcal.

Tal discussão encoraja uma reflexão acerca da emancipação política e humana numa perspectiva marxista, que, não raras vezes, acaba por incorrer no falso dilema presente no campo das forças de esquerda: os *embates teórico-políticos entre lutas gerais e lutas específicas*. Ademais, na produção teórica da tradição marxista e nos debates políticos, a apreensão da *exploração-opressão* como unidade ainda ocupa um lugar periférico. Destarte, o esforço reflexivo deste artigo é o de reconhecer a indissociabilidade entre as determinações de gênero, raça/etnia e classe, porque são contradições que constituem a realidade concreta.

Feminismo e marxismo: lentes necessárias para a leitura dos processos de opressão-exploração da modernidade colonial

O método materialista histórico-dialético, por ser um método pautado na perspectiva da historicidade, das contradições e da totalidade, apresenta-se como um importante legado analítico para a interpretação das novas realidades do processo histórico. A ontologia no pensamento marxiano e os elementos metodológicos de sua teoria social permitem compreender as determinações do sistema opressão-exploração na totalidade das relações sociais.

Nesse sentido, com o método marxista é possível alcançar o concreto pensado. De acordo com Kosik (1976), para se alcançar a totalidade concreta faz-se premente a destruição da pseudoconcreticidade (na qual o fenômeno é confundido com a essência do real), desnaturalizando-se o que a ideologia burguesa insiste em afirmar como natural. Como a realidade não é autoevidente, para a investigação de um objeto faz-se necessário conhecer o concreto para além de sua aparência. Isso requer uma investigação dialética, que, segundo Kosik (1976), desnuda a essência dos fenômenos, sua constituição e suas interdependências, e expressa, também, uma *práxis* revolucionária.

[...] a destruição da pseudoconcreticidade como método dialético-crítico, graças à qual o pensamento dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal, para alcançar sua realidade, é apenas o outro lado da dialética, como *método revolucionário de transformação da realidade. Para que o mundo possa ser explicado ‘criticamente’, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da práxis revolucionária.* (KOSIK, 1976, p. 18 – Grifos do autor).

A teoria social crítica marxiana tem, assim, uma dimensão teórica e política. Ela é a filosofia da *práxis*, é pensamento e ação. Na teoria gramsciana, filosofia, história e política são indissociáveis, pois filosofar é essencialmente histórico e coletivo, e não uma elaboração individual; é também político, pois os sujeitos históricos ao filosofar estão em relação ativa de modificação do ambiente cultural (GRAMSCI, 1978).

Considerando seu cariz teórico (a reprodução ideal do movimento real constitutivo do ser social na ordem burguesa), a teoria social facilita a compreensão da estrutura e da dinâmica da sociedade burguesa a partir de uma base material e concreta, qual seja: as relações sociais de produção e reprodução da vida social, isto é, as relações de classe, produzidas pelo modo capitalista que têm como elemento central *o trabalho*.

A partir da ontologia marxiana do ser social, compreende-se que o trabalho se configura como fonte de satisfação das necessidades materiais de sobrevivência, para o desenvolvimento da sociabilidade humana e como possibilidade história. Ele é ontocriativo, pois “é um *processo* que permeia todo o ser [humano] e constitui a sua especificidade” (KOSIK, 1976, p. 180). O que diferencia o ser humano dos demais animais é justamente a capacidade teleológica de produzir seus próprios meios de vida. Na esteira da concepção materialista histórica, homens e mulheres são sujeitos sócio-históricos. Tratar do materialismo em Marx é tratar, portanto, necessariamente da história, produto e processo da ação humana, justamente porque a história tem uma base material. Assim:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens [e as mulheres] têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. [...] O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, [...] uma condição fundamental de toda a história [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Com as mudanças históricas nas formas de produzir e reproduzir a vida em sociedade, o desenvolvimento das forças produtivas chegou ao contexto de uma sociedade capitalista, com uma economia mundial. É na sociabilidade burguesa que o trabalho concreto, enquanto categoria ontológica para satisfação das necessidades básicas humanas, fica subsumido ao capital. Assume, então, a forma de trabalho abstrato ao adquirir outras determinações sociais e históricas, como o trabalho produtivo, que gera mais-valia e valoriza o capital; o trabalho assalariado, submetido às leis que regulam o preço do trabalho na sociedade moderna; e o trabalho alienado, fazendo do trabalhador um ser estranho ao que produz (MARX, 2004).

É, por consequência, na sociabilidade burguesa, com a contradição capital e trabalho, bem como a apropriação da propriedade privada dos meios de produção, que se configura o antagonismo entre classes sociais,

assentado na chamada acumulação primitiva capitalista: “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 1980, p. 830).

Segundo Marx (1980), para a condição do assalariamento, primeiramente foi necessária a libertação da servidão e da coerção corporativa praticada na estrutura econômica feudal, extinguindo-se o feudalismo para a formação da estrutura econômica capitalista. Nessa transição histórica de sujeição ao feudalismo para a sujeição ao capitalismo, processou-se uma forma violenta de expropriação de grandes massas humanas dos seus meios de subsistência, como a expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa etc. Isso permitiu o surgimento do proletariado, uma população privada de seus meios de produção tendo que vender sua única mercadoria (a força de trabalho), formando-se, assim, uma volumosa reserva de mão de obra “livre” e disponível para ser comprada e explorada (MARX, 1980).

Desta feita, conforme afirma Ellen Wood (2011), o trabalho no mundo ocidental moderno assume uma posição histórica única e radicalmente diferente da sua história precedente. No centro da ideologia burguesa, a concepção de trabalho como “melhoramento”, produtividade e qualidade inscreve-se na linguagem da economia moderna: mais aos capitalistas e menos aos trabalhadores, na qual os “produtores” do trabalho não são esses últimos, mas os primeiros. Ademais, sob essa ideologia, a esfera da produção subordina-se aos imperativos puramente “econômicos” do mercado e do lucro.

As relações sociais de propriedade consubstanciadas por essa ideologia burguesa colocaram o trabalho numa posição histórica única:

Submetido a imperativos econômicos que não dependem diretamente do *status* jurídico ou político, o trabalhador assalariado sem propriedade só pode desfrutar no capitalismo da liberdade e da igualdade jurídicas, e até mesmo de todos os direitos políticos de um sistema de sufrágio universal, desde que não retire do capital o seu poder de apropriação. É aqui que encontramos a maior diferença entre a condição do trabalho na antiga democracia ateniense e no capitalismo moderno. (WOOD, 2011, p. 172).

Com efeito, o produto do trabalho constitui valor de uso em qualquer forma social, mas, numa sociedade capitalista, o produto do trabalho é mercadoria. A mercadoria é o ponto de partida para entender a sociedade capitalista. Não à toa, Marx (2005), em sua obra *O capital*, dedica o primeiro capítulo para tratar da mercadoria, pois ela é a célula germinativa do modo de produção capitalista; a riqueza das sociedades capitalistas expressa-se como uma imensa coleção de mercadorias (MARX, 2005). Isso permite capturar que a sociedade burguesa é uma sociedade mercadorizada e feti-

chizada. O fetiche da mercadoria encobre as desigualdades sociais das relações sociais capitalistas, tornando a realidade destituída da sua historicidade: as relações entre pessoas aparecem como relações entre coisas, relações alienadas (MARX, 2005).

A produção em geral está sob o signo da alienação. A religião, o direito, a família, o Estado, a moral, a ciência, a arte, entre outros, são apenas formas particulares de produção, afetadas, portanto, pela alienação em consequência da divisão do trabalho (MÉSZÁROS, 2016). Desse ponto de vista, o processo de alienação está no âmbito da produção e da reprodução social.

Assim, a alienação na teoria social de Marx tem um lugar central na explicação da realidade, capturada como processo inerente à relação capital-trabalho em quatro dimensões essenciais: em relação ao produto do trabalho, em relação à atividade vital, em relação ao seu ser genérico e em relação à socialidade. Quando as necessidades humanas são artificialmente produzidas pela racionalidade capitalista como necessidades de mercado, ocorre o processo de desumanização/alienação: a perda do sentido do ser genérico; “a perda da consciência dos vínculos com a natureza inerente ao ser humano” (MÉSZÁROS, 2016, p. 178), entendendo-se natureza humana como a capacidade de socialidade, de objetivar-se por meio do trabalho e do fazer história.

Isso posto, há que se considerar que as relações de gênero e raça estão inscritas nessas relações sociais desumanizadas. É no seio de uma sociabilidade burguesa racista patriarcal, na qual a engrenagem das relações é pela exploração-opressão, que é possível colocar-se em contato com a tematização *identidades trans e cidadania*.

A teoria social crítica permite entender o funcionamento e a legalidade da sociabilidade burguesa. Com a teoria feminista-marxista, é possível compreender que o patriarcado e o racismo também operam como determinação social na realidade junto com o capitalismo. Citando Saffioti (2000, p. 73): “foi, por conseguinte, o próprio Marx que me ensinou a pensar o nó, embora em sua época não lhe tenha sido possível fazê-lo. Aliás, o mais importante em um esquema de pensamento consiste no vigor de poder ensinar a pensar”.

Ao contrário de uma concepção de patriarcado como sistema político e do capitalismo como sistema econômico, o que acaba por fracionar as dimensões política, social e econômica, fragmentando-se, portanto, o sistema dominação-exploração, Saffioti (2004) afirma que não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, pois são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida. Trata-se de uma ideologia que inscreve uma estrutura de poder e dominação masculina, subordinando o feminino e, por extensão, as identidades que irrompem as fronteiras de gênero. Em concordância com Saffioti (2013, p. 66):

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais.

Estudos mais recentes da tradição feminista-marxista, como de Cíntia Arruzza (2015), evitando incorrer em reducionismos e economismos, propõem uma *teoria unitária* para o debate das relações de opressão-exploração, na qual o patriarcado não é um sistema autonomizado do capitalismo e nem se subestima a centralidade da opressão de gênero.

Proponentes da ‘teoria unitária’ discordam da ideia de que o patriarcado seria hoje um sistema de regras e mecanismos que autonomamente se reproduzem. Ao mesmo tempo, insistem na necessidade de *considerar o capitalismo não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação.* (ARRUZZA, 2015, p. 38 – Grifos nossos).

A partir dessas contribuições feministas, este artigo refuta a afirmação de Ellen Wood (2011) sobre emancipação de gênero e raça como “bens extraeconômicos” – não obstante ela se constitua como uma importante marxista, que trouxe para o campo da produção teórica vigorosos debates entre democracia e atualidade do materialismo histórico. Não se trata, portanto, de desqualificar o lastro de pensamento da autora – uma vez que a desqualificação é uma estratégia colonial, e aqui não se pretende incorrer nessa reificação –, mas contestar o que ela desconsidera: que capitalismo, patriarcado e racismo se estruturam em simbiose. Vejamos o que afirma Wood (2011, p. 232):

Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem *status* privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres – embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe [...] não há necessidade estrutural específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela.

Ao advogar que o capitalismo tão somente se utiliza das opressões de gênero, subsistindo a elas, ou ainda que ele não está estruturalmente vinculado a essas opressões, Wood (2011) não contribui para dar

historicidade à realidade concreta. Sua exposição argumentativa separa a estrutura lógica do capital das suas dimensões históricas, incorrendo numa clássica confusão entre elas (ARRUZZA, 2015, p. 49-50). Assim, infere-se aqui que autonomizar a opressão de gênero e raça da exploração capitalista acaba por contribuir mais para se dicotomizar produção e reprodução e menos para tratá-las como unidade da totalidade das relações sociais, perdendo-se também a articulação dialética entre infraestrutura e superestrutura. Saffioti (1988), por sua vez, fala em termos de *modo de produção capitalista* e não em termos de *lógica do capital* justamente porque o modo de produção capitalista é o resultado histórico dessa simbiose e porque presume reprodução social.

É válido situar, portanto, a *modernidade colonial* e suas dimensões (gênero, raça, metrópole/colônia – norte/sul). O modo de produção capitalista na sua historicidade só se ergue e se consolida apoiado na estrutura patriarcal e racial do projeto colonizador no *mundo-aldeia*³, que transformou os referenciais de vida, cultura e trabalho das sociedades não capitalistas. Já é possível localizar uma série de estudos históricos que afirmam que o imperialismo e o colonialismo engendraram hierarquias de raça/etnia e de gênero em sociedades onde os sistemas de gênero e raça desconheciam divisões hierárquicas ou existiam de forma não acentuada.

Rita Segato (2014), debruçando-se sobre a inter-relação existente entre colonialidade e patriarcado, lança luzes à existência de sistemas de gênero no mundo pré-intrusão e na modernidade colonial, inferindo que no mundo-aldeia existia uma *organização patriarcal de baixa intensidade*, que, transformada historicamente pelo gênero ocidental com o colonialismo, conformou-se no que chama de *patriarcado colonial moderno*, uma organização patriarcal de alta intensidade. Essa tese de Segato (2014) insere a categoria gênero como categoria central no desvelamento das dimensões da vida social totalizadas pela ordem colonial moderna.

É patente na história da formação capitalista a divisão entre civilizados e atrasados e entre os que têm direitos e os que não têm. A herança histórica da concepção moderna de direito formal abstrato, ao não considerar as desigualdades de *status* de cidadão, repõe na atualidade as *desigualdades estruturais da sociedade moderna colonial*.

Essa ótica contribui para a contextualização macro-histórica à análise da base material das relações sociais. O projeto colonizador no mundo-aldeia foi tão violento na transformação das formas de produzir e reproduzir a vida que passamos praticamente a considerar que a História da Humanidade começa com a cultura ocidental. A própria identidade trans que aqui se defende como identidade social politizada é, também,

³ Aqui é utilizado o termo *mundo-aldeia* para um vocabulário descolonial, de modo a referir-se a um mundo não hierarquicamente organizado pela matriz da colonialidade. Para Rita Segato (2012), este mundo que antecedeu a intervenção colonial não deve ser descrito como pré-moderno, justamente para não sugerir que se encontra simplesmente no estágio anterior da modernidade e marcha inevitavelmente em direção a ela.

produto histórico da colonialidade. As existências trans, mesmo anteriores à nossa sociedade moderna, são assim denominadas segundo a lógica do dominante/colonizador. Portanto, uma perspectiva de luta emancipatória e transformadora da condição de opressão-exploração deve estar vinculada também à descolonização do olhar, do saber e do existir para a superação da opressão colonial. E isso requer um exercício de desalienação.

Saffioti (1997) nos lembra que a realidade é móvel e que a alienação presume a desalienação, assim como a coisificação supõe a humanização. Uma reflexão baseada no próprio método marxista e, também, no papel que tem a ideologia: “graças à natureza porosa da ideologia e à emergência e ao desenvolvimento de contra-ideologias, as possibilidades de desalienação-humanização estão sempre presentes” (SAFFIOTI, 1997, p. 61). A referida autora chama a atenção para o fato de que o grau de reificação/alienação das pessoas nunca é total.

Inobstante o modo de produção capitalista, em simbiose com o patriarcado e o racismo, expressar-se como um sistema alienado de atividades humanas, não se pode ignorar, conforme Mészáros (2016, p. 189), que em tal sistema “são criadas também as condições para sua suplantação”. As necessidades humanas não são somente necessidades de consumo e produção, “ideais também criam necessidades”, portanto, “apenas da realização desses ideais pode-se esperar uma solução da contradição entre produção e consumo” (MÉSZÁROS, 2016, p. 190).

O fio condutor da análise da alienação em Marx é tomar como referência a interconexão entre seus aspectos econômicos, políticos, ontológicos, morais e estéticos, ante a sua equivocada consideração como determinações mecanicistas unilaterais, justamente para que a interpretação da realidade alcance a “clara luz do dia da análise social concreta” e torne possível um programa prático para sua reversão. Na empreitada da suplantação da alienação, exige-se uma mudança radical em todas as relações humanas, acabando com a causa – a produção de mercadorias – pois ela desumaniza toda atividade (MÉSZÁROS, 2016, p. 193).

Algumas considerações sobre embates teórico-políticos: lutas gerais e lutas específicas e as relações entre a emancipação política e a emancipação humana

Karl Marx (2009), em sua análise acerca da situação dos judeus na Alemanha no século XIX, privados dos direitos civis e políticos, elaborou o texto *Para a questão judaica*, oferecendo uma crítica ao liberalismo e refletindo sobre as relações existentes entre a emancipação política e a emancipação humana. O referido pensador alemão afirma que a questão da relação da emancipação política com a religião torna-se a questão da relação da emancipação política com a emancipação humana, trazendo

elementos para compreender que reivindicar uma cidadania de Estado é apenas uma parte da contradição mundana universal entre o Estado político e a sociedade civil (MARX, 2009). Essa contradição não reside apenas naquelas pessoas que a reivindicam, mas na própria categoria da emancipação política.

Um refinamento dessa apreensão marxista pode ser localizado em Mézários (2016, p. 119 – Grifos do autor), o qual define a política como “*mediação* (e, com suas instituições, como um meio dessa mediação) entre o estado *presente* e o estado *futuro* da sociedade”. Portanto, a política, ainda que seja o caminho necessário para a prospecção de uma outra ordem societária, não alcança a suplantação da alienação, já que ainda se faz numa sociabilidade alienante.

Nesse sentido, é pela chave analítica da alienação em face do direito burguês à propriedade privada que Marx (2009) vai distinguir direitos humanos de direitos do cidadão. Afirma Marx (2009, p.63) que, sob a doutrina liberal, os chamados direitos do homem não são outra coisa senão os direitos do membro da sociedade civil burguesa e, portanto, “do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade”. Marx (2009, p. 64) vai criticar, também, o que consiste a liberdade no âmbito dos direitos humanos: “Mas, o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com o homem, mas, antes, no isolamento do homem relativamente ao homem. É o direito desse isolamento, o direito do indivíduo limitado, limitado a si.”

Conclui Marx (2009, p. 64) que a aplicação prática do direito humano à liberdade é um direito humano à propriedade privada (e o direito ao interesse próprio): “ela faz com que cada homem encontre no outro homem não a realização, mas antes a barreira da sua liberdade”.

Na teia de hierarquias e desigualdades de poder de gênero, raça/etnia e sexualidade não se pode perder de vista o conteúdo de classe, sob pena de se incorrer numa leitura e apreensão da realidade sem o prisma da totalidade. Quando não se utiliza a perspectiva do método materialista histórico-dialético na análise da vida social, por vezes, a trilha perseguida poderá nos conduzir às armadilhas da reificação. Um exemplo é o olhar conservador, próprio da ciência burguesa, que trata o ordenamento capitalista e, também, seus antagonismos de gênero e raça/etnia como naturais, embaçando, assim, a realidade.

Por outro lado, para a reflexão acerca da identidade de gênero como dimensão da cidadania faz-se necessário levantar uma discussão crítica em torno da repreensão às lutas chamadas específicas, como se existissem, tão somente, em detrimento das lutas gerais. Na tradição marxista, há muitas críticas ao que se denominou como “novos movimentos sociais”, reconhecidos como movimentos culturais, sob a efervescência contestatória no plano da transformação da cultura, ao reivindicarem uma nova ordem das

coisas, como os movimentos feministas, o movimento negro e o movimento LGBTQIA+.

A apreensão aos novos movimentos sociais é a de que são despolitizados para as questões de classe, pois só a luta de classes poderia superar a ordem vigente e construir uma nova ordem societária. É fato inconteste que muitas correntes do movimento LGBTQIA+ têm sua prática política dissociada da luta de classes, porém outras buscam uma caminhada de luta em articulação com as pautas classistas. É certo também que uma parcela significativa das lutas classistas reproduz o machismo, a misoginia, o racismo e a LGBTQIfobia em sua *práxis*.

Desse modo, há que se concordar com Nancy Fraser (2002) – feminista estadunidense da teoria crítica – que, diante dessa nova gramática de reivindicação política, na qual se observa um descentramento da *redistribuição* (política de classe) para o *reconhecimento* (política cultural), é preciso examinar suas implicações para a justiça social. Uma dessas implicações, conforme Fraser (2002), é que o *reconhecimento* permite um alargamento da reivindicação política já não restrita ao eixo classe, dando atenção a outros eixos de subordinação (como raça/etnia, gênero, diferença sexual, sexualidade, idade, religião). Isso muda a paisagem da compreensão de justiça social, não mais cindida nas questões de redistribuição, mas abrangendo questões de representação, identidade e diferença. Isso é importante para a referida autora por estar na contramão dos paradigmas economicistas, dando-se a devida atenção para as hierarquias institucionalizadas de valor que não aquelas, tão somente, da economia política.

Por outro lado, tal dinâmica, segundo Fraser (2002), para efetivamente expressar um paradigma de justiça social mais amplo e rico, ou seja, que contemple as desigualdades de classe e as hierarquias de estatuto (raça/etnia, sexualidade, gênero, idade), não pode incorrer na substituição do paradigma truncado do economicismo para o paradigma truncado do culturalismo, sob pena de se incidir numa visão truncada de emancipação.

Para o risco da substituição da política de classe pela politização da cultura, Fraser (2002) propõe uma concepção bidimensional de justiça que abranja tanto o reconhecimento como a distribuição. A ideia é um olhar bifocal para justiça social: olhar tanto para uma política de redistribuição quanto para uma política de reconhecimento, já que nenhuma por si só basta.

Destarte, as pautas trans, feministas, de negras/os, LGBTQIA+ e de classe precisam andar juntas. Não há como hierarquizar as lutas. A pauta da luta de classes não deve se sobrepor à luta das questões de gênero, raça e sexualidade, e vice-versa. Logo, é falso hierarquizar e dizer que antes é preciso superar a dominação econômica para depois superar as demais. A dominação-exploração capitalista não é apenas econômica, é, também, política e cultural. As pautas em conjunto alargam a ideia de cidadania e democracia, afinal, numa sociedade capitalista-patriarcal-racista, a

democracia é burguesa, patriarcal e branca, exigindo ser interpelada pelos *sujeitos históricos e políticos*.

Faz-se importante considerar, ainda, o conteúdo das lutas de pessoas trans como conteúdo político e, também, emancipatório. Na crítica à filosofia idealista hegeliana, Marx (2010) vai demonstrar que seu método é na *práxis* humana. A *práxis* é o fundamento da crítica à filosofia idealista. Marx (2010, p. 152 – Grifos do autor) criticava que a revolução alemã, para a filosofia idealista, estava “no cérebro do filósofo” alertando que: “[...] As revoluções precisam de um elemento *passivo*, de uma base *material*. A teoria só é efetivada num povo na medida em que é a efetivação de suas necessidades”.

No tempo presente, há outras necessidades históricas que precisam ser analisadas, ainda que sobre as bases de uma estrutura de classes. Isso requer considerar que as categorias marxianas têm uma história e uma dinamicidade. A categoria classe social vem merecendo tratamento analítico e político que a sature de novas determinações, de modo a capturar sua complexidade, o que, naturalmente, também exige um novo olhar para os sujeitos políticos da ação transformadora da ordem vigente. O proletariado fabril como sujeito universal da luta emancipatória teve um tempo histórico. Essa ideia de um sujeito universal masculino não alcança a realidade concreta, ao contrário, a reifica.

Considerações finais

A ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora agudiza-se em momentos de crise do capital com a qual vivemos. O quadro atual do contexto brasileiro é ainda mais acentuado pelas constantes rupturas democráticas que se sucedem desde 2015, a partir do golpe civil político-parlamentar – com apoio jurídico e midiático – contra a Presidenta Dilma Rousseff (PT).

Seus efeitos mais expressivos são os constantes desmontes de direitos de cidadania arduamente conquistados, como as contrarreformas trabalhista (Lei Ordinária nº 13467/2017) e previdência (PEC 133/2019), bem como a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016, que congelou por vinte anos os gastos sociais, atingindo as condições de vida da classe trabalhadora. Diante desses ataques aos direitos sociais, são as pessoas trans, negras, mulheres, jovens e LGBTQIA+ os segmentos mais oprimidos, explorados e, sem dúvida alguma, os mais atingidos.

A atual crise do capital é acompanhada de projetos societários em disputa e, dentre eles, avançam o neoconservadorismo, os fundamentalismos, a intolerância, o obscurantismo, o anticientificismo e a violência, tornando mais ampliadas as expressões do machismo, da misoginia, do racismo, da homofobia/transfobia e do preconceito religioso. Não por acaso,

o Brasil é o protagonista de um dado alarmante recentemente divulgado pela pesquisa da rede europeia *Transgender Europe* (TGEU): é o país que mais mata pessoas trans no mundo⁴.

Com efeito, a democracia burguesa tem, tão somente, a aparência de civilidade, que em momentos de crise acaba por assumir feições de barbárie. O cenário do poder político partidário brasileiro com as eleições de 2016 e com as últimas eleições de 2018 demonstra a aposta de uma parcela significativa da sociedade brasileira em candidatos/as afinados/as com a violência, o ódio, o autoritarismo, o discurso religioso da moral, dos costumes e da família tradicional, comprometendo a laicidade das ações do poder público e o respeito à diversidade identitária, que conforma a população brasileira. Ademais, as eleições evidenciaram um crescimento da extrema direita, que vem implementando um desavergonhado entreguismo ao capital internacional, golpeando, assim, as forças democráticas e de esquerda.

A conjuntura atual brasileira, portanto, é de derrocada de direitos já conquistados anteriormente, combinada à precária edificação de políticas e seu desmonte atual. Nessa conjuntura, ganha relevo a dessecularização da política do tempo da Idade Média. Há evidências em diferentes espaços, desde as redes sociais às cadeiras do poder público, de impetuosos discursos morais e conservadores de ordem religiosa sobre gênero (normativo), sexualidade (heterossexual) e modelo (nuclear) de família, os quais vêm, sistematicamente, desqualificando outras existências e modos de ser.

Nesse caldo de cenários acachapantes, a partir de uma história de luta, as pessoas trans possibilitaram a visibilidade das suas contendas sociais na esfera pública. Por conseguinte, há que se concluir que o reconhecimento dos direitos de cidadania da população trans, ainda que saibamos que cidadania e democracia chocam-se com a lógica do capital, somente se torna possível com sua politização por meio da *práxis* humana. E, embora o alcance da emancipação humana que Marx acena seja possível somente numa sociedade sem classes, a emancipação política das pessoas trans é *conditio sine qua non*, é parte integrante da sua emancipação humana.

⁴ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-pessoas-trans-e-extremamente-alta-nas-americas-apontam-onu-e-parceiros/>. Acesso em: jul. 2019.

Referências

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*, n. 23, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1IV8ss1>. Acesso em: jan. 2019.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>. Acesso em: jan. 2019.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006.

CARVALHO, M. F. de L. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Uerj, 2011.

CASTEL, P. H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, set. 1997.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 62, out. 2002.

GRAMSCI, A. Problemas de filosofia e de história. In: GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARINHO, S. *Trajetórias em campo minado: juventudes trans e o mundo do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Uerj, 2017.

MARINHO, S. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. *Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p602/37975>. Acesso em: jul. 2020.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. *O capital*. Livro 1, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. A mercadoria. *O capital*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, K. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach e história. Rascunhos e anotações. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, jan./abr. 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Movimentos sociais: a face feminina. In: CARVALHO, N. V. de (Org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 2, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? São Paulo: Boitempo, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, v. 18, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: jul. 2020.

SEGATO, R. L. Colonialidad y patriarcado moderno: expansion del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: MUNOZ, K.; CORREAL, D.; MIÑOSO, Y. *Tejiendo de outro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala*. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

TEIXEIRA, F. B. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se no outro gênero e na sexualidade*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

DOI: 10.12957/rep.2021.56075

Recebido em 08 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 10 de agosto de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Notas sobre o feminismo e gênero: compreendendo a relação das categorias com as políticas públicas no Brasil

Notes on feminism and gender: understanding the relationship of the categories with public policies in Brazil

Bianca Gonçalves Santos Lima*

Maria Helena Santana Cruz**

Resumo – O presente artigo discorre sobre o feminismo, sua trajetória como movimento social fundamental na busca dos direitos das mulheres e de que maneira se desenvolveu no Brasil. Foram destacados os estudos feministas e os estudos de gênero para entender os temas que eram fortemente discutidos no interior do movimento e que davam direcionamento para o debate sobre as pautas necessárias. Além disso, discorre-se também sobre a compreensão do termo gênero e a importância dessa categoria, relacionando-a com as políticas públicas brasileiras. A pesquisa, fundamentada no método materialista histórico-dialético, possui cunho teórico que utiliza a abordagem qualitativa e o levantamento bibliográfico, buscando compreender e investigar o objeto escolhido por meio do mapeamento de produções acadêmicas publicadas no catálogo de teses e dissertações da Capes relacionadas à temática.

Palavras-chave: feminismo; gênero; políticas públicas; estudos feministas; estudos de gênero.

Abstract – This article discusses feminism, its trajectory as a fundamental social movement in the fight for women's rights, and how it developed in Brazil. Feminist studies and gender studies were highlighted to understand the themes that were strongly discussed in the movement and gave direction to debates on the agenda. In addition, it also discusses the understanding of the term gender and the importance of this category, relating it to Brazilian public policies. The research, based on the historical-dialectical materialist method, has a theoretical nature, using a qualitative approach and a bibliographic survey, in which it seeks to understand and investigate the chosen object through the mapping of academic productions related to the theme published in the Theses and Dissertations Catalog of CAPES.

Keywords: feminism; gender; public policy; feminist studies; gender studies.

* Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PROSS) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: biancalima12@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1513-3434>.

** Pós-doutorado em Sociologia da Educação, Doutora e Mestra em Educação (UFBA). Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: helenacruz@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7794-278X>.

Introdução

O feminismo foi, e continua sendo, um movimento fundamental na luta das mulheres para serem reconhecidas e respeitadas como sujeitos de direitos em uma sociedade marcada fortemente pelas diversas formas de discriminação e opressão. Refletir sobre o movimento feminista é necessário para a compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres, cujo objetivo é a reivindicação de seus direitos, em busca de equidade e igualdade. Tendo isso em vista, o presente artigo pretender analisar, inicialmente, algumas considerações acerca da categoria feminismo, mais precisamente como esse movimento surgiu e se fortaleceu no Brasil.

As pautas discutidas no movimento feminista são de fundamental importância para o enfrentamento dos desafios estruturais a que as mulheres estão submetidas. Os estudos feministas tiveram um papel significativo nos debates promovidos pelo movimento, porém, não abrangiam de maneira eficiente as discussões realizadas. Dessa forma, são introduzidos os estudos de gênero, os quais possibilitaram a compreensão das relações sociais e as relações de poder que estão inerentes à sociedade.

Além disso, é trazida neste artigo uma discussão sobre a relevância das categorias “feminismo” e “gênero” articuladas ao desenvolvimento das políticas públicas. A discussão de gênero foi um marco na conquista pela equidade e pela igualdade dentro das políticas públicas, através dos diálogos que ocorreram em encontros e congressos internacionais, resultando na criação de meios visando à garantia, ao respeito e à ampliação dos direitos das mulheres. Faz-se necessário destacar a notoriedade das mulheres inseridas no movimento e como elas contribuíram na elaboração de acordos, protocolos e convenções que são de fundamental importância até os dias atuais.

O feminismo é um movimento que busca transformar a sociedade e livrar as mulheres das relações de opressão e submissão que lhes são impostas e que foram historicamente construídas e naturalizadas pelo sistema patriarcal. É relevante estudar as produções teóricas publicadas acerca desse tema para compreender o processo histórico da construção da estrutura social para que, assim, sejam criadas formas concretas de romper com os obstáculos da ordem vigente e garantir a emancipação das mulheres.

É importante destacar como o movimento feminista ocupou os diferentes espaços políticos e como ele influencia ao redor do mundo, em uma posição de conflito com as relações de poder e as demais adversidades. Mesmo com todo o histórico, evolução e mobilização, as mulheres ainda não alcançaram todas as reivindicações para sua total libertação, por isso, faz-se necessário refletir sobre a importância das políticas públicas relacionadas ao movimento feminista e destacar a importância de ouvir a voz das mulheres na busca de eliminar toda e qualquer forma de discriminação.

Para a realização dessa pesquisa, foi utilizado o método materialista histórico-dialético, buscando compreender a temática a partir da perspectiva de totalidade diante dos determinantes sociais que a abrangem. A investigação se caracteriza por ter caráter teórico, feita a partir da aproximação com leituras selecionadas no catálogo de teses e dissertações da Capes, em que se adota a abordagem qualitativa, bem como faz-se pesquisa bibliográfica de fontes relacionadas ao tema proposto.

O conteúdo do presente artigo se organiza a partir de quatro seções, juntamente com esta introdução e as considerações finais. O primeiro tópico refere-se a uma breve abordagem relacionada ao feminismo e como o movimento se instituiu no Brasil. Já no segundo, é trazida a importância da inserção dos estudos de gênero somados aos estudos feministas no movimento. Em seguida, faz-se fundamental trazer a importância em abordar a categoria gênero e como esta marcou um avanço nas discussões. Por último, são destacadas as políticas públicas e como elas ocorreram no decorrer dos anos.

Breves considerações acerca do feminismo e sua história no Brasil

O feminismo é um conceito de complexa definição, mas pode ser entendido como um movimento político-cultural de mulheres que lutam pela igualdade de direitos e pela libertação de valores associados ao patriarcado, visando ao empoderamento das mulheres diante de uma sociedade que é marcada fortemente pela existência de condições de desigualdade e opressão. Segundo Duarte (2003, p. 2), “[...] o ‘feminismo’ poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo”.

Diante de uma sociedade marcada fortemente pela opressão em diferentes contextos, as mulheres buscam a resistência nas situações em que estão submetidas. A opressão existente na família, na política, no trabalho e nos demais espaços sociais pode também se expressar de maneira velada, quando os espaços de fala são negados e a representação feminina é quase inexistente. Para eliminar esses dilemas, as mulheres buscam transformar a sociedade ativamente através do movimento feminista (PIMENTEL, 2017).

O movimento tem avançado nas últimas quatro décadas e as pautas que envolvem as mulheres são discutidas para que suas reivindicações e demandas sejam garantidas e consideradas, as quais são definidas por fatores como tempo e espaço, social ou geográfico. A luta pelos interesses de gênero é constante, visto que vivemos em uma sociedade marcada por profundas desigualdades de gênero, combinadas com o sexismo, lesbofobia, racismo,

entre outras formas de dominação e desigualdade (SARDENBERG; COSTA, 2012).

Trata-se mais de eliminar as desigualdades sociais entre homens e mulheres do que fazer com que as mulheres cheguem onde os homens já estão, ou seja, aquilo que eles são, porque é um erro pensar que a sociedade dos homens permanecerá igual quando a das mulheres mudar. (FERREIRA, 1988, p. 94).

Foi o movimento feminista que transformou determinadas condições sociais e possibilitou que as mulheres fossem consideradas como parte integrante da sociedade diante da desigualdade de gênero existente. Mulher ter direito de ser universitária, de escolher a profissão e de se candidatar nos cargos que queira são bandeiras que fazem parte do nosso cotidiano, mas antigamente não foi assim.

No senso comum, o termo “feminismo” muitas vezes é visto como uma ofensa, sendo considerado o contrário do que é “feminino”. A discussão acerca da expressão ainda perdura em meio à sociedade, sendo entendido como um tabu. O antifeminismo foi se fortalecendo durante os anos e o movimento sofreu um forte preconceito por parte das próprias mulheres, que associaram a mulher feminista às mulheres com características opostas à “feminilidade”.

No Brasil, a história do feminismo é dividida em quatro “momentos áureos”, em que cada um deles trazia a discussão de pautas importantes à sua época. Vale mencionar cada um deles para compreender melhor a sua trajetória. O primeiro período, denominado “momento-onda”, aconteceu no século XIX, quando as mulheres brasileiras reivindicaram o direito de saber ler e escrever. O alcance desse direito foi para poucas mulheres, mas as que conseguiram estar incluídas tiveram contato com a literatura, escreveram livros e abriram escolas. No ano de 1870, aconteceu o segundo momento, caracterizado pelo enorme quantitativo de jornais feministas ao redor do país. Além disso, as pautas abordadas estavam relacionadas às exigências a favor do voto, à educação superior, à profissionalização feminina e ao trabalho renumerado para as mulheres (DUARTE, 2003).

Duarte (2003) ainda aborda o terceiro momento, em que o movimento se encontrava ainda mais organizado. As mulheres traziam à tona pautas extremamente importantes; como afirma a autora (DUARTE, 2003, p. 10), elas reivindicavam “[...] o direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias”. O quarto momento aconteceu nos anos 1970, período em que as feministas conseguiram transformar radicalmente determinados costumes. Foram organizados encontros e congressos onde eram debatidos temas relacionados à maior visibilidade da mulher, como a conscientização política,

a melhoria nas condições de trabalho, o direito à legalização do aborto, o direito ao prazer e à sexualidade.

O feminismo contemporâneo surgiu na época da ditadura militar, quando a luta visava à redemocratização do país articulada à oposição à opressão das mulheres. Além disso, também discutiram novas pautas voltadas para a desigualdade de gênero, como a violência doméstica e o direito ao prazer, entre outras (SARDENBERG; COSTA, 2012).

Sardenberg e Costa (2012) ainda discorrem que, nos anos 1990, diferentes temáticas se fortalecem dentro do movimento. O fato de que algumas mulheres não estavam submetidas no mesmo nível, por consequência da diversidade cultural, étnica, racial e social, as colocava em uma posição diferente de subordinação, em que umas sofriam mais que as outras. Dessa forma, tais dimensões permitiram uma maior abertura e heterogeneidade no feminismo, para que as demandas de todas as mulheres tivessem a atenção necessária da sociedade e do Estado e fossem consideradas diante do contexto em que estavam inseridas. Esse processo de fragmentação deu abertura a novos tipos de feminismos.

Mulheres das classes trabalhadoras se articularam através de associações de bairro; trabalhadoras das fábricas, através de departamentos de mulheres de seus sindicatos e centrais nacionais; trabalhadoras rurais, através de suas várias organizações. Esses diferentes segmentos do movimento de mulheres começaram a identificar-se com propostas feministas, constituindo o chamado ‘feminismo popular’. Além disso, organizações de mulheres negras continuaram a crescer e ampliar a agenda política feminista, redefinindo os parâmetros das próprias lutas feministas, a ponto de podermos falar da ‘existência de vários feminismos – com pontos de vista, questões centrais, meios de organização e prioridades estratégicas feministas diversas – serem amplamente reconhecidos nos anos 1990’. (ALVAREZ apud SARDENBERG; COSTA, 2012, p.8).

O contexto sócio-histórico dos anos 1990 foi – e continua sendo – fortemente marcado pelo avanço da ideologia conservadora e do agravamento de preconceitos e discriminações. Esse cenário desfavorável influenciou diretamente na luta dos movimentos feministas, enfrentando ferrenhos desafios para garantir as conquistas já efetivadas e resistindo para que os novos direitos necessários sejam reconhecidos e garantidos (ROCHA, 2016).

Apesar dos avanços, o feminismo ainda tem uma enorme trajetória na busca para romper com os empecilhos da ordem societária, por isso, mesmo diante de tantos progressos, a luta para a emancipação das mulheres deve permanecer constante. Por consequência da conjuntura, houve transformações na relação entre feminismos e Estado. O movimento estava se legitimando e se institucionalizando e, com as pressões dirigidas aos diferentes níveis de governo, ocorreu a implementação de políticas públicas

especificamente para as mulheres, algo que será discutido posteriormente no estudo presente. Dessa forma, é relevante analisar como se deu essa relação a partir da perspectiva de gênero, apreendendo a contribuição das medidas iniciativas do Estado, ainda que de forma embrionária, para transformação do padrão atual, arraigado profundamente na sociedade brasileira.

Estudos feministas e estudos de gênero: compreendendo a discussão

A emergência de romper com a estrutura patriarcal é o ponto de partida para o movimento feminista. É por meio da visão crítica da sociedade, ao visar ao rompimento com a exploração e a opressão sexista, bem como pela reivindicação de igualdade de direitos e oportunidades para a mudança social, que o movimento traz contribuições fundamentais para aprofundar o pensamento feminista através de discussões e estudos.

Inicialmente, o movimento se manifestou com discussões relacionadas ao feminismo envolvendo a categoria “mulher” nos estudos acadêmicos. Foram discutidas pautas relacionadas às condições de inferioridade e discriminação das mulheres na sociedade, na busca de denunciar as desigualdades. Acadêmicas feministas tiveram um papel de imensa relevância para colocar em destaque os estudos de gênero em ambientes intelectuais, com debates que estavam voltados para a situação política, social e econômica das mulheres. Os estudos feministas estavam baseados em “dois patamares epistemológicos”, em que o primeiro está relacionado ao estudo das mulheres, analisadas como classe homogênea e consideradas perpassando uma narrativa de natureza humana universal. A segunda dimensão trata dos estudos de gênero, havendo uma transformação no objeto de estudo, analisando-o através de um caráter epistemológico.

Os estudos de gênero inseridos no quadro científico foram de fundamental importância, visto que era preciso que houvesse o reconhecimento de dimensões relacionadas ao transversal, interdisciplinar e interdependente das dinâmicas sociais. Tais estudos foram ressaltados através da luta das mulheres, configurando-se como um processo gradual e extenso, porém, conseguindo aos poucos sua inserção nos espaços acadêmicos e na produção científica. Em relação a isso, Dutra e Bandeira (2015, p. 2 – Grifos no original) enfatizam que

Um arcabouço teórico em cuja gênese pode identificar a pertinência do debate interdisciplinar, dos estudos comparados, das lutas de classe, da divisão social e sexual do trabalho, da segregação ocupacional, da interseccionalidade com as questões étnicas e raciais, da discriminação racial e retributiva, da violência sexual, das esferas do trabalho produtivo/reprodutivo; enfim, da construção cultural binária do mundo em termos do *dever ser* feminino ou masculino.

Evidencia-se que o feminismo se encontra cada vez mais multifacetado, diante das diversas perspectivas que são englobadas em determinadas vertentes. E, como afirma Pimentel (2017), expressa-se por um denominador comum, o qual seria a reprodução de opressão das mulheres através das relações de gênero. Dessa forma, colocam-se em evidência os estudos de gênero no ambiente acadêmico.

As relações de gênero são consideradas antagônicas e assimétricas, sendo uma pauta que se fortaleceu depois de muita luta do movimento feminista. Foi na década de 1970 que pesquisadoras envolvidas no movimento buscaram a inclusão de estudos de gênero e participação no processo de desenvolvimento de programas de pesquisas sobre temáticas e questões com valor científico, com o objetivo de denunciar a opressão que as mulheres sofriam e, a partir disso, refletir sobre a realidade delas na sociedade (DUTRA; BANDEIRA, 2015).

Os estudos de gênero se colocam em uma conjuntura com as mais diversas correntes do feminismo, mas têm como pauta comum a defesa dos direitos das mulheres, colocando em perspectiva a ótica do patriarcado. Dutra e Bandeira (2015, p. 5) discorrem que “[...] a diversidade atual no âmbito do que se convencionou chamar Estudos de Gênero, dialoga com as diferenças e pluralidades das lutas existentes no cerne dos movimentos sociais”.

No Brasil, os estudos de gênero ganharam relevância no período da década da mulher. Segundo Tabak (1985, p. 1), esse acontecimento “[...] reuniu na cidade do México milhares e milhares de pessoas para celebrar o Ano Internacional da Mulher, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975”. Mesmo sendo uma época marcada pela ditadura, grupos feministas permaneceram formados e houve publicações sobre desigualdades de gênero. Foi durante os anos 1980 que foram criados núcleos e grupos de trabalho sobre temáticas relacionadas ao gênero em articulação com as ciências sociais e humanas (CARVALHO *et al.*, 2015).

Houve diversos questionamentos acerca dos estudos de gênero, portanto, foi um processo conturbado. Depois do surgimento de estudos voltados para a mulher, as análises e os estudos passaram a buscar compreender as relações entre os sexos e também as relações de poder e subordinação, sem se limitar à situação em que a mulher se encontra. Nos anos 1980, a discussão sobre as experiências das mulheres se fortalece, quando a mulher deixa de ser o sujeito universal, colocando as experiências das mulheres – no plural – em destaque. É importante destacar que, como afirmam Dutra e Bandeira (2015, p. 7),

[...] não se trata aqui de reduzir um processo de lutas sociais e produção de conhecimento acadêmico a uma simples recuperação sincrônica de fatos e ideias. Todas as correntes de pensamento atualmente ancoradas sob a denominação Estudos de Gênero, passam por constantes transformações e revisões críticas, por instâncias de

disputas políticas e epistêmicas, assim como também de convergências.

Colocar a perspectiva de gênero em um patamar diferente no ambiente acadêmico tem o objetivo de transformar eticamente as discussões relacionadas à equidade e à diversidade. Essa inclusão visa a uma perspectiva crítica por outro olhar, desconstruindo o arcabouço científico que é considerado positivista e tradicional, impactando de forma relevante nas instituições e na sociedade no geral (CARVALHO *et al.*, 2015).

Mesmo com a relevância das políticas voltadas para a questão de gênero, o número de mulheres envolvidas na produção de conhecimento ainda é escasso no mundo inteiro. Os obstáculos ainda persistem e eles se dão pela influência e domínio da cultura masculina em ambiência acadêmica. Além disso, a grande quantidade de estudos de gênero que vem sendo trazida para espaços intelectuais dificilmente é reconhecida, pois essa temática é entendida como exclusivamente da mulher. Mas, como afirma Carvalho *et al.* (2015, p. 4), está relacionada como “[...] as relações entre os sexos se reproduzem, institucionalizam e produzem discriminações, portanto remete a relações de poder e subordinação, sem se limitar a assinalar a posição ocupada pela mulher”.

Mesmo diante dessa situação, os núcleos de estudo de gênero continuam a buscar e discutir as pautas para desconstrução de um conhecimento acadêmico tradicional, uma vez que é necessário que a perspectiva de gênero esteja englobada em assuntos científicos em todas as áreas de conhecimento, com o objetivo de garantir a equidade, seja no espaço acadêmico ou fora dele, e a transformação das relações sociais.

A categoria “gênero”

Existem duas perspectivas acerca do termo “gênero” dentro do movimento feminista. Uma relaciona-se a estar contrário ao “sexo”, em que ambos os termos são apontados como opostos. Ao contrário do que é biologicamente dado e considerando o que é socialmente construído, visa ao comportamento e à personalidade dos indivíduos, e não ao corpo. A outra perspectiva é referente à distinção entre masculino e feminino, relacionada a qualquer construção social, levando em consideração não só o comportamento e a personalidade, mas também a forma como o corpo é visto. Dessa maneira, o “sexo” está intrinsicamente ligado à categoria “gênero” (NICHOLSON, 2000).

Nos anos 1960, o conceito de “gênero” buscava distinguir masculino e feminino a partir de “determinações biológicas”, mas as mulheres feministas dessa fase ressignificaram o termo incrementando as diferenças entre homens e mulheres relacionadas ao social, e não somente ao biológico.

Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. Assim, Natalie Davis afirmava, em 1975: 'Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitoado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la'. (SCOTT, 1995, p. 72).

Segundo Nicholson (2000, n. p.), "[...] 'gênero', naquela época, não era visto pela maioria como substituto para 'sexo', mas como meio de minar as pretensões de abrangência do 'sexo'". Destarte, "gênero" passou a ser um termo que complementa o que é "sexo", sem precisar substituí-lo, sendo um conceito necessário para que seu significado seja mais abrangente e elaborado. O segundo panorama é que se sobressai no feminismo, mas ainda existem resquícios da primeira visão, em que o "sexo" é exterior à cultura e à história, diferenciando masculino e feminino.

A partir da segunda perspectiva, o termo "gênero" surgiu inicialmente com as feministas americanas, que buscavam rejeitar a compreensão do conceito por determinismo biológico, mas procuravam dar importância aos fundamentos sociais de distinções baseadas no sexo. A produção de conhecimentos sobre a mulher estava cada vez mais limitada e o conceito de gênero foi essencial para entender as relações sociais e a definição de homem e mulher, pois somente dessa maneira é possível compreender os sexos (SCOTT, 1995).

Outro aspecto é que o conceito de "gênero" está relacionado não só às mulheres, mas também aos homens, em que cada um implica nos estudos do outro. Essa perspectiva busca compreender as relações sociais entre os sexos, considerando a estrutura da sociedade, as construções culturais e a identidade subjetiva de ambos os sexos.

Então, as relações de gênero objetivam apreender o homem e a mulher como seres sociais, e não como seres biológicos, diferenciando-os para conhecer e definir as características que implicam a identidade do feminino e do masculino. Gênero está relacionado às relações sociais, à estrutura da sociedade e às práticas cotidianas a que os indivíduos estão submetidos. Com discorre Souza (2013, p. 2), "[...] podemos dizer que gênero é relacional, sócio-histórica, pois não nascemos homens ou mulheres, mas aprendemos ao longo da nossa existência, o ser homem e o ser mulher, assim nos tornamos a partir de nossas experiências".

A partir dessa dimensão, entende-se que a construção de determinado sujeito não se deve apenas pela sua consciência como indivíduo, mas são as relações sociais que permitem a sua construção como ser social.

Os comportamentos e os padrões impostos pela sociedade, que existem independentemente da vontade das pessoas, são fenômenos que influenciam fortemente.

A sociedade em seu contexto histórico constantemente impõe uma série de responsabilidades alheias e contra a vontade das pessoas, que incorporam modelos e comportamentos mutuamente excludentes, no sentido de que um destes se sobrepõe ao outro, adotando arquétipos, estereótipos os quais devem ser seguidos rigidamente em função do sexismo, que implica em divisão de tarefas, e consequentemente engessam masculino e feminino, padronizando-os: o primeiro na esfera da vida pública e o segundo na vida privada. (SOUZA, 2013, p. 2).

Estudar gênero é fundamental para compreender como se dão as diversas maneiras de desigualdade entre mulheres e homens, bem como para entender como surgiram e como acontecem as relações de opressão e submissão, fenômenos que são naturalizados e estão enraizados na sociedade. A compreensão da sua importância e contribuição para a emancipação das mulheres deve ser destacada, já que é através da troca de saberes relacionados a essa temática que se fortalecem as ideias e os ideais importantes para o enriquecimento de conhecimento histórico, crítico e teórico e para a problematização de condições de desigualdade entre gêneros em uma sociedade patriarcal e capitalista, em um cenário de reflexão crítica e de reivindicações.

Feminismo, gênero e políticas públicas no Brasil

Numa sociedade que é regida pelo capitalismo – sistema político-econômico que tem a desigualdade e a exclusão social como alguns de seus fundamentos –, faz-se necessária a implementação de políticas públicas para dar respostas às problemáticas sociais existentes. Elas se deram por meio da pressão e da mobilização da classe trabalhadora através dos movimentos sociais; com isso, o Estado passou a ser o órgão responsável para a aplicação dessas políticas, desempenhando o papel de mediador entre as exigências da ordem capitalista e as demandas da classe trabalhadora (ROCHA, 2016).

Para compreender as políticas públicas relacionadas à perspectiva de gênero, é preciso analisar como o Estado passa a contribuir para transformar o padrão que enraizado na sociedade brasileira. Foi a partir dos anos 1970 que se iniciou o processo de reforma da sociedade buscando a redemocratização, já que nos anos anteriores o país passava por uma ditadura militar. A população brasileira teve fundamental importância no desenvolver desse processo, principalmente ao reivindicar a garantia de seus direitos através das políticas públicas (FARAH, 2004).

Nos anos 1980, diante de uma sociedade que aderiu aos preceitos do neoliberalismo, sendo marcada fortemente por complexos fenômenos, como a pobreza e o desemprego, as mulheres vislumbraram a necessidade de colocar em evidência a perspectiva feminista, já que, além de esses fenômenos atingirem diretamente as mulheres, existe também a discriminação de gênero, sendo mais um desafio a ser enfrentado. Buscando mudanças relacionadas às condições das mulheres na sociedade, o feminismo pretende romper com as diversas formas de desigualdade intrínsecas às relações sociais.

A mobilização da população feminina no processo de redemocratização foi imprescindível para que elas se constituíssem como sujeito político. Além disso, o movimento também passou a inserir discussões visando compreender o patriarcado e as relações de poder existentes na sociedade. Daí surge a necessidade de o movimento estar diretamente envolvido com as políticas sociais.

Então, a princípio, essa pauta foi destacada por teóricas feministas por meio dos fóruns internacionais que aconteciam nessa época, tendo demandas contempladas e registradas na *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher* (Cedaw), que foi “[...] adotada em 1979 pela Assembleia Geral da ONU, [em que] definiu o que constitui discriminação contra as mulheres e apresentou uma agenda de atividades nacionais visando eliminar essa discriminação” (PRÁ; EPPING, 2012, p. 39).

O Brasil tem participado e levado suas demandas para os mais diversos espaços significativos de caráter internacional. Com isso, o movimento feminista se inclui dentro desse espaço conquistado, com a intenção de dar o reconhecimento necessário às demandas, buscando maneiras de elas serem atendidas e consideradas. Desse modo, são estudados e discutidos instrumentos com o objetivo de proteger e expandir os direitos das mulheres através de acordos, protocolos, tratados e planos formulados no interior desses espaços políticos. Essas conquistas se deram por meio das mobilizações e das lutas, que visavam a possibilidade de dialogar e decidir com as instâncias sociais e governamentais as políticas públicas para garantir e ampliar a equidade de gênero e os direitos das mulheres, sejam eles sociais, políticos, reprodutivos, culturais ou sexuais (PRÁ; EPPING, 2012).

Ao ter êxito em ocupar os espaços políticos, a perspectiva de gênero foi considerada nas mais diversas conferências e encontros que aconteciam em todo o mundo. Alguns exemplos desses espaços são a ECO-92 (1992), sobre Meio Ambiente; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento, em 1994; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em 1995; a Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995; e o Fórum Social Mundial, de 2001 a 2003 (FARAH, 2004).

Além dessas conferências, a participação das mulheres foi fundamental no processo de formulação de políticas públicas com recortes de gênero, como por exemplo no desenvolvimento do ciclo social da ONU e de documentos ratificados pelo Brasil, como o *Protocolo facultativo à convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher* (Cedaw – 1979) e o *Plano de ação da conferência de Beijing* (1995).

Na década de 1980, o Brasil foi marcado fortemente pelos efeitos das mobilizações por parte das mulheres, pois as primeiras políticas públicas com recorte de gênero começaram a ser implantadas. De início, foram fundados em São Paulo dois órgãos muito importantes: em 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina e, em 1985, a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. Esse foi o ponto de partida para difundir tais instituições pelo país inteiro. Em 1985, originou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça e, em 1983, instituiu-se o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), mediante a mobilização de mulheres (FARAH, 2004).

Dessa forma, é perceptível que a luta das mulheres para inserirem as questões de gênero nas políticas públicas foi – e é – de grande importância na discussão da realidade política e social, porque é através desses espaços de participação e de reivindicação que os direitos humanos das mulheres são colocados em debate de maneira democrática, objetivando mudanças necessárias para a superação das diversas formas de discriminação e de relações de poder que persistem na sociedade.

Considerações finais

Ao considerar todo o percurso realizado pelo movimento feminista, é perceptível a intensa luta para transformar a realidade a que as mulheres são submetidas, num cenário marcado por condições de opressão. Mudar toda a estrutura vigente sobre as ideias de gênero é imprescindível para o movimento a fim de que sejam construídas as bases que levam à igualdade de direitos.

É importante destacar a relevância da união e da intervenção das feministas brasileiras dentro das mais diversas conferências e encontros mundiais, refletindo sobre a influência do movimento nos diferentes espaços políticos. Tendo o poder de reivindicar e decidir acerca dos próprios direitos, tanto na agenda pública internacional como também na nacional, acabam se confrontando com limites nas relações de poder diante de uma atuação de forte resistência para tais obstáculos.

Mesmo com toda a mobilização e com o avanço em determinadas pautas, as mulheres ainda não têm todas as suas reivindicações consideradas e não ocupam a maioria dos espaços existentes. São inúmeros os desafios no marco das relações de poder que se manifestam na realidade, mas os

questionamentos trazidos para serem discutidos no movimento são de grande importância para explorar reflexões, oferecer novas perspectivas e redefinir termos e conteúdo, colocando as mulheres em condição de participantes ativas para pressionar o Estado e a sociedade, buscando estratégias que possibilitem as reivindicações das políticas feministas, de igualdade política e social, consideradas e cumpridas nas políticas públicas.

Referências

CARVALHO, M. E. P. *et al.* *Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil*. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37, Florianópolis, out. 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3761.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2019.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010. Acesso em: 5 jul. 2019.

DUTRA, D.; BANDEIRA, L. M. Estudos de gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/17267/12644>. Acesso em: 6 jul. 2019.

FARAH, M. F. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 13 jul. 2019.

FERREIRA, V. O Feminismo na pós-modernidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 24, mar. 1988. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/24/_Virginia%20Ferreira%20-%20O%20Feminismo%20na%20Pos-Modernidade.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

NICHOLSON, L. Interpretando gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PIMENTEL, E. Prisões femininas: por uma perspectiva feminista e interseccional. In: STEVENS, C. *et al.* (Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidade*. Brasília: Technopolitik, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100003>. Acesso em: 13 jul. 2019.

ROCHA, L. M. L. N. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, nov. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5982/3616>. Acesso em: 6 jul. 2019.

SARDENBERG, C; COSTA, A. A. Feminismos no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. *Labrys*, jan./jun. 2012.

Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/cecilia.htm>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SOUZA, F. M. L. *Algumas reflexões acerca de gênero: uma perspectiva marxista*. 2013. Disponível em: <https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/10/gt-2-fc3a1rida-maressa-loureiro-e-souza-algumas-reflexc3b5es-acerca-de-gc3aanero.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

TABAK, F. *A década da mulher como forma de participação e pressão política* – Avaliação e balanço. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, GT MULHER E POLÍTICA, 9, 1985. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/9-encontro-anual-da-anpocs/gt-10/gt21-6/6147-fanny-tabak-decada/file>. Acesso em: 12 jul. 2019.

DOI: 10.12957/rep.2021.56077

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 27 de setembro de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DesAmadas

Nana Moraes*

Desde o ano de 2007, comecei a desenvolver a trilogia de livros *DesAmadas*, onde busco desvelar histórias de mulheres discriminadas, estigmatizadas, que sobrevivem ao preconceito, à intolerância, desprezadas na sociedade perversa.

O primeiro livro, *Andorinhas*, conta as histórias de cinco prostitutas que trabalham na Rodovia Presidente Dutra: Dorothea, Gerenilza, Simone, Roseli e Bétissa. Serei sempre grata por me permitirem entrar em suas vidas. Em nossas conversas, entre muitos casos, elas sempre mencionavam o fato de que a prostituição não é crime. Embora, nem por tanto livressem-se de perpétuo julgamento. Talvez por isso, logo que lancei *Andorinhas*, comecei a me inquietar com outras mulheres. As mulheres encarceradas.

Então realizei o trabalho *Ausência*, onde trago as relações de mães presidiárias com suas filhas e filhos. Este segundo trabalho começou pela a exposição, e está fazendo uma bela trajetória até aqui: Centro Cultural Correios, FotoRio 2017; Casa da Cultura, Paraty em Foco 2017; e Fiocruz, em 2018/2019. Na Fiocruz participou das comemorações dos 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos, e a exposição teve a honra de ser aberta por Michelle Bachelet. E, em 2019, recebi por *Ausência*, a Medalha Jorge Careli de Direitos Humanos da ASFOC, dos servidores da Fiocruz.

Agora, estou escrevendo o livro que fará parte da trilogia: *Ausência, correspondência fotográfica*. O livro é ao mesmo tempo um desdobramento da exposição e, uma outra escuta para as mesmas histórias que constroem este trabalho. Ambos são fruto do projeto *Travessia*, que realizei no presídio Nelson Hungria no Complexo de Gericinó, onde propus estabelecer uma correspondência fotográfica entre as mães presas e suas filhas e filhos.

* Fotógrafa, nasceu em 1963 no Rio de Janeiro. Formada em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, colabora há 30 anos para os mercados editorial, cultural e publicitário. Hoje, também, está a frente do Retrato Espaço Cultural. Foi seis vezes vencedora do Prêmio Abril de Jornalismo – a última em 2010 – e premiada pela Associação Brasileira de Pro-paganda como “Destaque Profissional/Fotografia”, em 2007 e 2011. Desde 2018 integra a equipe de coordenação do FotoRio. E-mail: nanamoraes@nanamoraes.fot.br.

DOI: 10.12957/rep.2021.56066



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Betissa 1



Betissa 2



Doroth 1



Doroth 2



Gerrenilza 1



Gerêniza 2



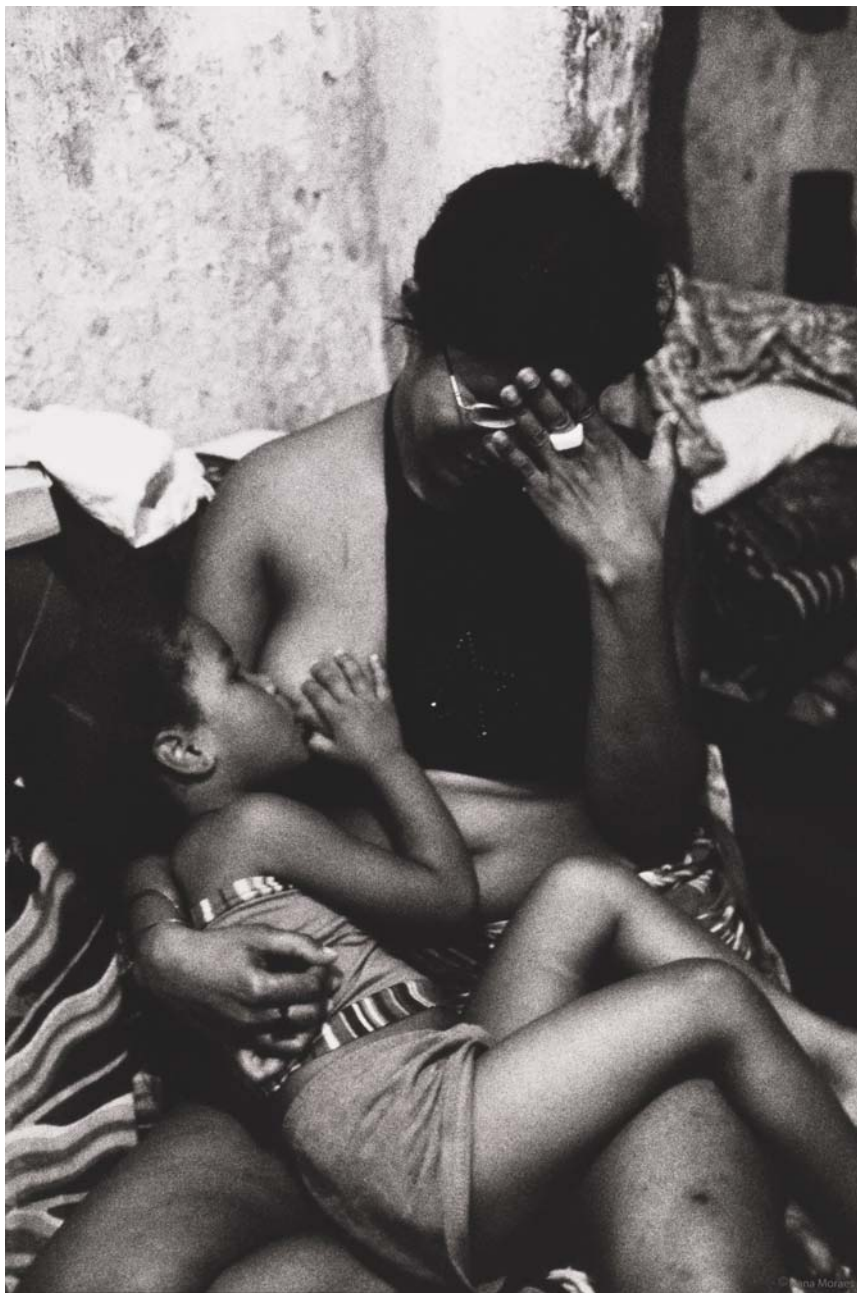
Roseli 1



Roseli 2



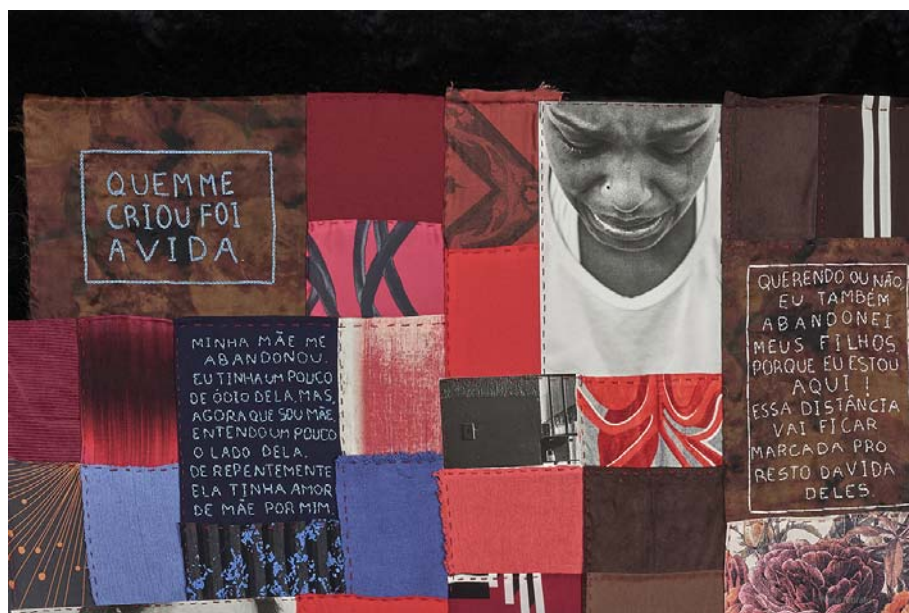
Simone 1



Simone 2



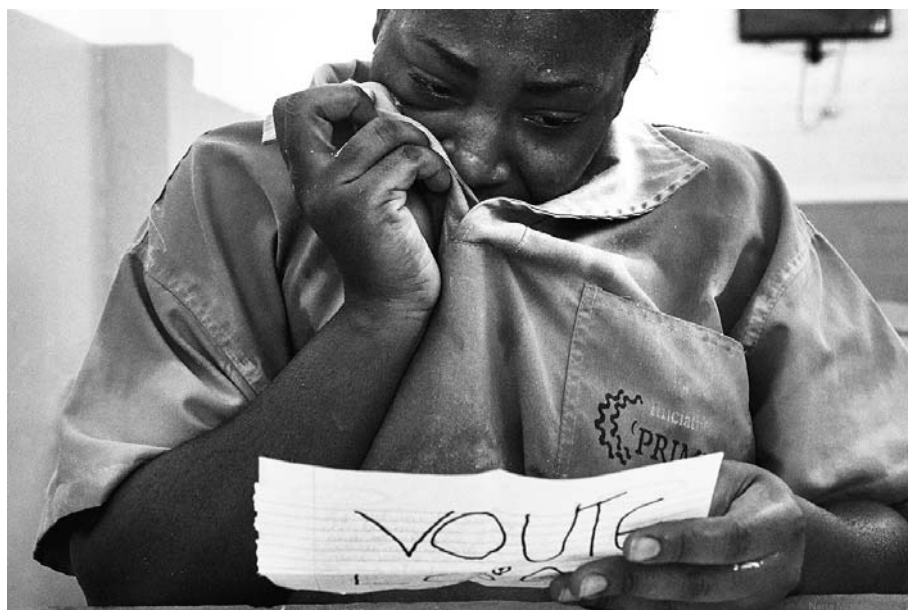
Ausência exposição 1



Ausência exposição 2



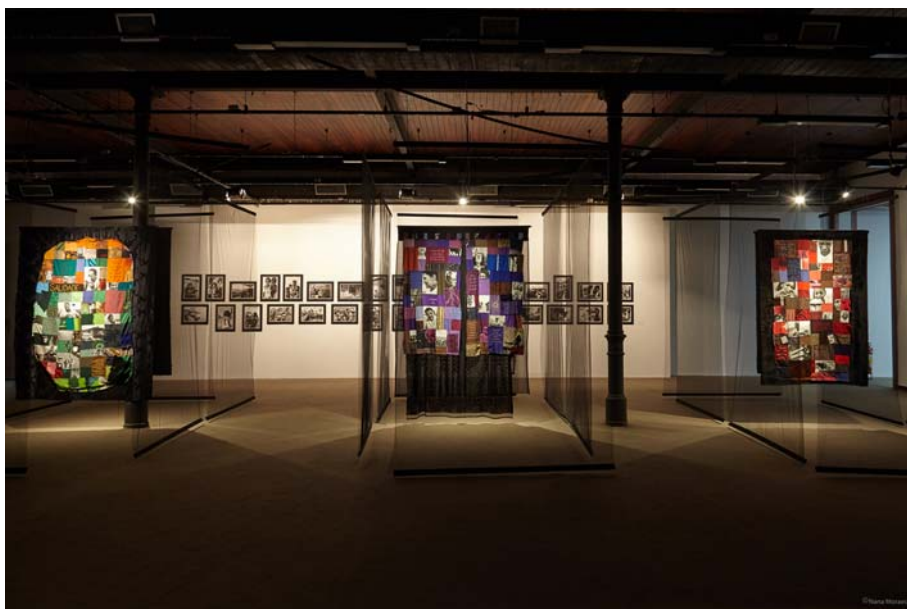
Ausência exposição 3



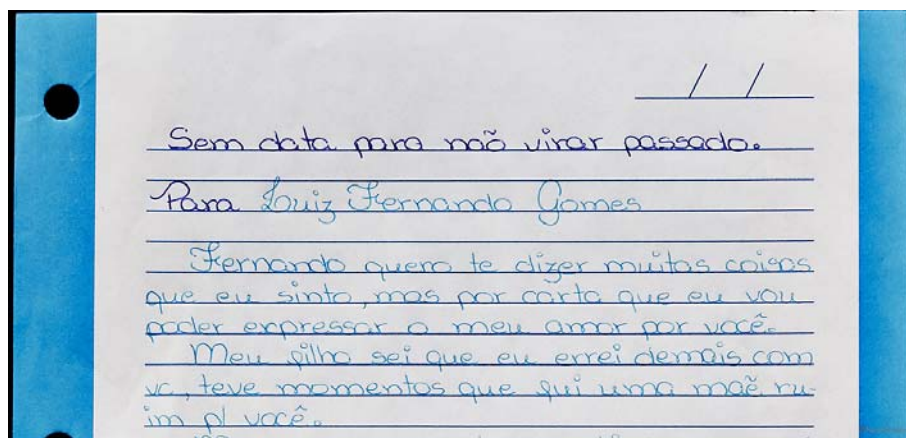
Ausência exposição 4



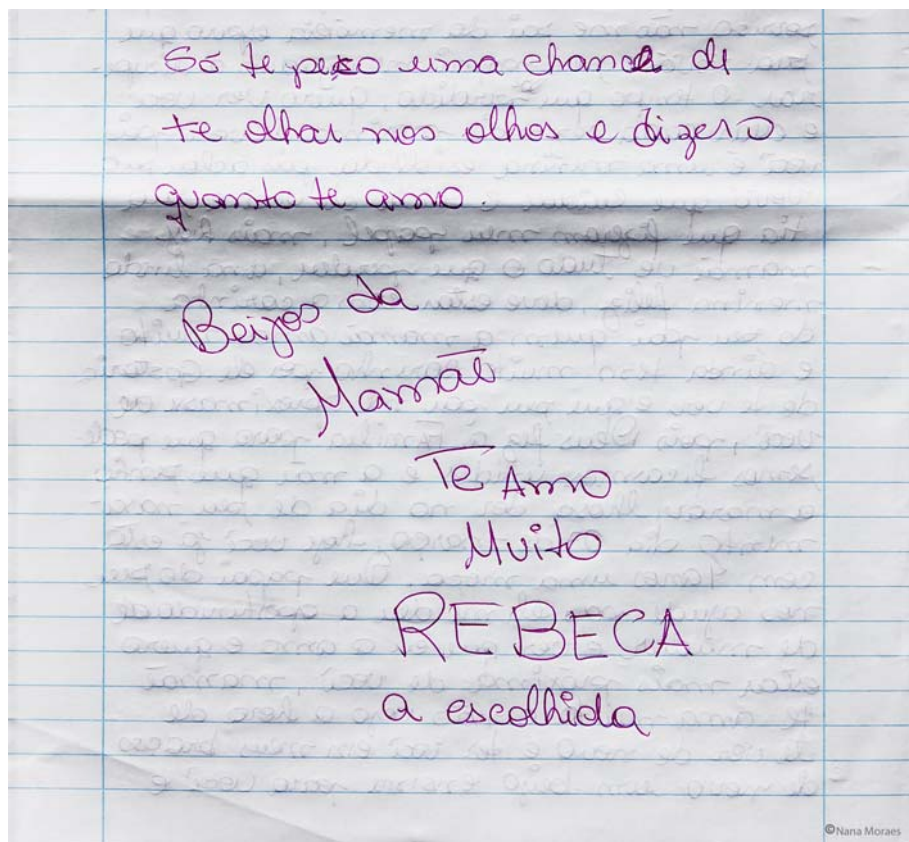
Ausência exposição 5



Ausência exposição 6



Ausência exposição 7



Ausência exposição 8



Ausência livro 1



Ausência livro 2

ENTREVISTA

Movimento de Mulheres e Ativismo – uma vida de luta: Entrevista com Ivanete Silva

Luciene Medeiros*
Nivia Valença Barros**

Entrevista realizada por escrito, via e-mail, em maio de 2020.

Ivanete Silva é uma mulher negra, professora da rede pública, feminista e LGBT. Integrante do Fórum de Mulheres de Duque de Caxias e da Baixada e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE). É militante do Movimento Negro Unificado (MNU) e integrou o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, em Duque de Caxias. Começou a trabalhar ainda adolescente e sua militância iniciou-se nos Movimentos de base da Igreja Católica. Foi candidata a vice-governadora na chapa do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com o candidato Tarcísio Motta e sua candidatura constituiu-se em um marco para os movimentos organizados de seu município.

Em Pauta: Fale-nos um pouco sobre sua história de vida, militância e como se deu sua participação no Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias (FMDM/DC)?

Ivanete Silva: Minha primeira experiência de formação política se deu nos bancos da igreja católica. Durante minha adolescência fiz parte dos grupos de catequese e formação de lideranças, na década de 1980, período em que o Movimento das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) desempenhou um importante papel na organização do povo, onde o evangelho

* Professora no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Pós-doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social – Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social, Mestre em Serviço Social, graduada em História. Coordenadora dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu (Especialização) em Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e Atendimento à criança e adolescente vítima de violência doméstica pelo Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail: luamedeiros@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6113-4729>.

** Professora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Pós-doutora em Ciências Sociais, Doutora em Psicologia, Mestre em Educação, graduada em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Cidadania – Nudhesc/UFF. Bolsista Produtividade CNPQ. E-mail: barros.nivia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0501-9371>.

era estudado e contextualizado com nossa realidade local, com isso participei ainda aos 15/16 anos da organização do processo eleitoral da Associação de Moradores do meu bairro. Como muitos jovens pobres, ao terminar o Ensino Médio, onde fiz o curso de Formação de Professores, fui trabalhar e cursar a faculdade de Pedagogia à noite. Conheci outras pessoas, realidades e crenças diferentes da minha. Vivi várias outras experiências, trabalhei em uma grande indústria, formei família e me tornei mãe. Perdi meu companheiro para violência urbana em início de 2000, em 2001 passei a compor a direção do Sindicato Estadual dos Trabalhadores da Educação do Rio de Janeiro no núcleo municipal de Duque de Caxias (Sepe-Caxias) e a partir de 2003 a direção central, em nível Estadual, ficando nestas duas instâncias até 2014. Em meados de 2012 já havia iniciado minha participação no Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias (FMDM/DC) como representante do SEPE-Caxias. Logo em seguida tornei-me conselheira no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias. Neste ponto iniciei um outro aprendizado. Estive com muitas e diferentes mulheres que retratavam a triste realidade de muitas outras, uma realidade interseccional, marcada pelas violências sociais - a violência de gênero e a violência doméstica. Um ponto central foi a morte das mulheres. Até então minha relação como o FMDM/DC era contribuir em momentos pontuais, principalmente nas atividades do Oito de março, representando o sindicato e como mulher militante. Ao fazer parte de sua estrutura, compondo a executiva, compartilhei com outras mulheres o processo de construção da política voltada para as mulheres, transformando em articulação e ação, fosse como do Fórum ou enquanto representação dentro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias, com o objetivo de não só denunciar a situação das mesmas, mas sobretudo pressionar o governo a implementar políticas públicas que melhorassem suas vidas. Estudar sobre esta temática também foi muito importante, fiz a qualificação no curso “Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra Mulher” pela PUC-Rio no Polo de Duque de Caxias. Então, entendendo melhor sobre a construção de políticas públicas e tendo uma estreita relação com as lideranças de mais tempo nesta frente, pude compartilhar momentos importantes e decisivos para o fortalecimento do movimento, articular, promover e dar visibilidade às demandas das mulheres de Duque de Caxias, e assim ter o Fórum como um segmento reconhecido na cidade, articulando outras representações do movimento social e influenciando as decisões do executivo municipal em alguns momentos.

Em Pauta: Duque de Caxias faz parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e, forma em conjunto com mais 12 municípios o território da Baixada Fluminense. Conte-nos sobre a realidade das mulheres de Caxias.

Ivanete Silva: A Baixada Fluminense tem uma geografia bem diversificada, cortada por rodovias e faz fronteira com a região Serrana, o município do Rio de Janeiro e a Baía de Guanabara. Mais de 3 milhões de habitantes vivem na área, a segunda mais populosa do estado, que só perde para a capital, a cidade do Rio de Janeiro. É composta por treze municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Japeri, Seropédica, Itaguaí, Magé, Guapimirim e Paracambi. Duque de Caxias e Nova Iguaçu com aproximadamente um milhão de habitantes (censo 2010), cada um, são os dois municípios com maior poder econômico. Duque de Caxias, se destaca porque, por muito tempo esteve em segundo lugar em arrecadação no Estado do Rio de Janeiro e quarto no país, no entanto possui até hoje uma população pobre, é uma cidade com estrutura urbana precária, condições sanitárias, de saúde ou outras políticas públicas sem qualidade e que não atendem à população integralmente. Uma pesquisa elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2013 e divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, apontam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 0,711, classificado como alto, no entanto com um IDH de renda de 0,692, classificado como médio. A renda média per capita da população é de R\$592,81, entre negros é de R\$526,89, brancos R\$712,87, das mulheres negras R\$580,00 e dos homens negros R\$606,64. 60% das crianças de 0 a 5 anos estão fora da escola, 21% do total de mães chefes de família não possuem o ensino fundamental e tem filho menor, as mulheres estudam mais, vivem mais e continuam ganhando menos, o rendimento médio dos ocupados é de R\$833,64 para mulheres e R\$1.196,63 para os homens. Estas referências permeadas pelos recortes de gênero, racial e de classe, comprovam a imensa desigualdade socioeconômica da população, entre mulheres e homens e principalmente entre negras e negros. Destacamos principalmente a marcante presença das mulheres negras nesta cidade, chefes de família, subemprego e renda abaixo da renda média municipal e do salário mínimo nacional, são as mais precarizadas, vulneráveis e excluídas das políticas públicas dos vários que se sucederam. As mulheres também fazem parte da triste estatística da cidade, que a tem colocado nos últimos anos, em segundo lugar, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, a capital do Estado, em todas as tipificações de violência doméstica segundo a Lei Maria da Penha. A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Duque de Caxias (DEAM-Caxias) teve o maior número de registros destes casos em janeiro de 2019 de todo Estado.

Em Pauta: Os movimentos de mulheres de Duque de Caxias têm longa história, destacando-se, por exemplo, na década de 1980, pelas

Associações de moradores e pela Federação municipal das associações de bairro de Duque de Caxias (MUB). Como se deu a constituição do FMDM/DC?

Ivanete Silva: O seminário, “Segurança Pública e Cidadania para as Mulheres de Duque de Caxias” acontecido em 14 de setembro de 2002, por articulação do Movimento de mulheres e feminista da cidade, foi a primeira iniciativa registrada que impulsionou a criação do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher, que aprovou em suas deliberações um novo encontro com este objetivo. Então, em 10 de outubro de 2002, reuniram-se na Câmara Municipal de Duque de Caxias diversas representações do movimento social geral, instituições e movimentos organizados por mulheres e representações de secretarias e outras iniciativas do governo. O Fórum foi constituído pela representação de várias mulheres de diversas organizações da sociedade civil em Duque de Caxias, como associações de moradores, sindicatos, universidades e de mulheres. Foi um momento histórico para a organização das mulheres em Duque de Caxias, um passo muito importante, que abriu caminhos para muitas iniciativas públicas, jurídicas e midiáticas, dando visibilidade às demandas existentes em vários aspectos da vida das caxienses, considerando diferentes aspectos das políticas públicas para atendimento à mulher, fosse através das questões sobre a situação de violência contra a mulher, da Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, e tantas outras...

Em Pauta: Nesses 18 anos de atuação do FMDM/DC, quais foram suas principais ações, reivindicações e, quais os desafios enfrentados pelo Fórum na cidade?

Ivanete Silva: Foram vários, em diferentes governos, todos impulsionados dentro de conjunturas que aumentavam os riscos em relação à vida das mulheres deste município, principalmente pela questão da violência doméstica. Mantiveram uma linha de ação voltada para a formação e conscientização das mulheres através de encontros, seminários, palestras, anualmente nas Marchas do Oito de março no centro da cidade e principalmente na organização das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, onde as várias representações se dividiam em temas de interesse voltados para as questões específicas das mulheres e participação nas Conferências Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres. Foram determinantes na criação e aprovação da Lei 1.946 que instituiu o Conselho Municipal de Direitos da Mulher em 02 de março de 2006 (tendo sua publicação realizada em 03 de março de 2006); realizaram a primeira coleta de assinatura pela implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM Legal) Caxias em 03 de julho de 2008; instituíram o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher; seus atos públicos sempre tiveram uma marca: denunciar para a população as condições em que viviam as mulheres de Duque de Caxias e a falta de investimento nos espaços de atendimento às mulheres

em situação de violência como, a DEAM-Caxias e o Centro de Referência da Mulher (CR Mulher), isto em detrimento do Centro de Atendimento ao Homem, único serviço ligado diretamente ao Departamento da Mulher; lançaram em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias - CMDM/DC e o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e o Museu Vivo do São Bento, o calendário feminista, dando visibilidade à história de doze mulheres que tiveram forte presença na história da Cidade. Este calendário iniciava no mês de março de 2015, com término no mês de fevereiro do ano seguinte; nesta mesma data lançaram o “Álbum Lídia Cunha” (este material faz parte da Coleção Histórica do Museu São Bento). A Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de 2015 foi precedida de pré-encontros temáticos: “Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos”, “Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia”, “Educação para a Igualdade, Cidadania e Participação das Mulheres nos espaços de poder e decisão”, “Enfrentamento a todas as formas de Violência Contra a Mulher” e construíram o I Plano Municipal dos Direitos da Mulher que se transformou em Lei no ano de 2016. No final deste mesmo ano, foi protocolado no Ministério Público municipal um processo que denunciou a insuficiência dos espaços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e a péssima localização do único existente, além do fato da cidade estar há mais de dez anos sem uma maternidade e não ter o número de leitos obstétricos suficientes para os filhos das mulheres que engravidam e são moradoras deste lugar. Foi um ano difícil, de crise econômica atingindo todas as esferas de governo. Em Caxias, o funcionalismo entrou em colapso, ficando vários meses sem receber e em greve, no entanto, mesmo as medidas e que não demandavam gastos financeiros não foram atendidas, como a mudança de nome do Centro de Referência a Mulher para Centro Especializado de Atendimento à Mulher Vera Lúcia Pereira, além da mudança do endereço para uma região mais centralizada e com melhor acesso para as mulheres de todos os distritos. Durante o processo eleitoral de 2016, o Fórum entregou uma carta compromisso aos dois candidatos que chegaram ao segundo turno, com uma lista de medidas prioritárias a serem atendidas. O governo que tomou posse em 2017, possuía um perfil arrogante e autoritário, politicamente estava ligado de forma íntima ao presidente Jair Bolsonaro, agiu de forma truculenta com as representações do Fórum no Conselho municipal de Direitos da Mulher. Não reconheceu o Fórum como espaço de representação política da sociedade civil dentro do Conselho. Fomos intimidadas com a presença da Guarda Municipal e desautorizadas a manusear documentos, apesar de estarmos na vice-presidência e secretaria do Conselho, tivemos uma companheira agredida e por determinação do secretário de governo as reuniões do Conselho foram suspensas. Somente em meados de 2017 as reuniões voltaram a acontecer, sob pressão do Ministério Público a partir das denúncias do Fórum quanto às arbitrariedades praticadas. O

governo implementou a pauta emergencial apresentada na Carta Compromisso: mudança de endereço do CR Mulher do bairro Centenário para o bairro 25 de Agosto, nas proximidades do Complexo da Justiça, onde se encontram a DEAM-Caxias, a 59^a. DP, o Ministério Público, o Fórum de Justiça e a Defensoria Pública; alterou o nome do CR Mulher para Centro Especializado de Atendimento à Mulher Vera Lúcia Pereira; Instituiu o Centro Especializado de Atendimento à Mulher Ildalice do Prado Lomeu no bairro Jardim Primavera, segundo distrito; e retomou a construção da maternidade municipal no bairro Santa Cruz. Estas ações se deram sem diálogo com o Conselho Municipal de Direitos da Mulher que neste mandato tem à frente da presidência uma representante da sociedade civil.

Em Pauta: Estamos vivendo a pandemia do Coronavírus. Nesse momento, Duque de Caxias é a segunda cidade do estado do Rio de Janeiro em número de casos e de óbitos. Na sua avaliação como as mulheres estão sendo afetadas com essa realidade? E, como o FMDM/DC tem atuado nesse contexto?

Ivanete Silva: O governo municipal vem negligenciando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), atua de forma rasa com as implementações de medidas sanitárias que possibilitem a prevenção do contágio do Coronavírus por parte da população. Foi o último município a decretar o fechamento do comércio e o primeiro a autorizar sua abertura. Tendo atingido o segundo lugar em número de óbitos no Estado do Rio de Janeiro. As mulheres estão sendo afetadas diretamente, começando pela impossibilidade do isolamento social para muitas, pois dependem do trabalho para sustentar suas famílias, para além do fato de que também se colocam em situação de vulnerabilidade em relação à violência doméstica, quando ainda partilham a mesma casa com seus agressores. As mulheres que possuem o privilégio de estar em “home office”, lidam com o acúmulo das tarefas domésticas, orientação dos filhos nas aulas à distância, inúmeras reuniões e trabalho on-line e a pressão psicológica para estar bem e dominando um mundo de parafernália midiáticas. Os números de casos de COVID-19 expõem o quanto estas mulheres também continuam sendo vítimas da ausência do Estado e garantias de políticas públicas, verificamos que no dia 09/06/2020, foram registrados 303 óbitos, destes 50% eram mulheres, 47% eram homens e 3% não foram identificados. Trabalhamos com muitas dificuldades na busca de informações sobre esta e várias informações sobre a atuação do governo, que age com pouca transparência na gestão pública. Neste município as mulheres não são prioridade, morrem vítimas da violência doméstica, do feminicídio, da COVID-19 ou estão na invisibilidade e silenciadas enquanto vivas. O Fórum em face desta realidade, lançou a campanha “Isolamento Social, sim! Violência contra mulher, não!” composto por quatro ações, um questionário on-line para levan-

tamento de três questões: o perfil sócio econômico, cuidados com a COVID-19 e violência doméstica; vários cards, que são pequenos blocos de informação sobre como acessar nas Redes sociais com informações sobre como acessar os espaços de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e orientações sobre relacionamento abusivo; lives semanais com as representações do Fórum, onde apresentam o trabalho que desenvolvem com as mulheres do município, explicando e reafirmando a campanha; e a “hashtag” – #metecolherligue180. Em breve, os resultados serão divulgados nos dando mais informações sobre este momento tão difícil para toda humanidade e principalmente para as mulheres.

Em Pauta: Quais suas perspectivas futuras para o Brasil pós-pandemia e, quais ações você vislumbra para os Movimentos de mulheres e feministas diante desse cenário?

Ivanete Silva: É um futuro incerto, neste momento é difícil dizer, inclusive quando sairemos desta pandemia, uma vez que, não só o governo de Duque de Caxias, mais vários outros governos municipais, que são aliados do governo federal, seguem a mesma política de fechar os olhos a este fato que é tratado mundialmente com extrema seriedade. A ação do governo federal, tendo a frente o presidente Bolsonaro, que atua e incita as pessoas a assumirem o seu lado mais vergonhoso, expondo as mazelas de um país que não conseguiu romper com o racismo estrutural, o patriarcado histórico, a LGBTfobia e não estabeleceu uma legítima Democracia, onde todas e todos pudessem viver em igualdade social e econômica, com liberdade e justiça, com respeito às diferenças de opinião, credo e manifestação das mais diversas ordens. Este drástico quadro pode ser uma mola propulsora de novas ações e fortalecimento dos movimentos que já juntam mulheres das mais diversas idades. Tivemos desde o golpe institucional que retirou a primeira presidente mulher deste país, muitas manifestações contra os presidentes que a sucederam, sempre na defesa das pautas feministas e do Movimento de mulheres. Também contra a eleição de Bolsonaro, inundaram as ruas e as Redes com “rastegues” denunciando e as atrocidades implementadas e se colocando como oposição frontal ao governo. Acredito que quanto maior for a pressão, perseguição e retirada de direitos, mais as mulheres se movimentarão, principalmente as jovens e negras, são as que mais perdem e sofrem, são as que em tese demandariam uma ação de vanguarda. Não acredito que esta nova onda do feminismo aconteça de forma unilateral, sob os holofotes das mídias e Redes sociais. Ela já começou: são as mulheres jovens que a cada dia rompem com o padrão de organização até então ainda existente, movimentos horizontalizados, sem lideranças ou centralização, que me parecem ser as marolas necessárias. Mais e mais grupos de mulheres se reúnem, articulam e promovem ações desvinculadas de grandes Instituições ou nomes. Ações locais e/ou a partir

de questões do momento presente, utilizando principalmente as diversas expressões da cultura, valorizando as histórias de gerações anteriores e construindo novas. Ou seja, é possível uma grande mobilização das mulheres em defesa da vida, mas ao mesmo tempo, precisamos ter sensibilidade e ter uma audição e visão sensível para o novo, para movimentos que não testamos, não conhecemos, mas que são ricos e intensos, promovem o empoderamento destas mulheres e como consequência, poderemos ter uma grande onda de mudanças pela vida das mulheres. Por nós, pelas que vieram e pelas que virão!

Referências

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS para o desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. *Atlas Do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Duque de Caxias, RJ. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/duque-de-caxias_rj. Acesso em: 08 mai. 2020

SILVA, I. C. da. 2006 – 2016: *Movimento de mulheres e feministas em Duque de Caxias, descompassos e avanços no combate a violência contra mulher, frente aos governos, ao legislativo e judiciário* – vitórias do movimento ou dos espaços de controle social? Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher) – Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

DOI: 10.12957/rep.2021.56067



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

HOMENAGEM DE VIDA

Serviço Social e prática política feminista: o protagonismo de Suely Gomes Costa

Ana Lole*

A contribuição de Suely Gomes Costa para o Serviço Social é notória. A sua trajetória acadêmica e profissional entrelaça com a história da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, também, com a própria história do Serviço Social brasileiro, uma vez que ingressa no curso de graduação em Serviço Social após 23 anos de sua criação, em 1959. Participou ativamente nos anos 1960 e 1970 dos grupos de discussão nos congressos de teorização do Serviço Social promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) (Cf. COSTA, 1970 e 1988; CBCISS, 1984).

A produção intelectual de Suely demonstra um vasto debate sobre Serviço Social e também uma participação ativa nos congressos de teorização. Atuou vivamente nas instituições de organização profissional – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹ –, através de debates, mesas, e também na gestão do CFESS (1987-1990) como conselheira. Participou do conselho do CBCISS, no período de 1990 a 1993.

Nos anos 1980 encontrou-se com o feminismo através da professora Hildete Pereira de Melo, professora do curso de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), e depois deste encontro Suely remeteu suas produções para esse campo também, mas não só.

O entrelaçamento entre produção científica e militância feminista em defesa da saúde e da vida marcou a trajetória de Suely Gomes Costa:

* Assistente Social e mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Serviço Social e Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail: analole@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594>

¹ Cabe ressaltar que o CFESS e o CRESS antes de 1993 eram designados como CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais) e CRAS (Conselho Regional de Assistentes Sociais), já a ABEPSS até 1996 era designada como ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social).

assistente social, economista, historiadora, feminista. Uma “intelectual orgânica” que sempre esteve além de seu tempo. Suely, carioca, nascida em 11 de setembro de 1938, a mais velha de oito irmãos, casou-se e teve dois filhos.

A vida de Suely, como ela mesma costumava dizer, é construída através de “encontros e de afetos, também de alguns desafetos”. E foi num desses encontros, bem inesperados, que nos encontramos. Já se passaram duas décadas desse encontro de afetos, porém suas palavras, ensinamentos e ternura permanecem presentes no cotidiano de minhas pesquisas, estudos, aulas, militância, de minha vida.

Suely sempre generosa e acolhedora, gostava de receber as pessoas em sua casa. Posso confessar que lá era um laboratório de produção do conhecimento, sua biblioteca enorme com uma imensa variedade de livros, as histórias contadas por ela, os quitutes feitos por ela... Recebia em sua casa alunas, pesquisadoras, amigas, colegas de trabalho..., e nunca saíamos de lá da mesma forma que chegávamos. Sempre nos enchia de entusiasmo e de conhecimento, uma verdadeira intelectual. Lembro sempre de suas palavras: “quem não sabe o que procura não sabe o que encontra”, e quantos “achados” todas nós que passamos pela vida de Suely “achamos”, e que transformaram nossas vidas.

Para essa homenagem de vida pensei em escrever sobre a prática política feminista de Suely, mas por onde começar, questionei-me. Foi então que lembrei que havia realizado uma entrevista com Suely para meus estudos de mestrado. Eu era orientanda de Suely e pesquisava a participação dos homens na saúde reprodutiva, a opção pela vasectomia, e fiz essa entrevista no dia 09 de junho de 2005, em sua casa. Para construir a homenagem recorri a essa entrevista – a qual considero inédita, pois quase não usei em minha dissertação de mestrado –, somada à linha da vida que construí por ocasião da homenagem realizada em 2017², a minha memória – uma vez que cada encontro era um aprendizado – e, também ao acervo pessoal de Suely³.

Quando comecei a (re)ler essa entrevista, a qual estava transcrita a lápis há mais de 15 anos, percebi que ali Suely narrava sua trajetória de encontro com o feminismo e que esse encontro entrelaçava com sua história no Serviço Social. Foi a partir dessa leitura que eu optei por deixar a narrativa por conta de Suely, nada melhor que ouvi-la contar a sua própria história.

Usarei *itálico* quando da utilização das falas de Suely da entrevista. Fiz essa opção pois são narrativas da própria Suely através de minha leitura e também de minha história com ela, o que foge das citações formais de acordo com as normas acadêmicas.

² Homenagem à professora Suely Gomes Costa, organizada por Mônica Senna e Ana Lole, por ocasião do Seminário de 15 anos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (ESS/UFF), realizada no dia 30 de novembro de 2017.

³ Em 2019 recebi de seu filho Marcio Costa o acervo pessoal de Suely para que eu possa organizar e tratar o material.

O encontro de Suely Gomes Costa com a saúde da mulher e com o feminismo nos anos 1980

Para falar do encontro de Suely com a saúde da mulher e com o feminismo é necessário falar de sua inserção na Escola de Serviço Social (ESS) da UFF. Suely, como ela mesma colocou em seu Currículo Lattes⁴, ingressou na Escola como professora colaboradora celetista em julho de 1967 permanecendo até julho de 1969. Neste período realizou atividades de ensino, de pesquisa com o projeto “Estudos de práticas profissionais: integração de Processos em Serviço Social” e de extensão no Núcleo Habitacional Mahatma Gandhi, em São Gonçalo, além de participar dos estudos para a Reforma Universitária de 1968 (revisão curricular da ESS). Em 1984 retorna, após realização de concurso público⁵, como servidora pública na instituição, ingressa como professora auxiliar de ensino, depois assistente, adjunto e, por concurso, como Professora Titular, em abril 1994, com a apresentação da tese “Signos em transformação (Serviço Social: a dialética de uma cultura profissional em cinco ensaios)”, publicada pela Cortez Editora em 1995 com o título “Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional”⁶ (Cf. COSTA, 1995). Aposentou em 1998, porém permaneceu como professora colaboradora, credenciada ao Programa de Pós-Graduação em História em atividades de pesquisa, ensino e extensão. Foi pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com bolsa de produtividade de pesquisa. A partir de 2002, com a criação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social na ESS, Suely passa a integrar o quadro permanente do Curso. Permanecendo credenciada aos dois Programas de Pós-Graduação até o ano de 2017. No ano de 2020, no mês de setembro, Suely teve o reconhecimento de sua contribuição acadêmica e política através do título de Professora Emérita concedido pelo Conselho Universitário da UFF.

Suely cursou a Graduação em Serviço Social pela ESS⁷, no período de 1959 a 1962, onde participou ativamente do movimento estudantil e do Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK)⁸ da ESS/UFF, sendo eleita presidenta na gestão 1961/1963. No período de 1974 a 1978 cursou Economia também na UFF, onde teve um encontro marcante para sua trajetória intelectual com a professora Hildete Pereira de Melo, professora do Curso de Economia, tornando-se sua amiga.

⁴ O Currículo Lattes foi lançado 16 de agosto de 1999, com o objetivo de catalogar as atividades acadêmicas de pesquisadoras/es e professoras/es universitárias/os. Entretanto, um efeito dessa prática é registrar trajetórias de vidas que ajudam a recompor as vivências e o cotidiano de estudiosas brasileiras.

⁵ O concurso foi para a área de Metodologia do Serviço Social, sendo a prova didática realizada no dia 16/09/1983 com o tema “Serviço Social ontem e hoje”.

⁶ Neste estudo, Suely examina a história do Serviço Social por ângulos originais, inspirada na teoria de Thompson. Uma grande contribuição para o Serviço Social brasileiro.

⁷ Suely defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 1962 sob o título “O Serviço Social de Comunidade e o problema da mendicância em Niterói”. No material não consta o nome da professora orientadora.

⁸ O DAMK foi criado em 15 de maio de 1959 e recebe o nome da assistente social Maria Kiehl, formada em São Paulo ela atuou no planejamento e organização da ESS/UFF. Maria Kiehl junto com Albertaina Ferreira Ramos coordenaram a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, criada em São Paulo, em 1936.

Quando Suely retorna à ESS em 1984, como servidora pública, ela foi designada para a área da saúde, faz a escolha por atuar no Centro de Saúde Santa Rosa (CSSR)⁹. Acredito que a escolha de Suely estava relacionada com o fato de seu pai, que era médico, ter trabalhado por 30 anos neste Centro de Saúde e era uma pessoa muito querida neste espaço.

Lá encontra muitas pessoas que trabalharam com ela na década de 1970 na Secretaria de Saúde de Niterói¹⁰, praticamente toda a equipe inclusive o diretor da Unidade à época, o médico sanitarista César Roberto Braga Macedo, o que, segundo Suely, *cria uma facilitação de relações profissionais*.

Suely ficou no CSSR no período de março de 1984 a dezembro de 1987, lá realizou atividades de orientação de estágio; de extensão sobre educação e saúde na Escola Leopoldo Fróes e, também, como membro do Maria Mulher (Movimento Social de Mulheres da Saúde); participou da montagem do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM); e implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente (PAISMCA)¹¹.

Suely relata que *não sabia nada de saúde da mulher, estava gestando-se o PAISM, [...] eu trabalhava com saúde comunitária, saúde coletiva, planejamento em saúde*. No período que trabalhava na Secretaria de Saúde de Niterói, Santinha¹² a chamava para ir às reuniões do movimento feminista, *lá ia eu de vez em quando [...] mas não me via estimulada pelo movimento*. Neste momento Suely estava mais “impregnada de referências que moveram as esquerdas nos anos 1960”, motivada por “debates sobre rumos da saúde coletiva no país e na cidade [Niterói]”¹³. Suely também teve o encontro com a professora Hildete no período do curso de graduação em economia, segundo ela: *Hildete estava nessa época tocando a discussão do aborto no Brasil, mergulhada nos problemas da área do Planejamento Familiar, foi outra que insistiu muito, me chamou para o Movimento*. relatei essa narrativa para dizer que foi a entrada da Suely no CSSR que apresenta a demanda da implantação do PAISM, que ela não sabia o que era, pois não trabalhava com saúde da mulher. Isso a levou a uma busca e foi procurar a Hildete. Pela primeira vez leu um jornal editado pelo movimento feminista do Rio de Janeiro¹⁴, e desta forma Suely vai *tomando consciência não só da minha própria, do meu processo de dominação, como também eu fiquei entusiasmadíssima com o Programa de Saúde da Mulher*.

⁹ O Centro de Saúde Santa Rosa (CSSR) foi inaugurado em 31 de janeiro de 1953 (no chamado “velho casarão”). A partir da data de 12 de novembro de 1974, a Unidade de Saúde foi transferida para sua sede própria na Rua Ary Parreiras, no bairro do Vital Brazil, Niterói, RJ. Em dezembro de 1997, recebeu o nome de Policlínica Comunitária Santa Rosa embora atualmente esteja sob o nome de Policlínica Dr. Sérgio Arouca (Cf. SILVA, 2014).

¹⁰ Suely trabalhou na Secretaria de Saúde no período de agosto de 1978 a maio de 1979.

¹¹ Cabe o destaque para o artigo “Repensando o PAISMCA”, publicado pela *Revista Em Pauta*, n. 15, em novembro de 1999 (Cf. COSTA, 1999).

¹² Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha), era médica, feminista negra e em 1983 junto com outras feministas participaram da formulação do PAISM.

¹³ Costa, 2009, p. 357.

¹⁴ O jornal *O Sexo Finalmente Explícito*, era um jornal feminista, o qual teve 8 edições publicadas entre o período de junho de 1983 a janeiro de 1986 no Rio de Janeiro.

Suely e a equipe começam então a pensar a saúde da mulher no CSSR, e resolvem convidar a Hildete para esse processo, mas a chamam como militante do movimento feminista. No dia da fala da Hildete no CSSR, que foi *um belíssimo encontro com a gente*, ela convida Suely para a reunião da Comissão dos Direitos Reprodutivos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) que estava sendo montada. Suely vai à reunião e lá participa da Oficina “Linha da Vida”¹⁵, uma metodologia muito presente no movimento de mulheres. Essa experiência *me emocionou, eu terminei a Oficina em lágrimas, foi a coisa mais importante da minha trajetória intelectual. Essa experiência da Linha da Vida a gente transferiu como metodologia cabendo dentro do CSSR, fizemos Linhas da Vida, eu fiz mais de 200 reuniões nesse ano com mulheres, foi assim [um] boom*.¹⁶

No CSSR a gente conseguiu implantar o PAISM, nós nos tornamos, nesse período, um Centro de Referência para treinamento de recursos humanos, nós passamos a treinar gente para o PAISM em todas as regiões do estado. Sobre a experiência do Programa de Saúde Escolar realizado na Escola Leopoldo Fróes, *eu fiquei com um grupo de jovens [...] entre 6ª, 7ª e 8ª série, quatro períodos com o mesmo grupinho, montamos uma peça de teatro, levamos essa peça para Assembleia [ALERJ] e para vários lugares que estavam discutindo os direitos reprodutivos, porque aí o que estava em debate não era planejamento familiar, eram os direitos reprodutivos*.

Neste período, a discussão sobre direitos reprodutivos estava em pauta e Suely participava da Comissão dos Direitos Reprodutivos da ALERJ com a deputada Lucia Arruda¹⁷, a Hildete, *uma patota enorme que eu fiquei conhecendo, a Ângela Borba*¹⁸, a Solange Dacach¹⁹, a Fernanda Car-

¹⁵ Essa metodologia traça o percurso da gente de descoberta de ser mulher, [...] são pequenos grupos de reflexão em que você fala da sua vida, o que você sabe sobre o nascimento, não distingue mulher velha de mulher nova, de nada disso, preta, branca, rica, pobre, junta as mulheres numa ideia de que as mulheres são iguais e aí tem o negócio da sororidade, numa perspectiva que era da época do movimento.

¹⁶ Sobre a experiência Linha da Vida, ver Costa 1985 e 2007.

¹⁷ Lucia Arruda, fotógrafa, “foi a primeira mulher a se declarar feminista na tribuna da ALERJ. Foi eleita aos 26 anos de idade entrando para a história política como a primeira deputada estadual eleita pelo PT [Partido dos Trabalhadores]. No final dos anos [19]70, início dos anos [19]80 passou a integrar o movimento pela anistia e o núcleo do Brasil Mulher e, depois, a Comissão de Mulheres do PT. Foi uma das deputadas que mais dedicou seu mandato à causa feminista. [...] Coube ao gabinete de Lucia Arruda um papel fundamental, entre outros, na criação da Delegacia das Mulheres no Estado do Rio de Janeiro. No final do primeiro mandato a deputada criou a Comissão Especial de Saúde e Direitos Reprodutivos” (MOREIRA; MELO, 2010, p. 30).

¹⁸ Ângela Borba, formou-se em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). “Na década de 1970, Ângela engajou-se no movimento de mulheres fazendo parte do Brasil Mulher. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979. Em 1982, nesta mesma época, participou de uma experiência pioneira na construção de um modelo feminista de exercício de mandato eletivo, tendo como parceiras Lucia Arruda e Fernanda Carneiro. Ao ser eleita, Lucia Arruda, titular do mandato de deputada estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), teve Ângela Borba como principal assessora direta, mas de fato, o mandato era partilhado entre toda a equipe e as decisões eram tomadas de forma conjunta. Desta forma, dividiam o mandato e promoviam eventos públicos fora do âmbito da Assembleia, numa sintonia fina com o movimento de mulheres”. Disponível em: <http://www.fundosociales.org/institucional-angela-borba.asp>. Acesso em 20 nov. 2020.

¹⁹ Solange Gandur Dacach, socióloga, foi assessora das Deputadas Lucia Arruda e Lúcia Souto. Participou da Comissão Especial dos Direitos de Reprodução da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e da Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), “criada em 1990, [...] uma associação civil, sem fins lucrativos, [que] tem como missão a promoção do desenvolvimento humano que contemple a igualdade entre os gêneros, raças/etnias, o desenvolvimento justo e sustentável, a proteção e conservação do meio ambiente e promoção da diversidade cultural”. Disponível em: <http://www.redeh.org.br/>. Acesso em 20 nov. 2020.

neiro²⁰, a gente criou um núcleo extremamente atuante em dois campos não só na implantação do Programa e Caxias, eram dois grandes pólos do estado do Rio: Caxias e o CSSR.

E nesse caminho, muito movida pelas causas em que o gabinete da deputada Lucia Arruda na ALERJ se empenhava como condutor do movimento feminista que ia se organizando através desse seu mandato, vi-me entusiasmada pelas causas desse momento e me associei às lutas feministas que aí se expandiam²¹.

Em dezembro de 1987, Suely saiu do CSSR para finalizar sua dissertação de mestrado em História na UFF. Na dissertação²² *trabalho com o Brasil Colônia, [...] com a importância da subsistência, o trabalho da subsistência e o trabalho das mulheres na subsistência brasileira em todas as regiões do país. Isso [saúde da mulher] me chamou a atenção, mas não dava tempo de virar a minha dissertação, até porque a minha dissertação em História Econômica [estava] muito impregnada pelo marxismo ortodoxo clássico, sobre os estudos da reprodução, que são estudos que convergem para os estudos da reprodução humana, tem tudo a ver.*

Neste momento, a ESS estava de mudança para o campus do Gragoatá²³ e de repente aparece um material enorme, esse material aparece sem o pessoal saber o que fazer com ele. Como eu tinha feito história, o pessoal me chama para dar uma olhada. [...] Eu acho uma preciosidade e ali eu pensei: ‘Pô, a gente vai começar a desenvolver estudos sobre o feminismo dentro da Escola de Serviço Social’. O Programa de Assistência²⁴ que a Escola desenvolve localiza as mulheres no espaço público, tanto que minha tese [de professora titular] intitula-se ‘Signos em transformação’, ele está encaminhando essa prática feminina, que vai se montando através de uma unidade de ensino no campo político. Suely ficou trabalhando nesta documentação durante mais de um ano na Escola velha [Rua Almirante Tefé], classificando documentos com o pessoal do NDC [Núcleo de Documentação da UFF] e depois a gente se transferiu para o Campus [Gragoatá]

²⁰ Fernanda Carneiro, foi assessora da Comissão Especial dos Direitos Reprodutivos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Atuou em diversas lutas em defesa das mulheres, especialmente no campo da saúde reprodutiva. Participou da coletânea “O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe” (Cf. WERNECK; MENDONÇA; WHITE, 2000).

²¹ Cf. Almeida e Lole, 2016, p. 388.

²² Dissertação defendida em 1988, intitulada “Pau-para-toda-obra. Subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho. A matriz de qualificação da mão-de-obra do sistema fabril. (Brasil: séc. XVI a XIX)”, sob orientação da professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo (Cf. COSTA, 1988).

²³ A ESS foi criada em 1945 e funcionou primeiramente no Casarão da Rua Tiradentes, nº 148, no bairro do Ingá, em um imóvel que pertencia à Legião Brasileira de Assistência (LBA). Durante os anos 1960, a ESS esteve instalada na Reitoria, na Rua Miguel de Frias, no bairro de Icarai, e no período entre a década de 1970 e 1980 ocupou prédio da Rua Almirante Tefé, s/nº, esquina com a Rua 15 de Novembro, no Centro, e nos anos 1990 mudou-se para o Campus do Gragoatá, no Bloco E, onde se encontra até hoje. (Cf. GAMA, 1995).

²⁴ O Programa “A História da Assistência na História das Ideias: o desenvolvimento da assistência no complexo regional do Rio de Janeiro e na escola de Serviço Social: 1930/1987”, em curso desde fins de 1987, por responsabilidade de professores da ESS/UFF, compõem-se de um elenco de pesquisas sobre as condições históricas de produção do conhecimento e de práticas voltadas para a assistência social na região fluminense. O projeto de pesquisa o qual a Suely coordenava intitulava “Memória da Assistência Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense: 1945/1987”, desenvolvido no período de 1988 a 1993. (Cf. COSTA, 1989, p. 3).

e aí eu fiz aquelas exposições [...] de documentos²⁵. Eu não faria isso se não tivesse passado pela experiência anterior.

Suely juntamente com as professoras Leila Alonso Gomes e Gleide Carolina Indio criaram o Centro de Referência Documental (CRD), hoje localizado junto ao Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS), ambos em 1988.

Neste período, existia também uma demanda para os estudos do movimento estudantil, período de redemocratização do país e de retomada da União Nacional dos estudantes (UNE). Ocorreu um *chamamento para organização documental [...] do que restou do tacão da ditadura. O movimento estudantil recebeu um financiamento do CELATS e da UFRJ e da UFF e elas me procuraram, o pessoal da UFF me procurou, e isso passado pelas mãos da professora Nobuco*²⁶, que nessa época era nossa professora. Nobuco me chamou: ‘*Suely quer ajudar a gente nessa linha de pesquisa com os diretórios acadêmicos?*’. Aí eu abri uma linha de pesquisa sobre movimento estudantil²⁷, que é todo feminino. Então, novamente a gente entra em contato com esse feminino, por causa dessa outra experiência, essa experiência anterior toda, liberando informe sobre o feminino, chegada do feminino ao espaço público, vai aparecendo isso no processo de pesquisa.

Esse foi um ciclo que eu nunca perdi de vista, aí eu passei [...] a formar uma biblioteca sobre movimento de mulheres, fui fazer doutorado discutindo o feminino e passei a lecionar uma matéria de gênero na Escola [...] era em [19]88. Na década de [19]80, [...] a Escola teve a felicidade de ter duas professoras feministas ou ligadas ao movimento feminista Marlise Vinagre²⁸ e Suely Almeida²⁹. Então, nós, conseguimos estabelecer uma con-

²⁵ As exposições documentais foram: “As duas exposições iniciais, proclamaram para o campus universitário que se instava momentos de afirmação de nosso grupo profissional: ‘*Escola de Serviço Social: primeiras instalações*’ [15 de maio de 1990] detalhou os ambientes do casarão da Rua Tiradentes, no Ingá e falou, afirmativamente de unidade de ensino cujo nascimento e crescimento no panorama acadêmico ocorreram muitos anos antes da criação da UFF. A outra: ‘*Em tempos de violetas*’ [29 de agosto de 1990] – uma homenagem à equipe fundante da ESS, no momento em que a professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama recebia o título de Professora Emérita, concedido pelo Conselho Universitário – revelou a presença da Escola nos momentos inaugurais das políticas sociais do antigo Estado do Rio de Janeiro. A terceira ‘*Momentos de Rebelião*’ [14 a 21 de outubro de 1992], transformou a homenagem aos calouros numa prova documental de continuidade da rebeldia do Diretório Acadêmico Maria Kiehl, desde a década de [19]60, na qual os alunos se reconheciam, tanto nas causas dos primeiros tempos, como nas caras-pintadas então expostas. A quarta exposição – ‘*Arlete Braga: de volta ao passado*’ [10 a 14 de maio de 1993] – foi tanto uma homenagem a uma assistente social em seu dia, como uma revelação da vida profissional a nível local, regional, nacional e internacional, e dos métodos e conteúdos de ensino do Serviço Social de uma professora da Escola, entre as décadas de [19]40 e [19]70, para toda a Universidade. A quinta exposição – ‘*Os assistentes sociais na construção da cidadania*’ [27 de outubro a 03 de novembro de 1993] – demarcou, em diferentes décadas, o lado no qual os assistentes sociais se incluem. Fechou, sem dúvida, um ciclo de tomada de consciência, expressa em seu próprio título, sobre o lugar que ocupamos e que desejamos ocupar na História.” (COSTA, 1995, p. 3-4).

²⁶ Nobuco Kameyama (1940-2011) foi professora na ESS/UFF no período de março de 1985 a dezembro de 1989. Após esse período a professora foi para a Escola de Serviço Social da UFRJ.

²⁷ Projeto “Movimento estudantil na Escola de Serviço Social da UFF: a trajetória de cinco décadas”, desenvolvido no período de 1988 a 1993.

²⁸ Marlise Vinagre Silva foi professora na ESS/UFF no período de março de 1987 a janeiro de 1991. Após esse período a professora foi para a UFRJ.

²⁹ Suely Souza de Almeida (1956-2008) foi professora na ESS/UFF no período de fevereiro de 1984 a agosto de 1987. Após esse período a professora foi para a UFRJ.

vivência, eu fui com Suely pra Bertioga, [no encontro] feminista do Caribe e América Latina, quer dizer, eu e ela tivemos uma série, promovemos dentro da Escola uma série de iniciativas ligadas com os [estudos] de gênero. Então, mas a Suely [Almeida] foi trabalhar com violência e eu com saúde.

Com base nesse acervo documental, [...] eu me preparo para o concurso de Professora Titular, [...] que eu vou fazer [a tese] com base nessa documentação que eu estou trabalhando desde [19]88. A tese de Suely, publicada em 1995 pela Cortez Editora, relata sobre o “fazer historiográfico” e sua importância para o Serviço Social. Ambas experiências de Suely.

A perspectiva da longa duração histórica nos permite colocar em cena as muitas temporalidades de um lugar, e também, nelas, a variação de usos e costumes, lembrando que há continuidades e rupturas de modos de ser e de viver. Essa perspectiva que é teórico-metodológica torna menos insegura a formulação de conceitos sobre usos e costumes. Distinguem-se aí também continuidades e rupturas de práticas sociais: há as que permanecem e há as que mudam. Captura-se – com menos enganos/erros – a dinâmica social de um dado tempo. No caso do Serviço Social, essa perspectiva permite distinguir – com mais segurança – a transformação das práticas sociais e de seus significados em relação às formas de atender um conjunto de necessidades humanas. Também no caso, implica em reconhecer as desigualdades inerentes às relações de gênero diante de complexas mudanças civilizatórias conduzidas por homens e mulheres. Há conceitos que mudam rapidamente e há os que também permanecem; tudo isso ao mesmo tempo. Essa complexa configuração, se desvendada em alguns que sejam seus sentidos civilizadores, tanto nos permitem distinguir muito de uma dada dinâmica social, como do rumo de ações na busca da felicidade. Ela coloca em cena usos e costumes e possíveis motivações que mantêm continuidades e engendram mudanças de práticas sociais. E para quem trabalha com história cultural, isso é mais que fundamental...³⁰.

Suely relata que seu processo de tomada de consciência de gênero inicia com o doutorado, o qual ela ingressa em 1992, sob orientação da professora Rachel Soihet. A minha tomada de consciência de gênero vai se dar, de uma forma mais consolidada em texto e tal com a minha tese de doutorado. [...] essas coisas não se resolvem do dia para noite. A tese de doutorado de Suely “Metáforas do tempo e do espaço doméstico, Rio de Janeiro, século XIX” (COSTA, 1996) versará sobre o cotidiano doméstico e sob uma tensão que acompanha esse cotidiano que é o uso do tempo feminino, [...] é sobre o uso do tempo que é o lugar de tensões nessa saída das mulheres para o espaço público, que é uma tensão que eu vivia na minha própria vida.

³⁰ Cf. Almeida e Lole, 2016, p. 385.

A trajetória de Suely Gomes Costa na saúde reprodutiva nos anos 1990

Na retomada de Suely do doutorado, em 1996, ela vai para o Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP). No período entre 1996 e 1998, Suely realizou uma série de iniciativas de *avaliação do PAISM, todos os meus trabalhos com os alunos, de levantamento do sistema de referência, contrarreferência, de como é que está o PAISM, maternidade segura, tudo ligado à avaliação do Programa, do que seria o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher*.

Neste período Suely desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e extensão na Maternidade do HUAP. As atividades realizadas por Suely se tornam atividades da maternidade, então *eu fiz um grande seminário sobre maternidade segura no Hospital, avaliando, entrei em contato com a Tisuko³¹, retomei todos os contatos com o movimento feminista, agora na defesa de uma maternidade segura*. Suely relata que *não tinha mais o movimento de grupo que você tinha na década de [19]80, ou seja, na década de [19]90, as mulheres feministas [estão] organizadas em ONGs, [...] estão na estrutura organizacional da saúde tocando projetos, fazendo mais ou menos o que eu estava fazendo*.

Em outubro de 1998 Suely se aposenta da Escola e deixa suas atividades na Maternidade do HUAP, porém a bolsa de pesquisa que havia solicitado ao CNPq sai logo em seguida de sua aposentadoria. Então, Suely retorna ao HUAP, enquanto pesquisadora do CNPq, *com bolsas de iniciação científica, porque esse tempo todo eu tive bolsistas de iniciação, bolsistas de extensão*. Eu fui uma bolsista de Suely de iniciação científica neste Projeto “Saúde Reprodutiva e Cidadania”, e todas nós realizávamos pesquisa e extensão nas Salas de Planejamento Familiar.

Neste retorno em 1998 ao HUAP, Suely conhece a assistente social Leila Guidoreni e acabam indo juntas trabalhar no Planejamento Familiar, já que acabara de sair a Lei nº 9.263 de 1996³², conhecida como Lei do Planejamento Familiar, e posteriormente a Portaria nº 48 em 1999³³ que regulamentava a esterilização masculina e feminina. Suely e Leila leram toda a documentação do Planejamento Familiar e perceberam que tinham que atender homens e mulheres. Para Suely a ideia era que *vai ter que trabalhar com homens e mulheres juntos, porque essa ideia de reprodução é coisa de mulher, isso é errado*. Assim Suely escreveu o trabalho “Repensando

³¹ Tisuko Shiraiwa, médica sanitária. Coordenou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, no período de 1995 a 2004, e o Comitê Estadual de Prevenção e Controle da Morte Materna e Perinatal, no período de 2005 a 2015. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7097448250311715>. Acesso em 20 nov. 2020.

³² Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996 regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em 20 nov. 2020.

³³ Portaria nº 48 de 11 de fevereiro de 1999, regula o art. 10 da Lei 9.263, de 12/01/1996, que trata da esterilização voluntária. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1999/prt0048_11_02_1999.html. Acesso em 20 nov. 2020.

o PAISMCA” que foi apresentado no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e depois o transformou num artigo, o qual foi publicado na revista *Em Pauta* (Cf. COSTA, 1999). *Aquela ideia de que reprodução é uma coisa e prazer é outra*, já não cabia mais, e as salas de planejamento familiar do HUAP passam a realizar salas mistas, com a participação de homens e mulheres, e a presença de estagiárias e bolsistas nas salas foram fundamentais.

Eu não teria chegado às masculinidades sem esse percurso [...], eu aprendi a lidar com o masculino nas salas de Planejamento Familiar numa metodologia que mudou completamente aquilo que eu aprendi nos anos [19]80. Daquilo não ficou nada, não sobrou pedra sobre pedra, a não ser a ideia da horizontalidade, de se colocar na reunião como uma pessoa, uma pessoa que tem experiência na vida reprodutiva.

A chegada dos homens nas salas de Planejamento Familiar causa desconfiança e, também, dificuldades, se falar sobre sexualidade para mulheres e entre mulheres já era difícil imaginem com a presença de homens. *Cada uma lidou de uma forma, mais livre ou menos livre, com a questão. Para mim não houve problema a partir do momento em que eu superei a dificuldade, mas houve um momento inicial que a gente não sabia bem como lidar, como discutir o órgão masculino, como sentir, discutir prazer. Isso a gente foi aprendendo fazendo, não tinha receita.*

Suely e Leila queriam que a sala funcionasse como um laboratório permanente, que cada sala fosse uma sala, sem nenhum modelo definido previamente de como a dinâmica se daria, isso a gente aprendeu fazendo.

Suely relata que a única coisa que a gente manteve da prévia tradução da Linha da Vida foi falar da experiência da gente com os métodos contraceptivos e essa não é uma experiência brasileira, é uma experiência [norte]americana. Então, essa experiência de trazer a vida da gente a público [...] era muito interessante. Um ponto interessante é que desde o início dessas salas [...] sempre teve presente [...] essa experiência de articulação das três atividades: ensino, pesquisa e extensão. Essa foi uma marca de Suely em todos os espaços em que passou, no CSSR, no Centro de Memória e no HUAP.

Suely permanece com as atividades de pesquisa e extensão no HUAP até 2006. Após esse período Suely manteve suas atividades somente nos dois Programas de Pós-Graduação da UFF, o de Política Social e o de História. Nestes programas Suely orientou muitas alunas e alunos dos cursos de mestrado e doutorado.

Em julho de 2005 a Secretaria de Assistência Social do município do Rio de Janeiro, através do então secretário Marcelo Garcia³⁴, inaugura a Biblioteca Suely Gomes Costa, uma biblioteca especializada em Serviço

³⁴ Marcelo Garcia foi aluno e bolsista de Suely durante o período em que cursava graduação em Serviço Social na ESS/UFF.

Social, com um acervo de documentação histórica da Memória da Assistência Social Carioca e outro acervo bibliográfico de livros especializados na área e temas afins.

Ao longo de sua trajetória acadêmica Suely acumulou uma vastíssima produção intelectual em torno de três grandes temáticas, como ela mesma definiu: proteção social e Serviço Social; saúde e gênero; história das mulheres. Contribuindo, assim, para a produção de conhecimento, formação de intelectuais e de novos pesquisadores.

Neste vasto legado no campo da produção do conhecimento destacarei o artigo “Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva” (Cf. COSTA, 2002) onde Suely cunhou o conceito de “maternidade transferida”, o qual tem uma enorme presença nos estudos feministas e de gênero na atualidade. Acredita que o conceito corresponde a *uma regularidade histórica de longa duração. Segundo Suely para que algumas mulheres ganhassem autonomia em relação aos afazeres domésticos ou aos deslocamentos para espaços fora de suas casas – fosse em atividade privada, fosse pública – era preciso que uma enorme quantidade de outras mulheres trabalhasse para elas, fosse mediante pagamento ou favores e, sempre no espaço doméstico, num outro que não o de suas casas... Esse tipo de trabalho doméstico se assenta, também claramente, no estatuto da nossa experiência escravista. Ela ajudou muito nessa “transição” das atividades domésticas femininas “de dentro” e “de fora”, próprias ao mundo das casas. E isso definiria também um padrão comportamental que implicava numa relação de confiança por se tratar de decisão de “transferir a maternidade”. Essa prática foi extremamente necessária ao deslocamento das mulheres para o mundo do trabalho e seu assalariamento. E isso persiste entre nós e em muitas partes do mundo ainda hoje! Claro que obtendo também conquistas trabalhistas*³⁵.

Assim como na militância feminista, na sua produção acadêmica Suely reconhece o seu trabalho como fruto das conexões com importantes intelectuais de diferentes campos disciplinares. O artesanato intelectual é feito na conjugação de muitas mãos.

*A minha formação em história é marcada pela rica convivência com a Profa. Eulália Maria Lahmeyer Lobo, minha professora e orientadora de mestrado, também marxista, e depois, no doutorado, sob orientação da Profa. Dra. Rachel Soihet, essa do ‘ramo’. Aprendi com ambas que história se faz com exame da experiência social de um dado tempo e lugar. Nessa minha formação, pude distinguir os muitos tempos e lugares dos vários brasis, desde a experiência colonial. Foi uma longa ‘viagem’...*³⁶.

Como Suely diz, sua vida é feita de muitos encontros e desencontros, linhas que se cruzaram e constituíram sua trajetória. Ela própria

³⁵ Cf. Almeida e Lole, 2016, p. 387.

³⁶ Cf. Almeida e Lole, 2016, p. 386.

protagonizou muitos encontros que marcaram a trajetória de outras tantas pessoas. Sinto-me muito honrada de poder ter realizado essa leitura de vida em homenagem a minha eterna orientadora e amiga, exemplo de profissional e de amizade, Suely Gomes Costa. Para finalizar, Suely coloca que *sem esse trajeto [...] não chegaria jamais aos pontos que foi possível chegar.*

Referências

ALMEIDA, C. C. L. de; LOLE, A. Cultura, história e serviço social: entrevista com Suely Gomes Costa. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 384-389, 2º Sem. 2016.

CBCISS - CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇO SOCIAIS. *Teorização do serviço social*: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

COSTA, S. G. et al. Consciência crítica no Serviço Social: alguns elementos para revisão. In: CBCISS (Org.). *Teorização do serviço social*: documento do Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro: Agir, 1988, p. 143-156.

COSTA, S. G. A voz das mulheres: linha da vida e associativismos feministas. Rio de Janeiro, anos de 1970-80. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Org.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 437-455.

COSTA, S. G. Culturas políticas e sensibilidades: pedagogias feministas, Rio de Janeiro. Anos 1970-80. In: SOIHET, R., ALMEIDA, M. R. C., AZEVEDO, C., GONTIJO, R. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas*: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 352-372.

COSTA, S. G. *Currículo Lattes*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4687269215330437>. Acesso em: 15 maio 2020.

COSTA, S. G. Introdução à metodologia, teoria do diagnóstico e da intervenção em Serviço Social. *Suplemento de Debates Sociais*, Documento de Teresópolis, Rio de Janeiro, n. 4, p. 9-60, 2. ed., nov. 1970.

COSTA, S. G. *Memória da Assistência Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense: 1945/1987*. Projeto de pesquisa, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, agosto de 1989.

COSTA, S. G. Memória do Serviço Social: lugar na História e na Historiografia. *Cadernos de Serviço Social* – Revista da Escola de Serviço Social de Niterói, n. 1, p. 1-6, 1995.

COSTA, S. G. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico, Rio de Janeiro, século XIX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

COSTA, S. G. Movimento de mulheres: a linha da vida como forma de reflexão e ação. *Temas Sociais*, Rio de Janeiro, n. 193, p. 1-35, 1985.

COSTA, S. G. *Pau-para-toda-obra. Subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho. A matriz de qualificação da mão-de-obra do*

sistema fabril. (Brasil: séc. XVI a XIX). 2 Tomos. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1988.

COSTA, S. G. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.

COSTA, S. G. Repensando o PAISMCA. *Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 109-122, nov. 1999.

COSTA, S. G. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.

GAMA, V. C. S. da. *Memórias: homenagem aos 50 anos da Escola de Serviço Social de Niterói (1945-1995)*. Niterói, RJ: EdUFF, 1995.

MOREIRA, L.; MELO, H. P. de. Feminismo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro: as deputadas feministas e a promoção de políticas para mulheres. *Anais... I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

SILVA, E. F. da. Metodologia feminista e direitos reprodutivos no Centro de Saúde Santa Rosa, Niterói (RJ). *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 893-903, jul./set. 2015.

WERNECK, J.; MENDONÇA, M. L.; WHITE, E. C. (Org.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; [San Francisco, Calif.]: Global Exchange, 2000.

DOI: 10.12957/rep.2021.56065



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESENHA



Criminalização da resistência em *Calibã e a bruxa*

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

Ana Caroline Gimenes Machado*

Silvia Federici, autora de *Calibã e a bruxa*, é uma intelectual italiana militante de tradição feminista marxista autônoma. Seu livro foi fruto de uma cuidadosa pesquisa realizada durante quase três décadas, tendo sido idealizado, inicialmente, como uma colaboração para o movimento feminista, o qual se debruçava sobre a luta em favor da libertação das mulheres e, contra à subordinação das mulheres aos homens. Por conseguinte, pretendia revelar, por meio de uma valiosa análise histórica, que o tratamento desigual e injusto que é dispensado às mulheres na sociedade capitalista é resultado da formação do capitalismo, estabelecido sobre diferenças sexuais existentes e recuperado para desempenhar novas funções sociais.

A autora assegura que a exploração do corpo feminino é inerente ao sistema capitalista, visto que, foi e permanece sendo necessária para implantação, conservação e existência da lógica do capital, ainda que conviva com a resistência feminina, consubstanciada em seus corpos e saberes. A investigação mostra que os assassinatos perpetrados contra as mulheres sob a justificativa da chamada caça às bruxas foi uma das ferramentas de opressão às mulheres durante a formação do capitalismo, uma vez que eram detentoras de conhecimentos de métodos contraceptivos e eram “naturalmente”, produtoras de mão de obra, ao gerarem aqueles que seriam usados como força de trabalho, além de exercerem gratuitamente os serviços domésticos.

Neste sentido, a obra se ocupa, precipuamente, em revelar o cariz exploratório durante o desenvolvimento capitalista que se utiliza do mecanismo da exacerbação de violência e guerra contra às mulheres para baratear as despesas da produção do trabalho, tendo em vista que estas representavam o sujeito primário, conforme mostra a autora. O livro também expõe o

* Assistente Social, mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), especialista em Assistência Social e Direitos Humanos pela PUC-Rio, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS - PUC-Rio). E-mail: anacaroline.gimenes.m@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3489-1193>.

processo de colonização da América, a extrusão dos camponeses europeus dos seus “bens comuns” e a gradativa transformação do corpo proletário em uma máquina de trabalho, com a qual era possível obter recursos para sobrevivência.

Na introdução apresenta que o título “Calibã e a bruxa” advém da peça de William Shakespeare *A tempestade* (1611), fazendo referência a dois personagens da peça: Calibã e sua mãe, Sycorax. Federici compreende que Calibã representa um símbolo de resistência à lógica capitalista, e sua mãe, a poderosa bruxa argelina, que na peça aparece de forma menosprezada, revela a dimensão sexista que o capital estabelece com os sujeitos femininos.

A autora resgata o processo da passagem do feudalismo para o capitalismo sob a perspectiva das mulheres, do corpo e da acumulação primitiva, tendo em relevo os marcos conceituais feminista, foucaultiano e marxista para elaboração de toda a análise contida no livro. Nele é estabelecida uma relação entre o desenvolvimento do capitalismo, a crise de reprodução, as lutas sociais do período feudal tardio e a formação do proletariado.

Embora seu estudo esteja ancorado na teoria marxista para analisar as mudanças geradas pelo surgimento do capitalismo nas relações econômicas e sociais, sua perspectiva analítica se distancia de Marx ao considerar a acumulação primitiva sob a ótica das implicações que as transformações provocaram na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho, perspectiva essa que, a autora assevera não ter sido abordada por Marx, uma vez que, sua leitura ficou restrita ao proletariado de sexo masculino e ao desenvolvimento da produção de mercadorias, desconsiderando a importância da perseguição às bruxas para o progresso do capitalismo.

A autora ressalta que as mulheres sempre foram vistas de forma socialmente subalterna e exploradas de maneira análoga à escravidão, o que leva a repensar a história das relações capitalistas. A questão histórica analisada como fulcral para esta obra versa sobre a perseguição e execução de centenas de milhares de mulheres, consideradas “bruxas” no início da Era Moderna, a qual ocorre no mesmo período do advento do capitalismo. A caça às bruxas assegurou a contenção da participação e da resistência feminina, as quais eram habituais nas sociedades em quase todo o mundo, inclusive serviu para extinguir o controle que as mulheres haviam alcançado sobre sua função reprodutiva.

Em sua crítica a Foucault, argumenta que, a diferenciação sexual era suprimida de seu discurso sobre a sexualidade, além de praticamente desprezar qualquer crítica às relações de poder. Ademais, afirma que somente através de grandes supressões históricas, a teoria foucaultiana poderia ser defendida, dentre as quais, a autora destaca a supressão da caça às bruxas e do discurso sobre a demonologia na sua análise sobre o disciplinamento do corpo.

O capítulo inicial – O mundo precisa de uma sacudida: os movimentos sociais e a crise política na Europa medieval – descreve a história

dos embates enfrentados pelo proletariado medieval contra o poder feudal, os quais fomentaram as primeiras experiências de forma organizada que objetivava provocar as normas sexuais dominantes. As lutas sociais da Idade Média pleitearam uma ordem social igualitária, a qual tinha seus fundamentos na distribuição da riqueza e na recusa ao autoritarismo e a todas as formas de hierarquização. E apesar dessas lutas terem sido aplacadas pela aliança formada entre a burguesia e a nobreza, a autora ressalta que puseram em crise o sistema feudal.

Neste capítulo, também, são abordadas a saída do sistema escravagista para o desenvolvimento da servidão, que se caracterizou pela concessão aos servos do acesso direto aos meios de sua reprodução, tendo o trabalho como cerne de sua luta; a relação feudal sob uma base contratual, que levou a substituição dos serviços laborais por pagamentos em dinheiro e suas consequências negativas como as diferenças de classe; e o papel fundamental de resistência desempenhado pelos movimentos heréticos na luta antifeudal.

Discute ainda, a tentativa eclesiástica ao longo da história de regular o comportamento sexual das mulheres; o lugar de proeminência que as mulheres ocupavam na história da heresia; a solidariedade e preocupação mútua entre os trabalhadores, estabelecida em meio às lutas urbanas; a crise do trabalho como a principal consequência da peste negra; e como o consentimento estatal para o estupro coletivo de mulheres pobres enfraqueceu a solidariedade de classe obtida na luta antifeudal.

No segundo capítulo – A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres: a construção da “diferença” na “transição para o capitalismo” – a autora problematiza que diante de uma crise de acumulação que se estendera por mais de um século na Baixa Idade Média, a economia feudal estava fadada a se decompor, levando a classe dominante europeia lançar mão da ofensiva global, que durante três séculos constituía as bases para o capitalismo mundial.

Explana como a acumulação primitiva se traduziu em uma imensa acumulação de força de trabalho; aponta que a guerra e a privatização da terra causaram empobrecimento da classe trabalhadora, a qual protestava através da derrubada de cercas, o que representava o conflito de classes. Cabe ressaltar que, alguns protestos eram absolutamente femininos. A divisão entre produção e reprodução engendrou uma classe de mulheres proletárias, que não tinham acesso aos salários, e a desvalorização do trabalho reprodutivo, desvalorizou a força de trabalho.

São abordados ainda neste capítulo o fenômeno da Revolução dos Preços, representando um colapso nos salários reais e revoltas por comida, lideradas por mulheres; a intervenção estatal na reprodução do trabalho por meio da assistência aos pobres e a criminalização da classe trabalhadora; a preocupação com a diminuição da população, e a intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da vida familiar, e da procriação,

que havia sido posta à serviço da acumulação capitalista, criminalizando as mulheres que tinham controle sobre a contracepção.

A desvalorização do trabalho feminino levou à massificação da prostituição e, posteriormente, sua criminalização, o que culminou no surgimento da figura da dona de casa como bem comum e da reconfiguração da família como espaço de produção da força de trabalho. Soma-se a isso a degradação dos direitos das mulheres e sua perda de poder social por meio de uma nova diferenciação sexual do espaço. E a caça às bruxas desempenhou o papel crucial na construção de sua nova função social e na deterioração de sua identidade social. Aborda ainda, a questão do sexo, raça e classe nas colônias.

O terceiro capítulo – O Grande Calibã: a luta contra o corpo rebelde – versa sobre o que Michel Foucault delineou como disciplinamento do corpo, o qual possibilitou o desenvolvimento capitalista. Corroborando com este raciocínio, Federici utiliza o pensamento marxista para abordar a alienação do corpo como uma característica marcante da relação entre capitalista e trabalhador. O trabalho passou a ser concebido como uma força dinâmica que possuía um desenvolvimento ilimitado e o corpo era compreendido como matéria imóvel e estéril que se inclinava à inércia, a menos que se aplicasse sobre ela uma força.

Assinala que a perseguição das bruxas representou o pináculo da intervenção estatal contra o corpo proletário na Era Moderna, destacando que o proletariado era o Grande Calibã da época, visto como um material bruto, desordenado, que deveria ser oferecido ao Estado para reconfigurá-lo para ser melhor aproveitado. A autora ressalta que neste processo, o corpo foi gradativamente se tornando o objeto limite da disciplina social.

No quarto capítulo – A grande caça às bruxas na Europa – sinaliza o motivo pelo qual o fenômeno da caça às bruxas foi dissimulado por diversos historiadores, sendo desvelado somente com o advento do movimento feminista. Chama a atenção que, em sua maioria, os historiadores marxistas não estabeleceram uma relação entre a caça às bruxas e os seus estudos sobre a luta de classes, desconsiderando que a perseguição às bruxas ocorreu concomitante ao processo de colonização e massacre das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao início do tráfico de escravos, à implementação das Leis Sangrentas, e ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

São debatidas as questões centrais que levaram a caça às bruxas ter sido um dos acontecimentos mais relevantes para o desenvolvimento da sociedade capitalista e da constituição do proletariado moderno. Mostra o papel desempenhado pela Igreja ao estimular a perseguição, mas também revela a cooperação ativa do Estado nas execuções. Os julgamentos e as sentenças atrozmente dispensadas às mulheres representaram uma ofensiva à sua resistência contra às relações capitalistas e contra o poder que alcançaram através de sua sexualidade, controle sobre a reprodução e sua capa-

cidade de cura, sendo esses três últimos vistos como recursos e postos sob o domínio do Estado, produzindo uma nova ordem patriarcal. Ressalta que os crimes reprodutivos assumiram posição de relevo nos julgamentos das bruxas, pois o útero deveria estar a serviço do aumento populacional e da acumulação da força de trabalho, seu corpo havia sido expropriado.

A bruxa era a parteira, a mulher que evitava a maternidade, a mendiga e a mulher que exercia sua sexualidade fora do casamento, sem procriar. Era vista como o sujeito social mais perigoso, já que era considerada menos controlável. A autora ainda elucida o intercâmbio entre a ideologia da bruxaria e a ideologia racista, desenvolvida sobre o solo da Conquista e do tráfico de escravos. A caça às bruxas cessou no final do século XVII quando a disciplina social foi restituída e a classe dominante solidificou sua hegemonia.

No quinto e último capítulo – Colonização e cristianização: Calibã e as bruxas no Novo Mundo – a autora propõe que o recurso de incriminação por adoração ao demônio foi utilizado antes mesmo do fenômeno da caça às bruxas se espalhar massivamente pela Europa, com o intuito de atacar inimigos políticos e aviltar populações inteiras. Neste sentido, mostra o nascimento dos canibais na lógica da colonização e a expropriação dos excedentes dos bens dos “índios”. As mulheres eram as principais inimigas do domínio colonial, e graças à sua resistência as antigas crenças puderam ser preservadas.

Assegura que a experiência americana provocou uma intensificação no fenômeno da caça às bruxas na Europa, durante a segunda metade do século XVI, aderindo ao extermínio daqueles que cruzavam seu caminho, como uma estratégia política, importada do Novo Mundo por parte dos Estados europeus. A caça às bruxas na América perdeu força a partir do século XVIII, quando os inquisidores avaliaram que elas não significavam mais uma ameaça para o domínio colonial. Contudo, foi nesse período que a bruxa estava se transformando em uma praticante africana do *obeah*, um ritual que os colonos consideravam um estímulo à rebelião.

Federici afirma que a expansão global do capitalismo através da colonização e da cristianização garantiu que esta perseguição fosse introjetada no corpo das sociedades colonizadas, e exemplifica que a caça às bruxas permanece até hoje na África como artifício da agenda neoliberal para expansão do capitalismo e usurpação dos recursos naturais. A autora finaliza, salientando que o fenômeno da caça às bruxas evidencia uma forma de criminalização da resistência e que essas manifestações estão muito próximas a nós.

DOI: 10.12957/rep.2021.56069



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESENHA



Masculinidades “nossamericanas” em perspectiva interseccional

VIVEROS, V. M. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Tradução de Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. 224 p.

Cláudia Domingues Guimarães*

Mara Viveros Vigoya é doutora em Antropologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris* (EHESS), presidente da *Latin American Studies Association* (LASA) e professora titular da *Universidad Nacional de Colômbia* no Departamento de Antropologia e na Escola de Estudos de Gênero. Seus interesses de pesquisa incluem relações entre diferenças e desigualdades sociais e as interseções de gênero, sexualidade, classe, raça e etnicidade nas dinâmicas sociais da América Latina.

O livro “As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América” é uma importante contribuição para o emergente campo de estudos sobre masculinidades e foi construído à luz das epistemologias pós-coloniais, atentas às particularidades da ordem de gênero no continente latinoamericano. Com esta perspectiva, a autora expressa sua originalidade, através das seguintes contribuições: 1) revisita o conceito de interseccionalidade¹, atribuindo-lhe a historicidade necessária para analisar as relações de sexo, raça e nacionalidade na construção das masculinidades, a partir de autores negros da diáspora, como Frantz Fanon

* Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGSS/ UERJ. E-mail: cdguimaraesrj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2832-0108>.

¹ Interseccionalidade foi um conceito construído no âmbito do *Black Feminism*, estadunidense para explicar a interdependência, nas relações de poder, das intersecções de raça e sexo, abordando periféricamente classe social e sexualidade. Ver a respeito Crenshaw (2002).

e William Edward Burghardt Du Bois; 2) reivindica a denominação de Nossa América, em vez de América Latina, em reconhecimento à identidade mestiça dos povos americanos, apresentando um panorama da pesquisa sobre masculinidades na região e destacando a importância da solidariedade entre os racial e socialmente oprimidos para enfrentar a desigualdade de gênero neste continente; 3) supera a polaridade entre colonizador e colonizada (o) – muitas vezes presente na literatura decolonial – analisando o conjunto de transformações históricas subjacentes à construção das masculinidades sob opressão racial e de classe, desde a colonização até a atualidade no continente; 4) critica a noção de “multiculturalismo” como uma política de estado que incentiva a diferença, desconectada do poder e da exploração de classe e 5) reelabora o conceito de “masculinidade hegemônica” (CONNEL, 1995) para o contexto pós-colonial.

Para atingir o objetivo de repensar as experiências de masculinidades latino-americanas do ponto de vista interseccional, a autora dividiu o livro em duas partes. Na primeira, intitulada “Teorias feministas e masculinidades” aborda os pressupostos e principais vazios da teoria feminista para analisar a dominação masculina. Na segunda parte – “Masculinidades nossa-americanas” – examina os imaginários e estereótipos sobre a sexualidade masculina negra na Colômbia, em uma perspectiva histórica e a partir do ponto de vista dos próprios homens negros, confrontados com estes imaginários

No primeiro capítulo, Mara Viveros situa os estudos sobre homens e masculinidades no âmbito das teorias feministas, fazendo resgate histórico das principais contribuições a partir da segunda metade do século XX. Inicialmente, situa a importância das produções anglófonas e francófonas da segunda onda do feminismo, destacando os debates estadunidenses (centrados na dicotomia entre poder masculino / submissão feminina e diferenças psicológicas entre homens e mulheres) e das feministas materialistas francesas para análise marxista das relações de dominação masculina, através de conceitos-chave como patriarcado, divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Na sequência, destaca o papel do *Black Feminism* e dos movimentos de liberação de gays e lésbicas, a partir da década de 1970, para o questionamento da hegemonia do homem branco heterossexual, nutrindo o surgimento dos “estudos sobre as masculinidades” nos Estados Unidos. Tais estudos contribuíram para compreender a identidade masculina como construção social e não como qualidade essencial e estática, seguindo, porém, duas orientações distintas: uma aliada ao feminismo e outra que reivindicou uma análise autônoma da masculinidade. Neste contexto, o Feminismo Negro estadunidense, para a autora, foi menos separatista, ao constituir um espaço político de alianças entre mulheres e homens negros na luta comum contra o racismo, o que trouxe importantes contribuições nas análises interseccionais das masculinidades. Por fim, a autora apresenta o papel da terceira onda do feminismo, a partir da década de

1990, para o questionamento sobre o caráter binário da heterossexualidade compulsória e o debate acerca das masculinidades sem homens.

No segundo capítulo, a autora apresenta um panorama das pesquisas sobre homens e masculinidades realizadas nos últimos trinta anos na América Latina, rastreando as ênfases e problemas privilegiados. A partir de revisão de literatura publicada entre 1980 e 1990 e da análise de artigos acadêmicos e anais dos cinco colóquios internacionais de estudos sobre homens e masculinidades, realizados em diferentes países da região entre 2004 e 2011, identificou sete eixos temáticos principais de estudos, na seguinte ordem de quantidade: 1) identidades masculinas tendo como elementos centrais o trabalho e a dimensão étnico-racial; 2) masculinidades e violências, englobando a violência estrutural, doméstica, de torcidas desportivas, das gangues juvenis e os vínculos da violência política com o militarismo e os conflitos armados; 3) problemas e tensões em torno da saúde dos homens, com destaque para estudos sobre saúde sexual e reprodutiva e a masculinidade como fator de risco (ausência de cuidado e prevenção); 4) afetos e sexualidades, práticas homoeróticas e representações da paternidade; 5) limites epistemológicos das pesquisas sobre homens na teoria feminista; 6) representações culturais das masculinidades na literatura, revistas de alta difusão e publicidade; 7) espaços de homossexualidade masculina, destacando o papel dos bares, academias de esportes / combates e estádios de futebol na afirmação da masculinidade por meio da força, do controle e do poder.

O terceiro capítulo inicia a segunda parte do livro com a autora analisando as diferentes maneiras como os homens negros assumem os estereótipos de hipersexualização de seu corpo e que usos fazem disto na Colômbia. Avalia o impacto do repertório e performance de dois grupos musicais colombianos – Chocquibtown e Herencia de Timbiqui – para a afirmação da cultura afro-colombiana e resistência frente a alienação a que os corpos negros têm sido objeto, utilizando mistura de sons urbanos com sons do litoral do Pacífico e, tendo como estratégia, a ressignificação positiva dos atributos físicos e comportamentais dos negros subalternizados pelo preconceito racial.

O quarto capítulo explora as continuidades e discontinuidades históricas da hegemonia racial branca desde o período colonial até os dias atuais, na América Latina, produzindo hierarquias sociais, garantindo a masculinidade branca hegemônica e subordinando mulheres e homens não brancos. Segundo a autora, o interesse social e político acerca dos problemas raciais foi aprofundado, nas Américas, a partir dos anos 1990, sob pressão dos movimentos sociais e de organizações não governamentais. Destaca, porém, que os estudos estadunidenses sobre a branquidade foram alvo de críticas quanto à ênfase nas representações sociais, negligenciando a análise sobre os determinantes sociais da hegemonia racial branca. Na América Latina, por sua vez, as reflexões sobre a branquidade são pra-

ticamente inexistentes, segundo a autora, com exceção do Brasil, onde o debate acadêmico sobre o racismo resultou em políticas públicas de ação afirmativa a partir da Constituição Federal de 1988. Debate este atento ao poder oriundo da branquidade enquanto prática social, onde a masculinidade branca é um lugar (não marcado) de privilégios simbólicos e materiais, que reproduzem o sexismo e o racismo. A autora finaliza este capítulo, demonstrando como as relações sociais de sexo e raça, pelo viés da branquidade masculina, se expressam como fontes de legitimidade nas elites políticas latino-americanas (compostas majoritariamente por homens brancos), através da análise de discurso do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez, que governou a Colômbia de 2002-2010.

O quinto capítulo aborda as relações entre a violência estrutural, simbólica, doméstica e íntima da qual têm sido vítimas principalmente as mulheres (desde a colonização da América Latina) mas também os subordinados em uma hierarquia de gênero, ocupando os homens a posição de principais agressores, através de múltiplas formas de violência. A autora critica a concepção superficial, fixa e causalista que caracteriza a violência como um traço cultural do homem latino-americano, problematizando os determinantes estruturais e a influência da longa duração da ‘colonialidade de poder’ (QUIJANO, 2000) dos conquistadores e colonizadores sobre mulheres e homens dos povos americanos. Discute também as formas de enfrentamento deste problema, analisando treze projetos de intervenção com homens para prevenir e reduzir a violência de gênero na Colômbia, desenvolvidos entre 1997 e 2010 que oscilaram entre promover mudanças comportamentais nos homens e desconstruir as hegemonias de gênero. A autora relaciona ainda recentes movimentos masculinistas de defesa da ordem patriarcal (que legitimam o aumento da agressividade contra as mulheres, culminando com o feminicídio) e as consequências da ofensiva neoliberal e da reestruturação produtiva nos países periféricos, redutora de postos de trabalho para os homens, concomitante com a inclusão feminina em ocupações precarizadas que, apesar da intensa exploração de sua força de trabalho e superposição de jornadas, permitem a provisão questionando o ‘valor social’ dos homens.

Associando domínio sobre a produção de conhecimento feminista e dos *Men’s Studies* a doses precisas de originalidade em pesquisa social, Mara Viveros nos brinda com um livro que aborda as diversas “matizes” de raça, sexualidade, classe e nacionalidade da masculinidade latino-americana, demonstrando que é possível produzir conhecimento autóctone, reelaborando conceitos de outras origens geopolíticas para o enfoque das desigualdades e contradições da “nossamérica” em perspectiva interseccional.

Referências

CONNEL, R. *Masculinities*. Cambridge: Polity Press, 1995.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Ano 10, p. 171-188, 1º semestre 2002.

QUIJANO, A. *La colonialidad del poder; eurocentrismo y America Latina*. In: LANDEN, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO. Perspectivas latinoamericanas, 2000, p. 201-246.

DOI: 10.12957/rep.2021.56068



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA

ISSN: 2238-3786 (versão eletrônica)

Publicação científica, de periodicidade semestral, arbitrada por pares e produzida pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)/Brasil

1) A estrutura da Revista é aberta e composta fundamentalmente de artigos resultantes de monografias, dissertações, teses e pesquisas, bem como de ensaios, resenhas, entrevistas, resumos de palestra, relatórios adaptados de pesquisa científicas e registros significativos. Através das contribuições enviadas, das sugestões recebidas ou de análise de assuntos que assumam relevância na conjuntura profissional e social, a Equipe Editorial poderá organizar dossiês que enfatizem determinadas temáticas. Artigo oriundo de monografia de final de curso de graduação deverá ser submetido em coautoria com o professor/orientador responsável;

2) Será assegurado o anonimato para os autores no processo de avaliação e aos pareceristas sob sua avaliação (sistema duplo cego), em qualquer circunstância. Os artigos aprovados serão submetidos a apreciação da Equipe Editorial da revista para a composição final das edições de cada volume/ano, tendo em vista os critérios e normas dos indexadores e da política editorial da revista. Os artigos aprovados e não publicados poderão permanecer pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses no banco de artigos da revista para posterior publicação, ressalvados os casos de recusa formalizada pelo(a/s) autor(a/es);

3) A publicação de mais de um artigo, com a participação do mesmo autor, deverá obedecer o intervalo mínimo de 1 (um) ano, exceto quando convidado pela Equipe Editorial para elaborar conteúdos editoriais específicos;

4) É permitida a submissão de somente 1 (um) artigo por volume/ano;

5) Os artigos devem ser encaminhados à Equipe Editorial, por email e/ou pelo portal de publicações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na url <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>, não sendo necessário enviar cópia impressa pelo Correio. Os artigos devem, necessariamente, conter entre 10 a 15 laudas, fonte Times Roman, tamanho 12, em espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm, em papel tamanho A4 e parágrafo a 1,25 cm da margem esquerda. Estas dimensões incluem as referências completas e possíveis ilustrações. As resenhas devem conter, precisamente, entre 3 (três) a 5 (cinco) laudas;

6) Os artigos não deverão conter dados de identificação dos(as) autores(as), mas devem ser acompanhados por outro arquivo, ou por folha separada do corpo do artigo, designado(a) como folha de rosto, e nesta deve conter o nome completo do(s) autor(es), sua formação profissional, titulação acadêmica com a respectiva instituição que conferiu o título, cargo principal ocupado atualmente, nome e endereço completos de correspondência, que pode ser pessoal ou da instituição a qual estão vinculados(as) e e-mail, dados estes que serão publicados, quando o artigo e/ou resenhas forem aceitos, atendendo a indicação de indexadores;

7) A primeira página do texto deverá conter:

- somente o título do artigo – sem (s) nome(s) do(s) autor(es) – constando, no máximo, 12 palavras.
- o Resumo, que deve ter até, no máximo, 150 palavras e ser redigido em fonte 10 e espaço simples;
- deve ter entre 3 a 5 palavras-chave, escolhidas entre aquelas que possam classificar com precisão o trabalho em pesquisa bibliográfica, para efeito de indexação;
- o título em inglês, *abstract* e *keywords*; isto é, a versão, em inglês do título, do resumo e das palavras-chave.

8) Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês. Em relação à língua dos Títulos, Resumos e palavras-chave, a orientação é a seguinte:

- quando o artigo for em português ou em inglês, o título, o resumo e as palavras-chave só deverão ser em português e inglês.
- quando o artigo for em espanhol, o título, o resumo e palavras-chave deverão ser em espanhol, português e inglês;

9) As notas de rodapé devem ser evitadas; quando indispensáveis, não deverão exceder quatro linhas. As ilustrações (figuras, tabelas, fotos e quadros) devem ser evitadas, mas quando indispensáveis ao conteúdo, devem ser indicadas e anexadas no corpo do texto, incluindo título e fonte de referência. Devem também ser enviadas em arquivos separados, atendendo aos seguintes requisitos: tabelas e gráficos em Excel, formatados, quadros e demais ilustrações devem estar em alta resolução (com pelo menos 300 dpi) em formato *JPG, *JPEG ou *TIF. Em todas as situações, será avaliada a qualidade e pertinência do material encaminhado, cabendo à Equipe Editorial a decisão sobre sua inclusão ou não, comunicando o fato ao(a/s) autor(es/as);

10) Para o envio do trabalho é necessário:

- 1) Declaração de Responsabilidade (assinada);
- 2) Transferência de Direitos Autorais (assinada);
- 3) Ficha de registro preenchida (assinada);
- 4) Arquivo com o trabalho.

Os documentos referidos acima deverão ser assinados, digitalizados e enviados para o correio eletrônico da revista (revistaempauta.uerj@gmail.com) ou anexados como documento suplementar, quando submetidos via plataforma SEER.

Ao enviar o trabalho para a Revista *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, os autores atestam: sua participação na concepção, elaboração e desenvolvimento (parcial ou integral) do artigo, assumindo publicamente seu conteúdo e reconhecendo sua autoria e ineditismo. Os autores atestam, também, o não envio simultâneo a outro(s) periódico(s), seja no formato eletrônico ou impresso, se comprometendo a não enviar o material para outra forma de publicação enquanto perdurar o processo de submissão e análise da Revista Em Pauta. Os autores reconhecem também a necessária menção de órgãos de fomento, financiamentos e/ou acordos com organizações diversas relacionadas e/ou interessadas pela publicação, se responsabilizando pelos créditos ou agradecimentos devidos, quando couber. A Revista Em Pauta reserva-se o direito de exclusividade na publicação de artigos e similares, cabendo à Equipe Editorial avaliar as exceções.

11) Uma vez submetido o artigo em coautoria, não será permitida a retificação de autoria do mesmo.

12) Todas as colaborações não encomendadas são encaminhadas à Equipe Editorial – que as submeterá ao processo de avaliação, no sistema duplo cego, a partir do

parecer de dois membros do Conselho Editorial Científico, podendo ser realizado convite também a pareceristas *ad hoc*, a quem cabe recomendar a publicação, mantendo sigilo sobre o parecer emitido. Quando da não coincidência das avaliações, o artigo será enviado para um terceiro parecerista. A Equipe Editorial da Revista, de posse dos pareceres do Conselho Editorial Científico e/ou de parecerista *ad hoc*, reserva-se o direito de sugerir aos autores modificações, a fim de adequar os artigos e similares aos padrões da Revista Em Pauta.

13) Os originais enviados à Revista Em Pauta serão considerados definitivos; os não aprovados, a Equipe Editorial compromete-se a inutilizar o material, e se responsabiliza, ainda, em enviar sempre uma resposta, positiva ou negativa, por e-mail e/ou diretamente ao(s) autor(es).

14) Quando ocorrer aprovação de artigos e similares, um documento de autorização da publicação será encaminhado por e-mail aos autores que deverão remetê-lo, junto com os demais procedimentos cabíveis de revisão e versão final do material a ser publicado, devidamente preenchida, assinada e escaneada.

15) Réplicas e comentários sobre os artigos publicados são do interesse da Revista e, se aceitos para publicação, serão enviados aos autores para conhecimento prévio às publicações e para direito a réplicas, preferencialmente no mesmo número.

16) Ao enviar o material à Revista Em Pauta, os autores transferem todos os direitos autorais para a Revista Em Pauta, sendo vedada sua reprodução, parcial ou na íntegra, e em quaisquer meios de divulgação, seja no formato eletrônico ou impresso sem solicitação prévia. Para possível divulgação posterior à publicação na Revista Em Pauta, quando de sua autorização, os autores se comprometem a fazer constar os devidos créditos à primeira publicação na Revista “Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea”. O *copyright* dos artigos publicados pertence a seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem à *Faculdade de Serviço Social da UERJ*, não envolvendo quaisquer pagamentos a autores.

17) Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que emitam preconceitos de qualquer natureza ou pontos de vista incompatíveis com a Linha Editorial da Revista. Os artigos deverão também observar as resoluções nacionais da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde, notadamente a Resolução 510 de 7 de abril de 2016 que normatiza a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Os artigos submetidos com conteúdo oriundo de pesquisas normatizadas pela Resolução 510 de abril de 2016 deverão explicitar metodologicamente, no corpo do texto, a observância aos referidos parâmetros normativos.

18) Os artigos e similares devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aqui adaptadas, e devem ser entregues à Revista, revisados segundo as regras gramaticais vigentes, sendo os exemplos de citações e referências mais usuais apresentados a seguir.

19) A partir da edição do n.30, v.10 vem sendo publicada nominata com Pareceristas *ad hoc* que contribuíram com a revista no último ano, considerando-se o mês de emissão do parecer e tomando-se o mês de outubro de 2011 como o corte inicial.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

(Segundo NBR 6022, NBR 6023 e NBR 10520 da ABNT – aqui adaptadas)

As citações e referências constantes nos textos entregues pelos autores à Revista para publicação são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Citações:

- As citações devem seguir a orientação autor-data;
- citação de até 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.
- citação de mais de 3 linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, a 4cm da margem esquerda, sem aspas, ou qualquer outro destaque, espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto. As aspas no interior de uma citação são simples.
- Nome do autor:
 - a) no corpo do texto: grafia normal para nomes próprios; ano e página entre parênteses. Exemplo: Segundo Costa (2002, p. 39), “A sociedade civil [...]”
 - b) ao final do texto e nos dois casos acima: todos os elementos da referência entre parênteses e em caixa alta. Exemplo: “A sociedade civil [...]” (COSTA, 2002, p. 39).
- Quando se trata de citação indireta (quando não se utiliza as mesmas palavras do texto citado - paráfrase), devem ser referenciados o sobrenome do autor e o ano, sem necessidade das aspas e de página e tal como nos exemplos anteriores.

Referências

As referências bibliográficas e de demais fontes são obrigatórias e só devem ser feitas da bibliografia efetivamente citada no artigo ou similar.

Exemplos de Referências:

Livros (obra completa)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Capítulo de Livro

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A.S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periódicos - Revistas

FALEIROS, V.P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertações/Teses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Jornais

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Meio Eletrônico

São necessárias as informações sobre o endereço eletrônico, entre < >, e a data de acesso (dia / mês / ano), sendo precedidos, respectivamente, das expressões “Disponível em:” e “Acesso em:”. Deve ser apresentado o *link* (URL) completo do documento consultado.

Exemplo: MOTA, Ana Elizabete. Os desafios da formação profissional na gestão 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.59-66, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

Obs.: Além dos documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mencionados, esclarecimentos adicionais sobre referências e citações podem ser obtidos, por exemplo, no seguinte documento: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Acesso em: 16 maio 2013.



Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea

ISSN: 1414-8609 (printed version); 2238-3786 (electronic version)

Scientific publication, published biannually, arbitrated by peers and produced by the Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Brasil

- 1) The Magazine structure is opened and composed primarily of articles resulting from monographs, dissertations, theses and research, as well as essays, reviews, interviews, lecture summaries, adapted reports from scientific research and significant records. Through the received contributions, the suggestions sent or the analysis of matters whatsoever relevant in professional and social situation, the Editorial Staff can organize files that emphasize certain thematic. Article from an end-of-course monograph should be submitted in co-authoring with the responsible teacher / advisor;
- 2) Anonymity will be ensured for the authors in the evaluation process and for the reviewers under their evaluation (double blind system) under all circumstances. The approved articles will be submitted to the Editorial Staff of the journal for the final composition of the editions of each volume / year, in view of the criteria and norms of the journal's indexing and editorial policy. The approved and unpublished articles may remain for a maximum period of 18 (eighteen) months in the bank of articles of the journal for later publication, except in cases of refusal formalized by the author (s);
- 3) The publication of more than one article, with the participation of the same author, must obey the minimum interval of 1 (one) year, except when invited by the Editorial Team to elaborate specific editorial content;
- 4) Only one (1) article per volume / year is allowed;
- 5) Articles should be sent to the Editorial Staff, via email and/or by the (UERJ) Universidade do Estado do Rio de Janeiro publishing site, <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>, being not necessary to send a print copy by mail. Articles must necessarily contain between 10 to 15 pages, with 25 lines of 70 ringtones each, Times Roman font, size 12, interlinear space of 1.5 cm, with 2.5 cm margins all in A4-size paper and paragraph 1.25 cm from the left margin. These dimensions include complete references and possible illustrations. The reviews must contain precisely from 3 (three) to 5 (five) pages.
- 6) The articles shall not have the author(s) identification, but must be accompanied by another file, or sheet separated from the body of the article, designated (a) to cover with the full name of the author (s), their training, academic degree, with the institution that conferred the title, main position occupied currently, full name and mailing address, which may be personal or of the institution to which they are related, phone and email; these data will be published when the article and / or reviews are accepted, given the indication crawlers;
- 7) The first page of the text should contain:

- Only the title of the article - without name (s) of author (s) - with a maximum of 12 words.
- The abstract should have up to 150 words maximum and be written in font size 10 and single spacing
- Must have between 3 to 5 keywords, chosen among those that can accurately sort the work in bibliographical research, for indexing.
- The English title, abstract and keywords, ie the version in English of the title, abstract and keywords.

8) Contributions in Portuguese, Spanish or English will be accepted. As for the language of the Titles, abstracts and keywords, the guidance is as follows:

- When the article is in Portuguese or English, the title, the abstract and keywords should only be in Portuguese and English.
- When the article is in Spanish, the title, the abstract and keywords must be in Spanish, Portuguese and English.

9) Footnotes should be avoided; when indispensable, should not exceed four lines. The illustrations (figures, tables, photos and pictures) should be avoided, but when indispensable to the content, they must be indicated and attached in the body of the text, including title and reference source. They should also be sent in separate files, complying with the following requirements: Excel tables, graphs, formatted, tables and other illustrations must be in high resolution (with at least 300 dpi). In all situations, the quality and pertinence of the submitted material will be evaluated, being the responsibility of Editorial Staff the decision on its inclusion or not, communicating the fact to the author (s);

10) To send the work you must:

- 1) Declaration of Responsibility (signed);
- 2) Transfer of Copyrights (signed);
- 3) Registration form completed (signed);
- 4) File with work.

The documents mentioned above must be signed, scanned and sent to the magazine's electronic mail (revistaempauta.uerj@gmail.com) or attached as a supplementary document, when submitted via the SEER platform.

When mailing the work to the magazine "Em Pauta: Social theory and contemporary reality", the authors attest: their participation in the design, preparation and development (full or partial) of the article, assuming its contents publicly and acknowledging its authorship and originality. The authors also attest not submit simultaneous to other journal(s), whether in electronic or printed format, making a commitment not to send the material to another form of publication while continue the submission process and review of the Revista em Pauta. The authors also acknowledge the necessary mention of funding agencies, funding and/or agreements with several organizations related and/or interested by the publication, accepting full responsibility for credits or acknowledgements due, when applicable. The Revista em Pauta reserves the right of exclusivity in the publication of articles and alike, being the Editorial Staff responsible for evaluate the exceptions.

11) Once submitted the article in coautoria, will not be allowed the rectification of authorship of the same.

12) All non-commissioned collaborations are forwarded to the Editorial team – which shall submit to the evaluation process, in double-blind system, based on the opinion

of two members of the Scientific Editorial Board; also can be invited ad hoc reviewers, who recommend the publication, maintaining secrecy about the opinion. When the non-coincidence of the evaluations, the article will be sent to a third reviewer. The Editorial Staff of the magazine, in possession of the opinions of the scientific Editorial Board and/or ad hoc reviewers, reserves the right to suggest to the authors modifications in order to adapt articles and similar to the magazine standards.

13) The originals sent to the Em Pauta Magazine will be considered definitive; the Editorial Staff undertakes to make the material unusable, and is also responsible for always sending a positive or negative response, by e-mail and / or directly to the author (s).

14) When approving articles and similar, a document authorizing the publication will be sent by email to the authors who will forward it, along with other applicable procedures for review and definitive version of the material to be published, duly completed, signed and scanned.

15) Replies and comments on the articles published are of interest to the magazine and, if accepted for publication will be sent to authors for knowledge prior to publications and the right to rejoinders, preferably on the same number.

16) Sending the material to the Revista Em Pauta by mail, authors transfer all copyrights to the Revista Em Pauta, being prohibited its reproduction, partial or in full, and in any means of divulgation, whether in electronic or printed format without prior request. For possible disclosure after the publication in the magazine, when authorized, the authors undertake to set forth the proper credit to the first publication in the "Revista Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality". The copyright of published articles belongs to their authors and the copyright of each issue belongs to the Faculdade de Serviço Social from UERJ, not involving any payments to authors.

17) Will not be published articles that violate the professional ethics, emitting prejudices of any nature or incompatible views with the Editorial Policy of the magazine. The articles should also observe the national resolutions of the National Commission for Research Ethics / National Health Council, namely Resolution 510 of April 7, 2016, which regulates research in Human and Social Sciences.

Articles submitted with content derived from research normalized by Resolution 510 of April 2016 should explain methodologically, in the body of the text, compliance with said normative parameters.

18) Articles and alike shall conform to the standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), adopted here. The material will be delivered to the magazine, reviewed in accordance with the grammatical rules in force, the more usual examples of citations and references presented below.

19) From the issue 30, v. 10 has been published data with ad hoc Reviewers who have contributed to the magazine over the past year, considering the month of issuance of opinion and taking the month of October 2011 as the initial cut.

CITATIONS AND REFERENCES (According to ABNTs NBR 6023, NBR 6022 and NBR 10520- here adopted).

The citations and references contained in the texts delivered by the authors to the journal for publication are the responsibility of their respective authors.

Quoting:

- The citations should follow the author-date guidance;
- Quote from up to 3 lines: within the body of the text, enclosed in quotation marks, font equal to that of the source text.
- Quote from more than 3 lines: outside the body of the text, font 10, indented to the line of the paragraph, 4 cm from the left margin, no quotes, or any other featured, simple, interlinear spacing, right margin equal to that of the text. The quotation marks inside a quotation are simple.
- Author name
 - a) In the body of the text: normal for spelling proper names; year and page in parentheses. Example: “the civil society [...]” (COSTA, 2002, p. 39),
 - b) At the end of the text and in the two cases above: all the elements of the reference in parentheses and in uppercase. Example: “civil society [...]” (COSTA, 2002, p. 39).
- When it comes to indirect quote (when do not use the same words of the quoted text - paraphrase), refer the surname of the author and the year, no need of quotes and page, as in the previous examples.

References

The bibliographic references and other sources are mandatory and should be made of the bibliography cited in article effectively or similar.

Examples of references: ´

Books (complete works)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Chapter of Book

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A.S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periodicals - Magazines

FALEIROS, V.P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertations/Theses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Newspapers

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Electronic means

Information about e-mail address among < >, and access date (day / month / year), being preceded, respectively, of the expressions "available at:" and "accessed at:". Link of the document consulted must be submitted (address/URL).

Example: MOTA, A.E. The challenges of vocational training in management 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), year 11, no. 22, p. 59-66, July/dez. 2011. Available in: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Accessed: 07 mai. 2012.

Note: in addition to the mentioned documents of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), further information on references and citations can be obtained. Example, in the following document: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Script for submission of theses and dissertations of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rev. current and ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Sirius Network, 2012. Available in: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Accessed: May 16, 2013



Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea
Faculdade de Serviço Social da UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.
Bairro Maracanã – 20.550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>
Email: revistaempauta.uerj@gmail.com
Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2021 – n. 47, v. 19
ISSN 2238-3786 (Versão online)

Letícia Alves Maione
Larissa Shalanna Ferreira Costa
Verônica Soares da Costa
Maria Elzene Rodrigues Alves
Jazmin Yulietth Cuellar Diaz
Juana Zulvaga Garcia
Ana Cristina Santos
Mara Pieri
Nilza Rogéria de Andrade Nunes
Tatiana Aja Silva Moreira
Carmem Plácida Sousa Cavalcante
Deuze da Silva Ferreira
Ilana Lemos de Paiva
Carla Klitzke Espindola
Luciana Patrícia Zucco
Jussara Francisca de Assis dos Santos
Giovana de Carvalho Castro
Ana Paula Vosne Martins
Alexandro Henrique Paixão
Patrícia Amorim de Paula
Susane Petinelli Souza
Isabel Gomes Covre
Milena Carlos de Lacerda
Guilherme Almeida
Silvana Marinho
Bianca Gonçalves Santos Lima
Maria Helena Santana Cruz
Nana Moraes
Luciene Medeiros
Nivia Valença Barros
Ana Lole
Ana Caroline Gímenes Machado
Cláudia Domingues Guimarães